



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

ALINE DA SILVA FERREIRA ADERNE

**A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA EM ALAGOAS EM FÁBRICAS E USINAS ANTES
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

MACEIÓ – AL

2020

ALINE DA SILVA FERREIRA ADERNE

**A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA EM ALAGOAS EM FÁBRICAS E USINAS ANTES
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

Projeto de defesa de Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para a aprovação do título de Doutora em Educação, sob a orientação da Profa. Dra. Lenira Haddad.

Orientadora: Profa. Dra. Lenira Haddad

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Taclana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

A232e Ademe, Aline da Silva Ferreira.
A educação da infância em Alagoas em fábricas e usinas antes da Constituição Federal de 1988 / Aline da Silva Ferreira Ademe. – 2020.
214 f. : il. ; figs. color.

Orientadora: Lenira Haddad.
Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 187-194.
Apêndices: f. 195-199.
Anexo: f. 200-214.

1. Educação infantil – Alagoas. 2. História da educação. 3. Fábrica de tecidos
4. Usinas de açúcar. I. Título.

CDU: 373.2/.3(813.5)



Universidade Federal de Alagoas
 Centro de Educação
 Programa de Pós-Graduação em Educação

A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA EM ALAGOAS EM FÁBRICAS E USINAS
 ANTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

ALINE DA SILVA FERREIRA ADERNE

Tese de Doutorado submetida à banca examinadora, já referendada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 30 de abril de 2020.

Banca Examinadora:

Prof(a). Dr(a). LENIRA HADDAD (UFAL)
 Orientadora

Prof(a). Dr(a). WALTER MATIAS LIMA (UFAL)
 Examinador(a) Interno(a)

Prof(a). Dr(a). INALDA MARIA DOS SANTOS (UFAL)
 Examinador(a) Interno(a)

Prof(a). Dr(a). MOYSES KÜHLMANN JR (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS)
 Examinador(a) Externo(a)

Prof(a). Dr(a). GLZELE DE SOUZA (UFPR)
 Examinador(a) Externo(a)

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me concede força e coragem a cada dia.

Aos meus pais, Maria e Cícero. Em especial, minha mãe, meu porto seguro, sinônimo de força e superação, que não mede esforços por nós.

A minha irmã, Amanda, com quem divido alegrias e tristezas. Nossas diferenças se completam e, juntas, certamente somos mais fortes.

Ao meu amigo e amor, Adriano, presente em todos os momentos.

A minha família, pelo incentivo. Em especial minha prima Lídia Maria da Silva Santos e minhas tias Maria Lucineide da Silva e Luciana Correia da Silva. Nossa conexão é forte e muito especial.

À professora Lenira Haddad, pela orientação e contribuição em minha formação.

Aos professores Walter Matias Lima, Anderson de Alencar Menezes, Gizele de Souza, Moysés Kuhlmann Jr. e Inalda Maria dos Santos, pelos valiosos apontamentos durante a qualificação e a defesa.

A Elza Maria da Silva, Andreza Fabrícia Pinheiro da Silva, Cezar Nonato Bezerra Candeias e Jorge Eduardo de Oliveira, professores e colegas do CEDU que tanto me ensinaram e me encorajaram ao longo deste percurso.

A Adair Nunes da Silva, Ana Lúcia Gomes de Barros, Ana Maria Vergne de Moraes Oliveira, Carla Regina Lins Santos, Carlos de Freitas, Célia Cristina dos Santos Lima, Mário César Tavares Queiroz, Dianny Vasco Silva Magalhães, Eva Priscyla de Moraes Barros, Fabio Leandro Soares Santos, Jaasiel Cassiano Rocha, Jailton de Souza Lira, Javan Sami Araújo dos Santos, Kelly Cristina Lemos de Sant'Ana Barros, Lins Junior Farid, Manuel Ferreira de Lucena Filho, Maria Aparecida de Amorim, Maria do Carmo dos Santos Batista, Maria Luiza Santos Vieira, Maria, Eduardo Antonio Ramos de Menezes, Ronaldo Francisco da Silva, Rosângela Maria Perciano dos Santos, Salezia Magna de Oliveira Costa, Sandra Pinheiro de Farias Silva e Sonia Regina Salvador. Sua escuta e indicação de pistas foram cruciais para o andamento da pesquisa.

Às professoras Leonice Santos Lima, Maria Alba Correia da Silva, Maria José da Silva, Maria Lúcia de Lima Silva, Maria Nivalda Sampaio, Ruth Alipia Guimarães Malta Caloête e Tânia Gomes de Melo dos Santos. Suas contribuições foram de grande relevância!

A Denise Marques, Polyana Lima Rodrigues e Willams dos Santos Rodrigues Lima, pela ajuda na coleta e na transcrição dos dados.

À Quel, do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, e a Jayme Lustosa de Altavila, Arnaldo Paiva Filho e João Nogueira Júnior, pela paciência e prontidão na escuta e nos esclarecimentos.

A Surama Angélica da Silva, Thainy Kléia da Silva Lira, Janaila dos Santos Silva, Livia Couto Guedes, Maria Fabiana da Silva Costa, Gustavo Manoel da Silva Gomes, Kariny Louizy Amorim da Rocha Vanderlei e Iracilda da Silva Almeida, com quem pude dividir angústias e descobertas ao longo desta trajetória.

A Jerdionir dos Santos Silva, Samilly Mara Teixeira Barbosa de Oliveira, Christiane Vicente de Almeida, Lílian Bárbara Cavalcanti Cardoso, Emanoelly Caldas de Oliveira, Luciana da Silva Machado, Tays da Silva Ferreira, Ana Paula Santana Pontes, Polyana Amorim Lúcio e Silva, Simone Rocha Silva, Josivanio Silva de Sousa, Mary Rose Lopes de Oliveira Silva, Maria das Neves Ferreira Lima, Elisabete Martins de Oliveira, Grenia Fagundes da Silva, Edjane Maximiniana dos Santos, Priscila Ferreira Deodato Machado, Maria Odelma dos Santos Silva, Marta Matias Cavalcante e Wirla Inara de Oliveira Silva, pela força no dia a dia!

A Rosilda Helena Lisboa Nobre, pela sensibilidade em acolher.

Às colegas do Grupo de Pesquisa Educação Infantil e Desenvolvimento Humano (GPEIDH), pelos momentos de partilha.

Às crianças do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI). Graças a elas meus dias são mais coloridos.

Ao meu cunhado Adones Thiago Vilar Dias e aos meus queridos amigos Monalisa Madeiro Gregório Lima Rosa, José Lima Rosa Neto, Leandra Camila Souza dos Santos, Carlos Humberto Guilherme dos Santos, Josélia da Silva Moura dos Santos, Renato da Silva, Swlamita Rayssa Salvador, Tairlan França Vilar Santos, Thayllane Gonçalves Leite Ramos e Ricardo Gomes Ramos. Não posso esquecer minhas sobrinhas Lara Gabriela Madeiro Gregorio Lima Rosa e Alice Salvador França. Graças a vocês, esta jornada se tornou mais leve!

Gostaria de fazer um agradecimento especial a Albany Roberto da Silva, Albenice Roberto da Silva, Antônia Lopes da Silva, Cícera Gomes de Lima, Cleide Costa de Souza, Conceição Santos Barreto, Eunice Cordeiro da Silva, Iracema Fernandes da Silva, Ivonete Caldas da Silva, Luiza Soares da Silva, Margarida Santos Gomes, Maria Betânia Costa Leite, Maria das Dores Santos Oliveira, Marilza da Silva Almeida, Marlene Honorato da Silva, Petrucia Maria Oliveira, Rosemere da Silva Vieira e Yeda Maria Carlos. A voz de cada uma faz de vocês autoras desta história!

RESUMO

Esta tese se propõe a mapear e interpretar os principais modos de educação da infância de 0 a 6 anos em Alagoas, em fábricas e usinas, antes da Constituição federal de 1988. A existência dessas instituições é mencionada nos relatos orais, mas não se tem acesso a documentos ou informações sistematizadas. Para alcançar o objetivo proposto, os caminhos percorridos durante a pesquisa e os procedimentos adotados dividem-se em dois momentos, que envolveram tanto a coleta de documentos quanto entrevistas a figuras que fizeram parte dessa história. O primeiro momento compreendeu um levantamento geral de informações, baseou-se fundamentalmente na história oral e gerou o agrupamento de sete lugares: usinas de cana-de-açúcar; fábricas e indústrias; hospitais; instituições religiosas; universidade; escolas-parque; grupos escolares. O segundo momento realizou-se de forma mais seletiva, de maneira que foi feita a opção por dois lugares: usinas de cana-de-açúcar e fábricas de tecidos. A pesquisa versa sobre aspectos da história da educação da infância no sentido de construir a história das instituições da educação infantil no Brasil, no contexto mais amplo da discussão acadêmica. Para isso, apresenta um breve panorama da educação da infância anterior à referida Constituição, que tem como aporte teórico Kuhlmann Jr. (1998, 2009), Campos, Rosenberg e Ferreira (1993), Rosenberg (1994, 1999, 2002, 2003). Realiza um levantamento de estudos e pesquisas no banco de teses e dissertações da Capes em um recorte histórico de duas décadas (de 2000 a 2019), no intuito de conhecer a produção acadêmica relativa à história da educação da infância de 0 a 6 anos no Brasil até 1988. O percurso metodológico, pautado na história oral, apresenta algumas considerações a respeito de história e memória, e história oral, por meio de Ferreira e Amado (1998), Joutard (2000), Le Goff (1990), Montenegro (1993), Nora (1993), Schwarzstein (2001) e Thompson (1992). De posse desses elementos, apresenta a história da educação da infância em quatro fábricas de tecido situadas em três municípios alagoanos: Delmiro Gouveia, Maceió e Rio Largo, abrangendo o período de 1930 a 1960. Em seguida, volta-se para a história da educação da infância em dez usinas de cana-de-açúcar localizadas em oito municípios: Atalaia, Campo Alegre, Jequiá da Praia, Matriz do Camaragibe, Rio Largo, São José da Laje, São Miguel dos Campos e Teotônio Vilela, que contempla as décadas de 1960, 1970 e 1980. Fica evidente que todas as 14 instituições que compõem a pesquisa se voltaram para a educação de crianças de 0 a 6 anos por meio creches, jardins de infância, pré-escola e turmas de alfabetização muito antes da educação infantil ser uma política municipal regulamentada. Espera-se que a pesquisa lance pistas para novas possibilidades de investigação e possa contribuir com a construção da história da educação da infância em Alagoas, enriquecendo ou ampliando o campo da história da educação da infância no Brasil.

Palavras-chave: Alagoas. Educação infantil. Fábricas de tecido. Usinas de cana-de-açúcar.

ABSTRACT

This thesis proposes to map and interpret the main modes of early childhood education from 0 to 6 years in Alagoas, in factories and mills, before the Federal Constitution of 1988. The existence of these institutions is mentioned in the oral reports, but there is no access to documents or systematized information. To achieve the proposed objective, the paths taken during the research and the procedures adopted are divided into two moments, which involved both the collection of documents and interviews with individuals who were part of this history. The first moment comprised a general survey of information, based mainly on oral history and generated the grouping of seven places: sugar cane mills; factories and industries; hospitals; religious institutions; university; park schools; school groups. The second moment took place in a more selective way, so that the option for two places was made: sugar cane mills and fabric factories. The research deals with aspects of the history of early childhood education in order to build the history of early childhood education institutions in Brazil, in the broader context of academic discussion. To this end, it presents a brief overview of early childhood education prior to the aforementioned Constitution, which has the theoretical support of Kuhlmann Jr. (1998, 2009), Campos, Rosemberg e Ferreira (1993), Rosemberg (1994, 1999, 2002, 2003). It conducts a survey of studies and research in the database of theses and dissertations of Capes in a historical section of two decades (from 2000 to 2019), in order to know the academic production related to the history of early childhood education from 0 to 6 years in Brazil until 1988. The methodological path, based on oral history, presents some considerations about history and memory, and oral history, through Ferreira and Amado (1998), Joutard (2000), Le Goff (1990), Montenegro (1993), Nora (1993), Schwarzstein (2001) and Thompson (1992). With these elements, he presents the history of early childhood education in four fabric factories located in three municipalities in Alagoas: Delmiro Gouveia, Maceió and Rio Largo, covering the period from 1930 to 1960. Then it turns to the history of early childhood education in ten sugar cane mills located in eight municipalities: Atalaia, Campo Alegre, Jequiá da Praia, Matriz do Camaragibe, Rio Largo, São José da Laje, São Miguel dos Campos and Teotônio Vilela, which contemplates the 1960s, 1970s and 1980s. It is evident that all 14 institutions that make up the research turned to the education of children from 0 to 6 years old through nurseries, kindergartens, pre-school and literacy classes long before early childhood education was a regulated municipal policy. It is hoped that the research will offer clues to new possibilities for investigation and may contribute to the construction of the history of early childhood education in Alagoas, enriching or expanding the field of the history of early childhood education in Brazil.

Keywords: Alagoas. Early childhood education. Fabric factories. Sugar cane mills

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pesquisas sobre a educação da criança de 0 a 6 anos no Brasil, 2000-2018	22
Quadro 2 – Instituições religiosas encontradas em Alagoas antes de 1988	58
Quadro 3 – Instituições que ofertavam educação infantil em Alagoas antes de 1988 localizadas na 1. ^a etapa da pesquisa e professoras entrevistadas	65
Quadro 4 – Documentos localizados no Arquivo Público de Alagoas por assunto e ano	71
Quadro 5 – Usinas de cana-de-açúcar que ofertavam educação infantil em Alagoas antes de 1988	71
Quadro 6 – Fábricas que ofertavam educação infantil em Alagoas antes de 1988 ...	72
Quadro 7 – Fábricas têxteis localizadas em Alagoas antes de 1988.....	80
Quadro 8 – Fábricas têxteis localizadas em Alagoas que ofertavam educação da criança pequena antes de 1988	82
Quadro 9 – Usinas de cana-de-açúcar localizadas em Alagoas antes de 1988	114
Quadro 10 – Usinas de cana-de-açúcar localizadas em Alagoas que ofertavam educação da criança pequena antes de 1988	115
Quadro 11 – Escolas da Usina Santa Clotilde fundadas antes de 1988.....	128

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	– Livro de tombo	57
Imagem 2	– Grupos escolares da capital	62
Imagem 3	– Publicidade da Companhia União Mercantil	64
Imagem 4	– Municípios do estado de Alagoas onde se localizavam fábricas e usinas que ofertavam educação infantil antes de 1988	74
Imagem 5	– Seção de Tecelagem da Companhia de Fiação e Tecidos São Miguel .	76
Imagem 6	– Fábrica de Linhas da Pedra	79
Imagem 7	– Creche da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos entre 1945 e 1950	85
Imagem 8	– Jardim Infantil da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos entre 1945 e 1950a	87
Imagem 9	– Jardim Infantil da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos entre 1945 e 1950b	87
Imagem 10	– Jardim Infantil da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos entre 1945 e 1950c	88
Imagem 11	– Grupo Escolar Cônego Machado na década de 1970	92
Imagem 12	– Prédio onde funcionava a creche da Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas, 2019	95
Imagem 13	– Prédio onde funcionava o Grupo Escolar Cônego Machado, 2019	95
Imagem 14	– Turma do Jardim Infantil Maria Auxiliadora da Fábrica Carmem, 1965	97
Imagem 15	– Turma do Jardim Infantil Maria Auxiliadora da Fábrica Carmen, 1973	98
Imagem 16	– Desfile do Jardim Infantil Maria Auxiliadora da Fábrica Carmen, década de 1980	101
Imagem 17	– Farda do Jardim Infantil Maria Auxiliadora da Fábrica Carmen, década de 1980	101
Imagem 18	– Recordação escolar do Jardim Infantil Maria Auxiliadora da Fábrica Carmem	102
Imagem 19	– Jardim Infantil Maria Auxiliadora da Fábrica Carmem, 1981	103
Imagem 20	– Ata de fundação da cidade de Delmiro Gouveia	106
Imagem 21	– Boletim de Promoção, novembro de 1969	108
Imagem 22	– Engenho Conceição, São Miguel dos Campos, em 1932	113
Imagem 23	– Certificado de curso de treinamento, 1967	120

Imagem 24 –	Certificado de curso de treinamento, 1978	120
Imagem 25 –	Atividades nos espaços da Usina Utinga Leão, década de 1980a	122
Imagem 26 –	Atividades nos espaços da Usina Utinga Leão, década de 1980b	122
Imagem 27 –	Escola Nossa Senhora das Graças	126
Imagem 28 –	Educandário Odete Vilar Coutinho	143
Imagem 29 –	Creche Yeda Gomes de Barros	146
Imagem 30 –	Turma da Creche Yeda Gomes de Barros	147
Imagem 31 –	Dia festivo na Creche Yeda Gomes de Barros	150
Imagem 32 –	Creche Virgem de Fátima, década de 1970 e 1980	159
Imagem 33 –	Festa da criança na Creche Virgem de Fátima (a)	161
Imagem 34 –	Festa da criança na Creche Virgem de Fátima (b)	162
Imagem 35 –	Casa onde funcionava a Creche Virgem de Fátima, 2019	163
Imagem 36 –	Placa da primeira pré-escola da Escola Conceição Lyra, 1985	165
Imagem 37 –	Placa da Escolas Reunidas D. Maria da Conceição Diniz Lira, 1986 ...	165
Imagem 38 –	Sala de atividades da Escola Jayme Lustosa de Altavila em 1985	172
Imagem 39 –	Desfile cívico da Escola Jayme Lustosa de Altavila em 7 de setembro de 1985	174
Imagem 40 –	Desfile cívico da Escola Jayme Lustosa de Altavila em 7 de setembro de 1985	174
Imagem 41 –	Feira de Ciências da Escola Jayme Lustosa de Altavila	176

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRINQ	Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
ASSUFAL	Associação dos Servidores da Ufal
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAGB	Centro Educacional Antônio Gomes de Barros
CEDU	Centro de Educação
CEPA	Centro Educacional de Pesquisa Aplicada
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMEI	Centros Municipais de Educação Infantil
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
DNCr	Departamento Nacional da Criança
EFDTC	Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina
EI	Educação infantil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FEMAC	Fundação Educacional de Maceió
FNDE	Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação
GEPPECI	Grupo de Estudos e Pesquisas em Pedagogias e Culturas Infantis
GPEIDH	Grupo de Pesquisa Educação Infantil e Desenvolvimento Humano
IHGAL	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IOHA	International Oral History Association
IPAI	Instituto de Proteção e Assistência à Infância
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MEC	Ministério da Educação
NDI	Núcleo de Desenvolvimento Infantil
OCEI	Orientações Curriculares para a Educação Infantil
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPP	Projeto Político-Pedagógico

PRP	Partido Republicano Paulista
SACE	Sociedade de Auxílio à Criança Enferma
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SINDAÇÚCAR	Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool
SINTUFAL	Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Alagoas
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNEAL	Universidade Estadual de Alagoas
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	OS FIOS QUE LIGAM A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA .	21
2.1	Panorama da educação da infância antes da Constituição federal de 1988	21
2.1.1	Presença da LBA	29
2.2	Tipos de oferta para a educação da infância no Brasil antes de 1988: entre dissertações e teses	31
3	CAMINHOS DA PESQUISA PARA A OBTENÇÃO DOS DADOS	45
3.1	Algumas considerações sobre história e memória	45
3.2	Primeira aproximação ao campo de pesquisa	51
3.3	Segunda aproximação ao campo de pesquisa	66
4	EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA EM ALAGOAS NAS FÁBRICAS DE TECIDO	75
4.1	A educação da infância na Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos	82
4.2	A educação da infância na Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas	90
4.3	A educação da infância na Companhia União Mercantil	96
4.4	A educação da infância na Fábrica da Pedra	104
5	EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA EM ALAGOAS NAS USINAS DE CANA-DE-AÇÚCAR	111
5.1	A educação da infância na Usina Central Leão	115
5.2	A educação da infância na Usina Camaragibe	123
5.3	A educação da infância na Usina Santa Clotilde	127
5.4	A educação da infância na Usina Roçadinho	133
5.5	A educação da infância na Usina Sinimbu	141
5.6	A educação da infância na Usina Seresta	145
5.7	A educação da infância na Usina Serra Grande	150
5.8	A educação da infância na Usina Ouricuri	157
5.9	A educação da infância na Usina Caeté	164
5.10	A educação da infância na Usina Porto Rico	170
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
	REFERÊNCIAS	187

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	195
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	197
ANEXO A – CAPA DO BOLETIM MENSAL DO JARDIM INFANTIL ISMAR DE GÓES MONTEIRO	200
ANEXO B – BOLETIM MENSAL DO JARDIM INFANTIL ISMAR DE GÓES MONTEIRO	201
ANEXO C – FÁBRICA CACHOEIRA, 1888	202
ANEXO D – DEPARTAMENTO DE SAÚDE DA COMPANHIA ALAGOANA DE FIAÇÃO E TECIDOS	203
ANEXO E – COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS NORTE DE ALAGOAS. DESFILE DO GRUPO ESCOLAR CÔNEGO MACHADO ..	204
ANEXO F – CASAS DAS COMPANHIA UNIÃO MERCANTIL	205
ANEXO G – RECREIO OPERÁRIO DA COMPANHIA UNIÃO MERCANTIL	206
ANEXO H – FESTIVIDADE EM UMA CRECHE DA USINA UTINGA LEÃO – DÉCADA DE 1980	207
ANEXO I – PASTORIL DA CRECHE YEDA GOMES DE BARROS	208
ANEXO J – FESTA JUNINA DA CRECHE YEDA GOMES DE BARROS	209
ANEXO K – POSTO DE SAÚDE DA CRECHE VIRGEM DE FÁTIMA, 2019	210
ANEXO L – FESTA JUNINA DA CRECHE VIRGEM DE FÁTIMA, DÉCADA DE 1980	211
ANEXO M – FESTA DAS MÃES DA CRECHE VIRGEM DE FÁTIMA, DÉCADA DE 1980a	212
ANEXO N – FESTA DAS MÃES DA CRECHE VIRGEM DE FÁTIMA, DÉCADA DE 1980b	213
ANEXO O – PROFESSORAS DA ESCOLA JAYME LUSTOSA DE ALTAVILA, DÉCADA DE 1980	214

1 INTRODUÇÃO

Esta tese se propõe a mapear e interpretar os principais modos de educação da infância de 0 a 6 anos em Alagoas, em fábricas e usinas, antes da Constituição federal de 1988. A existência dessas instituições é mencionada nos relatos orais, mas não se tem acesso a documentos, tampouco a informações sistematizadas. Desse modo, a tese busca também contribuir com a construção da história da educação da infância em Alagoas, enriquecendo ou ampliando o campo da história da educação da infância no Brasil.

Atualmente, a educação infantil (EI) no estado de Alagoas compreende 47.599 crianças de 0 a 3 anos e 81.604 de 4 a 5 anos, totalizando 129.203 crianças matriculadas em creches e pré-escolas, segundo o Censo Escolar de 2018, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019). No caso da creche, a dependência administrativa municipal compreende 36.982 crianças matriculadas, seguido do setor privado, com 10.585 crianças matriculadas e da rede estadual com 32 crianças. Já na pré-escola, o setor municipal compreende 61.548 crianças matriculadas, seguido do setor privado, com 19.711 crianças e da rede estadual com 345 crianças. Esse marco legal representou uma virada na história da educação da criança de 0 a 6 anos, anunciando o direito da criança à educação em creches e pré-escolas, a responsabilidade pela municipalidade, sua vinculação a um único sistema, a educação e a definição de uma política nacional no que se refere às condições mínimas de infraestrutura, financiamento, perfil e formação do profissional que atua diretamente com criança.

Parte-se da hipótese de que a EI nem sempre teve essa forma de organização. Desse modo, algumas das perguntas que norteiam a pesquisa são: As instituições de educação infantil sempre foram vinculadas à educação? O termo creche sempre se referiu ao atendimento da criança de 0 a 3 anos e pré-escola de 4 e 5 anos? Quais as instituições que se voltaram à criança de 0 a 6 anos antes da educação infantil ser uma política municipal regulamentada?

A pesquisa não pretende retomar a história da educação infantil no estado de Alagoas abrangendo todos os municípios e todo o período do surgimento das instituições voltadas ao cuidado e à educação da criança de 0 a 6 anos até a aprovação da Constituição, pois uma única pesquisa não daria conta. No entanto, a ausência quase total de informações a respeito do que foi oferecido antes da Constituição de 1988 nos impele a lançar a iniciativa da identificação, localização e caracterização dessas instituições, cuja existência é mencionada nos relatos orais, mas não se tem acesso a documentos referentes a essas instituições. Várias evidências nos levam a essa constatação.

No biênio 2012-2013, na condição de aluna do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil oferecido pela Universidade Federal de Alagoas, foi possível perceber a ausência de informações relacionadas com a história da educação infantil da rede municipal de ensino de Maceió por meio de dois trabalhos realizados na disciplina Metodologias de Pesquisa e Educação Infantil.¹ À época, recorri à Secretaria Municipal de Educação (Semed) em Maceió para tentar informações sobre a história da educação infantil em Maceió e compreender o processo de documentação e avaliação das crianças matriculadas na rede. Tive acesso às fichas avaliativas e compreendi que estavam organizadas em áreas de conhecimento e/ou aspectos de desenvolvimento, a serem preenchidas para todas as crianças com distinção entre 0 a 3 e 4 e 5 anos. No entanto, quanto ao resgate da história da educação infantil, não havia na Semed registros oficiais ou qualquer tipo de documento que informasse sobre a constituição das formas de atendimento à infância quanto aos seus tipos e lugares.

Naquele momento, tomei conhecimento de que três pesquisadoras integrantes do Grupo de Pesquisa “Educação Infantil e Desenvolvimento Humano”, que cursaram o Mestrado, também sentiram dificuldade em obter dados sobre a rede pública de educação infantil de Maceió por ocasião das respectivas coletas de dados. Uma delas relata que, apesar dos avanços e conquistas legais em Maceió, “foi possível constatar de perto a morosidade das iniciativas no órgão municipal de EI, que não possui (ou não deixou transparecer que tinha) as informações necessárias no Departamento de Educação Infantil” (SANTOS, 2011, p. 103). Por esse motivo, não realizaram um aprofundamento da história da educação infantil no estado, limitando-se a traçar um perfil dentro da conjuntura atual.

Por ocasião da escrita de minha monografia para o referido Curso de Especialização, não conseguindo obter informações sobre a organização da rede e da formação dos profissionais diretamente do Departamento de Educação Infantil, busquei relatos orais de profissionais mais antigos na rede, como professoras aposentadas e/ou que estavam atuando como técnicas na Semed (FERREIRA, A., 2012).

Alguns anos depois, em 2015, na condição de aluna especial da disciplina “Políticas e Práticas de Educação Infantil: uma perspectiva histórica e sócio-ecológica do cuidar e educar”, ministrada pela professora Lenira Haddad no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Centro de Educação (Cedu) da Ufal, tive a oportunidade de acompanhar a elaboração e o lançamento das Orientações Curriculares para a Educação Infantil – OCEI (MACEIÓ, 2015). O documento em questão representa uma conquista para a educação infantil

¹ A disciplina foi ministrada pelas professoras Cláudia Pimentel e Lenira Haddad, ambas do setor de estudos em educação infantil da Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

de Maceió, uma vez que a proposta anterior às OCEI (MACEIÓ, 1996) era focada nos processos de alfabetização e necessitava ser atualizada no sentido de contemplar as atuais pesquisas, políticas públicas e demandas históricas e sociais. Pude testemunhar a dificuldade que a equipe encontrou em obter informações consistentes sobre a história da educação infantil no município durante o processo de elaboração do terceiro capítulo da obra, intitulado “Maceió em Perspectiva”, que busca recuperar a história da rede de educação infantil no contexto da Semed e os investimentos atuais com parcerias que qualificaram a rede.

Essa história é descrita como se tivesse “fios soltos” e fosse composta por “muitas vozes”, que incluem depoimentos de profissionais que atuaram como professores, na direção do Departamento de Educação Infantil, na direção de Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), na coordenação pedagógica, na assessoria e na coordenação de projetos adotados pelo município de Maceió. São relatos que tornaram possível a construção do referido capítulo, que contempla avanços e desafios da educação infantil na rede pública do município a partir da década de 1990 até os dias atuais. Aborda o processo de incorporação das creches na política pública de educação infantil, em Maceió, algumas premiações, projetos atuais da Gestão Municipal da Educação Infantil (tais como o Paralapraca e o Brincar) e também a reforma do currículo do Curso de Pedagogia da Ufal em 2006, que instituiu o Estágio Supervisionado em Educação Infantil como disciplina obrigatória, além de outras disciplinas específicas da área. No entanto, reflete, ainda, uma lacuna no que se refere à constituição do departamento de educação infantil em Maceió evidenciando que a história da educação infantil em Maceió não estava registrada.

No caso de Alagoas, a única pesquisa existente no campo da educação infantil até o momento é a pesquisa de Elza Silva (2009), fruto de uma pesquisa de mestrado defendida na Universidade Federal em 2003, associada à linha de pesquisa História e Política da Educação vinculada ao PPGE. A referida pesquisa retrata as origens da educação infantil em terras brasileiras e, por fim, destina um capítulo para tratar das suas raízes em Alagoas entre o século XIX e o início do século XX. Esse recorte temporal considerou o fato de que foi somente a partir de fins do século XIX que a educação alagoana passou a abarcar a educação infantil. O resgate dos primórdios da educação infantil no estado verifica-se pelo viés da responsabilidade do poder público, tendo como foco a natureza das primeiras experiências em educação de crianças em busca da compreensão do sentimento de infância presente nas propostas e sua relação com os aspectos econômicos, políticos e sociais da época.

Elza Silva (2009) analisou documentos legais e oficiais, tais como leis, normas, discursos institucionais, periódicos, mensagens governamentais e relatórios dos presidentes de

província além de jornais que tornaram acessíveis notícias, artigos e publicidade sobre o tema. Também realizou entrevistas semiestruturadas com pessoas que viveram experiências de educação infantil como alunos e professores. Nessa pesquisa a autora evidencia que a educação em Alagoas esteve, nos seus primórdios, quase unicamente sob a responsabilidade dos conventos franciscanos “existentes em Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul (atual Marechal Deodoro) e Penedo, que tratava saber ler e escrever um privilégio das poucas que tinham em casa quem lhes ensinasse” (SILVA, 2009, p. 54). Desse modo, durante muito tempo, a escolarização dessas crianças efetuava-se por meio de iniciativas particulares, na maioria das vezes, no ambiente doméstico.

Sendo a educação inicialmente dada às crianças uma responsabilidade da família, até o início das duas primeiras décadas do século XX não se encontram registros de escolas para crianças pequenas, menores de 7 anos, de natureza pública. Os registros são de casas de amparar às crianças órfãs ou de famílias pobres para o aprendizado das primeiras letras e, principalmente, de afazeres domésticos, a exemplo do Asilo Nossa Senhora do Bom Conselho. (SILVA, 2009, p. 54).

Segundo a pesquisadora, até a década de 1970, as salas de aulas públicas e particulares voltadas para a educação de crianças funcionavam sem a indicação da idade exata das crianças. A prioridade desses espaços era o ensino das primeiras letras para crianças ou para quem estivesse interessado. A pesquisadora reforça que as creches públicas somente foram criadas na década de 1970, tendo caráter assistencial e apenas “duas escolas de Jardim de Infância experimentais” eram mantidas pelo estado, “uma no Instituto de Educação de Maceió e outra na Escola Normal de Penedo, com a matrícula de 440 alunos” (SILVA, 2009, p. 69). Esses dois jardins de infância não foram identificados pela autora, que, ao ser consultada, menciona que essas escolas funcionavam no Instituto de Educação de Maceió e na Escola Normal de Penedo como escolas experimentais. Afirma, ainda, que, no fim do século XX, a oferta de educação infantil em Alagoas era bastante resumida na rede pública e de forma improvisada, com grande precariedade na rede privada. Era comum a falta de material, a desqualificação do pessoal, desvalorização profissional dos que trabalhavam com educação e sob a responsabilidade do governo estadual.

Na esperança de encontrar outros grupos de pesquisa em outras universidades do estado dedicados à infância e à educação da criança pequena, realizei um levantamento de pesquisas relacionadas com a história da educação em Alagoas em faculdades de Pedagogia particulares e da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal). Feito isso, apenas duas pesquisas foram

encontradas, as pesquisas de Albuquerque (2013) e Martins (2014), mas não se referem propriamente à educação da infância.

Suzana Lopes de Albuquerque (2013) analisa a escola de primeiras letras na província alagoana oitocentista na escolarização da infância, buscando os vestígios da noção de infância nos discursos e práticas escolares alagoanos no Império brasileiro, o tipo de formação, saberes e métodos que eram exigidos aos professores da infância e quais circulavam nas escolas de primeiras letras do referido período.

Iane Campos Martins (2014) analisa os escritos educacionais de João Craveiro Costa de 1874 a 1934, e sua prática como diretor escolar, e os ideais da Escola Nova em Alagoas nas décadas de 1920 a 1930. Esse recorte temporal considera a produção do autor sobre a educação e o contexto nacional de renovação dos métodos escolares no debate entre a escola tradicional e a Escola Nova.

É válido ressaltar que, em Alagoas, até 2006, apenas o grupo de pesquisa Caminhos da Educação em Alagoas voltava sua atenção para o resgate da história da educação no estado. Esse grupo fazia parte da linha História e Política da Educação vinculada ao PPGE já mencionado. É possível que esse contexto tenha contribuído para a escassez de informações sistematizadas e de pesquisas relacionadas com a história da educação infantil em Alagoas. Somente em 2007, após a reestruturação curricular do Curso de Pedagogia da Ufal, que possibilitou a realização de concursos públicos para professor efetivo na área da Educação Infantil e a inserção de disciplinas específicas dessa área no Curso de Pedagogia, a Ufal foi contemplada com o primeiro grupo de pesquisa voltado para a educação infantil, Educação Infantil e Desenvolvimento Humano, tendo como líder, a professora Dra. Lenira Haddad. Mais recentemente, em 2016, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Pedagogias e Culturas Infantis (GEPPECI) foi constituído nessa mesma linha sob a liderança do professor Dr. Cleriston Izidro dos Anjos.

O objeto de investigação desta tese delimita-se a partir dessas considerações. Uma vez constatada a ausência de dados históricos sistematizados sobre a história da educação da infância em Alagoas, este trabalho tem o objetivo de mapear e interpretar os principais tipos de atendimento à criança de 0 a 6 anos em Alagoas, antes da Constituição de 1988, em fábricas e usinas, no intuito de contribuir para o início de uma sistematização de informações sobre sua história e contribuir com a construção da história da educação da infância no Brasil.

A pesquisa que ora se apresenta volta-se ao trabalho de identificação e localização do que chamo de lugares e modos de educar as crianças em Alagoas em um período que antecede a Constituição de 1988. Situa-se no âmbito de projeto de pesquisa mais amplo realizado pelo

Grupo de Pesquisa Educação Infantil e Desenvolvimento Humano (GPEIDH), intitulado A Educação Infantil no Estado de Alagoas. O projeto procura contribuir para cobrir uma lacuna causada pela escassez de informações sistematizadas sobre essa etapa da educação básica no estado de Alagoas e contempla uma perspectiva histórica e atual.

Nossa pesquisa trata da perspectiva histórica e buscou suprir a ausência de informações sistematizadas, tomando como um modo de geração de dados o rastreamento de instituições que se sabe sobre sua existência, para localizar suas origens e identificar suas características. Esse rastreamento envolveu tanto a coleta de documentos quanto entrevistas a figuras que fizeram parte dessa história. O rastreamento, que tampouco seguiu um planejamento ou uma sequência linear, concretizou-se por meio de um conjunto de ações (contatos via mensagens e ligações) em busca de pistas que pudessem levar a documentos e/ou entrevistados potenciais. Dessa aproximação inicial ao campo, identificou-se uma diversidade de lugares que foram agrupados em sete conjuntos: usinas de cana-de-açúcar; fábricas e indústrias; hospitais; instituições religiosas; universidade; escolas-parque; grupos escolares. Dada a grande profusão de instituições localizadas, o foco voltou-se, em um segundo momento, para as usinas de cana-de-açúcar e fábricas têxteis. Esse foco foi considerado uma possibilidade de não apenas ampliar a produção nacional das pesquisas que se voltam à história da infância, mas dar um novo colorido a ela ao trazer as peculiaridades regionais que caracterizaram os modos de educar a infância no estado de Alagoas.

Uma vez explanados esses aspectos nesta seção introdutória, a seguir, apresento a organização do texto em forma de seções.

A segunda seção trata dos aportes teóricos que fundamentam a tese. Versa sobre aspectos da história da educação da infância. O problema referente à interpretação dos principais tipos de atendimento à criança de 0 a 6 anos em Alagoas, antes da Constituição federal de 1988, situa-se no intuito de construir a história das instituições da educação infantil no Brasil em um contexto mais amplo da discussão acadêmica. Para isso, apresenta um breve panorama da educação da infância anterior à referida Constituição. Em seguida, um levantamento de estudos e pesquisas no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em um recorte histórico de duas décadas (do ano 2000 a 2019), no intuito de conhecer a produção acadêmica relativa à história da educação da infância de 0 a 6 anos no Brasil até 1988, em especial o tipo de oferta voltada para a educação da infância.

A terceira seção apresenta o percurso metodológico da pesquisa. Desse modo, retomo à questão principal da tese, que é mapear e interpretar os principais tipos de atendimento à criança

de 0 a 6 anos em Alagoas, antes da Constituição de 1988 em Alagoas, no intuito de colaborar para a construção da história das instituições da educação infantil no Brasil. A questão principal é retomada porque, a partir dela, apresento algumas considerações a respeito de história e memória (LE GOFF, 1990; NORA, 1993) e história oral (FERREIRA; AMADO, 1998; JOUTARD, 2000; MONTENEGRO, 1993; SCHWARZSTEIN, 2001; THOMPSON, 1992), das quais me sirvo para justificar a escolha metodológica, em que apresento os caminhos percorridos durante a pesquisa e os procedimentos adotados, divididos em dois momentos.

A quarta seção volta-se para o conhecimento da história da educação da infância em cinco fábricas, sendo quatro têxteis e uma do ramo alimentício. Essas instituições se situam em três municípios: Delmiro Gouveia, Maceió e Rio Largo, bem como nos distritos de Maceió, Fernão Velho e Saúde.

A quinta seção versa a respeito da história da educação da infância em Alagoas em dez usinas de cana-de-açúcar localizadas em oito municípios de Alagoas: Atalaia, Campo Alegre, Jequiá da Praia, Matriz do Camaragibe, Rio Largo, São José da Laje, São Miguel dos Campos e Teotônio Vilela.

Por último, a seção 6 apresenta as Considerações Finais.

2 OS FIOS QUE LIGAM A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA

Nesta seção busca-se situar o problema que se refere ao mapear e interpretar os principais tipos de atendimento à criança de 0 a 6 anos em Alagoas, em fábricas e usinas, os quais chamarei de lugares e modos, antes da Constituição federal de 1988, no intuito de construir a história das instituições da educação infantil no Brasil em um contexto mais amplo da discussão acadêmica sobre o tema. Para isso, apresentei um breve panorama da educação da infância anterior à referida Constituição, que tem como aporte teórico Campos, Rosemberg e Ferreira (1993), Kuhlmann Jr. (1998, 2009), Rosemberg (1999, 2002, 2003), Rosemberg e Campos (1994) e Silva (2009). Em seguida, um levantamento de estudos e pesquisas no banco de teses e dissertações da Capes em um recorte histórico de duas décadas (do ano 2000 a 2019), no intuito de conhecer a produção acadêmica relativa à história da educação da infância de 0 a 6 anos no Brasil até 1988, em especial o tipo de oferta voltada para a educação da infância.

2.1 Panorama da educação da infância antes da Constituição federal de 1988

Segundo Kuhlmann Jr. (1998, p. 87), a creche não era defendida de forma generalizada pois “trazia à tona conflitos como a defesa da atribuição de responsabilidade primordial a mãe na educação da pequena infância”. A constituição das creches foi objeto de controvérsias, pois “a afirmação da sua necessidade pressupunha que essas instituições poderiam colaborar para conciliar a contradição entre o papel materno defendido e as condições de vida da mulher pobre e trabalhadora”.

As novas instituições não eram apenas um mal necessário, mas representavam a sustentação dos saberes jurídico, médico e religioso no controle e elaboração da política assistencial que estava sendo gestada, e que tinha na questão da infância o seu principal pilar. Cada saber apresentava as suas justificativas para a implementação de creches, asilos ou jardins de infância, e seus agentes promoveram a constituição de associações assistenciais privadas, como apresentado acima. Essas influências se articularam, em nosso país, tanto na composição das entidades, como na participação e organização de congressos sobre os temas da assistência, da higiene, da educação etc., que ocorreram em número expressivo durante o período estudado. (KUHLMANN JR., 1998, p. 88).

Esses congressos tiveram início em 1894 na Antuérpia Bélgica. Repetiram-se em 1895, Bruxelas, e 1905 em Liège. No mesmo ano, realizou-se o Primeiro Congresso Internacional de Gotas de Leite em Paris; e o segundo em Bruxelas, 1907, mesma época em que a União

Internacional de Proteção à Infância da Primeira Idade foi criada. Em 1911, realizou-se o terceiro congresso em Berlim, e em 1913, reunia-se na Bélgica o 1.º Congresso de Proteção à Infância (KUHLMANN JR., 1998).

Os Congressos Americanos da Criança, por sua vez, realizaram-se a partir de 1916 em Buenos Aires, o segundo em Montevideu (1919) e o terceiro durante a exposição de 1922 no Rio de Janeiro com o 1.º Congresso Brasileiro de proteção à infância. Nesse último, que representa a consagração de propostas discutidas no início do século XX, participaram membros de 21 estados brasileiros. Seu objetivo era “tratar de todos os assuntos que direta ou indiretamente se referir a uma criança, tanto no ponto de vista social, médico, pedagógico e higiênico, em geral, como particularmente em suas relações com a família, a sociedade e o estado” (KUHLMANN JR., 1998, p. 90). Segundo o autor, “três influências básicas podem ser identificadas na composição de forças para a elaboração dessas políticas: a médico-higienista, a jurídico-policial e a religiosa”.

O médico higienismo, por sua vez, teve início na década de 1870, com a consolidação e o avanço dos conhecimentos relativos às relações entre microrganismos e doenças. Kuhlmann Jr. (1998, p. 90) enfatiza que “a cooperação internacional para a prevenção de doenças passou a ser assunto da maior importância a partir do século XIX”. Tendo a medicina e a higiene autoridade incontestável nas pesquisas no campo da epidemiologia, os médicos ganharam papel preponderante nas discussões sobre as crianças. Esses profissionais, conhecidos como higienistas, “discutiam os projetos para a construção de escolas, a implantação dos serviços de inspeção médico-escolar, e apresentavam sugestões para todos os ramos do ensino, em especial com relação à educação primária e infantil (KUHLMANN JR., 1998, p. 91).

Naquele momento, relata Kuhlmann Jr. (2009, p. 92), a pediatria “encontrava na puericultura a forma de divulgação de normas racionais de cuidados com a infância”. Entretanto, “desdobrava-se numa perspectiva de controle social adotando princípios de eugenia, concepção racista que ganharam espaço nesse período”. Outro aspecto que chama a atenção é que a participação da mulher na assistência era auxiliar a intervenção dos homens, sendo subordinadas e ocupando o cargo de caráter secundário na composição das associações. “As mães burguesas, as esposas e parentes dos promotores das associações assistenciais eram postas como aliadas nos médicos na tarefa de difusão dos novos comportamentos exigidos para a função materna, atuando como modelos junto às mães trabalhadoras” (KUHLMANN JR., 1998, p. 92).

Do ponto de vista jurídico policial, Kuhlmann Jr. (1998) reforça que as preocupações com as legislações trabalhista e criminal trazem o tema da chamada infância moralmente

abandonada. A legislação trabalhista contou com a implementação de uma divisão entre duas medidas, uma para os trabalhadores, entendidos como beneficiados, e outra no campo da assistência voltada para os mais pobres entendidos como assistidos.

Determinados aspectos da vida dos operários – tais como habitação, a educação das crianças etc. – não são vistos como direitos do trabalhador, mas como mérito dos que se mostrem mais subservientes. Segmenta-se preconceituosamente a pobreza – considerada uma ameaça a tranquilidade das elites – procurando dificultar o seu acesso aos bens culturais. (KUHLMANN JR., 1998, p. 93).

Nesse contexto, o autor pontua uma publicação de 1916, *Criminalidade da infância e da adolescência* (MORAES, 1916), na qual as causas da criminalidade eram divididas em duas categorias, uma de fatores individuais, ligados à hereditariedade, e outra de fatores sociais.

A respeito da influência religiosa, Kuhlmann Jr. (1998, p. 95) menciona que a Igreja Católica era considerada a única instituição capaz de salvar a ordem social e fazer a felicidade dos povos. “Seguindo o exemplo de outros setores, realizaram-se congressos católicos visando organizar e homogeneizar o clero e os loucos e os leigos militantes para a implementação das novas políticas assistenciais.” O autor também destaca que “considerada componente da ordem natural de Deus, a propriedade privada seria inviolável; assim, para proteger os proprietários, a multidão deveria ser mantida na linha do dever, teria de sofrer e suportar sua condição subalterna” (KUHLMANN JR., 1998, p. 95). Segundo ele, a igreja era apresentada pelos religiosos como um sustentáculo da sociedade capitalista, com ênfase em sua experiência na caridade.

Kuhlmann Jr. (1998, 2009) traz à tona as primeiras instituições de que se tem conhecimento no Brasil. A primeira delas é a creche da Companhia de Fiação e Fábrica de Tecidos Corcovado no Rio de Janeiro, inaugurada em 1899, no mesmo ano de fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (Ipai) no Rio de Janeiro, que, posteriormente teve filiais em todo o País. Naquela época, a recomendação de creches às indústrias ocorria com frequência nos congressos sobre a assistência à infância. Tratava-se de uma medida que defendia a criação de uma regulamentação das relações de trabalho, particularmente quanto ao trabalho feminino. É interessante que a Corcovado já havia criado o Montepio dos operários em 1896, visando prestar assistência médica e dentária, socorro funerário e pecuniário aos sócios, empregados e sua família (KUHLMANN JR., 1998).

Em 1901, em São Paulo, Anália Franco criou a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva, que “organiza escolas maternais e creches, agregadas a asilos para órfãos”

(KUHLMANN JR., 2009, p. 183). A expansão foi tanta que, em 1910, havia 18 escolas maternas e 17 creches-asilo no estado de São Paulo.

Em 1908, duas creches são inauguradas no Rio de Janeiro: Creche Senhora Alfredo Pinto pelo Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro e a Creche Central do Patronato de Menores, criada pela iniciativa de juristas e senhoras da sociedade fluminense. No mesmo ano, a Prefeitura de Belo Horizonte inaugurou a Escola Infantil Delfim Moreira, dividida em duas seções, sendo a segunda unidade, a Escola Infantil Bueno Brandão, unidade criada em 1914 (KUHLMANN JR., 1998, 2009).

Kuhlmann Jr. destaca que, embora a regulamentação do ensino municipal do Rio de Janeiro de 1897 previsse que o ensino primário ocorresse em jardins de infância e escolas primárias, os jardins de infância municipais foram criados apenas em 1909 e receberam nome de uma personalidade: “Jardim de Infância Campos Sales, depois, Marechal Hermes (1910) e Bárbara Ottoni (1922).” (KUHLMANN JR., 2009, p. 183).

Outros exemplos de creches e escolas maternas em indústrias da época citados por Kuhlmann Jr. (1998) são: a Companhia de Tecidos Aliança do Rio de Janeiro; a Vila Operária Maria Zélia, em 1918, em São Paulo, e em 1925, a Indústria Votorantim em Sorocaba.

A respeito dos jardins de infância, é importante mencionar que essa denominação foi utilizada por Frederico Guilherme Fröebel para designar a escola infantil inaugurada por ele em 1840 na Alemanha. Tratava-se de uma instituição pré-escolar tipicamente educativa:

Ao escolher esse nome para seu instituto, Fröebel opta por uma metáfora do crescimento da planta. Na observação da natureza percebe que cada planta pertence a uma espécie, tem características próprias e exige do jardineiro cuidados especiais relativos à época de plantio, poda, constância na regra e outros, para crescer. Da mesma forma, ao estudar o desenvolvimento da criança, percebe que ela necessita de atenção, cuidados semelhantes à planta para crescer saudável. Nesse sentido, ao comparar o desenvolvimento da criança ao de uma planta, atribui à jardineira, a professora de educação infantil, e aos esforços conjuntos da escola e família a tarefa de propiciar o desenvolvimento intelectual, emocional, físico, social e moral da criança. (KISHIMOTO, 1988, p. 32).

A educação deveria ser ministrada pelas jardineiras e, desse modo, Fröebel conclamava que as mulheres deveriam aplicar suas qualidades maternas no contexto público de uma instituição. Nessa perspectiva, segundo Kuhlmann Jr. (1998, p. 114), os *kindergarten*, ou jardins de infância, “propuseram a transcendência dos limites do público e do privado, apresentando os valores das esferas públicas e privadas – família e escola, criação materna e cidadania responsável – como complementares mais do que dicotômicas”.

Pretendia não apenas reformar a educação pré-escolar, mas, por meio dela, a estrutura familiar e os cuidados dedicados à infância, envolvendo a relação entre as esferas pública e privada. A educação ministrada no lar ou na escola fomentaria nas crianças a preguiça e a indolência. As energias humanas não estariam sendo desenvolvidas, muitas se atrofiando, perdendo-se por completo. Fröebel considerava que seria sumamente proveitosa a introdução de verdadeiras horas de trabalho manual na educação das crianças. (KUHLMANN JR., 1998, p. 115).

De acordo com Kuhlmann Jr. (1998), a difusão internacional do jardim de infância ocorreu principalmente pela imprensa norte-americana e europeia. O autor destaca Gabriel Prestes por trazer o material fröebeliano para o Brasil, mas enfatiza que, antes mesmo da República “uma das maiores defesas da implantação do jardim de infância no Brasil foi feita por Rui Barbosa, em 1822, em um parecer apresentado na Câmara do Império sobre reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução” (KUHLMANN JR., 1998, p. 117). No documento, constava a proposta educativa de Fröebel para a educação da infância.

A implementação do jardim de infância, segundo Kuhlmann Jr. (1998), não considerava apenas o poder formativo dessa instituição, mas também o benefício econômico, visto que, porque, naquele momento, havia relatos de que a anexação dos jardins infantis às escolas comuns atuava com força econômica, por promoverem hábitos de regularidade e diligência “poupando dois anos de trabalho à escola primária, e proporcionando, portanto, dois anos adicionais à escola intermediária” (KUHLMANN JR., 1998, p. 118).

Kuhlmann Jr. (1998, p. 119) lembra que, em 1851, os *kindergartens* foram suprimidos na Alemanha, por serem “considerados centros de subversão política e de ateísmo – por sua visão não-ortodoxa da religião – bem como pela facilitação ou o estímulo do trabalho da mulher fora do lar, ou pela ideia de levar as características das mulheres para a esfera pública”. Mesmo assim, eles se espalharam por todo o mundo ocidental e encontraram maior desenvolvimento nos Estados Unidos, onde os primeiros *kindergartens* foram fundados em 1855. Nos Estados Unidos, os jardins de infância foram usados como agente de reforma moral, no combate às “más influências privadas, principalmente das famílias dos imigrantes, com as virtudes públicas da sociedade americana dominante. Os *kindergartens* contaram com o apoio de reformadores como Dewey e Stanley Hall”.

No Brasil, os jardins de infância, de orientação fröebeliana, que compunham o setor privado da educação pré-escolar, voltado para as elites, teve como principais expoentes, no Rio de Janeiro, o Colégio Menezes Vieira, fundado em 1875, e em São Paulo, a Escola Americana, fundada em 1877. Em 1883, “a Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro apresentou inúmeros

materiais provindos de diversos países, incluindo-se aqueles relativos ao jardim de infância” (KUHLMANN JR, 1988, p. 118).

No âmbito público, Kuhlmann Jr. (1998) menciona o Jardim de Infância Caetano de Campos, criado em 1896 na cidade de São Paulo. A instituição fazia parte da proposta educacional do Partido Republicano Paulista (PRP), do projeto da Escola Normal e dos planos de seu diretor, Gabriel Prestes, filiado ao PRP desde 1980. Segundo o autor, a cúpula do PRP e representantes da elite paulistana obtiveram vagas na primeira turma de crianças. “Durante muito tempo, o Jardim contou com esse tipo de clientela: como escola-modelo, o Jardim acabava por reservar o privilégio de seu espaço e materiais à elite paulistana.” (KUHLMANN JR, 1988, p. 122).

Há também outras observações interessantes feitas por Kuhlmann Jr. (1998) a respeito Jardim de Infância Caetano de Campos. “O Jardim foi dividido em três turmas chamadas períodos. O primeiro período para as crianças de quatro anos, o segundo, para as de cinco anos e o terceiro para as de seis”. (KUHLMANN JR, 1988, p. 124). Cada classe era acompanhada por uma professora e uma auxiliar. Nessa primeira turma de 1896, os alunos não usavam uniforme, “só um chapéu com a inscrição Jardim de Infância. Previa-se para o ano seguinte, além dos chapéus, aventais ou outra vestimenta qualquer que servisse de uniforme” (KUHLMANN JR, 1988, p. 124).

Além dessa instituição, alguns exemplos de jardins de infância, de caráter público, criados no século XX, podem ser vistos nos estados da Amazônia (MIKI, 2014), no Paraná (SOUZA, 2004), no Rio de Janeiro (MONÇÃO, 2015), em Goiás (FONSECA, 2014) e em Minas Gerais (VERGARA, 2010), apresentados mais adiante.

Em 1897, inaugurou-se o primeiro jardim de infância de caráter público no estado da Amazônia, vinculado ao Instituto Benjamin Constant (MIKI, 2014). Em 1906, os primeiros jardins de infância públicos surgiram em paralelo aos grupos escolares e como anexos às Escolas Normais em Curitiba, Paraná. Em 1906, inaugurou-se a Escola Jardim da Infância em Curitiba, Paraná (SOUZA, 2004). Em 1909, no Rio de Janeiro, fundou-se o primeiro jardim de infância público (MONÇÃO 2015).

Já em 1929, inaugurou-se o primeiro jardim de infância público do estado de Goiás na capital e o Grupo Escolar. Naquele momento, a pedagogia de Fröebel foi incorporada à legislação goiana (FONSECA, 2014). Em 1962, na cidade de São João del-Rei em Minas Gerais, foi criado o primeiro jardim de infância, “Bárbara Heliadora”. Na época foi publicado no Diário Oficial do Estado instruções necessárias para orientar as autoridades responsáveis pela designação do novo estabelecimento de ensino (VERGARA, 2010).

Somente em 1906, com a Regulamentação da Instrução Pública (DIÉGUES JUNIOR, 1906), falou-se pela primeira vez da criação do jardim de infância no estado. Em 1912, o Regulamento da Instrução Pública prevê novamente a criação de um Jardim de Infância, anexo à Escola Normal, a Escola Modelo. Nesse mesmo período criou-se o cargo de Inspetor de Jardim de Infância, embora ainda não houvesse nenhuma escola de natureza pública para crianças menores de 7 anos.

Há indícios de que as primeiras escolas infantis surgiram na década de 1920 em Alagoas, pois o Regulamento da Instrução Pública de Alagoas de 1925 menciona a criação de escolas primárias classificadas: segundo a progressão do ensino (infantis e fundamentais), segundo sua organização (isoladas, reunidas e reagrupadas) e segundo sua localização (rurais e urbanas).

As escolas infantis, denominadas jardins de infância, deveriam servir de intermediárias entre a família e a escola, e iniciar a educação pré-escolar das crianças, de ambos os sexos, um curso de dois anos (COSTA, 1931). Crianças maiores de 5 anos e menores de 7 anos eram admitidas na escola mediante as seguintes condições: a) não sofrerem de moléstia contagiosa ou repugnante; b) serem vacinadas contra a varíola; c) pagarem a taxa escolar. A admissão para a matrícula deveria ser proporcional à capacidade do prédio, e as crianças de condição mais humilde tinham preferência e ficavam isentas do pagamento da taxa.

Em cada classe do jardim de infância, não se poderia admitir mais de 40 crianças. Essas escolas infantis eram compostas por pessoal docente e administrativo e obedeciam ao mesmo regimento estabelecido para as escolas agrupadas. Para assumir a função de direção, tinham prioridade as professoras normalistas com prática no magistério.

A primeira referência sobre a construção efetiva de um Jardim Infantil em Alagoas é de 1926, quando se instalam, os fundos do prédio do Grupo Escolar Pedro II, na Praça Deodoro, onde hoje está instalada a Academia Alagoana de Letras, classes dessa natureza, com estrutura e organização autônomas. O objetivo dessa iniciativa era óbvio: sendo o Grupo Escolar Pedro II uma escola modelo para a aprendizagem prática das normalistas que estavam se preparando para magistério, o Jardim Infantil destinava-se a contribuir na formação das futuras professoras, sendo, portanto, um projeto piloto e não expressão de uma política pública generalizada para o setor. (SILVA, 2009, p. 61).

O Pavilhão Montessori, construído em 1926, funcionava anexo ao Grupo Escolar D. Pedro II (MARTINS, 2014). Anos depois, uma das escolas do Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (Cepa) recebeu o nome de Jardim Infantil Maria Rosália Ambrozzio, atualmente conhecida como Escola Estadual Maria Rosália Ambrozzio. O nome é homenagem a uma

professora primária enviada à Itália para aprender o método de ensino de Maria Montessori² e aplicá-lo no primeiro Jardim Infantil D. Pedro II.

Vale lembrar que Montessori repensou aspectos como o conceito de educação, o papel da criança, o ambiente de aprendizagem e o papel do professor, pois se dedicou aos problemas educativos e pedagógicos, e, posteriormente, fundou uma Casa das Crianças (Casa dei Bambini) e desenvolveu materiais didáticos. De acordo com o Lar Montessori, o Método Montessori é a perspectiva educacional que tem como base a observação do comportamento de crianças em ambientes estruturados e não estruturados (SALOMÃO, [2013]).

As Casas das crianças eram ambientes especialmente equipados para atender às necessidades desse público, que podiam transformar e melhorar exercendo seu senso de responsabilidade. Nesses locais, tudo era adaptado às crianças, às suas atitudes e perspectivas próprias: não só os armários, as mesas e as cadeiras, mas também as cores, os sons e a arquitetura. Era esperado delas que vivessem e se movessem nesse ambiente como seres responsáveis e que participassem do trabalho criador como das tarefas de funcionamento, de maneira a subir uma ‘escala’ simbólica que conduzia à realização. (ROHRS, 2010, p. 18).

Montessori modificou a estrutura e a organização das salas, substituindo cadeiras e móveis pesados por materiais mais leves que pudessem ser movimentados pelas crianças; e nas estantes projetadas para adultos, colocou prateleiras baixas para garantir o acesso das crianças a todos os recursos disponibilizados. Esses aspectos influenciaram sua percepção a respeito de um padrão no comportamento infantil: a autoeducação e a autodisciplina eram tendências naturais, e surgiam quando a criança tinha autonomia para fazer suas escolhas. Essas constatações formaram a base de seu método. Com o tempo, outras Casas de Crianças foram criadas com a mesma proposta, e seus estudos tiveram repercussão internacional.

De acordo com Hermann Röhrs, as ideias de Montessori foram divulgadas no Brasil por Miguel Calmon Dupin e Almeida com a palestra intitulada *As Promessas e os Resultados da Pedagogia Moderna na Bahia* em 1915. Em 1924, Röhrs (2010) obteve a autorização de Montessori para a publicação no Brasil da sua obra *A pedagogia científica: a descoberta da criança*. Entre 1925 e 1930, a professora italiana Joana Scalco, radicada em Curitiba, “trocou correspondência com Montessori e insistiu junto aos órgãos oficiais para que se implantasse

² Maria Montessori nasceu em 1870 na Itália e morreu em 1952 na Holanda. Formou-se em Engenharia e Medicina, sendo a primeira mulher italiana a concluir esse curso. Voltou-se para o estudo da neuropatologia, e ao trabalhar na clínica psiquiátrica da Universidade de Roma, passou a estudar o comportamento de crianças e jovens com alguma deficiência, fato que influenciou seu interesse pela aprendizagem infantil. Constatou que as necessidades e os desejos de brincar das crianças permaneceram intactos, e passou a buscar meios para educá-los.

experimentalmente escolas montessorianas no Brasil” (RÖHRS, 2010, p. 40). Em 1935, em São Paulo, Carolina Grossamann fundou a primeira escola montessoriana no Brasil: o Jardim Escola São Paulo.

2.1.1 Presença da LBA

Embora algumas instituições oficiais destinadas a atender e proteger a criança tenham sido criadas antes de 1930, conforme mencionado anteriormente, segundo Vieira (1988), foi principalmente a partir de 1940 que o Estado brasileiro passou a assumir funções na área de Saúde, Educação, Previdência e Assistência; dado que, justamente nesse período, se criaram dispositivos legais na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para a instalação de creches nos locais de trabalho e instituíram-se órgãos que centralizassem a assistência à mãe e à criança no Brasil.

As instituições que mais de perto cuidaram do problema foram o Departamento Nacional da Criança – DNCr (a partir de 1940), do Ministério da Educação e Saúde, e a Legião Brasileira de Assistência – LBA (fundada em 1942), órgão de colaboração do governo. O Departamento Nacional da Criança foi uma instituição de múltiplos objetivos e finalidades, que centralizou, durante 30 anos, a política de assistência à mãe e à criança no Brasil. Tudo o que houve neta área partir deste Departamento ou teve a sua influência. A Legião Brasileira de Assistência, uma instituição híbrida, surgiu da iniciativa privada, da iniciativa do Governo Federal e da influência de uma primeira dama (Darcy Vargas) preocupada com a sorte dos necessitados. Sua atuação mais significativa na área de creches se inicia em 1977 com o lançamento do Projeto Casulo. (VIEIRA, 1988, p. 4).

Para compreender esse ponto de vista, é válido recordar que, até 1989, a educação da criança pequena no Brasil ficava sob a responsabilidade de cinco Ministérios: do Interior, da Educação, da Justiça, da Saúde e do Trabalho. A atuação desses órgãos efetuava-se de diferentes formas: enquanto os Ministérios do Interior e da Educação desenvolviam programas que participavam, de modo direto ou indireto (por meio de convênios), da implantação de creches e pré-escolas, os Ministérios da Justiça, da Saúde e do Trabalho desenvolviam apenas ações normatizadoras e fiscalizadoras (CAMPOS *et al.*, 1993).

Segundo Campos *et al.* (1993), desde a sua criação em 1953, até 1970, o Ministério da Saúde foi responsável pela proteção materno-infantil, incluindo o atendimento ao pré-escolar por meio do Departamento Nacional da Criança (DNCr). Durante seus 30 anos, o DNCr realizou campanhas educacionais e inquéritos médico-sociais; participou de campanhas

nacionais e internacionais sobre assistência materno-infantil; formou médicos puericultores, pessoal auxiliar e supervisores; produziu publicações sobre a organização e o funcionamento de creches; organizou cursos populares sobre puericultura para as mães e responsáveis por instituições de cuidado à criança; planejou atendimento pré-escolar; incentivou a criação de Clube de Mães, postos de puericultura e Associações de Proteção à Maternidade e à Infância. Organizou concursos de higiene infantil para premiar as mães que cuidassem dos filhos.

O Ministério do Interior, por sua vez, recebe destaque por agrupar a Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 1942 como órgão de apoio aos convocados para a 2.^a Guerra Mundial e sua família, e implantou o primeiro programa brasileiro de educação infantil de massa, o Projeto Casulo. Por sua abrangência, é considerada a primeira instituição de assistência social de âmbito nacional (CAMPOS *et al.*, 1993; FREITAS, 2003).

Campos *et al.* (1993) menciona que suas metas previam o desenvolvimento de serviços de assistência social, de maneira que, em 1944, já atingia 1.562 municípios. Sua vinculação administrativa e orçamentária sofreu inúmeras mudanças ao longo dos anos, pois até 1956 era mantida pelo Instituto da Previdência; até 1965 (ano em que se transformou em Fundação) dependia de recursos da União; em 1969, recebia 40% da renda líquida da loteria esportiva; em 1975, foi absorvida pelo recém-criado Ministério da Previdência e da Assistência Social. Com a extinção desse ministério, passou a integrar, em 1988, o Ministério da Habitação e Bem-Estar Social e em 1989 foi incorporada ao Ministério do Interior.

Com a criação do Projeto Casulo em 1977, a LBA passou a se voltar para a creche. Segundo Kramer (2011), esse projeto visava prestar assistência ao menor de 0 a 6 anos e proporcionar às mães tempo livre para ingressar no mercado de trabalho e elevar a renda familiar. Em caráter experimental, o Projeto Casulo foi implementado em apenas quatro estados; com sua expansão em 1981, abrangeu todas as regiões do país e passou a ser o principal programa da LBA.

O Projeto Casulo efetuava-se por meio de convênios, responsáveis pelo repasse de verbas para as prefeituras ou instituições privadas. Tinha como público-alvo, prioritariamente, a população de baixa renda. Sua jornada variava de 4 a 8 horas (CAMPOS *et al.*, 1993; KUHLMANN JR., 2009).

No texto Projeto Casulo, publicado pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1977, pretendia-se, como no início do século, que o programa viesse a desenvolver atividades paralelas de orientação familiar. A problemática comunitária, devido à baixa renda per capita, vinha provocando desequilíbrio nas famílias e desintegração do lar. O remédio proposto foi a

criação de novas vagas para as crianças de 0a 6 anos, a baixo custo nas creches Casulo. (KUHLMANN JR., 2009, p. 10).

Campos *et al.* (1993) destacam que, embora a ampliação de vagas parecesse vantajosa, havia pelo menos três problemas relacionados com a atuação da LBA: a abrangência territorial, o número de funcionários que empregava e o caráter de emergência e predominantemente assistencial. Isso ficava evidente na alocação de seus recursos, que visava o baixo custo, de maneira que as creches eram instaladas em espaços “ociosos” e muitas vezes precários da comunidade. Eram empregados vários funcionários de cunho técnico e administrativo que consumiam grande parte das verbas disponíveis; e a dimensão pedagógica não contava com atividades educativas sistemáticas, mas com uma concepção preventiva e compensatória.

Em 1987, o atendimento em creches por região era da seguinte forma: na região Norte, eram 4.917 unidades de creches com 207.350 crianças; no Nordeste, havia 6.496 creches que atendiam 724.710 crianças; no Sudeste 4.523 creches com 364.560 crianças; no Sul 5.016 creches com 328.800 crianças e no Centro-Oeste havia 1.006 creches que atendiam 83.600 crianças (CAMPOS *et al.*, 1993, p. 34). Segundo Campos *et al.* (1993, p. 35), no atendimento em creche por unidade da federação, observa-se que, no ano de 1988, em Alagoas, a LBA registrava um atendimento de 21.770 crianças em 331 unidades de creche.

2.2 Tipos de oferta para a educação da infância no Brasil antes de 1988: entre dissertações e teses

No intuito de conhecer a produção acadêmica relativa à história da educação da infância de 0 a 6 anos no Brasil até 1988, em especial o tipo de oferta voltada para a educação da infância, realizei um levantamento de estudos e pesquisas no banco de teses e dissertações da Capes em um recorte histórico de duas décadas (do ano 2000 a 2019). Como critério nessa busca, utilizei palavras-chave que abrangessem o universo da educação da infância: criança, creche, pré-escola, educação pré-primária, educação da infância, educação infantil, escola parque, história, infância, parque infantil. Em outro momento, acrescentei as palavras-chave: fábricas, indústrias, usinas de cana-de-açúcar e igreja.

Desse levantamento, localizei 15 dissertações e 6 teses, que trazem informações sobre a história da educação da criança de 0 a 6 anos em diferentes municípios e estados do Brasil.

Não localizei pesquisas sobre a educação da criança nas usinas de cana-de-açúcar e em escolas parque que são presentes em Alagoas. Não sei se tais pesquisas realmente não existem

ou se não consegui localizá-las. Também não localizei os textos completos de Bida (2006), Carvalho (2003), Leal (2004), Souza (2000) e Tavares (2010) porque não estavam disponíveis online. As pesquisas encontradas estão organizadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Pesquisas sobre a educação da criança de 0 a 6 anos no Brasil, 2000-2018

(continua)

Ano	Título	Autor(a)	Tipo	Área	Universidade
2000	Governando mulheres e crianças: jardins de infância em Porto Alegre na primeira metade do século XX	Jane Felipe de Souza	Tese	Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2003	Educação da infância na capital da Paraíba: o jardim de infância na década de 30	Roberta Costa de Carvalho	Dissertação	Educação	Universidade Federal da Paraíba
2004	O primeiro jardim de infância de Sergipe: contribuição ao estudo da educação infantil (1932-1942)	Rita de Cássia Dias Leal	Dissertação	Educação	Universidade Federal de Sergipe
2004	Instrução, o talher para o banquete da civilização: cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929	Gizele de Souza	Tese	História, política e sociedade	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2006	O primeiro jardim da infância no Brasil: Emília Ericksen	Gislene Lössnitz Bida	Dissertação	Educação	Universidade Estadual de Ponta Grossa
2008	Educar a infância: estudo sobre as primeiras creches públicas da rede municipal de educação de Curitiba (1977-1986)	Elisângela Iargas Iuzviak Mantagute	Dissertação	Educação	Universidade Federal do Paraná
2008	Políticas para a educação da infância no Brasil nos anos 1950/1960	Aristeo Gonçalves Leite Filho	Tese	Educação	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
2009	Instituições para a educação da infância em Jundiaí (1880-1984)	Elizabeth da Silva Galastri Vinagre	Dissertação	História, Historiografia e Ideias Educacionais	Universidade São Francisco
2010	O primeiro parque infantil de Sorocaba: o contexto histórico e as circunstâncias específicas de sua criação e instalação	Suad Aparecida Ribeiro de Oliveira	Dissertação	Educação	Universidade de Sorocaba
2010	Escola no parque: processos de institucionalização da educação infantil na cidade de Vitória (ES) no século XX	Johelder Xavier Tavares	Tese	Educação	Universidade Federal do Espírito Santo
2010	Primeiro jardim de infância de São João del-Rei: “Bárbara Heliodora”	Julieno Lopes Vergara	Dissertação	Educação	Universidade Federal de São João del-Rei

Quadro 1 – Pesquisas sobre a educação da criança de 0 a 6 anos no Brasil, 2000-2018
(conclusão)

Ano	Título	Autor(a)	Tipo	Área	Universidade
2011	Marcas da história da creche na cidade de São Paulo: as lutas no cotidiano (1976-1984)	Darci Terezinha de Luca Scavone	Dissertação	Educação	Universidade São Francisco
2014	Aspectos da educação infantil no estado do Amazonas: o curso infantil Fröebel no instituto Benjamin Constant e outros jardins de infância (1897-1933)	Persida da Silva Ribeiro Miki	Tese	Educação	Universidade São Francisco
2014	Jardim de infância em Goiás (1928-1937): educação e processo civilizador	Lara Cariny Celestino Fonseca	Dissertação	Educação	Universidade Federal de Goiás
2014	O jardim de infância da escola americana, São Paulo: continuidades e rupturas em sua trajetória histórica (1870 - 1942)	Maira Ignacio da Silva	Dissertação	Educação	Universidade São Francisco
2014	A educação infantil em Tubarão/SC: um estudo histórico da emergência das instituições coordenadas por congregações religiosas (1908-1969) tubarão	Marlise de Medeiros Nunes de Pieri	Dissertação	Educação	Universidade do Sul de Santa Catarina
2015	Espinhos no jardim: conflitos e tensões na criação do jardim de infância Campos Salles (Rio de Janeiro, 1909-1911)	Vinicius de Moraes Monção	Dissertação	Educação	Universidade Federal do Rio de Janeiro
2015	As práticas de atendimento à infância no município do Rio Grande: um recuo ao passado para problematizar o presente	Juliana Diniz Gutierrez Borges	Dissertação	Educação	Universidade Federal do Rio Grande
2015	A construção da imagem dos parques infantis de Ribeirão Preto das décadas de 1950 e 1960	Maria Beatriz Ribeiro Prandi	Dissertação	Educação	Universidade de São Paulo
2017	A educação operária no final do século XIX e início do XX em Sorocaba sob o olhar da imprensa: o escrito e o silenciado	Isabel Cristina Caetano Dessotti	Tese	Educação	Universidade Estadual de Campinas
2018	De escola de saúde a parque infantil: Santos (1931-1952)	Humberto Pereira da Cunha	Dissertação	Educação	Universidade Católica de Santos

Fonte: Dados da pesquisa.

Para efeito de organização dos dados, as pesquisas foram agrupadas em cinco blocos, correspondendo às cores presentes no Quadro 1.

- Bloco 1 (verde): primeiros jardins de infância (fim do século XIX e primeira metade do século XX)
- Bloco 2 (azul): instituições voltadas à educação da primeira infância (fim do século XIX e primeira metade do século XX) para além dos jardins de infância (creches privadas)
- Bloco 3 (amarelo): primeiros parques infantis no interior de São Paulo (meados do século XX)
- Bloco 4 (lilás): políticas de educação e saúde voltadas para a educação infantil nos anos 1950 e 1960
- Bloco 5 (laranja): primeiras creches públicas em Curitiba e em São Paulo (décadas de 1970 e 1980).

O primeiro bloco evidencia o interesse sobre o surgimento dos primeiros jardins de infância entre o fim do século XIX e primeira metade do século XX. Reúne um número significativo de pesquisas que têm como objeto de estudo o surgimento dos primeiros jardins de infância como se pode ver nos títulos das pesquisas de Souza (2000), Carvalho (2003), Leal (2004), Souza (2004), Bida (2006), Silva (2014), Vergara (2010), Miki (2014), Fonseca (2014), De Pieri (2014) e Monção (2015), totalizando 11 estudos.

Souza (2004) examina a cultura escolar dos jardins de infância e grupos escolares no Paraná entre 1900 e 1929. Identifica a articulação entre a escola para a primeira infância, por meio dos jardins de infância e o ensino primário, em grupos escolares, ainda que reservadas as especificidades nos objetivos e processos do ensino, nos materiais, nos edifícios. De acordo com a autora, no Paraná, os primeiros jardins de infância públicos surgiram em paralelo aos grupos escolares e como anexos às Escolas Normais. Em 1906, inaugurou-se em Curitiba a Escola Jardim da Infância. O estabelecimento ficava anexo ao Ginásio Paranaense e teve grande aceitação “com a matrícula de 60 crianças e sob a responsabilidade da professora Maria Francisca de Miranda, que tinha viajado a São Paulo para conhecer de perto a experiência do Jardim da Infância Normal Caetano de Campos” (SOUZA, 2004, p. 1).

Bida (2006) investiga o Jardim da Infância Emília Ericksen, apontado como o primeiro Jardim de Infância do Brasil, contestando a ideia de que o Jardim de Infância Caetano de Campos, criado em 1896, na cidade de São Paulo, tenha sido o primeiro. A autora enfatiza que o Jardim da Infância Emília Ericksen foi fundado em 1862 em Castro, Paraná, baseando-se na metodologia de Friedrich Fröebel. A dissertação foi desenvolvida com base em fontes encontradas no Arquivo Público do Paraná, na Casa da Memória de Ponta Grossa, na Casa da Memória – Castro, no Museu Campos Gerais – Ponta Grossa, no Setor de Documentação da

Secretaria de Educação do Estado do Paraná e nas bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Vergara (2010) contextualiza a história da educação da infância na cidade de São João del-Rei, em Minas Gerais, onde as primeiras iniciativas de oferta de educação infantil ocorreram na década de 1950 em classes anexas às escolas primárias. O atendimento específico em estabelecimentos de Educação Infantil, por sua vez, iniciou-se em 1960, por meio da Sociedade de Auxílio à Criança Enferma (Sace), primeira creche de iniciativa caritativa que tinha por objetivo cuidar da criança com problemas de saúde. A primeira instituição pública, criada pelo estado, só veio a existir em 1962, o Jardim de Infância Bárbara Heliodora, única escola pública de educação exclusivamente infantil na cidade. A dissertação retrocede a 1955, quando surgiram na cidade as primeiras iniciativas em favor da educação infantil, com as chamadas classes anexas de ensino infantil, localizadas nas escolas de ensino fundamental, e se estende até o ano de 1972, quando o Jardim de Infância Bárbara Heliodora comemorou dez anos de existência. São considerados os sujeitos presentes na constituição dessa instituição, a prática profissional dos educadores que nela trabalharam, a compreensão de ex-alunos em relação às experiências infantis que ali viveram durante a infância, e elementos do cotidiano que contribuem para o resgate da história da escola. Para isso, o pesquisador contou com análise documental e entrevistas, com ex-professores e ex-alunos, vistos como atores significativos na história da escola, cuja memória é exposta por meio de suas falas, para dar forma a um mosaico até então inexplorado no mundo acadêmico. Segundo Vergara, os estabelecimentos que ofertavam atendimento para a criança pequena, em São João del-Rei, já nascem com a dualidade de concepções: a creche cuida do corpo, da saúde e da higiene enquanto o Jardim de Infância apresenta projeto com um contorno educativo mais explícito (prescrito).

Miki (2014) analisa a história da educação infantil para a primeira infância no Amazonas por meio dos jardins de infância entre 1897 a 1933, que corresponde à existência do Curso Infantil Froebel no Instituto Benjamin Constant. Analisa a inserção da criança pequena nas instituições públicas de educação infantil no ensino amazonense. Apresenta o Instituto Benjamin Constant, dentro da sua origem, sob os cuidados da Congregação Filhas de Sant'Ana e a formação destinada às meninas do internato, voltada para a formação da mulher na sociedade de Manaus. A tese analisou documentos oficiais como normas, decretos, leis, regulamentos de instrução pública e institucionais encontrados no Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas; além de relatórios de instrução pública do Instituto Amazonense e do Instituto Benjamin Constant. A autora concluiu que o jardim de infância do Instituto Benjamin Constant, inaugurado em 1897, foi o primeiro de caráter público no estado.

Silva (2014) examina a história do Jardim de Infância da Escola Americana, fundado em 1878, considerado o primeiro no estado de São Paulo e o segundo do país. A pesquisa viabiliza-se pelo acesso e pela análise de relatórios anuais da instituição. A autora destaca as relações estabelecidas entre protestantes presbiterianos norte-americanos, liberais e maçons, nas atividades de evangelização, de ensino e de implantação de escolas no Brasil, como a Escola Americana (1870) e seu Jardim de Infância (1878), em uma época em que a tolerância religiosa ainda não se fazia sentir. Também ressalta o silenciamento nos estudos da história da instituição em relação à professora e missionária Mary Ann Chamberlain, que apesar de ter iniciado os trabalhos da Escola Americana, os méritos pela criação da escola são comumente atribuídos a seu esposo, George Chamberlain. Além disso, evidencia que as interrupções e reaberturas das atividades do Jardim de Infância da Escola Americana, entre 1878 e 1942, envolviam quase sempre o modo como os líderes da instituição concebiam a educação e o cuidado das crianças de 3 a 7 anos. Aos poucos, a instituição tornou-se modelo, difundida em diferentes regiões do país e inspirou a organização de outros Jardins de Infância no Brasil.

Fonseca (2014) volta-se para a constituição do primeiro Jardim de Infância público em Goiás, fundado em 1928. Tem como fontes de pesquisa documentos referentes à história do Jardim de Infância goiano nas décadas de 1920 a 1930, tais como o Regulamento e Programa do Jardim da Infância de 1928, os Regulamentos do Ensino Primário do Estado de Goiás de 1930 e 1937, números do Correio Oficial, órgão de imprensa, onde circulavam discussões sobre a educação desse período. A pesquisadora ressalta que o jardim de infância em Goiás influenciou no fortalecimento do estado e da formação no sentido de vislumbrar uma nova dimensão à educação e à sociedade goiana rumo ao progresso e à modernidade.

De Pieri (2014) investiga a emergência das primeiras iniciativas voltadas para a educação da infância coordenadas por congregações religiosas femininas, de 1908 a 1969, no município de Tubarão, SC. Para tanto, foram consultados relatos das congregações sobre as atividades desenvolvidas nessas instituições, fotos e depoimentos. A dissertação evidenciou que os primeiros jardins de infância do município tinham como base a pedagogia missionária entrelaçada às ideias de Fröebel, provavelmente porque uma dessas congregações pertenciam ao mesmo país onde Fröebel viveu, a Alemanha. A princípio, essas iniciativas vinculavam-se à rede privada e direcionavam-se, prioritariamente, aos filhos da classe de melhor poder aquisitivo do município. Após algumas décadas, ampliaram-se aos filhos de operários de duas grandes empresas, para, posteriormente, serem oferecidos à comunidade. Destacam-se: o Jardim de Infância do Colégio São José criado em 1944, o Jardim de Infância Dom Anselmo criado em 1950 e destinado aos filhos dos operários da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina

(EFDTC) e o Jardim de Infância Cristo Rei, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), fundado em 1960.

Monção (2015) analisa a criação do primeiro jardim de infância público da cidade do Rio de Janeiro em 1909, por motivo de um conflito estabelecido entre um grupo de professoras diplomadas pela Escola Normal e a Administração Municipal, que se desdobrou até 1911. Segundo a autora, a disputa evidenciou o envolvimento e ação de diversos indivíduos que se articularam mediante interesses e perspectivas similares e formaram, assim, dois grupos. O primeiro grupo, formado por professoras diplomadas pela Escola Normal, buscava o cancelamento do contrato estabelecido entre a Prefeitura e uma professora “estranha ao magistério municipal” para a direção e contratação do corpo docente para atuar no Jardim de Infância. O segundo, buscava a manutenção do contrato efetivado, formado por personagens ilustres do campo político e intelectual da capital republicana, composto majoritariamente pela presença masculina, mas contava com uma pequena presença feminina.

A dissertação recorreu a manuscritos presentes no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e periódicos que circulavam na cidade carioca. Voltou-se também para os periódicos *O Século* e a *Gazeta de Notícias*, que contribuíram na verificação das disputas veiculadas ao público leitor e as representações que faziam do conflito e seu lugar de disputas políticas e veículo de legitimação da novidade pedagógica. A autora salienta que, diante da disputa, não atua com uma compreensão baseada entre opostos, bons *versus* maus, mas sim na perspectiva da lei em conflito com o costume. De um lado, verifica um grupo que buscava a efetivação do que havia sido decretado pela lei; do outro, havia um grupo que compreendia o valor e a legitimidade do costume de “beneficiamento” de aliados do jogo político, como a indicação de parentes e indivíduos próximos para ocupar os cargos públicos.

Outro conjunto de pesquisas aborda a emergência das instituições voltadas à educação da primeira infância nesse mesmo período, fim do século XIX e primeira metade do século XX, para além dos jardins de infância, na maioria, creches privadas. Trata-se das pesquisas de Vinagre (2009), Borges (2015) e Dessotti (2017).

Vinagre (2009) buscou por iniciativas educacionais às crianças pequenas em Jundiaí entre 1880 e 1984. O período abrange o surgimento da primeira escola étnica na cidade, a criação da Sociedade Humanitária Protectora da Infância Desvalida Asylo-Creche (Lar Anália Franco) em 1912; a criação da Creche Argos, primeira creche de iniciativa empresarial da cidade para filhos dos operários têxteis, fundada em 1945 e vinculada à Argos Industrial S. A, a primeira fábrica de brins do Brasil; e a criação dos parques infantis, considerados a primeira iniciativa pública de atendimento à criança pequena na cidade, que mudaram de denominação

em 1984. A autora recorre a documentos oficiais e normativos, periódicos da grande imprensa, imprensa alternativa, em especial das feministas, e de folhetos produzidos pelos movimentos sociais.

Borges (2015) analisa como o atendimento à criança de 0 a 3 anos constituiu a emergência da creche no município de Rio Grande no Rio Grande do Sul. Consiste em uma pesquisa documental que teve como fontes jornais e documentos localizados em acervos do município. O período histórico escolhido é o século XIX em razão dos indícios de que as primeiras formas de atendimento à infância na cidade começaram a se delinear nessa época. Esse atendimento realizou-se por três vias: a prática de caridade e meio para a salvação das almas, atrelada a doutrinas religiosas; como medida de segurança à população, para minimizar os riscos da população por meio de uma filantropia racional e científica; e como direito das crianças e dever do Estado, que possibilitou a emergência das creches em Rio Grande. Em 1940, fundou-se a primeira creche que se tem conhecimento no município, a Creche Rheingantz, situada na Vila Operária e destinada às crianças pequenas filhas de operários e operárias. A instituição ficava sob a responsabilidade das Irmãs de São José que prestavam assistência alimentar, higiênica, médica e educacional.

Dessotti (2017) analisa o papel da educação no âmbito da história do movimento operário em Sorocaba no fim do século XIX e início do século XX por meio de uma pesquisa documental e bibliográfica, que tem como fonte primária a imprensa, especialmente o jornal O Operário. Destaca a presença do imigrante europeu em Sorocaba, principalmente da Itália e da Espanha, que chegou repleto de esperanças de vida melhor e deparou com muito trabalho e sofrimento na lavoura e nas fábricas. Em paralelo, considera a trajetória da educação nessa cidade desde os tempos do Império até os primeiros tempos da República. Esses imigrantes foram aproveitados mais intensamente nas fábricas de tecidos e trouxeram novas ideias, as quais foram cruciais na organização operária. A autora destaca as condições precárias de trabalho dos operários, principalmente mulheres e crianças (geralmente de 8 a 12 anos de idade), o que era comum, especialmente nas fábricas têxteis, onde os salários eram baixíssimos e as crianças, vistas como adultos em miniatura, trabalhavam nas mesmas condições dos adultos, cumprindo jornada de doze a quinze horas por dia.

A autora relata que, apesar do trabalho infantil ser visto como exploração, era difícil combater essa prática em razão da pobreza. O discurso do patrão, repleto de hipocrisia, reforçava a ideia de bondade ao permitir que as crianças pudessem trabalhar, justificando sua contribuição com o orçamento da família e sua importância na formação moral. De acordo com a autora, a pequena remuneração dos operários das fábricas era complementada com vários

benefícios, que incluíam creche e jardim da infância, assistência médica, armazéns, igrejas, restaurantes e casas fornecidas pelos empregadores. Na Fábrica Votorantim, por exemplo, além de todos esses serviços havia cinema, piscina, quadras de tênis, campo de futebol, esgotos, água encanada e eletricidade. Segundo a autora, o primeiro grupo escolar público foi criado em Sorocaba em 1896, e outros grupos foram surgindo ao longo dos anos, mas não conseguiram atender toda a demanda. A escola pública foi voltada principalmente para a elite, uma vez que os filhos dos operários trabalhavam nas fábricas e quase não conseguiam estudar. Dessotti (2017) conclui que a educação, esperança do operário, não foi compartilhada da mesma forma nem pelo governo nem pelos patrões, e a escola republicana tentou promover o silenciamento do operário, mas não pôde apagar o registro de seu movimento.

O terceiro bloco apresenta os primeiros parques infantis no interior de São Paulo, fundados em meados do século XX. Trata-se das pesquisas de Cunha (2018), Oliveira (2010), Prandi (2015) e Tavares (2010). Conforme pontua Faria (1999), essas instituições correspondiam a ideias existentes fora do Brasil nos anos 1920 e 1930, como as de Vygotsky e de Walter Benjamin. No parque, as crianças “não estavam trabalhando, estavam conhecendo várias manifestações da cultura brasileira, estavam expressando-se das mais variadas maneiras, convivendo com a natureza e com pessoas de idade e origem étnica e cultural diversificadas” (FARIA, 1999, p. 63).

Oliveira (2010) apresenta a criação, em 1954, do primeiro parque infantil municipal de Sorocaba. A autora destaca que, em 1924, criou-se no município a primeira Escola Maternal, nas empresas da Companhia Nacional de Estamparia, a fim de atender os filhos de operários. Somente 30 anos depois, em 1954, fundou-se o Parque Infantil Antônio Carlos de Barros, que atendia crianças de 3 a 12 anos. A instituição foi fundada sob a influência de José Carlos de Almeida, um jovem estudante de Educação Física na Universidade de São Paulo, que conheceu os parques infantis em São Paulo e difundiu essa concepção em Sorocaba.

Outro fato interessante é que representantes do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo iam a Sorocaba ministrar Cursos de Recreação Infantil aos professores da instituição, tarefa posteriormente assumida pela Divisão de Educação Física do Estado de São Paulo. Sendo Sorocaba, pioneira no ramo industrial de tecelagem de algodão. A autora pesquisa o contexto histórico e as circunstâncias da instituição, apontando para a problemática social que, em meados do século XX, levou segmentos da sociedade a reivindicar a instalação de educação infantil como forma de atender as crianças e as famílias no interior que, ao se industrializar, fez emergir necessidades de conciliação entre a educação da criança e a mão de obra feminina e o sistema de produção econômica na cidade. Para suporte material, analisaram-

se documentos impressos no Jornal Cruzeiro do Sul de Sorocaba e fontes iconográficas de arquivos públicos e particulares.

Prandi (2015) estuda a produção da imagem pública dos parques infantis em Ribeirão Preto entre 1950 e 1960. É o único trabalho que tem como fonte de pesquisa apenas a memória oficial: fontes históricas obtidas no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (fotografias, álbuns, reportagens de jornal, relatórios e almanaques). Os demais trabalhos seguem duas linhas de investigação: a memória oficial e a história oral, por meio de entrevistas com pessoas que vivenciaram a história.

A autora constatou que os parques infantis começaram a ser implantados em 1951, sob o discurso das autoridades políticas locais quanto a proporcionar às crianças da cidade recreação, atenção à saúde com atendimento médico e odontológico, cuidados higiênicos e educação física. Essas instituições permaneceram ativas até 1980 quando passaram de parques infantis a escolas com classes de recreação infantil, pré-alfabetização e classes do 1.º grau. Com o tempo, todo trabalho diferenciado oferecido naqueles locais, principalmente as atividades lúdicas e a recreação, diminuiu ou deixou de existir.

Cunha (2018) trata da história dos parques infantis na cidade de Santos. A dissertação evidencia que, na década de 1930, surgiram os parques infantis em São Paulo e somente na década de 1940, os parques infantis passaram a ser criados em outras cidades pelo Brasil, como no interior do estado de São Paulo, no Distrito Federal, Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Recife e Rio Grande do Sul. Segundo a autora, os parques infantis em Santos só começaram a funcionar sob a organização do Poder Público Municipal em 1942, com a inauguração do Parque Infantil Presidente Getúlio Vargas, que se originou da Escola de Saúde de Santos (fundada pelo Rotary Club de Santos em 1931). Recebia crianças de 3 a 12 anos. A instituição tinha caráter extraescolar e contemplava a educação, a cultura e a saúde das crianças.

As fontes para a realização da pesquisa foram documentos da Secretaria de Educação do Município, do acervo pessoal da família de Diva Fialho Duarte, o boletim O PARQUEANO, os jornais Diário Nacional e A Tribuna de Santos, as Folhas Diárias de Serviços do Departamento de Assistência e Educação, e Decretos Municipais que estão no acervo histórico da cidade de Santos. (CUNHA, 2018, p. 11).

O quarto bloco contém apenas a pesquisa de Leite Filho (2008). Trata das iniciativas voltadas para a educação infantil nas políticas de educação e saúde elaboradas entre 1950 e 1960. Leite Filho (2008) investiga o lugar da infância e da educação infantil nas políticas de educação e saúde elaboradas entre 1950 e 1960. Para isso, recorre a documentos encontrados

em arquivos que tratam de questões presentes na época: a creche como um mal necessário; as iniciativas privadas e públicas que originaram políticas de educação para as crianças pequenas; a educação infantil como direito da mulher trabalhadora; a educação das mães; o papel do Estado nas iniciativas (que incluíam campanhas, programas e projetos) e a criação de órgãos públicos e propostas destinadas à educação das crianças no Brasil no período estudado, tais como o Departamento Nacional da Criança, o Instituto Nacional de Pedagogia, o Instituto Nacional de Puericultura e o Clube de Mães.

O autor apresenta duas alternativas para o problema que surge com o ingresso das mulheres no trabalho fora de casa: a criadeira (mulheres de mais idade que recebiam os filhos das mães operárias na falta de uma organização assistencial que cuidasse de seus filhos para que pudessem trabalhar) e a creche – considerada solução do problema das mães que trabalham fora, especialmente nas cidades de população mais numerosa, em razão da falta de espaço nos apartamentos para os filhos das domésticas.

Em meio a essa clientela variada, o autor delinea diferentes modalidades de creches: as destinadas a abrigar filhos das domésticas, localizadas preferencialmente nos bairros populosos, com concentração de edifícios de habitação coletiva; as destinadas aos filhos das operárias, nas proximidades das fábricas ou vilas proletárias; as destinadas aos filhos de funcionários nas dependências das repartições onde trabalham, ou aos filhos de comerciários quando o tamanho do estabelecimento comportar uma organização desse gênero.

A pesquisa evidencia tensões existentes de 1950 a 1960 em relação à criança e à sua educação fora da família, considerando: a liberação das mães para o trabalho e o desenvolvimento da criança; a educação pré-primária preparatória para o ensino primário e a educação pré-primária com objetivo em si mesma; a educação das crianças pequenas como dever do Estado e como dever da família e da sociedade; o voluntariado de pessoas nos programas de assistência e proteção à infância e a formação de educadoras; a educadora mãe e a educadora formada; as instituições de educação pré-primária como continuação do lar e o espaço para o desenvolvimento das crianças; a criança como centro do trabalho nas creches e jardins de infância e a educadora, professora ou jardineira como centro do processo educativo.

O quinto e último bloco contempla duas pesquisas (MANTAGUTE, 2009; SCAVONE, 2011) voltadas para uma época mais recente, que tratam das primeiras creches e jardins de infância públicos nas décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980 em Curitiba e em São Paulo, e o importante papel dos movimentos sociais na garantia desse direito.

Mantagute (2009) volta-se para constituição histórica das primeiras creches públicas de Curitiba, entre 1977 a 1986. O período justifica-se por três acontecimentos: a inauguração das quatro primeiras creches municipais em 1977, que ofereciam atendimento às crianças com contratados pelo regime celetista, a realização do primeiro concurso público da Prefeitura Municipal de Curitiba para atuação em creches em 1985 e a primeira publicação oficial voltada para as normas de atendimento, funcionamento e seleção de crianças para as vagas disponíveis nas creches em 1986.

As fontes consultadas foram: o Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná, o Acervo Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, o Arquivo Geral da Secretaria Municipal de Educação, o Arquivo da Fundação de Assistência Social, a Biblioteca do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba e a Casa da Memória de Curitiba. A autora constatou que a organização das primeiras creches públicas ocorreu pelo embate entre as pressões do movimento social, que inclui o movimento de mulheres, para a reorganização do poder público na construção e manutenção das creches voltadas aos filhos dos trabalhadores e as ações da Prefeitura de Curitiba.

Nessa mesma linha, Scavone (2011) investiga o processo de expansão das creches em São Paulo, privilegiando o papel dos trabalhadores, dos movimentos populares, da Igreja e do Estado entre 1976 e 1984. O período é marcado por uma radicalização dos movimentos sociais reivindicatórios. A pesquisa contempla mulheres e crianças da periferia, e os trabalhadores; as feministas e a Igreja; a entrada da creche como política pública na Prefeitura de São Paulo, sua apropriação pelos movimentos sociais e sua inserção na agenda política. Desenvolveu-se com a leitura de documentos oficiais e normativos, periódicos da grande imprensa, imprensa alternativa, em especial das feministas, e de folhetos postos em circulação pelos movimentos sociais. A dissertação evidencia as inúmeras dificuldades na consolidação da educação infantil na cidade de São Paulo como uma política pública decorrente do direito básico da criança.

As pesquisas aqui reunidas em cinco blocos dão visibilidade ao conjunto de instituições que se voltaram para a educação da infância no período anterior a 1988. Diversas instituições foram responsáveis pela oferta de cuidado e educação à criança pequena ao longo da história, “obedecendo a diversos ideais, almejando diferentes fins e cumprindo diferentes papéis na educação e formação da infância brasileira”, conforme Vinagre (2009, p. 15).

Os jardins de infância evidenciam aspectos interessantes. Alguns deles surgiram por iniciativas privadas, religiosas ou empresariais, e outros por meio do poder público. Em Castro, no Paraná, o Jardim da Infância Emília Ericksen foi fundado em 1862 como uma iniciativa particular de Emília Ericksen (BIDA, 2006). Em Tubarão, Santa Catarina, a história registra

jardins infantis fundados por congregações religiosas femininas no início do século XX, tendo como base a pedagogia missionária entrelaçada às ideias de Fröebel, direcionadas à população de melhor poder aquisitivo, e em meados do século XX voltados à classe operária (DE PIERI, 2014). O primeiro da cidade de São Paulo, o Jardim de Infância da Escola Americana, foi fundado em 1878 por protestantes presbiterianos.

Há também jardins de infância que desde o princípio foram vinculados ao poder público. Em Curitiba, Paraná, essas instituições surgiram em articulação com os grupos escolares, e o primeiro jardim de infância foi fundado em 1906 (SOUZA, 2004). Na Amazônia, o primeiro jardim de infância público, inaugurado em 1897, pertencia ao Instituto Benjamin Constant (MIKI, 2014). Em Goiás, o primeiro Jardim de Infância público veio a existir em 1928 (FONSECA, 2014). Em São João del-Rei, Minas Gerais, a primeira instituição pública, exclusivamente infantil, só veio a existir em 1962, pois até então a oferta de educação infantil era em classes anexas às escolas primárias (VERGARA, 2010). No Rio de Janeiro, o primeiro jardim de infância público foi fundado em 1909, conforme mencionado, em razão de um conflito estabelecido entre um grupo de professoras diplomadas pela Escola Normal e a Administração Municipal, indo até o ano de 1911. Os primeiros jardins infantis implantados na cidade, a partir de 1870, foi por meio da iniciativa privada (MONÇÃO, 2015).

Ainda há evidências de jardins de infância associados a cursos de formação de educadores, seja anexo às Escolas Normais como os de Curitiba (SOUZA, 2004), seja o Curso Infantil Fröebel, fundado em 1897 no Instituto Benjamin Constant como o primeiro de caráter público no estado (MIKI, 2014). Além disso, é possível notar a abrangência nacional dessas instituições, localizadas em diferentes estados do Brasil – Paraná, Minas Gerais, Amazônia, São Paulo, Goiás e Rio Grande do Sul. Outro aspecto que merece destaque são as influências diversas que esses jardins infantis receberam, como o da Escola Americana em São Paulo, que se inspira no jardim de infância americano, e o de Tubarão, Santa Catarina, que se inspira no *kindergarten* alemão. Em uma perspectiva temporal, eles abrangem um período entre 1862, correspondendo ao ano de fundação do Jardim da Infância Emília Ericksen, em Castro, Paraná, considerado o primeiro do Brasil, e 1960 quando foi fundado o Jardim de Infância Cristo Rei, em Tubarão, Santa Catarina.

Quanto às creches, a revisão de literatura aponta seu surgimento por meio de iniciativas empresariais. Em Jundiá, São Paulo, por exemplo, a Creche Argos, fundada em 1945, foi a primeira instituição destinada aos filhos dos operários têxteis da Argos Industrial S.A, a primeira fábrica de brim do Brasil. Em Campo Grande, fundou-se em 1940 a primeira creche de que se tem conhecimento no município, a Creche Rheingantz, situada na Vila Operária,

destinada às crianças pequenas filhas dos operários e operárias. Creches públicas diretamente administradas pelo município têm sua origem no fim da década de 1970 e início de 1980 com forte relação com os movimentos sociais (MANTAGUTE, 2009; SCAVONE, 2011).

Essa revisão também evidencia a expansão dos parques infantis para o interior do estado de São Paulo, como ocorreu nas cidades de Santos em 1942, Ribeirão Preto em 1951 e Sorocaba em 1954.

3 CAMINHOS DA PESQUISA PARA A OBTENÇÃO DOS DADOS

Nesta seção, retomo a questão principal da tese, mapear e interpretar os principais tipos de atendimento à criança de 0 a 6 anos em Alagoas, em fábricas e usinas, chamados aqui de lugares e modos, antes da Constituição federal de 1988, que têm sua existência mencionada nos relatos orais, mas não se encontram sistematizados. Dessa forma, a pretensão é contribuir para dar início à sistematização de informações sobre a história da educação da infância em Alagoas, o que, por seu lado, contribui para a construção da história da educação da infância no Brasil. A questão principal é retomada porque, por meio dela, apresentei algumas considerações a respeito de história e memória (LE GOFF, 1990; NORA, 1993) e história oral (FERREIRA; AMADO, 1998; THOMPSON, 1992; MONTENEGRO, 1993; JOUTARD, 2000; SCHWARZSTEIN, 2001), das quais me sirvo para justificar a escolha metodológica, em que apresentei os caminhos percorridos durante a pesquisa e os procedimentos adotados, divididos em dois momentos.

3.1 Algumas considerações sobre história e memória

Aurélio Buarque Ferreira (1999) assim define a História:

1. Narração metódica dos fatos notáveis ocorridos na vida dos povos, em particular, e na vida da humanidade, em geral.
2. Conjunto de conhecimentos, adquiridos através da tradição e/ou por meio de documentos, relativos à evolução, ao passado da humanidade.
3. Ciência e método que permitem adquirir e transmitir aqueles conhecimentos.
4. O conjunto das obras relativas à história.
5. conjunto de conhecimento relativos a esta ciência. (FERREIRA, A. B., 1999, p. 1.055).

Memória, por sua vez, é: “1. Faculdade de reter as ideias, impressões e conhecimentos adquiridos [...] 2. Lembrança, reminiscência. [...] 13. Dissertação acerca de assunto científico, literário ou artístico.” (FERREIRA, A. B., 2009, p. 1.315).

Segundo Le Goff (1990), a historiografia, ou história da história, passou a se desenvolver no início do século XX. Trata-se de “um ramo da ciência histórica que estuda a evolução da própria ciência histórica no interior do desenvolvimento histórico global” (LE GOFF, 1990, p. 7).

Desde a Antiguidade, a ciência histórica, reunindo documentos escritos e fazendo deles testemunhos, superou o limite do meio século ou do século abrangido pelos historiadores que dele foram testemunhas oculares e auriculares. Ela ultrapassou também as limitações impostas pela transmissão oral do passado. A constituição de bibliotecas e de arquivos forneceu assim os materiais da história. Foram elaborados métodos de crítica científica, conferindo à história um dos seus aspectos de ciência em sentido técnico, a partir dos primeiros e incertos passos da Idade Média. (LE GOFF, 1990, p. 7).

Na concepção do autor, a história exprime três conceitos ou sentidos diferentes. 1) a procura das ações realizadas pelos homens que se esforçam por se constituir em ciência histórica; 2) o objeto de procura, que é o que os homens realizaram; 3) a narração, uma vez que uma história é uma narração, verdadeira ou falsa, com base na realidade histórica ou puramente imaginária.

Contudo, segundo Nora (1993), a memória emerge de um grupo que ela une, e há tantas memórias quanto grupos. Enquanto a memória é múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada, a história pertence a todos e a ninguém, que lhe dá uma vocação para o universal. Na concepção de Nora, a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto, enquanto a história se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsistente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivo no eterno presente; a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança o sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. (NORA, 1993, p. 9).

Os lugares da memória são, antes de tudo, restos. Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. “Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história.” (NORA, 1993, p. 14). É a memória que dita e é a história que escreve. A memória pendura-se em lugares, como a história em acontecimentos

De acordo com Nora (1993), os lugares de memória pertencem a diversos domínios, que a tornam interessante e complexa: simples e ambíguas, naturais e artificiais, imediatamente

oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaído da mais abstrata elaboração. São lugares como efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional simultaneamente e em graus diversos. O que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva à sua predeterminação recíproca. Nessa perspectiva, as fontes diretas são “aquelas que uma sociedade voluntariamente produziu para serem reproduzidas como tal – uma lei, uma obra de arte, por exemplo” e as fontes indiretas, que são “todos os testemunhos deixados por uma época sem duvidar de sua utilização futura pelos historiadores” (NORA, 1993, p. 22).

Ainda a respeito da memória, Montenegro (1993) e Schwarzstein (2001) realizam apontamentos oportunos. Segundo Montenegro (1993), a memória é resultante da vivência individual e da forma como se processa a interiorização dos significados que constituem a rede de significados sociais. A memória possibilita resgatar as marcas de como foram vividos, sentidos e compreendidos determinados momentos e acontecimentos, o que e como foi transmitido e registrado pela memória individual e/ou coletiva. Ao mesmo tempo, a memória atua no presente para representar o passado. Essa representação não é uma simples reprodução, mas uma interpretação extremamente complexa. Como documento histórico, a memória é retrospectiva e fluída. Não produz dados fixos em determinado momento do passado que permanecem estáveis (SCHWARZSTEIN, 2001).

De acordo com Montenegro (1993, p. 60), a memória “é construída a partir de um universo diversificado de marcas que poderá nos remeter ao relato de imagens, situações, acontecimentos ou a narração de experiências”. Desse modo, o tempo da memória não segue uma ordem cronológica, mas o tempo da experiência de um período de vida, de atividade profissional, política, religiosa, cultural e afetiva que nos faz perceber e reconstruir a realidade de uma determinada maneira.

Segundo Joutard (2000), a história oral fornece informações preciosas que não teríamos podido obter sem ela, mas devemos reconhecer seus limites e suas fraquezas, que são as fraquezas da própria memória, sua formidável capacidade de esquecer, que pode variar em função do tempo presente, suas deformações e seus equívocos, sua tendência para a lenda e o mito. Elas nos introduzem no cerne das representações da realidade que cada um de nós se faz e são evidência de que agimos muito mais em função dessas representações do real que do próprio real. Por isso, “são necessários o tratamento crítico e a distância não só para sinalizar as distorções em relação à realidade passada, mas também para interpretá-la” (JOUTARD, 2000, p. 35). É preciso interpretar o silêncio e o esquecimento, sendo indispensável a análise

da totalidade do documento, que inclui: hesitações, silêncios e lapsos. A esse respeito, as filmagens se destacam por permitirem capturar gestos e expressões.

La historia oral nos brinda elementos para comprender las maneras en que la gente recuerda y construye sus memorias. Se trata de un método que crea sus propios documentos, documentos que son por definición diálogos explícitos sobre la memoria, con el entrevistado triangulando entre las experiencias pasadas y el contexto presente y cultural en el que se recuerda. Los testimonios orales no son un simple registro, más o menos adecuado de hechos del pasado. Por el contrario, se trata de productos culturales complejos. Incluyen interrelaciones cuya naturaleza no es fácil de comprender, entre memorias privadas, individuales y públicas, entre experiencias pasadas, situaciones presentes y representaciones culturales del pasado y el presente. En otras palabras, los testimonios de historia oral están profundamente influenciados por discursos y prácticas del presente y pertenecen a la esfera de la subjetividad. (SCHWARZSTEIN, 2001, p. 73).

A história oral foi introduzida no Brasil nos anos 1970, mas somente nos anos 1990 teve sua expansão. Isso fica evidente com a criação da Associação Brasileira de História Oral em 1994 e da International Oral History Association (IOHA) em 1996. A princípio, as discussões e pesquisas realizadas na área eram conduzidas predominantemente por doutores e cientistas sociais. Com o tempo, houve a inserção de doutorandos, mestrados e até mesmo de graduandos interessados no tema (FERREIRA; AMADO, 1998). Na concepção das autoras, a história oral pode ser entendida de três maneiras: como uma técnica, uma disciplina e como uma metodologia. Esse debate é importante porque “se encontra bem no centro da definição do que é a história oral, dos seus usos, e dos rumos que poderá tomar” (FERREIRA; AMADO, 1998, p.17).

A história oral como técnica volta-se para “as experiências com gravações, transcrições e conservação de entrevistas, e o aparato que as cerca: tipos de aparelhagem de som, formas de transcrição de fitas, modelos de organização de acervo” (FERREIRA; AMADO, 1998, p. 12). Exclusivamente se concentrará em temas como organização de acervos e realização de entrevistas. Essa opção é defendida por pessoas envolvidas diretamente na constituição e conservação de acervos orais, como “cientistas sociais cujos trabalhos se baseiam em outros tipos de fontes (em geral, escritas) e que utilizam as entrevistas de forma eventual, sempre como fontes de informação complementar” (FERREIRA; AMADO, 1998, p. 12). Seguindo essa lógica, nega-se à história oral qualquer pretensão metodológica ou teórica e ela “não passa de um conjunto de procedimentos técnicos para a utilização do gravador em pesquisa e para a posterior conservação das fitas” (FERREIRA; AMADO, 1998, p. 12).

Como disciplina, a história oral parte de uma concepção fundamental: de que “inaugurou técnicas específicas de pesquisa, procedimentos metodológicos singulares e um conjunto próprio de conceitos” (FERREIRA; AMADO, 1998, p. 13). As questões exclusivas da teoria são esquecidas, deixando de ser abordadas nos trabalhos, ou tenta-se encontrar respostas para elas apenas no âmbito da história oral. É dissociada da teoria, e ao conceber qualquer tipo de história como um conjunto de técnicas, torna-se incapaz de refletir sobre si mesma. Entretanto, é preciso considerar que a história oral também é teórica e possui “um corpus teórico distinto, diretamente relacionado às suas práticas” (FERREIRA; AMADO, 1998, p. 13).

Por fim, na condição de metodologia (concepção defendida pelas autoras), a história oral remete a uma dimensão técnica e a uma dimensão teórica repleta de possibilidades que aprofundam reflexões em torno de pontos cruciais: relações entre memória e história, principais conceitos e estilos de investigação, organização de acervos orais, inter-relações entre história oral e história do tempo presente, tipos de entrevista, formas de narrar trajetórias individuais e ligações entre tradição oral e escrita. Como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho, como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho, funcionando como ponte entre teoria e prática (FERREIRA; AMADO, 1998).

Segundo Thompson (1992, p. 254), há qualidades essenciais que um entrevistador bem-sucedido deve possuir como “interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calada e escutar”. Em harmonia com o autor, Montenegro (1993, p. 57) ressalta que quem entrevista deve agir como “um parceiro que não conhece a pressa e a impaciência e está disponível a ouvir as histórias do entrevistado com o mesmo cuidado, atenção e respeito, tenham estas significado ou não para a pesquisa em tela”.

O autor descreve alguns elementos a serem considerados antes, durante e depois das entrevistas. A preparação por parte do entrevistador é um deles, pois “quanto mais se sabe, mais provável é que se obtenham informações históricas importantes de uma entrevista” (THOMPSON, 1992, p. 255). Dessa forma, é importante conhecer as práticas e as terminologias locais. As perguntas elaboradas devem ser sempre simples, diretas e em linguagem comum. Deve-se evitar perguntas que levem a pessoa informante a pensar no modo como o entrevistador pensa.

Thomson (1992) sugere que a entrevista se realize em um lugar onde o informante ou o entrevistado se sinta à vontade. Por serem espaços familiares, sua residência ou local de trabalho são opções viáveis e podem ativar mais fortemente diferentes áreas da memória. Além disso, a completa privacidade proporciona uma atmosfera de confiança e franqueza. Sendo assim, quase sempre é melhor que entrevistador e informante fiquem a sós. Antes de iniciar, é prudente expor claramente a proposta da pesquisa, o que inclui informar como a entrevista será utilizada e explicitar que as informações serão divulgadas segundo seu consentimento. Ainda assim, “muitos dirão que não têm nada de útil para lhe contar e precisarão que se reafirme que a experiência que possuem é preciosa” (THOMPSON, 1992, p. 267).

Thompson discorre a respeito do uso de equipamentos e de outros recursos. O uso de equipamentos, como um gravador e/ou uma câmera, pode despertar, em algumas pessoas, suspeita, temor e/ou ansiedade em razão da preocupação com a confidencialidade e pela não familiaridade com as novas tecnologias. Também pode estabelecer limites em relação a outras pessoas que estejam presentes, no sentido de que se mantenham afastadas enquanto a entrevista durar. Nesse momento, outros recursos que servirão de auxílio para a memória também podem ser utilizados: “Um velho recorte de jornal ou um guia das ruas do lugar podem ser úteis.” (THOMPSON, 1992, p. 265). Segundo o autor, se o objeto for bem escolhido, o entrevistado poderá visualizá-lo e não precisará de nenhum estímulo para se abrir.

É essencial perceber como se sente o informante: está cansado, indisposto ou preocupado com o tempo? Por isso, a duração máxima razoável da entrevista é de 2 horas, especialmente quando se trata de pessoas idosas. É preciso lembrar também que “falar sobre o passado, pode despertar memórias dolorosas que, por sua vez, despertam sentimentos intensos que, muito fortuitamente, podem afligir o informante. Quando isso acontecer, dê-lhe um apoio generoso, como faria a um amigo” (THOMPSON, 1992, p. 272).

Por fim, sobre o encerramento da entrevista, aconselha:

Não saia de imediato depois da sessão de gravação. Você deve ficar um pouco, dar algo de si, e mostrar simpatia e apreço em retribuição ao que lhe foi dado. Aceite um chá, se lhe oferecerem, e esteja disposto a bater um papo a respeito da família e de fotografias. Esse pode ser um momento em que mais provavelmente poderão emprestar-lhe documentos [...] você pode pensar em retribuir com alguma ajuda prática imediata carregando ou pregando alguma coisa, ou com algum conselho sobre como fazer para resolver um problema que esteja preocupando o informante. (THOMPSON, 1992, p. 273).

De acordo com o autor, “uma vez ou outra, este poderá ser o começo de amizade duradoura” (THOMPSON, 1992, 273).

Os aspectos mencionados pelos diferentes autores reforçam a relevância do papel do entrevistador, a quem cabe interpretar esse momento em um determinado espaço histórico e social e uma determinada tradição histórica. Isso porque realizar uma entrevista “é sobretudo a tentativa de visitar com o entrevistado esses territórios diversos, que se relacionam e se comunicam através de uma lógica para nós desconhecida” (MONTENEGRO, 1993, p. 60).

Segundo Schwarzstein (2001), toda entrevista estabelece uma relação entre as pessoas envolvidas e revela tanto a motivação do entrevistado quanto a do entrevistador. A entrevista é o momento de criação das fontes orais e tem características singulares. Schwarzstein, (2001) acredita que, apesar do caráter dialógico da fonte construída, o controle da operação histórica permanece firme nas mãos do historiador. A interpretação começa quando os testemunhos são selecionados, continua na formulação das perguntas e termina quando a história é escrita para os demais.

Uma vez considerados alguns aspectos a respeito da história e da memória que fundamentam a pesquisa, dedico nossa atenção à aproximação ao campo de pesquisa, que se realizou em duas etapas descritas a seguir.

3.2 Primeira aproximação ao campo de pesquisa

A primeira aproximação ao campo de pesquisa refere-se ao ponto de partida da tese que deu origem a um levantamento geral de informações, por meio da técnica *snowball*, também conhecida como Bola de Neve, descrita mais adiante. Essa etapa pode ser organizada em dois momentos: da divulgação da pesquisa à realização das entrevistas com figuras históricas (professoras e funcionários) que atuaram nas instituições em questão e por meio do levantamento técnico e documental dessas instituições.

O entendimento de que a divulgação da pesquisa é o ponto de partida da tese, remete ao conceito de fonte, que pode significar o princípio, o ponto de origem e de apoio, “o repositório dos elementos que definem os fenômenos cujas características se busca compreender” (SAVIANI, 2006, p. 28).

As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apóia o

conhecimento que produzimos a respeito da história. (SAVIANI, 2006, p. 29-30).

Esse conceito reforça a necessidade de buscar pessoas ou situações capazes de fornecer informações referentes a determinado fato. Essa foi a principal razão pela qual a técnica metodológica *snowball* foi utilizada, uma forma de amostra não probabilística que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede (VINUTO, 2014). Sua execução é assim apresentada:

Para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador. Eventualmente o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise. (VINUTO, 2014, p. 203).

Esse tipo de amostragem tem como limitação não possibilitar a determinação da probabilidade de seleção de cada participante da pesquisa. Ao mesmo tempo, é útil no estudo de determinados grupos difíceis de ser acessados.

Nessa perspectiva, a primeira etapa da pesquisa foi desencadeada por meio de pessoas que agiram como informantes e/ou “sementes”. A ausência de informações sistematizadas sobre a existência de instituições com características específicas que se da sua existência, porém não estão documentadas, conduziu ao seu rastreamento, como uma forma de geração de dados, para localizar suas origens e identificar suas características. Esse rastreamento não seguiu um planejamento ou uma sequência linear, mas realizou-se conforme as pistas foram surgindo.

Inicialmente, divulguei a pesquisa entre pessoas amigas, familiares, colegas de trabalho e conhecidos, por meio de conversas informais, pessoalmente, e-mails, ligações e mensagens via WhatsApp. Apresentei o objeto de pesquisa e perguntei a essas pessoas se conheciam lugares que atendiam crianças de 0 a 6 anos no estado de Alagoas antes de 1988.

Em caso afirmativo, perguntei se poderiam indicar professoras que atuaram nessas instituições em turmas com crianças de 0 a 6 anos. Conforme se obtinha retorno, essas professoras foram contatadas por meio de ligações e mensagens via WhatsApp, informadas de que se tratava a pesquisa e convidadas para a participação. Em paralelo, um roteiro de entrevista

(APÊNDICE A) foi elaborado, com perguntas que contemplavam informações a respeito dos lugares citados. Os lugares apontados foram agrupados da seguinte forma:

1. Usinas de cana-de-açúcar
2. Fábricas e indústrias
3. Hospitais
4. Instituições religiosas
5. Universidade
6. Escolas-parque
7. Grupos escolares.

Seguindo a ordem listada, o relato se iniciará com as usinas. Nessa primeira aproximação identificaram-se quatro escolas que ofertavam educação infantil para crianças de 4 a 6 anos em quatro usinas. Todas elas inauguradas entre as décadas de 1960 e 1970. As professoras foram localizadas e entrevistadas. É importante ressaltar que todas elas concordaram em ser identificadas, e isso formalizou-se por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Apêndice B –, o qual será mencionado mais adiante.

O roteiro das entrevistas elaborou-se com base nas informações e em um roteiro de dissertações e teses encontradas durante a revisão de literatura. Desse modo, procurei contemplar aspectos relacionados com a história de vida das entrevistadas, bem como a origem, a organização, o funcionamento e as possíveis mudanças das instituições ao longo dos anos. Ao mesmo tempo, tinha em mente que o roteiro serviria apenas como um norte, pois considerava importante deixá-las à vontade para expressarem tudo aquilo que considerassem importante.

As duas primeiras entrevistas foram uma espécie de “entrevista piloto”; realizei quando estava cursando a Disciplina “Políticas e Práticas de Educação Infantil: uma abordagem socioecológica do cuidado e educação”, ministrada por minha orientadora. Durante a discussão do artigo *A trajetória da educação infantil em quatro ciclos* (HADDAD, 2007) e do livro *Educação infantil em três culturas* (TOBIN; WU; DAVIDSON, 2008) realizei um trabalho voltado para entrevista com personalidades que atuaram na educação infantil no estado de Alagoas em 1988. A proposta era buscarmos pistas a respeito dessa história. No meu caso, como já tinha a indicação de duas professoras de usinas, primeiro conversei com a professora Luiza e depois com a professora Marlene. Sem dúvida, a proposta foi de grande ajuda em meu percurso.

Mais adiante, após o projeto sofrer algumas mudanças e ser aprovado no Comitê de Ética, retornei à residência dessas professoras e realizei as entrevistas nos moldes pensados: gravação e filmagem. Achei que seria interessante poder não apenas gravar, mas também filmar

essas entrevistas para que, posteriormente, pudessem ser transcritas e analisadas. Nessa ocasião, o projeto de pesquisa já havia sido submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Ufal, e todas as entrevistas realizaram-se após a aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As entrevistas realizaram-se com professoras que atuaram em instituições vinculadas às: usinas de cana-de-açúcar; fábricas e indústrias, escolas-parque, grupos escolares e escolas reunidas. Identifiquei outras instituições, entretanto as entrevistas não se realizaram. Foi o caso da creche que pertence à Santa Casa de Misericórdia de Maceió e a creche da Ufal.

A primeira indicação veio de um informante que tem vínculo com a Escola Reunidos de Utinga da Usina Utinga Leão em Rio Largo. A ex-diretora dessa escola, então aposentada, havia atuado como professora e diretora na década de 1970: Marlene Honorato da Silva. A admiração desse informante por ela era evidente. Segundo ele, era uma senhora bastante estudiosa, que acompanhava as mudanças ao longo dos anos na área de Educação. Diante dessa indicação, a primeira entrevista foi agendada; desse modo, a pesquisa começaria a ganhar forma.

A segunda indicação surgiu em um evento realizado no Centro de Educação da Ufal. Após a apresentação do projeto desta pesquisa, uma das pessoas informou que havia trabalhado no Educandário Odete Vilar Coutinho da Usina Sinimbu em Jequiá da Praia, e conhecia uma senhora aposentada, a “vó Luiza”, como é chamada por ela, com quem havia trabalhado.

A terceira indicação veio de uma professora de Educação Básica, que recebeu minha mensagem e retornou via WhatsApp informando que conhecia uma pessoa que havia atuado na Escola Jayme Lustosa de Altavila da Usina Porto Rico em Campo Alegre. Por coincidência, tratava-se da mãe de uma colega com quem cursei uma disciplina antes de ingressar no doutorado na condição de aluna especial.

A quarta professora foi indicada por uma servidora da Semed com quem trabalhei, que no passado havia trabalhado na Escola Conceição Lyra da Usina Caeté em São Miguel dos Campos. Tempos depois, soube que minha futura entrevistada havia sido professora de uma grande amiga.

A respeito das fábricas, a princípio, foram três indicações (duas do ramo têxtil e uma do ramo alimentício). A primeira foi a Fábrica Carmen, localizada no distrito de Fernão Velho. O lugar é bastante familiar, pois remete à minha infância. Meu avô materno foi ferroviário na Vila Operária (conhecida como Vila Goiabeira), sua última parada antes da aposentadoria. Sua casa ficava em frente à linha férrea e era comum escutar o apito dos trens enquanto meu avô paterno era operário da fábrica. Foi em Fernão Velho que meus pais se conheceram e onde passei boa

parte da minha infância. Assim, meus pais indicaram o Jardim Infantil Maria Auxiliadora da Fábrica Carmem; e a indicação da professora, que posteriormente foi entrevistada, partiu de uma professora do Centro de Educação da Ufal.

A segunda indicação foi a Fábrica da Pedra, localizada em Delmiro Gouveia. Ao visitar a cidade, uma colega conheceu a fábrica e soube que, no passado, lá havia uma escola para crianças. Na mesma época, meu esposo tomou conhecimento de que a prima de um colega de trabalho, nascido em Delmiro, havia sido professora na Escola Infantil Natércia Serpa de Menezes da Fábrica da Pedra. Cheguei a contatá-la, mas ela havia atuado após 1988. Em minhas buscas, localizei um blog³ de notícias que continha uma matéria sobre a Fábrica da Pedra. Prontamente, entrei em contato com o administrador desse blog, Adalberto Gomes Correia, que indicou Adair Nunes da Silva, professor, historiador e administrador de outro blog⁴ de notícias e uma página eletrônica no Facebook, que, muito solícito, forneceu informações sobre a cidade, a fábrica e indicou cinco professoras com quem eu poderia conversar, mas apenas uma delas havia lecionado antes de 1988, a qual foi prontamente localizada. Somente essa foi selecionada para a entrevista. Meu primeiro contato com a professora Petrócia Maria Oliveira foi por telefone, e ela ficou encantada e emocionada com a possibilidade de participar de uma pesquisa que tratasse da história da sua cidade e de uma instituição que fez parte de sua vida. Apesar de residir em Delmiro Gouveia, ela estava de passagem por Maceió e sugeriu um encontro no apartamento de sua filha.

Por fim, cheguei à Empresa Sococo por intermédio de outra servidora da Semed que atuou no Centro Social e Educativo da Sococo nos anos 1990, embora a existência da creche antecederesse aquela época.

Seguindo minha busca por pistas a respeito de fábricas e indústrias, cheguei a contatar o Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Social da Indústria (Sesi), pois acreditava que o Sesc poderia encaixar-se em minha pesquisa porque, de acordo com o site,⁵ ele foi criado em 1948 em Alagoas. Todavia, após conversa por telefone com uma funcionária que conheci durante meu estágio que realizei na Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental de Alagoas do Sesc, que ingressou na instituição nos anos 1980, tive conhecimento de que no passado havia um trabalho voltado para a recreação de crianças, mas a Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental de Alagoas só foi criada em 2003. No caso do Sesi, tomei conhecimento de que era possível que houvesse o atendimento de 0 a 6 anos antes de 1988, mas

³ Disponível em: <http://www.adalbertogomesnoticias.com.br/>

⁴ Disponível em: www.ansnoticias.com

⁵ Disponível em: <https://www.sescalagoas.com.br/sobre-o-sesc/>

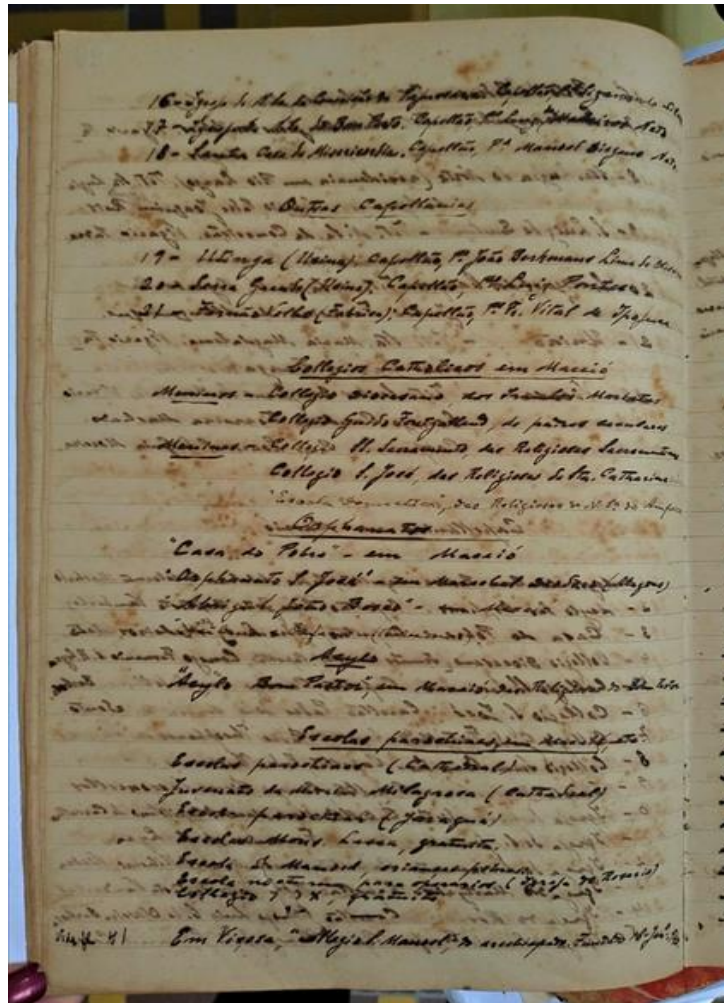
ao conversar com algumas funcionárias, não tive nenhuma confirmação desse atendimento. Desse modo, essas instituições não entraram na pesquisa, sendo priorizadas outras fábricas que foram inclusas na segunda etapa.

A Santa Casa em Maceió foi a única instituição apontada como responsável pelo atendimento da educação de crianças. A indicação partiu de uma professora da Semed, que trabalhou no hospital na década de 1980, e de uma tia que também trabalhou lá na década de 1990. Ambas puderam deixar os filhos aos cuidados da instituição. No entanto, não consegui nenhuma indicação de uma possível entrevistada. Ao recorrer à instituição e à sua creche, Creche São Vicente de Paulo, ambas localizadas no centro da cidade, tomei conhecimento de que a creche foi fundada apenas em 1988, sendo assim, não se encaixa no período pretendido. Desse modo, esse “local” foi retirado da pesquisa.

As instituições religiosas foram indicadas por familiares, colegas de trabalho e pessoas conhecidas que tinham conhecimento de que, no passado, algumas instituições, vinculadas à Igreja Católica, ofertavam educação para crianças entre 5 e 6 anos. Algumas foram sugeridas: Colégio Marista, Colégio Bom Conselho, Escola Amparo. Para encontrar mais informações, consulte a Arquidiocese de Maceió. Ao me apresentar, expliquei que meu interesse estava voltado para as instituições que se voltavam para a educação de crianças de 0 a 6 anos em Alagoas antes de 1988. A bibliotecária me acolheu e mostrou receptividade e prontidão. Explicou que Alagoas possui uma Arquidiocese (localizada em Maceió) e duas Dioceses (uma em Penedo e outra em Palmeira dos Índios). Também disponibilizou para consulta o Livro de Tombo (Imagem 1).

Por esse livro, foi possível ter acesso a inúmeras instituições de caráter religioso que ofertaram o ensino pré-primário (nomenclatura utilizada na época para a educação de crianças menores) até 1940. As instituições descritas no livro são colégios católicos, orfanatos e escolas paroquiais, e nesse período algumas dessas instituições faziam distinção do atendimento destinado a meninos e meninas. Além das instituições religiosas, o livro faz menção a duas usinas, Utinga e Serra Grande, e à Fábrica de Fernão Velho.

Imagem 1 – Livro de Tombo



Fonte: Arquidiocese de Maceió.

Os colégios mencionados que ofertavam educação pré-primária são: Colégio Diocesano dos Irmãos Maristas, Colégio Guido de Fontgalland dos Padres Circulares (ambos para meninos) e Colégio Santíssimo Sacramento das Religiosas Sacramentais, Colégio São José das Religiosas de Santa Catarina e Escola Doméstica das Religiosas de Nossa Senhora do Amparo (para meninas). Os orfanatos citados são: Casa do Pobre, Orfanato São José, Abrigo São João Bosco e Asilo Bom Pastor. As escolas paroquiais: Juvenato da Muralha Milagrosa, Escola Paroquial do Jaraguá, Escola Monsenhor Lessa, Escola Dom Manoel, Escola para operários da Igreja do Rosário.

Ao todo, foram rastreadas 19 instituições de cunho religioso, 18 vinculadas à Igreja Católica e apenas uma delas idealizada pela Igreja Batista (Quadro 2). Após algumas pesquisas e ao conversar por telefone com um pastor antigo da igreja, soube que o Colégio Batista Alagoano foi um diferencial em Alagoas naquele tempo por, pelo menos, duas razões: propôs-

se a receber estudantes não católicos e a ofertar turmas masculinas e femininas, que passaram a ser mistas posteriormente, fato que foi considerado um avanço para a época.

Quadro 2 – Instituições religiosas encontradas em Alagoas antes de 1988

Vínculo	Instituição	Fundação	Local
Misto	1. Colégio Batista Alagoano**	1920	Maceió
Colégios católicos	2. Colégio Diocesano dos Irmãos Marista*	1904	Maceió
	3. Colégio Santíssimo Sacramento das Religiosas dos Saberes Sacramentais*	1904	Maceió
	4. Colégio Nossa Senhora do Amparo**	1932	Maceió
	5. São José das Religiosas de Santa Catarina/ Escola Doméstica*	1934	Maceió
	6. Guido dos Padres Circulares/ Sociedade Colégio Guido de Fontgalland*	1939	Maceió
	7. Colégio Diocesano**	1944	Penedo
	8. Colégio da Imaculada Conceição**	1913	Penedo
	9. Colégio da Imaculada Conceição**	1955	Maceió
	Orfanatos	10. Asilo Nossa Senhora do Bom Conselho/ Colégio Bom Conselho/ Escola Estadual Bom Conselho**	1877
11. São José**		1908	Marechal Deodoro
12. Casa do Pobre*		1932/1938	Maceió
13. Asilo Bom Pastor*		-	Maceió
Escolas Paroquiais	14. Juvenato da Muralha Milagrosa*	-	Maceió
	15. Escola Paroquial do Jaraguá*	-	Maceió
	16. Escola Monsenhor Lessa (gratuita)*	-	Maceió
	17. Escola Dom Manuel (para crianças pobres)*	-	Maceió
	18. Escola para operários da Igreja do Rosário*	-	Maceió

Fonte: * Livro do Tombo da Arquidiocese de Maceió;

** Informantes.

Os seguintes colégios foram visitados para esta pesquisa: Colégio dos Irmãos Marista, Colégio Santíssimo Sacramento, Colégio São José, antigo Colégio Guido, e Colégio Monsenhor. Em todos, fui bem recebida e as pessoas com quem falei se prontificaram a indicar professoras que pudessem ser entrevistadas. No caso do Colégio Guido, ele foi extinto e no prédio atualmente funciona o Centro Universitário Cesmac. O secretário do Guido, bastante antigo na instituição, contextualizou a história da instituição, desde a sua fundação, e disponibilizou materiais do acervo do colégio, tais como o Relatório do Ano de 1960, onde estão registrados 30 educandários mantidos pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Na tentativa de entender um pouco a respeito dos educandários, constatei que o surgimento dos educandários no Brasil foi consequência de iniciativas voltadas para o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Foi o caso do Educandário Cel. Quito Junqueira, criado em 1938 em Ribeirão Preto para acolher crianças da comunidade, cujas famílias não tinham condições de custear sua alimentação, educação, moradia e saúde. Em 1944, o educandário, que anteriormente era um abrigo, foi transformado em fundação (FUNDAÇÃO EDUCANDÁRIO CEL. QUITO JUNQUEIRA, [2020]).

Dada a grande abrangência de idade atendida por essas instituições e a incerteza de quais incluíam a faixa etária de 0 a 6 anos, esses lugares foram excluídos da tese.

No caso de universidade, a Universidade Federal de Alagoas possui uma creche desde 1984, inicialmente como Pousada Escolar Sementes do Amanhã, fruto de reivindicações e lutas das servidoras vinculadas à antiga Associação dos Servidores da Ufal (Assufal). Esse espaço passou a ser conhecido por mim durante minha graduação nos anos 2000; posteriormente, passei a ser servidora da instituição. Desse modo, tive acesso ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) da creche. Por meio dele, pude conhecer um pouco da história da creche da Ufal, que envolve a luta das servidoras antigas, filiadas ao Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Alagoas (Sintufal), em busca do direito à creche para os filhos no início da década de 1980.

Não há registro de Parques Infantis em Alagoas, apenas de Escolas-Parque. O nome sugere conexão com as escolas parque inspiradas na concepção de Anísio Teixeira que se propagaram nos anos 1960, no entanto requer pesquisa específica para confirmar essa associação.

Após a indicação da existência dessas instituições, constatei que, ao todo, são quatro Escolas-Parque: Lions Club (atualmente conhecida como Maria de Lourdes Vieira em homenagem a uma professora da rede que faleceu), Monsenhor Luiz Barbosa, Mascarenhas de Moraes e Graciliano Ramos. Todas essas instituições estão situadas em Maceió. Foi possível visitar três delas, sendo bem recebida pelas gestoras. Tive acesso ao PPP de todas.

A Escola Parque Lions Clube foi fundada em 1968, e era familiar porque nas décadas de 1980 e 1990 costumava frequentar, com minha família, o Parque Gonçalves Lêdo, onde ela se localiza. Repleto de árvores e com alguns brinquedos, como escorregadores, o lugar fez parte de nossa infância. De acordo com o PPP, na época em que a instituição foi construída, a ideia era oferecer às crianças um ambiente onde a brincadeira e o lúdico estivessem presentes. Sua fundação foi em novembro de 1968 no bairro do Farol. O nome foi escolhido por políticos influentes na época como forma de reverenciar o Lions Clube, presente em Alagoas.

A Escola Monsenhor Luís Barbosa foi fundada em 1969 e desativada há alguns anos. Desde 2016, o prédio abriga o CMEI Padre Silvestre Vredegoor. A Mascarenhas de Moraes foi fundada entre 1967, e segundo a gestora, somente na década de 1970, a escola passou a ser conhecida como Escola Parque Marechal Mascarenhas de Moraes. De acordo com o PPP, a instituição foi fundada durante o período militar, época em que eram homenageados militares que tiveram êxito durante as batalhas de que participaram.

A Escola Parque Graciliano Ramos foi fundada em 1987. De acordo com o PPP, o prédio foi doado à Prefeitura de Maceió sob responsabilidade da antiga Fundação Educacional de Maceió (Femac), sendo inaugurada em outubro de 1987.

Originalmente, as Escolas Parque foram vinculadas à Femac, que “levou às praças públicas um projeto para a educação de crianças” (SILVA, 2009, p. 67). Com a extinção da Femac, elas foram assumidas pela Semed. A partir de 2014, por uma portaria publicada pela Semed, todas as escolas parques adotaram a nomenclatura CMEI, já adotada para as escolas municipais de educação infantil.

Sobre os grupos escolares, embora destinados à educação primária, entraram na primeira etapa da pesquisa aqueles indicados pela existência de turmas que atendiam crianças de 4 a 6 anos. Dois são mais antigos, indicados pela professora do Centro de Educação da Ufal, Dra. Graça Loiola, estudiosa da história da educação do estado de Alagoas e pesquisadora de produções literárias de docentes dos séculos XVIII-XX, como instituições que ofertavam educação pré-primária.

Considerando possíveis contribuições na área de História da Educação, minha orientadora e eu agendamos uma reunião com a professora Graça Loiola, que indicou lugares que poderiam contribuir com pistas, como a Arquidiocese de Maceió (que ainda não tinha visitado) e o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL); e pesquisas interessantes, como os escritos dos alagoanos João Craveiro Costa (político, historiador e jornalista) e Manuel Diégues Júnior (professor, sociólogo e advogado), revistas publicadas outrora (*Revista Argos* e *Revista de Ensino*) e trabalhos sob sua orientação. A professora também citou dois grupos escolares que atendiam crianças até 6 anos: Diegues Júnior e D. Pedro II, ambos localizados em Maceió.

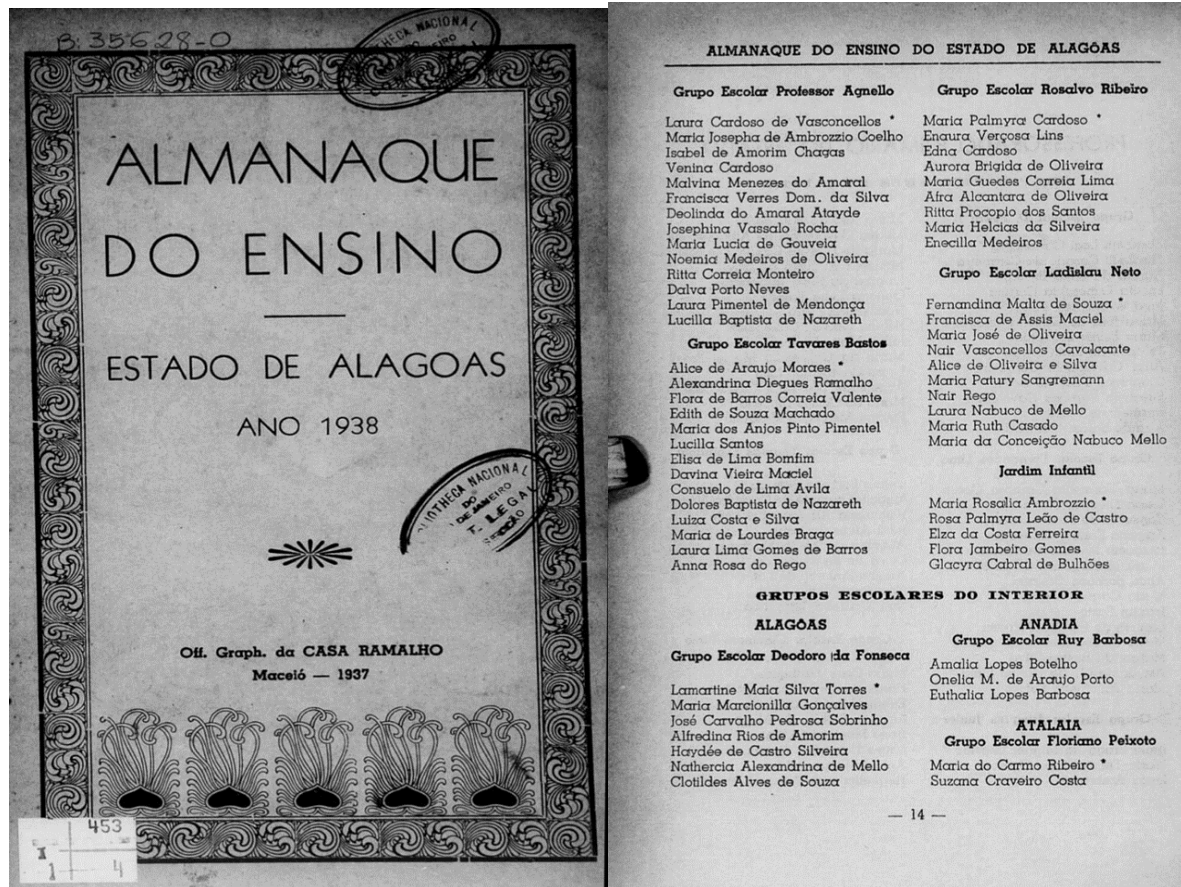
Dois outros datam de época mais recente, o Grupo Escolar Tavares Bastos, localizado em Maceió; e o Grupo Escolar Getúlio Vargas, localizado na cidade de Pilar. Destaca-se que esses mais antigos constam no livro de João Craveiro Costa (1931/2011) e na pesquisa de Elza Maria da Silva (2009), que trata das primeiras experiências em educação de crianças em Alagoas entre o século XIX e o século XX.

Segundo Costa (1931/2011), na década de 1920, não havia em Alagoas instituições voltadas especificamente para a oferta de Jardins de Infância, sendo assim, eles eram ofertados em salas existentes nos grupos escolares. O Grupo Escolar Diegues Júnior, situado na Pajuçara, instalou em 1923, uma Sala de Jardim de Infância, e já não existe. O Grupo Escolar Pedro II, por sua vez, construiu, em 1926, um Jardim Infantil nos fundos do seu prédio. Posteriormente, mudou-se “para uma das dependências do prédio em que hoje funciona a Secretaria Estadual de Educação, até ser transferido definitivamente para o CEPA, onde tomou o nome de Jardim Infantil Maria Rosália Ambrósio” (SILVA, 2009, p. 62). Não se sabe quando o Jardim Infantil deixou de existir. Atualmente, a instituição é denominada Escola Estadual Maria Rosália Ambrósio e é voltada a turmas para o ensino fundamental 1.

O Jardim Infantil Rosália Ambrozzio foi o local onde minha mãe fez estágio como aluna do Magistério na Escola José Correia da Silva Titara, localizada no Centro Educacional Antônio Gomes de Barros (CEAGB) na década de 1980. Uma colega de disciplina, cuja mãe estava na gestão da instituição naquele momento, soube que havia uma professora bastante antiga que poderia ser entrevistada, mas infelizmente faleceu. Posteriormente, tomei conhecimento de que uma professora de graduação havia trabalhado no Jardim Infantil e ela acabou sendo entrevistada. A visita ao Jardim infantil Rosália Ambrozzio também trouxe recordações, pois cresci ouvindo minha mãe falar dos tempos de Magistério, cursado na Escola José Correia Titara, e porque foram espaços que frequentei durante meus estágios na graduação.

O nome de Maria Rosália Ambrozzio está citado no 1.º número do *Almanaque do Ensino do estado de Alagoas* ano 1938 (ALAGOAS, 1937, p. 26), documento com 44 páginas, disponível no acervo do Instituto de História e Geografia do estado de Alagoas. Reúne informações sobre o sistema de ensino em Alagoas nessa época. Maria Rosália Ambrozzio aparece com mais quatro professoras na lista Jardim infantil, no tópico referente ao “Professorado Primário do Estado”: Rosa Palmyra Leão de Castro, Elza da Costa Ferreira, Flora Jambeiro Gomes e Glacyra Cabral de Bulhões (Imagem 2).

Imagem 2 – Grupos escolares da capital



Fonte: Alagoas (1937).

O documento se dirige a professores e professoras como uma espécie de apresentação e boas-vindas e apresenta informações importantes, tais como o calendário letivo do ano de 1938 e a relação de professores e professoras que atuavam nas escolas primárias, no jardim de infância (intitulado “professorado primário do estado”) e no ensino secundário (intitulado “cadastro dos professores secundários”). Constam ainda os programas de ensino para as escolas primárias e para o jardim infantil e as disciplinas lecionadas no ensino secundário. Também são citados o Instituto de Educação, a Escola Normal de Penedo e a Escola Normal de Viçosa. Além disso, são citados os Grupos Escolares existentes no estado, dentre eles encontram-se dois mencionados pelas entrevistadas: o Grupo Escolar D. Pedro II e o Grupo Escolar Diegues Júnior (ALAGOAS, 1937).

Quanto ao jardim infantil, o documento descreve sua finalidade e forma de organização e didática no tópico Programas de ensino para as Escolas Primárias e Jardim Infantil que inclui a faixa etária das crianças, a divisão das turmas e o número de crianças por turma:

Esta escola organizada para crianças de 4 a 7 anos de idade tem o fim de educar-lhes os sentidos desenvolvendo-lhes também as faculdades intelectuais. Está dividida em três períodos, sendo o 1.º para crianças de 4 a 5 anos; o 2.º de 5 a 6 e o 3.º de 6 a 7. Cada período terá sua classe com 40 alunos no máximo. E, conforme a capacidade da Escola, todos os períodos podem ser desdobrados (ALAGOAS, 1937, p. 26).

O *Almanaque do ensino do estado de Alagoas* ano 1938 (ALAGOAS, 1937, p. 26) também destaca a finalidade do jardim de infância: “disciplinar a atividade, o trabalho, o bem e não a imobilidade, a passividade, a obediência” e reforça que “uma sala onde todos os alunos se movem utilmente, inteligentemente e voluntariamente sem embaraço algum será muito bem disciplinada (Montessori)”.

Foi possível visitar três das instituições presentes no documento: o Grupo Escolar Tavares Bastos e o antigo Jardim Infantil Rosália Ambrozzio no CEAGB. Minha visita ao Grupo Escolar Tavares Bastos (atual Escola Estadual Tavares Bastos) foi bastante acolhedora e trouxe algumas lembranças. A instituição localiza-se em frente à Praça do Centenário, no bairro do Farol, onde costumava ir com minha família quando era criança.

Além dos brinquedos, a praça continha um mapa de Alagoas (antes colorido e com os municípios representados de forma detalhada e, posteriormente, foi pintado de branco, e esses municípios foram apagados). De acordo com o PPP da instituição, o Grupo Escolar Tavares Bastos sempre pertenceu ao Estado. Anteriormente, funcionava na Rua Cônego Machado e em 1982 mudou-se para a Praça do Centenário.

Outro dado interessante encontrado no *Almanaque* é a divulgação de algumas empresas, que ofereciam algum tipo de serviço educacional, a exemplo da Companhia União Mercantil, igualmente colégios particulares como o Colégio Batista.

No caso da Companhia União Mercantil, constam no documento que sua fundação foi no ano de 1857 pelo barão de Jaraguá, que houve uma reforma em 1907, pelo comendador José Teixeira Machado, e dentre os serviços disponibilizados pela fábrica, encontram-se: “escolas para ambos os sexos, assistência médica, dentária e câmara de aleitamento” (ALAGOAS, 1937, p. 6) conforme a Imagem 3.

Imagem 3 – Publicidade da Companhia União Mercantil

ALMANAQUE DO ENSINO DO ESTADO DE ALAGOAS

COMPANHIA UNIÃO MERCANTIL
 SOCIEDADE ANONIMA
CAPITAL: 3.000:000\$000
SÉDE EM MACEIÓ

FABRICA DE TECIDOS TINTOS, CRÚS E BRANQUEADOS
 EM FERNÃO VELHO

FUNDADA EM 1857 PELO BARÃO DE JARAGUÁ
 E REFORMADA EM 1907 PELO COM.^{dor} JOSÉ
 TEIXEIRA MACHADO

MANTEM ESCOLAS PARA AMBOS OS SEXOS, ASSISTEN-
 CIA MÉDICA, DENTARIA E CÂMARA
 DE ALEITAMENTO

ENDEREÇO TELEGRAFICO - **MERCANTIL**
 Codigos: MASCOTE, BORGES, RIBEIRO e ABC 5.ª ed.

ESCRITORIO CENTRAL:
 RUA DO COMERCIO, 611 e 617

DIRETORIA :

DR. ARTHUR DE M. MACHADO — Diretor-Tesoureiro
 DR. ANTONIO DE M. MACHADO — « Gerente
 JOÃO DE MELLO MACHADO — « Secretario

Fonte: Alagoas (1937, p. 6).

Todas as instituições rastreadas na primeira aproximação ao campo de pesquisas foram sistematizadas no Quadro 3, onde constam o lugar, a tipologia, o ano de sua fundação, sua localização e o nome da professora entrevistada.

Quadro 3 – Instituições que ofertavam educação infantil em Alagoas antes de 1988 localizadas na 1.^a etapa da pesquisa e professoras entrevistadas

Lugar	Tipologia	Fundação	Localização	Professora
Usinas de cana-de-açúcar	Creches Balão Mágico, Borboleta Azul, Menino Petrucio e Sítio do Pica-Pau Amarelo – Usina Utinga Leão	Década de 1970	Rio Largo	Marlene Honorato da Silva
	Educandário Odete Vilar Coutinho – Usina Sinimbu	1981	Jequiá da Praia	Luiza Soares da Silva
	Escola Jayme Lustosa de Altavila – Usina Porto Rico	Década de 1980	Campo Alegre	Rosemere da Silva Vieira
	Pré-Escola das Escolas Reunidas Dona Maria da Conceição Diniz Lyra – Usina Caeté	Década de 1980	São Miguel dos Campos	Maria Betânia Costa Leite
Fábricas	Centro Social e Educativo da Empresa Sococo	Década de 1970	Maceió	Tânia Gomes de Melo dos Santos
	Jardim Infantil Maria Auxiliadora – Fábrica Carmem	1960	Fernão Velho	Yeda Maria Carlos
	Escola Infantil Natércia Serpa de Menezes – Fábrica da Pedra da Companhia Agro Fabril Mercantil	1962	Delmiro Gouveia	Petrúcia Maria Oliveira
Escolas Parque	Escola Parque Lions Club	1968	Maceió	Maria José da Silva
	Escola Parque Monsenhor Luiz Barbosa	1969	Maceió	-
	Escola Parque Mascarenhas de Moraes	1967 ou 1970	Maceió	-
	Escola Parque Graciliano Ramos	1987	Maceió	Leonice Santos Lima
Grupos Escolares	Grupo Escolar Diegues Júnior e	1923	Maceió	-
	Grupo Escolar Pedro II Jardim Infantil Maria Rosália Ambrozzio	1926	Maceió	Maria Alba Correia da Silva
	Grupo Escolar Tavares Bastos	-	Maceió	Maria Lúcia de Lima Silva
	Grupo Escolar Getúlio Vargas	-	Pilar	Maria Nivalda Sampaio

Fonte: Elaboração da autora.

Para tratar da existência e da história dessas instituições, também contatei o IHGAL e a Biblioteca Nacional. Da Biblioteca Nacional, vieram indicações das pesquisas de Brandão (1927), Costa (1927, 1931), Verçosa (1985, 2001, 2011), Vilela (1980); além de leis e resoluções da Assembleia Legislativa Provincial de Alagoas de 1886, o Regulamento do Instituto de Assistência e Proteção à Infância em Alagoas de 1931, o *Almanaque do ensino do estado de Alagoas* (ALAGOAS, 1937) e o Decreto n.º 546/1906. Também recorri à Biblioteca

Central da Ufal. Com acervo catalogado por meio digital, tive acesso às produções realizadas na instituição na graduação e na pós-graduação. No repositório, busquei trabalhos produzidos nos cursos e programas de Pedagogia e de Serviço Social.

A primeira etapa, que corresponde à primeira aproximação ao campo, compreendeu um levantamento geral de informações a respeito de instituições que ofertavam educação a crianças com idade até 6 anos antes de 1988 em Alagoas. Foi possível perceber uma grande diversidade de tipos de oferta de educação da criança pequena, tais como creche, pré-primário, jardim de infância, escola infantil, escolas-parque em distintos lugares, como usinas de cana-de-açúcar, fábricas e indústrias, hospitais, instituições religiosas, universidade. Nas usinas, havia as seguintes tipologias: creche, educandário, escola e pré-escola.

A seguir tratarei da segunda aproximação ao campo, em que houve um afinamento do foco da pesquisa para fábricas de tecido e usinas de cana-de-açúcar, atendendo às sugestões da banca de qualificação.

3.3 Segunda aproximação ao campo de pesquisa

A segunda aproximação ao campo de pesquisa voltou-se especificamente para a história da educação da infância nas fábricas e usinas de cana-de-açúcar, aprofundando os dados gerados na primeira etapa referente a esses dois lugares. Para tanto, a pesquisa de campo ganhou intensidade, envolvendo consultas a arquivos públicos, tais como o IHGAL e o Arquivo Público de Alagoas, entrevistas e visitas a esses lugares.

Ressalto que, durante esse percurso, considereei a preocupação de Kuhlmann Jr. e Leonardi (2017, p. 209) em relação ao educentrismo, ou seja, a pesquisas realizadas nos limites escolares que geram interpretações restritas, “como produzidas exclusivamente na dimensão escolar, mesmo que depois se agreguem às análises relacionamentos com a economia, a política e os demais aspectos sociais”.

O trabalho com fontes diversas, com a ampliação do olhar para além dos espaços escolares, mas também em direção a eles, revela-se um caminho instigante para as pesquisas, sem isolar o fenômeno educativo, evitando assim, a vinculação a modelos ou a interpretações cristalizadas. Com temas e objetos distintos os subprojetos aqui comentados atentaram tanto para as especificidades no tratamento do objeto e das fontes, quanto se preocuparam em analisar as relações entre sujeitos, instituições e documentos. Sujeitos, instituições e produções de documentos compõem as relações sociais e a educação participa e está imersa nesses processos (KUHLMANN JR.; LEONARDI, 2017, p. 222).

Segundo Kuhlmann Jr. e Leonardi (2017, p. 211) “os documentos, os discursos, os bens culturais não são entendidos como se fossem os próprios sujeitos históricos, mas como produtos de pessoas reais, que expressam projetos, concepções e tensões vividas por elas”. Eles afirmam que a pesquisa no campo da história social “requer a articulação com os processos históricos mais amplos, com a conjuntura social e política e as suas transformações ao longo do período da publicação, com os movimentos e formações sociais com que ela se articula mais diretamente”. Nessa perspectiva, “a educação é tomada não como dependente de processos externos, nem como autônoma em relação a eles, mas como elemento constitutivo da vida social” (KUHLMANN JR.; LEONARDI, 2017, p. 222).

Durante a segunda etapa, divulguei novamente a pesquisa entre pessoas amigas, familiares, colegas de trabalho e conhecidos, por meio de conversas informais, pessoalmente, e-mails, ligações e mensagens via WhatsApp. O objeto de pesquisa, desta vez tendo como foco apenas fábricas de tecido e usinas de cana-de-açúcar, foi apresentado. Perguntei a essas pessoas se conheciam locais, além dos que já haviam sido identificados, que atendiam crianças de 0 a 6 anos no estado de Alagoas antes de 1988 e se poderiam indicar professoras que atuaram nessas instituições em turmas com crianças nessa faixa etária. Conforme recebia retorno, contatei essas professoras e expliquei de que se tratava a pesquisa e fiz o convite para a participação.

Iniciarei o relato com as usinas de cana-de-açúcar. A primeira indicação, durante a segunda etapa, veio de um informante servidor da Secretaria Municipal de Educação de Rio Largo. Trata-se da professora Ivonete Caldas da Silva, que havia trabalhado na Creche da Usina Santa Clotilde em Rio Largo. A entrevista foi em sua residência. O encantamento e a sensação de familiaridade com a cidade vieram à tona em razão das semelhanças com Fernão Velho, em especial pela estrutura da linha férrea e pelos prédios antigos pertencentes à fábrica. Infelizmente, em decorrência da cheia em 2010, grande parte de seus documentos foi perdida. Desse modo, ela não possui nenhuma imagem da época em que foi professora.

A segunda professora – indicada por uma amiga e uma tia servidoras da Secretaria Municipal de Educação de Atalaia – foi Iracema Fernandes da Silva, que trabalhou na Creche da Usina Ouricuri. A entrevista realizou-se em sua residência no povoado de Ouricuri. Por essa razão, foi possível visitar as ruínas da usina e a casa onde a creche funcionava. Também visitei o posto de saúde e um clube onde se realizavam os eventos da usina e da creche, ambos ativos. A professora Iracema apresentou todos esses locais e dispôs inúmeras fotos do acervo pessoal para integrarem a pesquisa.

A terceira indicação veio de uma servidora da Secretaria Municipal de Educação de Matriz do Camaragibe. Cleide Costa de Souza, havia trabalhado como professora e secretária

na Escola da Usina Camaragibe em Matriz do Camaragibe. A entrevista realizou-se em um hospital, porque essa professora estava acompanhando a mãe que se submetera a um procedimento cirúrgico. Ainda assim, a professora Cleide se dispôs a participar da pesquisa e, posteriormente, conseguiu imagens da escola ao contatar a equipe da instituição.

A quarta professora, Marilza da Silva Almeida, que atuou na Creche da Usina Seresta em Teotônio Vilela, foi indicada por uma colega do Grupo de Pesquisa Educação Infantil e Desenvolvimento Humano, natural do município. O acolhimento, tanto por parte da “semente” quanto por parte da professora entrevistada, foi marcante, na ocasião da visita à escola onde funcionava a creche indicada. As gestoras deixaram disponíveis o PPP e informações relevantes a respeito da instituição. A entrevista realizou-se na residência da professora Marilza. Ela também dispôs inúmeras fotos de seu acervo pessoal para a pesquisa.

A quinta indicação foi a Usina Roçadinho em São Miguel dos Campos. Na época, estava tentando conseguir informações a respeito da Usina Triunfo em Boca da Mata. As sementes e as professoras indicadas por elas foram muito prestativas. Entretanto, todas as possíveis entrevistadas que trabalharam na creche da usina após 1988, infelizmente, não se enquadravam no perfil necessário. Até que uma das professoras informou que conhecia alguém que havia trabalhado na Creche da Usina Roçadinho e, finalmente, cheguei até duas irmãs: Maria das Dores Santos Oliveira e Margarida Santos Gomes, que me receberam em sua residência.

A sexta professora indicada foi Maria da Conceição Santos Barreto da Usina Serra Grande em São José da Laje, que atualmente é assistente social da usina. Ela foi indicada por um conhecido que trabalha na usina, recomendado por uma amiga em comum. A entrevista realizou-se na usina e contou com a participação de mais duas professoras da creche: Cícera Gomes de Lima e Eunice Cordeiro da Silva. Infelizmente, em decorrência da cheia em 2010, grande parte dos documentos da instituição foi perdida. Desse modo, não havia imagens que pudessem deixar disponíveis.

A respeito das fábricas, foram duas indicações. A primeira foi a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos em Rio Largo. Durante minhas buscas, recorri a diferentes meios para a obtenção de pistas. Um deles foi o YouTube, uma plataforma de compartilhamento de vídeos. No site, encontrei um vídeo intitulado *Cia. Alagoana de Fiação e Tecidos*, por William Gericke (1940), possivelmente produzido na década de 1940. O filme apresenta a cidade de Rio Largo, com ênfase nos serviços que Gustavo Paiva empreendeu e realizou no passado.

Posteriormente, fui contatada por um residente da cidade, que recomendou um militante do Sindicato dos Metalúrgicos de Alagoas que, por sua vez, foi aluno e é vizinho da professora Antônia Lopes da Silva da creche da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos em Rio Largo.

Surgiu assim a primeira indicação referente a fábricas. A entrevista realizou-se na residência da professora Antônia. Infelizmente, os documentos, na maior parte, se perderam, também em consequência da cheia de 2010. Desse modo, ela não possui nenhuma imagem da época em que foi professora.

Em uma das visitas ao IHGAL, por acaso, encontrei o autor de um dos livros utilizados em minha pesquisa: Arnaldo Paiva Filho, a quem fui apresentada. Esse encontro também foi importante, porque ele – que assistiu de perto a história –, além de fornecer com detalhes informações a respeito da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, indicou pistas referentes a duas fábricas: a Fábrica Vera e Cruz do Cotonifício Nogueira e a Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas, ambas pertencentes à família Nogueira. O autor forneceu o contato de um dos antigos proprietários dessas fábricas de maneira que cheguei até o filho de um deles: João Nogueira Júnior.

A respeito da segunda indicação, a Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas, encontrei no YouTube um vídeo intitulado *Conheça as ruínas da fábrica de tecidos de Saúde*, produzido por Jesiael Rocha (2019), que apresenta as ruínas da antiga fábrica e o que resta da Vila Operária. Cheguei a contatá-lo, mas tratava-se de uma produção de um admirador do local que não possuía muitas informações.

A conversa com João Nogueira rendeu informações e a indicação de um senhor que ainda hoje trabalha nas propriedades da Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas como vigilante. Após essa indicação, fui até o distrito de Saúde em busca de informações sobre a fábrica. O local fica no litoral norte, no distrito de Saúde, que pertence a Maceió, e é uma comunidade pequena e acolhedora. Aproveitei para fazer alguns registros da localidade onde prevalecem ruínas. Por meio do Senhor João Nogueira, foi possível identificar os prédios onde funcionaram a casa-grande, a creche, o grupo escolar e a igreja. Esses registros encontram-se na seção 4. As imagens da creche e do grupo escolar foram obtidas por meio de uma amiga, que residiu em Saúde na infância, cujo pai foi funcionário da fábrica e estudou no grupo escolar. Ela cedeu imagens de seu acervo e contatou pessoas que, felizmente, também disponibilizaram imagens.

Após a conversa com João Nogueira, recebi a indicação da esposa de um antigo gerente da instituição, o qual indicou uma professora que havia trabalhado no grupo escolar com turmas de ensino fundamental. Somente, então, cheguei até duas irmãs: Dona Albany Roberto da Silva e Dona Albenice Roberto Alves. A primeira atuou na creche da fábrica e a segunda foi operária e teve filhos que frequentaram a creche. A entrevista realizou-se na residência de Dona Albany em Riacho Doce. Infelizmente, nenhuma delas possuem imagens da época. Posteriormente,

visitei a instituição, hoje vinculada à Semed, antes conhecida como Grupo Escolar Cônego Machado. Segundo o PPP da instituição, o grupo escolar foi construído em terreno doado pela Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas, mas pertencia administrativamente à antiga Femac.

É importante ressaltar que a identificação das entrevistadas no texto foi outra mudança entre a primeira e a segunda aproximação ao campo de pesquisa. Até então, havia optado pelo sigilo, e somente na segunda etapa, os nomes passaram a ser mencionados no texto. Esse fato é consequência da compreensão do papel do sujeito na história (FERREIRA; AMADO, 1998), que influenciou na opção pela identificação dos sujeitos da pesquisa, ou seja, das professoras entrevistadas. Segundo Joutard (2000, p. 33), a força da história oral é “dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos”, uma vez que cada indivíduo é ator da história. Sendo assim, do ponto de vista histórico e metodológico, a adesão do anonimato não seria interessante nesta tese pois, na condição de sujeitas históricas, a voz das professoras entrevistadas precisava ser reconhecida e anunciada.

Após deixar meu contato com inúmeras pessoas, fui contatada por um residente de Rio Largo empenhado na preservação de sua história, que atualmente está voltado para a inauguração do Museu da História de Rio Largo. Além de informações extremamente relevantes, ele disponibilizou imagens que são verdadeiras relíquias da cidade. Foi por seu intermédio que cheguei até a professora entrevistada que atuou na fábrica conforme relatado na subseção 3.2.

Por fim, consultei o Arquivo Público de Alagoas. A princípio, recorri ao site da instituição, que disponibiliza o catálogo digital do acervo documental organizado em caixas. São 5.782 caixas e cada uma delas contém o respectivo assunto, documento e ano.

Nas caixas, encontrei documentos relacionados com a Usina Cansação de Sinimbu e a Usina Utinga Leão. Além disso, localizei pistas referentes ao Jardim Infantil Ismar de Góes Monteiro,⁶ que até então desconhecia (Quadro 4).

⁶ O Boletim Mensal do Movimento Escolar (ANEXO A, ANEXO B) apresenta informações a respeito do Jardim Infantil Ismar de Góes Monteiro em 1961. De acordo com o documento, a instituição ficava localizada na Rua Pedro Monteiro em Maceió e era mantida pelo Estado. Não ofertava o ensino primário (apenas o “ensino infantil”) para três turmas de crianças de ambos os sexos. Seu horário de funcionamento era das 8h às 11h e das 14h às 17h. Contava com professores catedráticos (também conhecidos como titulares) e normalistas com diploma de professor.

Quadro 4 – Documentos localizados no Arquivo Público de Alagoas por assunto e ano

Caixa	Documento	Assunto	Ano
245	Companhia Usina Cansação de Sinimbu	Relatório	1895 a 1925
2695	Autoridades do Estado	Secretaria de Negócios do Interior/ Usina Utinga Leão	1899 a 1900
3673	Secretaria da Fazenda/ Tesouraria	Jardim Infantil Ismar de Góes Monteiro	1861
4373	Grupo Jardim Infantil	Ofícios/Decretos	1937/1940/ 1946/1950
5203	Jardim Infantil Ismar de Góes Monteiro	Ofício	1963

Fonte: Elaboração da autora.

Constatei que 12 usinas ofertavam ou ainda ofertam atendimento para crianças de 0 a 6 anos por meio de diferentes tipos de instituição. Entretanto, não consegui informações a respeito de duas delas, que acabaram não sendo incluídas na pesquisa: Usina Triunfo em Boca da Mata e Usina Santo Antônio em São Luís do Quitunde. Algumas delas fazem parte de três grupos empresariais: Grupo Carlos Lira (Usina Cachoeira do Meirim, Usina Caeté e Usina Marituba), Grupo Olival Tenório (Usina Porto Rico e Destilaria Porto Alegre), e Central Açucareira Santo Antônio (Usina Camaragibe e Usina Santo Antônio). Desse modo, no total, são dez usinas que compõem a pesquisa.

No intuito de sistematizar os dados encontrados, elaborei um quadro onde constam as usinas rastreadas, o ano de sua fundação, as instituições educacionais vinculadas a essas usinas, as quais estão sendo chamadas de tipologias, o ano em que foram fundadas e sua localização (Quadro 5).

Quadro 5 – Usinas de cana-de-açúcar que ofertavam educação infantil em Alagoas antes de 1988
(continua)

Vínculo	Funcionamento	Tipologias	Funcionamento	Local
1. Usina Sinimbu	1893	Educandário Odete Vilar Coutinho	De 1981 até os dias atuais	Jequiá da Praia
2. Usina Central Leão	De 1894 até os dias atuais	Escola Reunidos de Utinga – Pré-Escola	De 1960 até os dias atuais	Rio Largo
		Creches	Década de 1980	Rio Largo
3. Usina Serra Grande	De 1894 até os dias atuais	Creche Ideal e Creche Apolinário	De 1984 até os dias atuais	São José da Laje
4. Usina Ouricuri	1920	Creche Virgem de Fátima	Década de 1980	Atalaia

Quadro 5 – Usinas de cana-de-açúcar que ofertavam educação infantil em Alagoas antes de 1988
(conclusão)

Vínculo	Funcionamento	Tipologias	Funcionamento	Local
5. Usina Camaragibe	1943	Escola Nossa Senhora das Graças	Década de 1970	Matriz de Camaragibe
6. Usina Roçadinho	1952	Creche Mendo Sampaio I e II	Década de 1970	São Miguel dos Campos
7. Usina Santa Clotilde	1952	Escola Santa Clotilde	Década de 1970	Rio Largo
8. Usina Caeté	De 1959 até os dias atuais	Escola Conceição Lyra	De 1960 até os dias atuais	São Miguel dos Campos
9. Usina Seresta	1973	Creche Yeda Gomes de Barros	De 1981 até os dias atuais	Teotônio Vilela
10. Usina Porto Rico	1973	Escola Jayme Lustosa de Altavila	De 1974 até os dias atuais	Campo Alegre

Fonte: Elaboração da autora.

Com relação às fábricas, tive conhecimento de que seis delas ofertavam ou ainda ofertam atendimento para crianças de 0 a 6 anos por meio de diferentes tipologias. Todavia, não consegui informações a respeito de uma delas, que também não foi incluída na pesquisa: Fábrica Vera e Cruz do Cotonifício Nogueira em São Miguel dos Campos. Desse modo, são cinco fábricas ao todo que compõem a pesquisa.

Quadro 6 – Fábricas que ofertavam educação infantil em Alagoas antes de 1988

Vínculo	Fundação	Tipologia	Fundação	Local
1. Companhia União Mercantil	1857	Jardim infantil Maria Auxiliadora	Década de 1960	Fernão Velho
2. Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos	De 1888 ou 1892	Creche	Entre 1930 e 1940	Rio Largo
		Jardim Infantil	Década de 1940	
3. Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas (CABRAL, 2019)	De 1906 a 1983	Creche	Década de 1970	Saúde
		Jardim Infantil	Entre 1970 e 1980	
4. Fábrica da Pedra da Companhia Agro Fabril Mercantil	De 1914 a 2017	Escola Infantil Natércia Serpa de Menezes	1962	Delmiro Gouveia
5. Sococo	De 1966 até os dias atuais	Centro Social e Educativo	1973	Maceió

Fonte: Elaboração da autora.

Durante essa segunda aproximação, localizei mais um blog de notícias: “Amigos de Delmiro Gouveia”, que trata da história da cidade, incluindo a Fábrica da Pedra da Companhia Agro Fabril Mercantil (CRUZ, 2020). Ao contatar seu administrador, Mário César Tavares Queiroz, ele prontamente forneceu esclarecimentos e disponibilizou informações e documentos antigos postados por colaboradores do blog. A escrita clara e irreverente somada à riqueza de detalhes fazem com que os leitores se sintam como se estivessem voltando no tempo e vivenciando a história de Delmiro Gouveia!

Tendo em mãos essas informações, recorri mais uma vez ao IHGAL. Esse retorno foi marcante por inúmeros motivos. Acabei conhecendo a historiadora da instituição, que, com muita presteza, não apenas acessou comigo o acervo digital e físico do IHGAL, mas também se dispôs a emprestar alguns livros de seu acervo pessoal relacionados com a pesquisa. Ao relatar a presença da LBA em meu trabalho, por intermédio dessa mesma historiadora, consegui agendar uma entrevista com o Senhor Jayme Lustosa de Altavila, que, além de presidir o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, há 27 anos, atuou na direção da LBA por 12 anos, de 1967 a 1979.

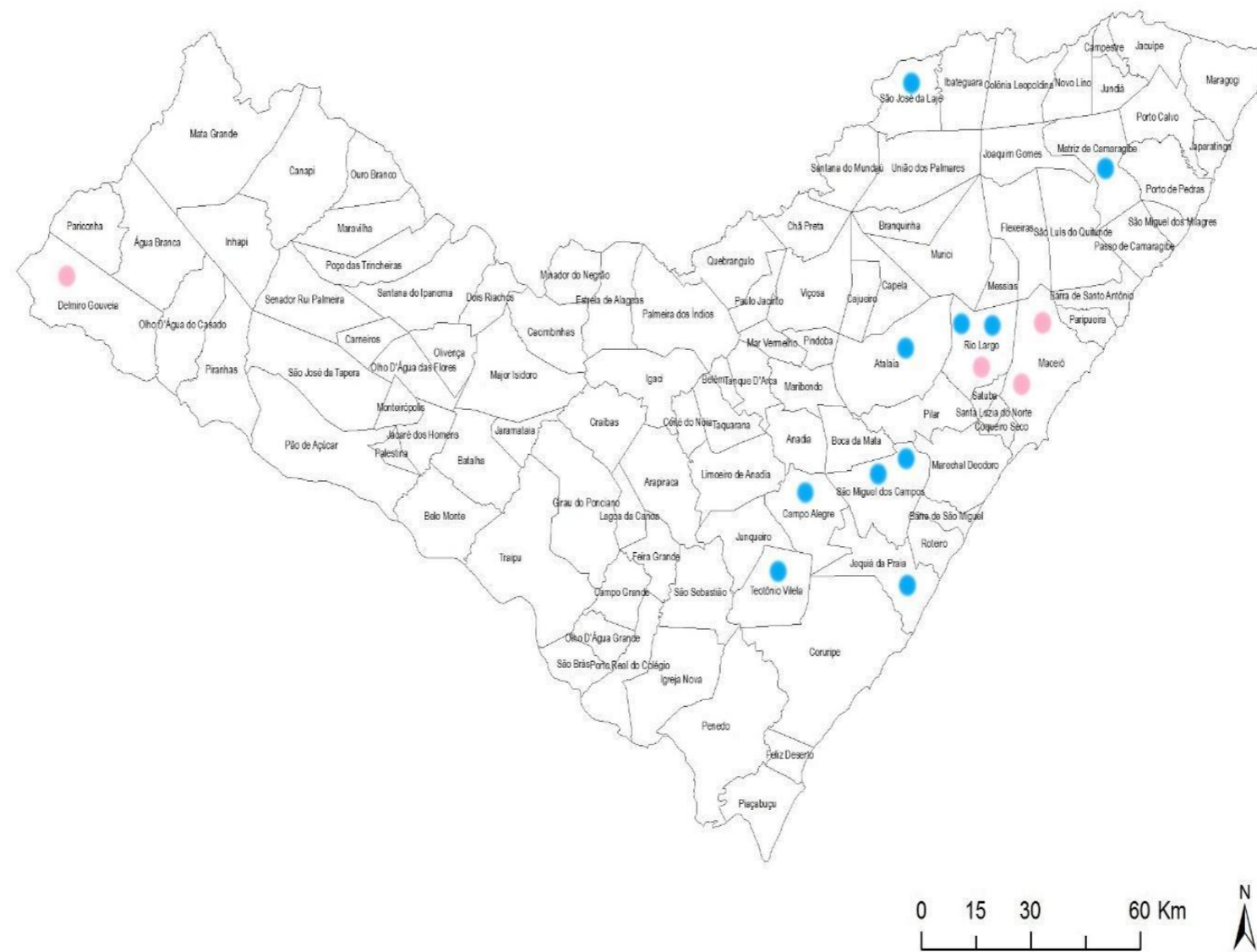
Nossa conversa foi muito importante, afinal o Senhor Jayme viveu de perto o funcionamento da LBA e definitivamente teve muito o que contar sobre essa história e com que contribuir na pesquisa.

Ao todo, são catorze instituições que compõem esta pesquisa; quatro fábricas de tecido (uma em Rio Largo, duas em Maceió e uma em Delmiro Gouveia) e dez usinas de cana-de-açúcar (duas em Rio Largo, uma em Matriz de Camaragibe, duas em São Miguel dos Campos, uma em Jequiá da Praia, uma em Teotônio Vilela, uma em Atalaia, uma em São José da Laje e uma em Campo Alegre), que ofertavam atendimento para crianças de 0 a 6 anos por meio creches, jardins de infância, pré-escola e turmas de alfabetização, muito antes da educação infantil ser uma política municipal regulamentada.

No mapa a seguir (Imagem 4), nota-se que a dispersão dessas iniciativas ocorreu em diferentes municípios do estado de Alagoas, principalmente pelo interior, e não emanando da capital.

Os dados obtidos por meio do levantamento técnico e documental, bem como das entrevistas e conversas informais com pessoas que vivenciaram a história dessas quinze instituições, serão apresentados nas seções seguintes.

Imagem 4 – Municípios do estado de Alagoas onde se localizavam fábricas e usinas que ofertavam educação infantil antes de 1988



Fonte: <https://www.mapasparacolorir.com.br/mapa-estado-alagoas.php>

4 EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA EM ALAGOAS NAS FÁBRICAS DE TECIDO

O algodão fez-se presente e teve significativa contribuição na constituição e no desenvolvimento do estado (CARVALHO, 2016; TENÓRIO; LESSA, 2013). A presença algodoeira é antiga no Nordeste e vem desde os povos indígenas, que fabricavam redes, cordas e vestimentas. Apesar disso, o algodão só ganhou importância comercial no fim do século XVIII, após pouco mais de dois séculos de colonização. A cana-de-açúcar e a atividade dos engenhos remetem ao século XVI, período em que os índios foram expulsos de suas terras, doadas pelos capitães donatários. Essa ação daria início a um futuro povoamento regional caracterizado por fazendas de gado e propriedades rurais nos canaviais onde funcionavam engenhos de açúcar do sistema antigo, também conhecidos como banguês.⁷

É impossível deixar de sublinhar a presença do algodão, que chegou a rivalizar em algum momento do século XIX com o açúcar, quando do advento das ferrovias, inovação transformadora dos transportes, o próprio símbolo da revolução industrial e que chegou aqui pelas mãos da mais preciosa das malváceas. (TENÓRIO; LESSA, 2013, p. 11).

O fim do século XIX compreendeu acontecimentos importantes como a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Além disso, entre o fim do século XIX e o início do século XX, houve a implementação da industrialização que tomava conta do Brasil e o surgimento das primeiras fábricas têxteis em Alagoas.

A chegada dessas fábricas “representa a efetivação do sonho da industrialização e uma alternativa concreta, para Alagoas, ao monopólio açucareiro que acompanhou toda a sua trajetória” (TENÓRIO; LESSA 2013, p. 42). Todos esses acontecimentos geraram impactos no sentido econômico, político e cultural no estado de Alagoas.

O início dessa nova etapa da vida alagoana, embora em escala aquém do desejado, começou a oferecer possibilidades de trabalho, uma condição de vida menos feudal a camadas mais modestas da população. As primeiras unidades, que depois não chegariam a duas dezenas em seu total, causariam alvoroço nas cidades onde seriam instaladas, com pais inscrevendo seus filhos, mães cuidando da aparência e do vestuário de suas filhas para que conseguissem trabalhar e obter uma vida melhor. As oportunidades de serviço sacudiam a população das pequenas cidades. (TENÓRIO; LESSA, 2013, p. 42).

⁷ “3. Canal ladrilhado por onde escorre a espuma das tachas de açúcar.” (FERREIRA, A. B., 1999, p. 266).

Fica evidente a presença de crianças nesses espaços, trabalhando com homens e mulheres, assim como ocorria nos engenhos de cana-de-açúcar, os quais serão abordados na próxima seção. Na Imagem 5, há adultos e crianças nos espaços de uma antiga fábrica de tecidos instalada em São Miguel dos Campos.

Imagem 5 – Seção de Tecelagem da Companhia de Fiação e Tecidos São Miguel



Fonte: Santana (2020).

Tenório e Lessa (2013) mencionam algumas das figuras mais conhecida entre os nomes que lideraram a economia alagoana no que se refere ao algodão, às fábricas e às vilas operárias. Segundos os autores, há muitos livros sobre Delmiro Gouveia, por exemplo, mas muitos outros não têm estudos significativos, tais como “Gustavo Paiva, nas fábricas de Rio Largo, comendador Peixoto, em Penedo; Bernardo e Abelardo Lopes, em São Miguel dos Campos; o primeiro deles, o barão de Jaraguá, da Fábrica de Fernão Velho, e outros” (TENÓRIO; LESSA, 2013, p. 51).

Ao que tudo indica, a Sociedade Anônima Companhia União Mercantil, fundada em 31 de janeiro de 1857 em Fernão Velho, deu início à atividade industrial em Alagoas. A iniciativa partiu de José Antônio de Mendonça, um grande empreendedor alagoano da época, também conhecido como barão de Jaraguá, que tinha por objetivo produzir tecidos e similares. “O maquinário era movido por uma roda hidráulica que se utilizava da água represada em dois açudes.” (PAIVA FILHO, 2013, p. 26). Entretanto, de início, a situação não foi favorável:

Os operários, recrutados de outras atividades, ainda não estavam capacitados para dominar totalmente as máquinas e a produtividade não foi a planejada. A malária, a varíola e as febres biliosas, em lugar tão longe da cidade, abateram alguns trabalhadores, que reclamavam também do rigor do horário da indústria. Pouco a pouco, com a importação de alguns mestres, os ofícios eram aprendidos e a fábrica ia atingindo seus objetivos. (PAIVA FILHO, 2013, p. 26).

Em 1876, “a fábrica União Mercantil já manufacturava tecidos de primeira qualidade” e, dois anos depois, “possuía uma tinturaria, produzia panos para o ensacamento dos mais diversos gêneros e em menor escala, lençóis, redes e brins” (MOREIRA, 2018, p. 9). Segundo Tenório (2013, p. 43), dez anos antes da abolição, a fábrica produzia tecidos para roupa de escravos, com a “mão de obra de 74 trabalhadores, inclusive de 12 aprendizes e 9 meninos órfãos”. A Companhia União Mercantil posteriormente recebeu o nome de Fábrica Carmen.

Ao longo dos anos, foi propriedade de diferentes famílias. Instalada por José Antônio de Mendonça e outros sócios, em 1891, foi adquirida pela família Machado; em 1937, pela família Leão e, por último, pela família Othon Bezerra de Melo em 1943, período em que esta teve o posto de maior indústria têxtil do estado de Alagoas.

A Fábrica Cachoeira da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos foi a segunda indústria têxtil implantada em Alagoas. Iniciou seus trabalhos em 15 de outubro de 1890, dois anos após sua instalação (ANEXO C). Para abrigar seus 265 operários, a diretoria tinha por meta a construção de 100 residências, e em 30 de janeiro de 1892, “a vila operária já contava com oitenta e quatro moradias de tijolos e telhas, afora outras quatro casas em construção” (PAIVA FILHO, 2013, p. 34). Inicialmente, a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos era formada pela Fábrica Cachoeira, situada às margens do rio Mundaú em Maceió. Posteriormente, passou a conglomerar as fábricas Progresso Alagoano em Rio Largo, Vera Cruz em São Miguel dos Campos e Santa Margarida em Maceió.

Em 15 de outubro de 1888, foi constituída a Fábrica Cachoeira, a segunda indústria têxtil instalada em Alagoas, que só iria movimentar seus teares em outubro de 1890, situada em Cachoeira, no município de Santa Luzia do Norte. A ela se incorporaria mais tarde a Fábrica Progresso, organizada em 30 de setembro de 1893, também localizada no Município de Santa Luzia do Norte, ambos estabelecimentos industriais pertenceriam à Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos. (MOREIRA, 2018, p. 9).

Tenório e Lessa (2013) e Paiva Filho (2013) dissertam a respeito da importância da ferrovia para o desenvolvimento econômico de Alagoas. Tenório e Lessa (2013, p. 16)

consideraram que “o trem é a representação máxima dos novos tempos, significa a modernização dos transportes, assim como o barco a vapor”.

A ferrovia é uma das invenções mais extraordinárias do homem e aquela máquina móvel que circula por um caminho artificial é ponto de partida para um novo momento da história. O trem é o símbolo mais forte da revolução tecnológica, dos ciclos industrial e comercial que irromperam no mundo e no século XIX, retrato das importantes mudanças que surgiram no mundo das comunicações. A província de Alagoas, como as demais, participou também como protagonista desses acontecimentos. (TENÓRIO; LESSA, 2013, p. 16).

Segundo Paiva Filho (2013), a construção da ferrovia, inaugurada em 3 de dezembro de 1894, também foi fator determinante para a instalação de indústrias nas imediações daquele núcleo industrial e em toda a região servida por seus trilhos, que baratearam os custos de produção.

A via férrea também extinguiu o comércio pelas vias fluviais e trouxe o progresso “para as cidades e regiões circunvizinhas atingidas pelo seu traçado e, em contrapartida, fez decair paulatinamente aquelas outras não beneficiadas, antes verdadeiros centros comerciais em franca ascensão, como eram as cidades do Pilar e Santa Luzia do Norte” (PAIVA FILHO, 2013, p. 30). É possível notar então que as populações beneficiadas por ela passaram por mudanças em seus hábitos.

Naquela época, as limitações tecnológicas para a implantação das unidades fabris de porte exigiam, além da importação de máquinas e da contratação de técnicos especializados motores hidráulicos que as propulsionassem, razão pela qual era necessário encontrar quedas d’água ou locais apropriados onde as águas dos rios pudessem ser represadas e canalizadas para transformar o seu potencial energético em força motriz. (TENÓRIO; LESSA, 2013, p. 26).

Outro ponto em comum entre as fábricas alagoanas é que, em suas primeiras décadas de existência, elas dependiam exclusivamente da força hidráulica. Dessa forma, elas foram instaladas próximas aos cursos de água para que utilizassem a força motriz hidráulica e o transporte fluvial nas margens ou nas águas de um lago.

A cachoeira é um símbolo ainda não concretizado de industrialização, pois suas águas serviriam para mover máquinas, peças dos parques industriais que dariam emprego e renda para os cidadãos republicanos, libertando-os da miséria e da tutela dos mais fortes. (TENÓRIO; LESSA, 2013, p. 16).

Por volta de 1910, Delmiro Gouveia obteve as concessões para a construção da Usina Hidrelétrica de Angiquinho em Paulo Afonso, que lhe dava o direito de explorar as terras próximas e total isenção de impostos. Assim surgiu a Companhia Agro Fabril Mercantil, mais conhecida como Fábrica de Linhas da Pedra, fundada em 1913 e inaugurada no ano seguinte no Sertão de Alagoas. A fábrica era “movida pela força hidráulica da cachoeira de Paulo Afonso, no rio São Francisco” (PAIVA FILHO, 2013, p. 26). Na Imagem 6, encontram-se operários e operárias no interior da Fábrica de Linhas da Pedra.

Imagem 6 – Fábrica de Linhas da Pedra



Fonte: Pioneiros e Empreendedores: <https://pioneiros.fea.usp.br/>

Tenório e Lessa (2013) enfatizam que, embora o açúcar e o algodão sofressem oscilação em suas safras em decorrência das condições climáticas e da oferta de preços do exterior, havia vantagem do algodão em relação ao açúcar, pois o açúcar, em razão dos seus ciclos, condicionava os canaviais a uma entressafra que paralisava durante seis meses o trabalho nas usinas. Em consequência, havia queda dos lucros e, de tempos em tempos, havia diminuição dos salários e dos trabalhadores, e aumento na produção, como uma forma de compensar o período em que as usinas paravam. No caso do algodão, sua durabilidade após a colheita é bem maior e isso possibilitava seu estoque nos armazéns das próprias empresas. Ao contrário das usinas, as fábricas não passavam por um processo anual de paralisia produtiva na entressafra e os salários eram melhores (TENÓRIO; LESSA, 2013).

Desse modo, a indústria algodoeira expandiu-se em várias cidades alagoanas, tais como Maceió, Santa Luzia do Norte, Rio Largo, Pilar, Penedo, São Miguel dos Campos, Delmiro Gouveia e Piaçabuçu. O Quadro 7 apresenta 13 fábricas desse ramo localizadas em Alagoas e fundadas entre meados do século XIX e do século XX.

Quadro 7 – Fábricas têxteis localizadas em Alagoas antes de 1988

Fábrica	Fundação	Local
Companhia União Mercantil (posteriormente Fábrica Carmem)	1857	Maceió
Fábrica Cachoeira (posteriormente Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos)	1888	Santa Luzia do Norte
Fábrica Progresso (posteriormente Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos)	1890	Rio Largo
Companhia Pilarense de Fiação e Tecidos	1892	Pilar
Companhia Industrial Penedense	1898	Penedo
Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas	1906	Maceió
Fábrica de Rendas e Bordados	1909	Pilar
Fábrica Alexandria	1911	Maceió
Companhia de Fiação e Tecidos São Miguel/ Sebastião Ferreira	1913	São Miguel dos Campos
Fábrica de Fiação Santa Margarida	1914	Maceió
Fábrica da Pedra da Companhia Agro Fabril Mercantil	1914	Delmiro Gouveia
Fábrica Vera e Cruz do Cotonifício Nogueira	1925	São Miguel dos Campos
Fábrica Marituba do Cotonifício Gonçalves	1949	Piaçabuçu

Fonte: Elaboração da autora.

Posteriormente, duas dessas 13 fábricas tornaram-se uma só; a Fábrica Cachoeira, localizada em Santa Luzia do Norte, e a Fábrica Progresso passaram a compor a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos. Essas fábricas expandiram-se gradativamente, impulsionaram o comércio e ocasionaram o aumento populacional nas áreas onde foram implantadas. A classe operária incluía homens, mulheres e crianças (CARVALHO, 2016; TENÓRIO; LESSA, 2013).

Kramer (2011, p. 66) menciona que, nos anos 1930, a criança trabalhadora passou a ser reconhecida e valorizada por meio de um discurso demagógico que enfatizava sua colaboração

“para a grandeza do Brasil, através da dignificação do trabalho, do auxílio a seus pais, num edificante exemplo de solidariedade na luta pelo ganha-pão diário”.

Estava subjacente a afirmações como a precedente a pretensa identificação de que o que era bom para nação era bom para todas as crianças e suas famílias. Essas ideias se explicitariam ainda mais na Constituição outorgada de 1937, que dedicava dois capítulos aos menores operários. (KRAMER, 2011, p. 60).

A referida Constituição federal (BRASIL, 1937) estabelece, no artigo 129:

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1937).

Já no artigo 137, menciona a “proibição de trabalho a menores de catorze anos; de trabalho noturno a menores de dezesseis, e, em indústrias insalubres, a menores de dezoito anos e a mulheres” (BRASIL, 1937).

Em meio a esse contexto que engloba o crescente ingresso de mulheres no mercado de trabalho, é importante lembrar a repercussão desse desenvolvimento industrial na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, a exemplo do Decreto Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), cujo artigo 389 dispõe sobre a instalação de berçário para trabalhadoras em fase de amamentação de seus filhos:

§ 1º - Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesseis) anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967). (BRASIL, 1943, art. 389).

Mais adiante, a Constituição Federal de 1946 define no artigo 168, inciso III, que “empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes” (BRASIL, 1946). Anos depois, a Lei n.º 4.440 de 1964 institui o “salário-educação” pelas empresas vinculadas à Previdência Social (BRASIL, 1964). O salário-educação correspondia ao custo do ensino primário dos filhos dos seus empregados em idade de escolarização obrigatória e destinava-se às despesas públicas com a educação elementar.

Para efeito desta pesquisa, apenas quatro fábricas, das 13 listadas no Quadro 7, foram analisadas como lugares que ofertavam a educação para a infância antes de 1988: Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos; Fábrica da Pedra da Companhia Agro Fabril Mercantil; Fábrica Carmem; e Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas (Quadro 8). Essas fábricas estavam localizadas em três municípios: uma em Rio Largo, uma em Delmiro Gouveia e duas em Maceió. As instituições de educação da criança, vinculadas a esses lugares, foram criadas entre a década de 1930 e 1970.

O Quadro 8 apresenta as instituições de educação infantil vinculadas a essas fábricas de acordo com a cronologia de sua fundação.

Quadro 8 – Fábricas têxteis localizadas em Alagoas que ofertavam educação da criança pequena antes de 1988

Fábrica	Fundação da fábrica	Local	Instituição de educação da criança	Fundação da instituição de educação da criança
Fábrica Progresso (posteriormente Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos)	1890	Rio Largo	Creche Jardim de infância	Década de 1930 Década de 1940
Companhia União Mercantil (posteriormente Fábrica Carmem)	1857	Maceió	Jardim infantil Maria Auxiliadora	Década de 1940
Fábrica da Pedra da Companhia Agro Fabril Mercantil	1914	Delmiro Gouveia	Escola Natércia Serpa de Menezes	Década de 1960
Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas	1890	Maceió	Creche Jardim de infância	Indefinido Indefinido

Fonte: Elaboração da autora.

A seguir, serão apresentados os resultados da pesquisa em relação à educação da infância em cada uma dessas fábricas.

4.1 A educação da infância na Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos

A Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, localizada em Rio Largo, surgiu mediante a junção de duas fábricas, a Fábrica Cachoeira, na época, instalada em Santa Luzia do Norte, e a Fábrica Progresso em Rio Largo. Durante muitos anos, essa instituição esteve aos cuidados de Gustavo Paiva Filho, também conhecido como “comendador do povo” em razão de suas benfeitorias. Filho de um português e uma brasileira, Gustavo Paiva nasceu no Brasil, no estado

da Paraíba, mas retornou a Portugal durante sua infância, onde permaneceu até os 18 anos. Ele pode ter sido influenciado a realizar benfeitorias para seus funcionários na linha das vilas operárias que se difundiam pela Europa (ROSEMBERG; CAMPOS, 1994).

O conhecimento da história da educação da infância nessa instituição foi possível graças a relatos de pessoas que viveram essa história, como uma professora que atuou no Jardim Infantil e o neto de um dos proprietários da fábrica. Trata-se de Antônia Lopes da Silva, uma senhora de 90 anos, viúva, natural de Rio Largo e, ao que tudo indica, a única professora viva daquela época; e Arnaldo Paiva Filho, neto de Gustavo Paiva Filho, conhecido como comendador do povo, já referido, em razão de sua vasta contribuição. Outra fonte de grande ajuda foi o documentário intitulado *Cia. Alagoana de Fiação e Tecidos*, dirigido por William Gericke (1940), encontrado no YouTube e mencionado na seção 3.

De acordo com o documentário, Rio Largo foi a primeira cidade industrial de Alagoas com grandes áreas asfaltadas, residências modernas e população de milhares de famílias que, quase na totalidade, eram funcionárias da fábrica. Humberto Paiva, Luiz Calheiros, Luiz Jardim Filho e Gustavo Paiva Filho, que esteve à frente da fábrica, são algumas das figuras citadas no filme. Na época, a fábrica disponibilizava meios de diversão como cinema, piscina e um restaurante moderno com capacidade para 500 pessoas.

O documentário ainda aborda alguns feitos na área da Assistência Social e da Saúde. Na área de Assistência Social, criou-se um grupo escolar, constituído e registrado em sua homenagem, uma banda de música feminina, uma banda de música masculina, um corpo de bombeiros e um jardim de infância para crianças filhas de operários e operárias da fábrica. O Departamento de Saúde da fábrica (ANEXO D) contava com aparelhagem moderna, uma ambulância, uma sala de raios X, um laboratório de análise e pesquisa, e uma creche que atendia em média 100 crianças também filhas de operários e operárias, que ficavam sob os cuidados das enfermeiras “diplomadas”.

Segundo Edberto Ticianeli (2015), os operários e as operárias recebiam medicamentos gratuitamente e quando eram afastados do serviço por doença, ou por aposentadoria em razão de velhice ou invalidez, continuavam a receber 50% do salário. Essa preocupação com a educação, a saúde, o lazer e a cultura dos operários e de sua família evidenciava uma característica das vilas operárias da época, e a educação da infância se insere nesse contexto maior. Esses feitos lembram os ideais de Robert Owen, mencionados por Rosemberg e Campos (1994):

Coproprietário de um cotonifício em New Lanark, Owen aí introduziu técnicas racionais de tecelagem e de organização da infraestrutura de vida para os operários. Não foi o iniciador da legislação protetora do trabalho, mas abriu-lhe caminho, ao recusar empregar crianças com menos de 10 anos, prática então habitual na Europa (geralmente crianças abandonadas ou frequentando asilos de órfãos). Owen criou alojamentos com jardins para seus operários, refeitórios, caixa econômica. (ROSEMBERG; CAMPOS, 1994, p. 44).

Todos os aspectos mencionados contribuem para que a Companhia Alagoana se destaque em relação às demais fábricas analisadas neste trabalho por pelo menos duas razões: a primeira, a instituição possuía tanto uma creche quanto um jardim de infância; a segunda, essa oferta ocorreu muito antes de ser uma exigência legal, visto que a assistência às crianças filhas de trabalhadores e trabalhadoras só ganhou espaço nas leis trabalhistas a partir de 1943 no governo Getúlio Vargas. Desse modo, essa companhia parece estar à frente de seu tempo e pode ser considerada uma pioneira no atendimento à classe trabalhadora e à infância em Alagoas.

Esses benefícios destinados à classe trabalhadora da Companhia Alagoana também eram oferecidos na Fábrica Votorantim em Sorocaba, São Paulo conforme pesquisa de Dessotti (2017), que analisa o papel da educação na história do movimento operário em Sorocaba no fim do século XIX e início do século XX. Dessotti pontua que a Fábrica Votorantim, por exemplo, fornecia aos operários moradia, esgoto, água encanada, eletricidade, assistência médica, armazéns, igrejas, restaurantes, cinema, piscina, quadras de tênis, campo de futebol além de creche e jardim da infância. No caso da Fábrica Votorantim, assim como as demais fábricas de Sorocaba, esse procedimento era uma forma de compensar os baixíssimos salários. Em se tratando da Companhia Alagoana, não foi possível obter informações a respeito do salário de seus operários.

Segundo informações obtidas por intermédio de Arnaldo Paiva Filho, a creche da Companhia Alagoana foi fundada antes do jardim de infância, por volta da década de 1930, e estava vinculada ao Departamento de Saúde. Foi instalada ao lado do prédio onde ficava a farmácia da fábrica sob a responsabilidade das enfermeiras. Na foto cedida por Arnaldo Paiva Filho (Imagem 7), veem-se berços enfileirados, distribuídos em um mesmo cômodo, ocupados por bebês sob os cuidados de enfermeiras devidamente uniformizadas. Esse fardamento, na cor branca, contava com um chapéu utilizado pelas enfermeiras naquela época.

Imagem 7 – Creche da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos entre 1945 e 1950



Fonte: Acervo pessoal de Arnaldo Paiva Filho.

O documentário sobre essa companhia confirma esse viés higienista desse tipo de oferta. A creche aparece no documentário aos 9min32 compondo a seção do Departamento de Saúde, após mostrar as salas de exames de raios X e o laboratório de análise de pesquisa e de ciência. Nas imagens, veem-se os berços pareados e enfileirados ocupando toda a extensão de uma sala ampla. Nesses berços estão bebês e crianças bem pequenas, que aparentam ter no máximo dois anos. Todos estão usando fralda. As enfermeiras, uniformizadas e usando touca, circulam entre os berços. O áudio menciona uma capacidade para 100 crianças e “enfermeiras diplomadas para cuidar dessas crianças”.

Infelizmente, não foi possível localizar nenhuma dessas enfermeiras, pois segundo informações, todas elas faleceram. No entanto, os relatos de Dona Antônia sobre o Jardim de Infância mencionam a creche em alguns momentos. Ela explica: “Na creche, era enfermeira. No jardim infantil é que era professora, mas não da creche; as enfermeiras é que trabalhavam lá na creche.”

Era só a creche, depois teve jardim infantil... depois da creche, depois de muitos anos. Os operários trabalhavam e não podiam ter uma pessoa para tomar conta. Então, fizeram a creche para toda mãe que trabalhasse; deixavam as crianças lá na creche às 5h da manhã, elas pegavam às 6h. Tinha várias moças que ajudavam, tomavam conta da creche lá. (Dona Antônia, 2019).

De acordo com Dona Antônia, essas enfermeiras eram funcionárias da fábrica, e “elas trabalhavam na farmácia, aí fizeram a creche e botaram as enfermeiras para lá. Tinha enfermeira que aplicava injeção, tinha outras que trabalhavam com médicos, eram assistentes dos médicos, e tinha aquelas da creche”.

Segundo Dona Antônia, o jardim de infância, tratado pela entrevistada como jardim infantil, foi fundado em meados de 1940 possivelmente uma década após a criação da creche.

“Quando eles botaram o colégio, botaram logo o Jardim Infantil também, era o Colégio e o Jardim Infantil.” Sua fundação teve o objetivo de receber as crianças que frequentavam a creche. À medida que essas crianças cresciam, necessitavam de um espaço que pudesse recebê-las. Esse espaço veio a ser o Jardim Infantil: “Da creche, ficava maiorzinho, saía e ia para o Jardim Infantil, que era de 5, 6 até 7 anos. Eles eram filhos dos operários, os filhos dos operários que frequentavam a creche, só os filhos dos operários.” Dona Antônia recorda que essas crianças continuavam sendo atendidas conforme cresciam: “Quando crescia, quando já estava grandinho, de pequenininho que estava, mais ou menos já grandinho, ia para o Jardim Infantil, do Jardim Infantil, passava para o colégio, terminava os estudos lá no Grupo Escolar.”

Observa-se que a entrevistada se confunde em relação à idade das crianças do jardim de infância, se mais velhas, mas novas ou misturadas. No documentário, o Jardim de Infância é apresentado aos 7min47, após a apresentação da banda de música feminina e do Corpo de Bombeiros.

Aparentemente, essas crianças têm faixa etária variada, possivelmente de 3 aos 6 anos, e estão sob os cuidados de mulheres uniformizadas, que, provavelmente, são as professoras. A Imagem 8 mostra uma sala decorada com papel de parede com desenhos infantis, onde há algumas estantes cobertas, pelo que parece ser cortinas, e um espelho adaptado para as crianças. Acima do espelho, encontra-se uma faixa com a frase: “Cuidando da criança: Trabalhamos pela Pátria.” A foto foi encontrada no Museu Histórico de Rio Largo.

Imagem 8 – Jardim Infantil da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos entre 1945 e 1950a



Fonte: Museu Histórico de Rio Largo.

Na foto e no documentário, é possível ver as crianças realizando uma refeição sentadas em banquinhos organizados ao redor de mesinhas quadradas dispostas na sala. Essas crianças estão usando avental por cima de trajes semelhantes a uniformes. Os meninos usam macacão e as meninas usam vestido, além de laço ou tiara no cabelo. O áudio do documentário menciona o seguinte: “As crianças, filhos de operários têm o seu conforto. Aqui, vê-se o Jardim de infância sob os cuidados valiosos da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, que assim zela pelo futuro das novas gerações.” (Imagem 9 e 10).

Imagem 9 – Jardim Infantil da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos entre 1945 e 1950b



Fonte: Museu Histórico de Rio Largo.

Imagem 10 – Jardim Infantil da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos entre 1945 e 1950c



Fonte: Museu Histórico de Rio Largo.

De acordo com Dona Antônia, as crianças do jardim de infância ficavam aos cuidados de moças que estudavam no Grupo Escolar e, na maioria, faziam parte da banda de música feminina: “Meninas da banda que ele [Senhor Edgar] botava para trabalhar lá na creche; quando terminava os estudos, ia trabalhar.” Essas meninas não possuíam magistério, ingressavam a partir dos 15 e 16 anos, como foi o caso da entrevistada. “Ele chamou todas elas para trabalhar, ficou todo mundo trabalhando; umas trabalhavam no Jardim Infantil e outras chegavam e ficavam logo no Grupo Escolar.”

O critério para que essas crianças ingressassem na creche e no jardim de infância era que fossem filhas de operário ou operária. De início, frequentavam a creche, depois o jardim de infância e, posteriormente, o Grupo Escolar Gustavo Paiva.

No Jardim infantil era filho dos operários e a creche também, a mãe ia trabalhar de manhãzinha e deixava os filhos na creche, tudo pequenininho, de braço. Da creche, já ia para o Jardim Infantil, do Jardim infantil, já ia pro grupo escolar, era assim. Era muito bom. Quem estudava no colégio, quando chegava no fim do ano, ganhava roupa, ganhava brinquedo. (Dona Antônia).

Segundo Dona Antônia, todos os anos a fábrica disponibilizava fardas e brinquedos para as crianças:

Dava roupa e dava brinquedo, boneca, bola para os meninos. Eu pedi uma boneca, e minha mãe falou tanto, brigou tanto comigo, que eu devia ter pedido pano para fazer roupa, mas eu disse, eu quero uma boneca, e pedi uma boneca.

No caso das fardas, a fabricação ficava a critério da própria fábrica: “A fábrica fazia e no fim do ano eles cortavam a quantidade das fardas e dava às crianças tudinho, as fardas a cada um, um pacotinho.” (Dona Antônia). Esse aspecto está presente no documentário, onde todas as crianças trajam vestes que se assemelham a uniforme.

As crianças, segundo a entrevistada, permaneciam o dia todo na creche e no jardim de infância, que correspondia à jornada de trabalho das mães, que trabalhavam os dois horários na fábrica. No caso da creche: “Quando elas levavam de manhã lá na creche tudo encolhidinho, tudo arrumadinho, tudo agasalhado, deixavam na creche e iam trabalhar. Ali tinha mamadeira, tinha sopinha, tinha tudo, faziam para eles.” (Dona Antônia). Em se tratando do jardim de infância, a entrevistada menciona que cerca de 30 crianças estavam frequentando.

Elas ficavam de 6h da manhã até 6h da noite, até quando a mãe chegasse do trabalho, porque as mães pegavam de 6h na fábrica aí largava de meio-dia para almoçar e voltava para trabalhar, só largava às 6h da noite. As crianças tiravam um cochilinho depois do almoço, tinha o espaço onde colocavam os colchõezinhos, e ficavam deitadas ali.

Não havia divisão de turmas ou de faixa etária do Jardim Infantil, “era uma sala para todas as crianças, todas na sua mesinha com seu banquinho”. Todas as crianças ocupavam o mesmo espaço: “Ficavam tudo junto, porque tinha aquelas mesinhas, quadradinhas com os banquinhos, as cadeirinhas desse tamanho assim, e quando elas chegavam, sentavam todas nas cadeirinhas.”

De acordo com Dona Antônia, as crianças não ficavam confinadas nessa sala, elas também saíam para brincar fora das salas do Jardim Infantil. A rotina de trabalho priorizava as brincadeiras: “Assim de lado, era o jardim infantil e tinha uma porta, um portão que tinha uma área bem grande assim, como um salão, para as crianças brincarem ali.”

Elas saíam para brincar nessa parte de lado, mas no jardim Infantil mesmo; elas brincavam depois vinham para cá. Às vezes, a gente dava banho de tarde para eles irem para casa limpinhos. De manhã, tinha um café quando chegavam: era pão com leite; às 10 horas mais ou menos chegava o lanche, pão com leite, e ao meio-dia chegava o almoço. Nesse tempo tinha um restaurante ali do lado. Era ótimo. O homem levava as bandejas já prontas, os pratinhos tudinho, era só botar na mesa deles e eles comiam; era arroz, macarrão, carne, feijão. Naquele tempo eles pegavam aquele monte de carne, carne moída, faziam aqueles bolos e botava no forno, ficavam bem torrinhos, um bolinho que nem almôndega, sendo grandinha.

As atividades eram desenvolvidas em roda: “A gente cantava, fazia oração quando eles chegavam, cantava quando ia sair, quando as mães iam chegando, eles iam saindo e elas iam pegando e iam embora. A gente só saía, quando não tinha mais nenhum.”

De lá, quando eles saíam, iam para a cartilha, de 6 anos e de 7, a alfabetização, depois que eles estavam bem alfabetizados, quando já liam algumas coisinhas, iam para o primeiro ano. No jardim infantil não tinha negócio de livro, quando iam para a cartilha, era que eles começavam a estudar, era no grupo escolar. O Grupo Escolar já recebia as crianças depois da cartilha.

Essa cartilha, também mencionada nas entrevistas referentes às usinas, apresentadas na próxima seção, nos remete às classes de alfabetização existentes no passado que foram abolidas legalmente muitos anos depois, com a publicação da primeira edição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (BRASIL, 1999).

Dona Antônia não recorda se havia alguma abordagem educacional na época que norteava o trabalho desenvolvido no Jardim Infantil. Também não recorda se havia momentos de planejamento ou de formação para a equipe de professoras que atuava com as crianças. A relação das professoras com as crianças e as famílias, segundo a entrevistada, era muito boa.

Com o tempo, a creche e o jardim de infância foram desativados. Não se sabe ao certo o período em que isso ocorreu. Do legado da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, no âmbito da educação, resta a Escola Doutor Gustavo Paiva.

4.2 A educação da infância na Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas

A Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas, localizada no Distrito de Saúde, também possuía Creche e Jardim Infantil. Não se sabe ao certo quando ambos passaram a ser ofertados, mas há relatos de que existiam na década de 1970.

O conhecimento da história da educação da infância nessa instituição foi possível graças a relatos de duas funcionárias da Fábrica, uma cuidadora da creche e outra operária da fábrica. Trata-se de Albany Roberto da Silva, 61 anos, casada, e Albenice Roberto da Silva, 62 anos, divorciada, ambas irmãs e naturais de Saúde. Toda a família das entrevistadas trabalhou na fábrica e suas crianças frequentaram a creche.

Recebi a contribuição do relato do filho de um dos proprietários da fábrica (João Nogueira Júnior), moradores e trabalhadores da região. Infelizmente, não foi possível localizar nenhuma das professoras que atuaram no Jardim Infantil.

As duas irmãs começaram a trabalhar muito jovens na fábrica, mas relatam a resistência inicial por parte dos proprietários em admiti-las em razão de sua idade, 14 e 15 anos. É possível que essa postura seja em respeito às determinações legais vigentes na época. A Constituição federal de 1967 (BRASIL, 1967), no artigo 158, era clara quanto à “proibição de trabalho a menores de doze anos e de trabalho noturno a menores de dezoito anos, em indústrias insalubres a estes e às mulheres”. Entretanto, retrocede ao reduzir a idade dos menores trabalhadores, de 14 para 12 anos.

A existência de jardim de infância anexo a grupo escolar é evidenciada na pesquisa de Vergara (2010), que informa que os primeiros jardins de infância da cidade de São João del-Rei, em Minas Gerais surgiram na década de 1950 como classes anexas às escolas primárias, enquanto a primeira instituição pública destinada exclusivamente para a educação infantil e criada pelo estado só veio a existir em 1962.

No caso da Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas, havia uma classe de jardim de infância que ficava no Grupo Escolar Cônego Machado (ANEXO E). De acordo com o PPP cedido para esta pesquisa por ocasião da minha visita, o Grupo Escolar foi iniciado oficialmente em 1925. Os professores, diretores e toda a equipe docente foram contratados pela Prefeitura de Maceió com a autorização dos proprietários da fábrica.

As crianças que frequentavam a instituição, na maioria, eram filhas da classe operária. Com o fechamento da fábrica, os operários e operárias foram dispensados e despejados da casa onde moravam. As poucas crianças que restaram continuaram frequentando o Grupo Escolar, que passou a funcionar na casa de um morador até a construção de outra escola sob total responsabilidade do município de Maceió. A Imagem 11 mostra o prédio do Grupo Escolar Cônego Machado onde funcionava o jardim de infância.

Imagem 11 – Grupo Escolar Cônego Machado na década de 1970



Fonte: Sandra Farias.

Segundo as entrevistadas, não havia um nome específico para a creche; era conhecida como a Creche da Fábrica, destinada a filhos e filhas dos operários.

As crianças eram os filhos dos próprios operários, que chamava de operários, os pais que trabalhavam na fábrica. Então eles levavam as crianças pela manhã e pegavam à tardinha. Eu cuidava, eu e outra senhora; dava banho, alimentava, dava remédio quando era para dar. Fazia a limpeza neles, encurtava as unhas. Cuidava como se fosse nosso próprio filho. (Dona Albany).

A creche atendia bebês de 3 meses até 1 ano, que ingressavam na creche após o período de licença-maternidade da mãe, com duração de 3 meses: “Quando terminava os 3 meses, elas voltavam para o trabalho, e colocavam as crianças na creche. Elas saíam com 1 ano de idade, porque tinha outras crianças na fila de espera. Elas não ficavam mais de 1 ano.” (Dona Albenice).

A licença-maternidade, que surgiu no Brasil em 1943 com a CLT, tinha duração de 84 dias e deveria ser paga pelo empregador. Somente a partir da década de 1970, seus custos passaram a ser pagos pela Previdência Social.

Não havia um critério de seleção para que esses bebês pudessem ser atendidos na creche. Todas as operárias da fábrica tinham esse direito, “a partir da hora que ela soubesse estar grávida, pronto, já estava reservado o lugar para essa entrar na creche”. Desde a gravidez, as operárias “sabiam que já iam colocar na creche. Mas também tinha limite no número de berços, porque eram só 10 berços, assim eram 10 crianças para ficar o dia” (Dona Albany). Era um período curto, pois quando essas crianças completavam 1 ano precisavam sair da creche.

Cada um que arrumasse um tipo de babá, um parente, um cuidador, e colocasse à parte, particular. Por exemplo, minha sobrinha ficou lá e quando saiu teve que ficar com a avó. Minha filha também ficou. Eram 9 meses, não ficavam nem 1 ano direito, porque tinha as outras crianças. (Dona Albenice).

As moças que trabalhavam na creche recebiam o nome de cuidadoras, eram duas ao todo que trabalhavam 8 horas por dia. Desse modo, elas passavam o dia todo com as crianças: “As mães faziam hora extra, aí ficava. Eu também fazia minha hora extra e, porque tinha de se adaptar à fábrica.” (Dona Albany).

As cuidadoras não precisavam ter cursado o Magistério, bastava ter concluído o ensino fundamental: “Quem trabalhasse na fábrica podia trabalhar na creche, não precisava de estudo para ser cuidadora.” (Dona Albany). Segundo Dona Albenice, para trabalhar na creche, era preciso a indicação por parte do dono: “Ele dizia: ‘chame fulana’, e mandava ao chefe do setor onde a gente trabalhava.” Todas as despesas da creche eram custeadas pela fábrica.

O atendimento de bebês em tempo integral não era somente de segunda à sexta-feira, também incluía o sábado. A creche começava a funcionar cedo, na mesma hora da fábrica, às 6 horas da manhã.

O mesmo horário de entrada na fábrica tinha no berçário, 6 h tinha que está no trabalho, porque o portão da fábrica fechava às 6 horas e quem chegasse atrasada, ia justificar com o dono da fábrica, se convencesse ele tudo bem, mas se não convencesse, ia para casa com o bebê. Porque tinha horário a obedecer. (Dona Albenice).

Dona Albany recorda que a creche iniciava suas atividades às 6 horas e fechava pouco depois das 17 horas: “Tinha umas mães que largavam de 3 horas, que era o horário normal, a partir das 3 horas já era hora extra, aí a gente ficava até 5 horas ou 5 e pouco, porque, a partir daí, já era hora extra.” Nesse tempo as crianças eram assistidas da seguinte forma: “Olhar, cuidar, dar o banho na hora certa, dar a comida na hora certa.”

Elas tomavam banho de manhã, depois a gente dava comida a eles e quando eles estavam dormindo, a gente ia lavar as fraldas de tecido, que não eram descartáveis. A fábrica, como fabricava tecido, já tinha as fraldas de pano. Aí, quando as crianças estavam dormindo, eu ia lavar as fraldas, na mão, pois também, não tinha máquina. A senhora que estava lá, lavava a roupa que era tudo igual, doada pela fábrica, tirava aquela roupinha com que eles vinham e vestia a roupa própria da creche, como se fosse uma fardinha. A gente trabalhava com tanto prazer, tanto amor, tudo cheirosinho como se eu tivesse cuidando de um filho meu, um sobrinho. (Dona Albany).

De acordo com Dona Albany, o lanche das crianças ficava a critério das mães: “Era a gente que levava. Porque a fábrica já tinha médico, já tinha roupinha, já tinha o leite e quem cuidasse. Eu trabalhava na fábrica e quando eu ia para casa trazia o suquinho de laranja.” Mesmo assim, o dono da fábrica “trazia leite de gado. Então, aquela criança que não se dava com o leite de gado, a mãe comprava o leite que ele se dava bem”.

Eles já chegavam alimentados, quando era 9 h dava o banho, depois a comida. E eles já iam cochilando. Eu deixava que eles primeiro arrotassem para não passar mal, depois, era a hora do silêncio. Quando um acordava eu colocava no meu colo e ia para a sala para não acordar os outros, para não acordar todos. Às vezes, não era os 10 berços cheios, às vezes eram 7 crianças, porque tinha mãe que tinha parente em casa e deixava a criança. Só aquelas que não tinham uma pessoa que cuidasse, levava pra creche. Tinha uma mãe da Pescaria que tinha gêmeos, era um sacrifício tão grande, o pessoal que a ajudava. Os operários de Ipioca, de Pescaria iam a pé para casa. Eles diziam que saíam de casa às 3h e pouco da manhã. Saúde é asfaltada agora, mas a antiga não era. (Dona Albany).

Ao tomar conhecimento de que as entrevistadas não possuíam fotos da creche, separei a imagem da creche da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos de Rio Largo e a utilizei na entrevista. Ao verem a foto, as entrevistadas imediatamente afirmaram que a disposição dos berços e o uso de uma espécie de uniforme para os bebês eram similares ao que era proposto pela Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas.

Dona Albany relembra que a Fábrica disponibilizava para a creche fraldas e roupas. Esse uniforme: “Era uma roupinha branca (que amarrava aqui e a manga vinha até aqui), parecia um anjinho, tudo tecido da fábrica. Agora, tanto fazia para menina ou menino, era uma roupa só.”

O responsável pela creche, recorda Dona Albenice, era “o Dengoso, que já faleceu. Era responsável também pela fábrica”. Se houvesse alguma dificuldade com as crianças, as cuidadoras deveriam reportar-se ao dono da fábrica, o Senhor Alberto.

Na creche, havia “duas banheiras, o berçário, a cozinha, tinha a área de serviço lá atrás e os banheiros lá fora, as lavanderias ficavam lá fora, também” (Dona Albany). Infelizmente,

não foram encontradas imagens da creche em funcionamento. Ao visitar o local onde a fábrica funcionava, foi possível registrar as ruínas dos prédios onde funcionavam a creche e o Grupo Escolar Cônego Machado, que ficava bem próximo à creche. Ambos estão deteriorados provavelmente em razão do tempo (Imagens 12 e 13).

Imagem 12 – Prédio onde funcionava a creche da Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas, 2019



Fonte: Fotografia da autora.

Imagem 13 – Prédio onde funcionava o Grupo Escolar Cônego Machado, 2019



Fonte: Fotografia da autora.

Segundo Dona Albany, no Setor de Saúde, havia profissionais de Enfermagem. Contava com um posto e uma farmácia “dentro da própria fábrica. As crianças quando adoeciam a mãe levava para lá”. Esse posto ficava ao lado do escritório da fábrica: “As mães levavam o remédio, escrevia tudo direitinho, o horário de dar o remédio; quando era pomada, explicavam, todo tipo de remédio ela explicava. Tinha tudo lá, farmácia, escola, tinha dentista, também.”

Dona Albany não recorda se havia alguma abordagem educacional na época que norteava o trabalho desenvolvido na creche. Também não se lembra de momentos de planejamento ou de formação para as cuidadoras que atuavam com os bebês. Apesar de não se recordar de reuniões com a família das crianças, ela menciona que a relação das cuidadoras com os bebês e as famílias era muito boa: “As mães gostavam muito do meu trabalho. Em primeiro lugar, eu gostava de criança, e as mães sentiam confiança.”

A sensação ao fim da entrevista é de saudosismo por parte das duas irmãs, e Dona Albany recorda emocionada:

Vou dizer uma coisa: eu e minha irmã fomos muito privilegiadas porque eles colocaram a gente. O Dr. Alberto dizia: ‘A senhora vai trabalhar perto de mim’, e eu dizia, não sei. Às vezes, eu tinha algum problema, ele vinha e me ensinava. Também, porque nosso pai trabalhou lá, era muito trabalhador, não faltava, fazia hora extra. A gente era presente, não faltava. Meu marido trabalhou lá, os pais do meu marido também trabalharam lá. Acho que a gente foi privilegiada lá, e ele colocou a gente num local bom.

Com o fechamento da Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas, a creche também foi desativada. O Grupo Escolar Cônego Machado, que ofertava o Jardim Infantil, posteriormente passou a ser chamado de Escola Municipal Professora Neide de Freitas França, sob a responsabilidade da Prefeitura de Maceió. O nome é homenagem a uma das professoras da instituição, que também atuou como diretora e faleceu em um acidente automobilístico. A instituição ainda existe e está localizada em Saúde.

4.3 A educação da infância na Companhia União Mercantil

A Companhia União Mercantil, que passou a ser chamada de Fábrica Carmem, foi fundada em 1857 no distrito de Fernão Velho e foi a pioneira no estado de Alagoas. Fornecia aos operários e às operárias moradia, assistência médica, assistência educacional e lazer (ANEXO F). Entre seus feitos estão: uma maternidade, o Jardim Infantil Maria Auxiliadora, o Grupo Escolar São José, um cinema e um espaço para a realização de festas e eventos,

conhecido como “Recreio Operário” (ANEXO G). Segundo um funcionário antigo, o Senhor Carlos de Freitas, que atuava como gerente da fábrica, a empresa estava distribuída em um amplo território de Maceió até Rio Largo: “Aqui [Fernão Velho], o Tabuleiro era da fábrica, o clima bom era da fábrica, Santos Dumont 1, 2, 3 era da fábrica, a propriedade chegava até ao aeroporto.”

Não se tem conhecimento exato do período em que o Jardim Infantil Maria Auxiliadora foi fundado (Imagem 14 e 15). O Senhor Carlos relata que, em 1976, período em que ingressou na fábrica, o Jardim Infantil já existia e recebia crianças com idade de 4 a 6 anos. Segundo ele, a instituição era destinada às crianças dos empregados e empregadas: “Quem trabalhasse na fábrica, indistintamente, tinha direito de estudar, inclusive meus filhos.” Ele acredita que a criação da instituição foi motivada por um dos proprietários, o coronel, descrito como alguém “muito ligado à cultura: ele era um homem de formação, e eu acredito que foi ele quem deu o pontapé inicial”.

Imagem 14 – Turma do Jardim Infantil Maria Auxiliadora da Fábrica Carmem, 1965



Fonte: Acervo pessoal de Carla Regina Lins Santos.

Imagem 15 – Turma do Jardim Infantil Maria Auxiliadora da Fábrica Carmem, 1973



Fonte: Evocando Fernão Velho.⁸

Os benefícios oferecidos pela Fábrica Carmem são similares àqueles fornecidos pelas fábricas de tecido de Sorocaba no fim do século XIX e início do século XX, mencionados por Dessotti (2017), tais como creches e jardins da infância, assistência médica, armazéns, igrejas, casas e cinema. Segundo a autora, eles serviam, “acima de tudo, para confundir o trabalhador, que acabava colocando na mesma balança a baixa remuneração, de um lado, e os benefícios que, aparentemente, a compensavam, de outro, obliterando a realidade da sua situação” (DESSOTTI, 2017, p. 70). A respeito de uma vila operária de Votorantim, situada em Sorocaba, Dessotti comenta:

Os moradores da vila operária do Votorantim frequentemente organizavam festas e bailes como uma forma de aliviar-se do trabalho penoso do dia a dia. No entanto, os bailes só poderiam ser realizados com a devida permissão do gerente da fábrica e também era ele quem determinava os horários de circulação dos trens para que o pessoal de Sorocaba pudesse participar da festa. As festas nunca se prolongavam muito para não comprometer o dia seguinte de trabalho. (DESSOTTI, 2017, p. 68).

O conhecimento da história da educação da infância nessa instituição foi possível graças a relatos de pessoas que viveram essa história, como moradores da região, uma professora que atuou no Jardim Infantil pertencente à instituição e um antigo funcionário da fábrica: Yeda

⁸ <https://www.facebook.com/groups/evocandofernaovelho/>.

Maria Carlos, de 62 anos, casada, natural de Maceió e formada em Magistério; e Carlos de Freitas, casado, 73 anos.

Segundo a professora Yeda, o nome do jardim infantil escolhido foi em homenagem à esposa de um dos proprietários. “Era alguém de lá ou de Fernão Velho ou um dos donos, da família dos donos.” A professora reforça que o Jardim Infantil Maria Auxiliadora era destinado aos filhos e filhas, netos e netas de funcionários da fábrica, “Para as crianças ficarem lá e as mães irem trabalhar.”

Não havia seleção para o ingresso dessas crianças e, no caso das maiores, “nem todos estudavam lá, porque existia também aqueles que procuravam escolas particulares para colocar ou então outras escolas, porque lá existia a Escola Padre Cabral”.⁹ A instituição era vinculada somente à fábrica, e as famílias eram isentas de qualquer contribuição, pagamento ou mensalidade. Com raras exceções: “Elas só contribuía na época natalina, em datas comemorativas, elas participavam. No Dia das Crianças, fazíamos um desfile. A gente dizia como a criança devia vir fantasiada disto e daquilo, faziam um motivo.”

Para ser professora da instituição, era necessário indicação. Uma vez indicada, a interessada ia conversar com a professora Iraci: “Ela fazia assim, conversava com a gente. Eu fui com outra pessoa, eu fiquei, e a pessoa não ficou.” A professora relata que “era muito amiga da filha do dono da fábrica, Mônica, ela morava aqui e eu fazia as unhas da mãe dela, Eu fiz unhas por muito tempo. Essa moça indicou, disse ao pai dela que eu ensinava particular e para ir para lá”.

Eram quatro turmas: 1.º e 2.º período pela manhã (com as crianças mais novas, 4 e 5 anos) e duas turmas de alfabetização à tarde (com crianças de 6 anos). “Por turma. Eram 30 crianças. O mínimo que eu tive numa salinha foram 28 crianças, o mínimo. Acho que não queriam pagar a muitos professores.” Na época, não contavam com auxiliar de sala, “se a criança fizesse cocô ali ou precisasse de alguma coisa, a gente é que ia fazer”.

A rotina incluía reza, músicas e atividades. Os materiais utilizados envolviam a confecção de dobraduras, recortes, massinha de modelar, pintura com tinta guache, trabalhos individuais e em equipe. A diretora, que era católica, valorizava alguns costumes com a equipe:

Rezávamos e depois que rezávamos cantávamos a musiquinha do dia, aí pedia ao papai do céu para proteger papai, mamãe, as tias e depois fazia a rotina toda e eles ficavam sentadinhos e nós começávamos a programação da aula. Aí começavam os assuntos.

⁹ A Escola Estadual Padre Cabral é uma instituição antiga situada em Fernão Velho.

As atividades eram expostas posteriormente e apreciadas pelas famílias a convite da escola. As crianças permaneciam na instituição em tempo parcial. Havia duas turmas pela manhã e duas à tarde, de 4 e de 5 anos (1.º e 2.º período) respectivamente. A relação entre a equipe e as famílias era considerada muito boa, repleta de parceria, dedicação e respeito. Entre os eventos que a instituição organizava anualmente, estava o Dia das Crianças, Dia do Índio, São João e Natal. Os momentos contavam com as crianças fantasiadas, dramatizações e apresentações (como quadrilha e presépio) para a apreciação das famílias e da comunidade.

As professoras não recebiam formação. As informações eram buscadas por elas e pela gestão, e livros eram doados pela Casa do Colegial: “Sabe o que é que ele fazia? Pronto, eu digo como foi. Ele chegava lá para apresentar, porque eles iam às escolas para apresentar aquela coleção.” Ao que parece, o relato é referente ao trabalho com uma turma de alfabetização:

Os representantes para apresentar, para a gente adotar o livro, no caso. Mas terminou, às vezes eu não gosto, eu prefiro meu jeito de ensinar tradicional BA, BE, BI, BO, BU, vamos trabalhar no caderno, aí escrevia, era um trabalho danado para escrever.

A sala contava com um quadro negro, “mais ou menos do tamanho da criança. O mobiliário, as mesinhas. Mesinhas onde ficavam 4 crianças. Do tamanho deles também. E a gente também fazia trabalhos que pegava mimeógrafo na fábrica”. As “tarefinhas” eram feitas com frequência. A princípio, as professoras eram supervisionadas de perto, conforme se desenvolviam, passaram a desfrutar maior liberdade: “Porque a gente pegou o macete como era, e pronto, a gente fazia, formulava.”

A equipe era composta por 4 professoras, 1 diretora (a diretora Iraci, que também atuava como professora) e a zeladora, que “ia buscar o lanchinho para as crianças e trazia pão com leite, trazia o lanchinho, mas era mais pão com manteiga e leite, era mais o lanche de lá”.

A seguir, é possível ver algumas fotografias das crianças do Jardim Infantil Maria Auxiliadora. Segundo a professora Yeda, ao iniciar suas atividades em 1979, esses registros já ficavam sob a responsabilidade de um fotógrafo chamado Gilbeon. A professora recorda que esse fotógrafo era autônomo e prestava serviço à fábrica sempre que havia algum evento ou momento em que era preciso realizar algum registro. Como era o caso do desfile do Dia das Crianças que se realizava anualmente na instituição (Imagem 16).

Imagem 16 – Desfile do Jardim Infantil Maria Auxiliadora da Fábrica Carmem, década de 1980



Fonte: Evocando Fernão Velho.

De acordo com a professora Yeda, todas as crianças costumavam participar desses desfiles trajando fantasias confeccionadas pela mãe. Em ocasiões assim, elas circulavam pelas imediações do jardim para que as famílias e a comunidade pudessem apreciá-las. Segundo a entrevistada, a moça que aparece na foto era mãe das crianças que estão ao seu redor. A entrevistada recorda que, no dia a dia, as crianças frequentavam o jardim fardadas. Essa farda era composta por uma camiseta branca (com o nome da instituição) e um short azul, conforme consta na Imagem 17.

Imagem 17 – Farda do Jardim Infantil Maria Auxiliadora da Fábrica Carmem, década de 1980



Fonte: Evocando Fernão Velho.

Ao que tudo indica, essa farda mudou no ano seguinte, pois a partir de 1981, passou a ser mais formal. A camisa passou a ser de botões e as meninas passaram a usar saia. Essa mudança pode ser constatada na “Recordação Escolar” (Imagem 18) em que se vê que a camisa da farda está diferente.

Imagem 18 – Recordação escolar do Jardim Infantil Maria Auxiliadora da Fábrica Carmem



Fonte: Acervo pessoal de Eva Priscyla de Moraes Barros.

Nesse momento a criança era posicionada em um cenário que incluía a Bandeira do Brasil ao fundo e se sentava apoiada em um birô, geralmente com alguns livros. Na Recordação Escolar, constava o nome da instituição, o ano em que foi feito o registro, o nome da criança, da professora, a cidade e o estado. Sobre a criança da foto a professora Yeda comenta:

É minha princesinha amada, uma filha para mim! Ela não foi só uma aluna, mas uma criança maravilhosa, carinhosa e que tinha e tem uma ligação espiritual comigo! Sua família depositava toda confiança em mim! Até hoje ela me considera igual a uma segunda mãe! Sinto-me muitíssimo grata!

Na Imagem 19, estão Dona Aracy, que foi professora e diretora do Jardim Infantil, e a professora Yeda, com duas crianças, uma delas, Eva Priscila. A professora Yeda menciona que o fotógrafo costumava presentear as professoras com esses registros, como uma espécie de retribuição por estarem ganhando dinheiro, visto que a mediação com as famílias para que as fotos fossem tiradas ficava por conta das professoras.

Imagem 19 – Jardim Infantil Maria Auxiliadora da Fábrica Carmem, 1981



Fonte: Acervo pessoal de Eva Priscyla de Moraes Barroso.

A professora relata algo que marcou sua vivência no Jardim Infantil Maria Auxiliadora:

O tempo que eu ensinei lá mesmo em Fernão Velho foi marcante porque, até hoje, eu acho bonitos todos aqueles que me encontram. Ainda me conhecem. Diz bem assim: ‘Tia, está lembrada de mim?’ Então, eu tenho uma vaga lembrança.

Ao concluir a análise dessa instituição, encontramos um texto que trata de Fernão Velho no blog História de Alagoas (TICIANELI, 2016a), onde consta um comentário que indica a existência desse jardim de infância na década de 1940:

Caros companheiros,

Nasci em Fernão Velho aos 11 dias do mês de dezembro de 1942, portanto há quase 75 anos, e fui para o Rio de Janeiro aos 14 anos incompletos para morar com um tio, irmão de minha mãe. Meu pai trabalhou no escritório da Fábrica Carmen. Lembro-me bem da cidade de Fernão Velho, ruas calçadas, arborizadas, limpas, a praça, o Jardim de Infância, que frequentei, e Grupo Escolar São José, onde estudei o primário, a Igreja de São José, a Fábrica Carmen e os operários, que trabalhavam por turno, o Cinema S. José, o

Ambulatório, a feira aos sábados etc. Lembro-me também do Recreio e do outro local, no lado oposto, onde eram realizados jogos. A cidade era muito bem tratada, bem como os funcionários da fábrica. (Comentário de um seguidor).

O Jardim Infantil Maria Auxiliadora foi extinto no início da década de 1990. Anos depois, a Fábrica Carmem também foi fechada.

4.4 A educação da infância na Fábrica da Pedra

A Fábrica da Pedra da Companhia Agro Fabril Mercantil foi fundada em 1914 pelo cearense Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, no povoado da Pedra, alçado ao município que leva seu nome, Delmiro Gouveia, com o desenvolvimento da região.

Assim como Gustavo Paiva, Delmiro Gouveia fundou uma vila operária, a Vila da Pedra, assim chamada por ter sido constituída em meio a grandes rochas. O povoado surgiu ao redor de uma estação da estrada de ferro construída pela companhia inglesa Great Western. Em 1903, Delmiro Gouveia estabeleceu-se na região vendendo couros e pele de animais, mas seu trabalho se expandiu em diversos campos e contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento da cidade. Entre seus feitos, estão o fornecimento de energia elétrica, por meio da inauguração da Angiquinho, a primeira usina hidrelétrica do Nordeste em 1913, a Companhia Agro Fabril Mercantil, uma fábrica de linha em 1914, e o fornecimento de água encanada originada da cachoeira de Paulo Afonso em 1921.

Segundo Ticianeli (2016b), a vila operária, que passou a ser conhecida como a Pedra de Delmiro, possuía telégrafo, telefone, tipografia, capela, cinema, lavanderias, fábrica de gelo, grandes armazéns de depósitos e escola para crianças e adultos. Os habitantes não pagavam pela água e pela luz consumidas, mas, para isso, não podiam portar armas nem consumir bebidas alcoólicas e seriam multados caso jogassem lixo nas ruas. As casas apresentavam quatro cômodos e um alpendre largo na frente. Em 1938, criou-se o distrito com o nome de Pedra. Em 1945, a vila passou a se chamar Delmiro Gouveia.

Além da tese de Dessotti (2017) que, entre outros aspectos, aborda a educação destinada a filhos e filhas de funcionários das fábricas têxteis em Sorocaba, o contexto em que o jardim de infância da Fábrica da Pedra se encontra remete ao trabalho de Pieri (2014), que apresenta o Jardim de Infância Cristo Rei da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, fundado em 1960 em Tubarão, Santa Catarina. A principal diferença é que, apesar de se tratar de uma iniciativa privada e se voltar para filhos de funcionários da empresa, assim como o jardim de infância da

Escola Natércia Serpa de Menezes, o Jardim de Infância Cristo Rei era coordenado por uma congregação religiosa.

O Jardim de Infância Cristo Rei foi criado pela CSN em uma vila operária chamada 'Mendonça Lima', local onde foi instalado o Lavador de Carvão e a Usina Termoelétrica Jorge Lacerda. Era um bairro situado ao norte do município de Tubarão, denominado Capivari de Baixo.²³ Assim que a CSN foi instalada na região foram criadas diversas vilas do complexo carbonífero. (DE PIERI, 2014, p. 81).

Não encontrei pistas da existência de creches na vila operária, apenas de um jardim de infância, hoje conhecido como Escola Natércia Serpa de Menezes, nem encontrei documentos que atestassem o ano da sua fundação. Relatos de entrevistados indicam a década de 1960, mas essa informação ainda precisa ser confirmada.

O conhecimento da história dessa instituição foi possível graças a Petrócia Maria Oliveira, uma professora de 66 anos, casada, natural de Delmiro Gouveia, formada em Magistério, Pedagogia e em Metodologia Científica. Ela relata que na época o Magistério não era ofertado em sua cidade natal e precisava deslocar-se até Maceió para realizar o curso.

Na minha cidade não tinha na época, e meu pai fez um esforço maior e me colocou aqui em Maceió para estudar, e depois vieram meus irmãos. Cada um trilhou um caminho diferente. Depois, pela vontade política de alguns, líderes da região, conseguiram implantar... Naquela época só em Maceió. A gente tinha que vir a Maceió, era um esforço muito grande. Tanto financeiramente para os pais, como para mim, porque era muito cansativo. Uma viagem longa. (Profa. Petrócia em entrevista, 2018).

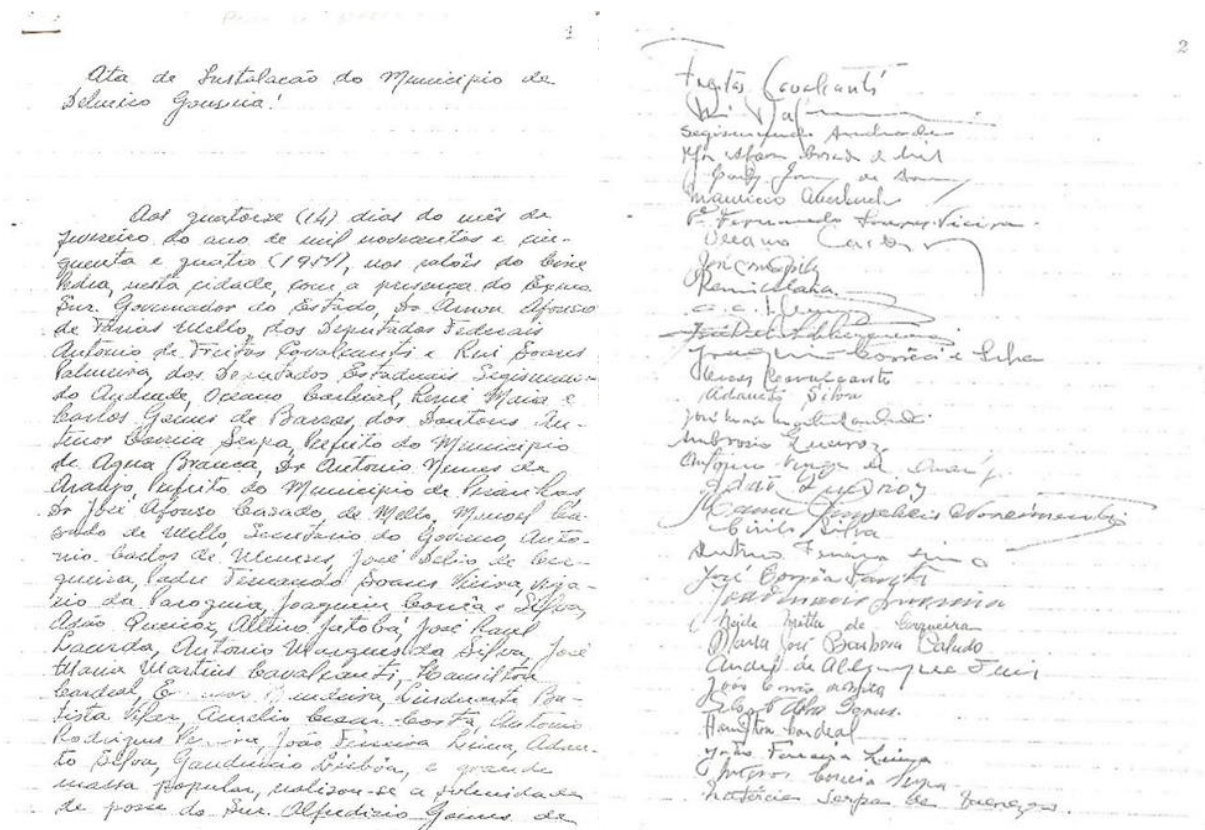
De acordo com a entrevistada, o nome da escola foi uma homenagem a uma professora da cidade, da Vila da Pedra. Ela era mãe do Dr. José Serpa de Menezes, duas vezes prefeito de Delmiro.

Eu tive o prazer, o privilégio de ser aluna dela. Ela foi diretora da escola tempos depois que eu também estudava. Já no ginásio, ela continuou, foi diretora, mas nos anos anteriores, ela foi minha professora. Foi professora de português e tudo mais. Ótimo português, exímia mesmo. Prestou grande serviço à comunidade política. A política saía pelos poros... Ela era uma mulher invejável. Ela era uma mulher de fibra que inspira as pessoas. Ela nunca deixou a educação de lado, a educação ela carregava com a política. Praticamente quem elegeu os filhos a prefeito foi ela.

Segundo a professora, a fábrica reconheceu seu trabalho e decidiu homenageá-la. O público-alvo era prioritariamente filhos e filhas do operariado. Entretanto, também recebiam, em menor escala, crianças da comunidade.

Na fotografia cedida por Mário César Tavares Queiroz (um ex-aluno da instituição), nota-se a Ata de fundação do município de Delmiro Gouveia, primeira e terceira página (Imagem 20), em que consta a assinatura de Dona Natércia Serpa de Menezes (última assinatura), que veio a ser esposa do primeiro prefeito da cidade, o senhor Alfredízio Gomes de Menezes, e mais adiante foi homenageada quando a escola onde se encontrava o jardim infantil recebeu seu nome.

Imagem 20 – Ata de fundação da cidade de Delmiro Gouveia



Fonte: <http://amigosdedelmirogouveia.blogspot.com/?m=1>, em 2018.¹⁰

Não havia seleção para as crianças ingressassem na escola, de modo que todas as famílias que recorressem à instituição tinham suas crianças matriculadas: “Bastava identificar-se com o crachá do pai ou identidade do pai. Alguma coisa que identificasse que o pai era de lá.” Também não havia cobrança de mensalidade ou de alguma taxa, pois a fábrica arcava com

¹⁰ Infelizmente, segundo o administrador do blog, essa imagem foi retirada.

todas as despesas. Segundo a professora Petrócia Maria Oliveira, a iniciativa da oferta da escola não surgiu ao acaso, e sim por reivindicação do Ministério da Educação (MEC):

Eles liberaram o que chamava, que eu não sei se hoje ainda existe, salário-educação. Era um recurso que era destinado a escolas mantidas por fábricas, usinas. Eles tiveram, e também obrigavam as empresas, as fábricas que tinham, e usinas, mais... uma quantidade que eu não sei, não lembro mais, meu pai me dizia, quantidades X de operários aí tinha a obrigação de abrir a escola.

A professora Petrócia refere-se ao “salário-educação”,¹¹ instituído pela Lei n.º 4.440 de 1964, que arcava com o ensino primário dos filhos dos seus empregados em idade de escolarização obrigatória e com as despesas públicas com a educação elementar: “Já existia esse salário-educação então destinavam uma parte dos recursos para ajudar a fábrica a manter a escola.” E continua: “Era uma determinação. Se não, eles nunca teriam aberto.” A vinculação era entre a fábrica e o MEC por meio do salário-educação. As famílias não contribuíam com nada além da fardinha, que só adquiriam porque eles compravam e passavam para o aluno.

Inicialmente, foram ofertadas duas turmas de jardim de infância por turno para crianças a partir dos 4 anos. Essas turmas permaneciam na escola em tempo parcial (pela manhã ou à tarde). “Espaço tinha. Só não tinha aluno a princípio. Depois foi que a cidade foi crescendo, apareceram mais crianças e estenderam as turmas, ampliaram.” Eram duas turmas por turno, organizadas à medida que as demandas chegavam: “Tem pais que queriam no horário da tarde porque à tarde estavam ocupados, não tinham com quem deixar, aí não podia ser por idade. Mas como quem procurava só era aquela faixa de 4 e 5 anos...”

A professora Petrócia fala de um planejamento semanal: “Sentávamos na sexta-feira e planejávamos.” Como não havia coordenador na época, desse momento participavam as professoras e a direção, fato que a professora entrevistada considera uma dificuldade. Por outro lado, a equipe contava com a contribuição das professoras mais experientes, que tinham passado por outras cidades, como Paulo Afonso, e escolas: “Tinha escola que a estrutura era melhor, uma estrutura bem montada. Como já tinha coordenador lá, supervisor, a experiência que eles traziam passavam para as outras. Aproveitavam.”

Na opinião da entrevistada, a maior dificuldade relacionava-se com a formação: “Esse era o ‘nó’, porque não tinha, por exemplo, a preocupação de trazer professores de fora; nem

¹¹ De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o salário-educação é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública, conforme previsto no § 5.º do art. 212 da Constituição Federal de 1988. Os recursos do Salário-Educação são repartidos em cotas, sendo os destinatários a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

tinha capacitação, não tinha nada.” Na década de 1960, contavam com o apoio de colegas vindas de Paulo Afonso, Bahia: “Tinha gente que trabalhava um horário em Paulo Afonso, eram 40 minutos, pertinho, e trabalhava em Delmiro ou vice-versa.” A carga horária das professoras da escola era de 20 horas semanais.

Ainda a respeito do trabalho realizado com crianças, pode-se observar o Boletim de Promoção¹² referente ao ano de 1969 (Imagem 21), que enfatiza o aproveitamento de uma criança e sua promoção da pré-escola para o primeiro ano do ensino fundamental. No documento, consta a assinatura da professora responsável pela criança e a da diretora da instituição.

Imagem 21 – Boletim de Promoção, novembro de 1969

Escola Natércia Serpa de Menezes

BOLETIM DE PROMOÇÃO

Em virtude do aproveitamento revelado pelo aluno Eduardo
Ramos de Menezes nascido a 24 de maio de 1961 filho de
João Menezes fica promovido para o 1º ano, com
o grau 60 de aproveitamento no pré ano e 90 de comportamento.

Delmiro Gouveia, 26 de novembro de 1969

Maria do Carmo
Professora

Natércia Serpa de Menezes
Diretora

Fonte: Eduardo Antonio Ramos de Menezes.

Sobre a rotina das crianças “a princípio, quando chegavam, cantavam aquelas músicas do bom dia, cumprimentando professores e colegas, rezavam e ninguém nem atinava que havia crianças filhas de pais evangélicos; até os evangélicos rezavam” (Profa. Petrócia). Recorda que esses momentos envolviam canções, brincadeiras e “tinha o momento de ir para a mesinha para poder fazer trabalho de pintura, completar figuras, trabalho de educação visual; faziam as atividades auditivas, a motora”. Ela também destaca as atividades de estimulação auditiva.

¹² O Boletim de Promoção era um modo de formalização da passagem da educação pré-escolar para o 1.º ano do ensino fundamental.

Sons, chocalhos, para discriminar o barulho, que barulho é esse. O menino às vezes colocava num cantinho de costas ‘que barulho é esse?’ e ele dizia ‘o chocalho’. E às vezes a gente descobria criança com deficiência ‘eu não estou ouvindo, estou ouvindo pouquinho, professora. Balance mais para gente ouvir, bote mais alto’. Aí descobria quem não ouvia direito. (Profa. Petrócia).

Segundo a professora Petrócia, uma vez identificado algum aspecto que chamasse a atenção das “jardineiras”, a família era chamada e aconselhada a recorrer a um médico. Para compor o quadro docente da escola, não havia uma seleção, bastava ter concluído o magistério. Um fato interessante é a forma como as professoras eram chamadas: jardineiras. “Elas tinham uma roupinha também diferente. A fardinha delas era fardinha de roupa de jardineira mesmo.”

Desde a época do magistério, os professores falavam sobre esse termo. Até a professora de prática de ensino dizia que foi criada por Maria Montessori. Os professores eram tidos como jardineiras. Eu dizia ‘por que jardineira? Não é jardim’, aí disse, além de ser uma escola jardim de infância, não é jardim de verdade. Não, as crianças para ela, para Maria Montessori, eram tidas como flores, por isso a professora é quem cuidava das flores...E lá em Delmiro chamavam as jardineiras. ‘Oh fulano, ela trabalha onde? Ela é jardineira’.

A entrevistada relata que, além das professoras, conhecidas como jardineiras, a equipe contava com o pessoal de apoio, responsáveis pela limpeza e pela merenda (2 por turno) e uma diretora que atuava nos dois horários. Os vigias eram encarregados da fábrica.

A relação com as crianças era considerada maternal “de andar no colo, de brincar”:

Era agradável. Quando estavam assim dengozinhas, umas diziam que ‘quero ver minha mãe’, botava no colo, brincava, batia palmas com ela, botava brinquedo, tinha o cantinho dos brinquedos, a brinquedoteca lá no cantinho. Tipo uma brinquedoteca que não era nem esse nome. O cantinho do brinquedo, a gente sentava no chão e brincava com ela...

Segundo a professora Petrócia, a relação com as famílias não era diferente, pois o trabalho realizado pela equipe da instituição tinha o reconhecimento da comunidade: “Éramos muito bem reconhecidas porque, primeiro, era um trabalho diferente que surgiu numa comunidade que há pouco tempo era chamada de vila.” Ela acredita que havia reconhecimento e respeito por parte da instituição, que homenageava as professoras todos os anos no Dia do professor, e por parte das famílias: “Tinha aquele amor, aquele carinho ‘o meu filho falou o final de semana todinho, meu filho gosta tanto de você. Oh, professora, você nem sabe como a gente gosta de você’.”

As “jardineiras” contavam com o carinho, o respeito e a confiança das famílias e da comunidade. Para que esse trabalho continuasse, segundo ela, a diretora era muito exigente: “Ela escolhia a dedo. As pessoas que cuidavam era pra trabalhar. Por quê? Porque ela dizia que ‘fulana é meio grosseira, eu acho que não vai dar certo. O fulano é tão dedicado, a menina tão delicada’.”

Entre os eventos organizados na escola, estava o Dia das Crianças. A princípio, havia um desfile na própria escola, e os pais eram convidados para assistir de acordo com sua disponibilidade. “Eles faziam apresentações lindas, encenavam pecinhas de teatros, *sketch* eram pequenas peças. Então faziam pequenas encenações, recitavam poesia.” Esses momentos causavam emoção nas famílias que iam prestigiar. “O mais bonito e que todo mundo esperava era o Dia das Crianças. Então, depois passou a desfile na rua, porque nem todos os pais podiam ir, e na rua está trabalhando numa loja e podia ver seu filho.”

A escola funcionava em uma casa de família adaptada, onde hoje funciona a Casal. Era um espaço amplo, “a fábrica mandou procurar uma casa. Ela tinha uma área descoberta para brincar muito grande. Ainda hoje, quando eu passo, fico me lembrando”. Contava com banheiros, refeitório, mesinhas com as cadeirinhas para as refeições. Havia uma razão para a alimentação não ser servida nas salas, “porque elas tinham a preocupação de ensinar boas maneiras”, entre elas, comer com a boca fechada e não sujar a mesa. “Eu lembro que as mesas não eram cobertas com toalha. Elas colocavam tipo joguinhos americano para cada qual ter seu cantinho para ver se sujou.” E continua: “Se você sujou, foi você, porque só dá para você. Não pode deixar derramar merenda, vamos comer direitinho, não precisa comer com pressa. Tinha de se cuidar.”

Algo marcante na vida da professora foi a escola experimental, localizada no CEAGB, frequentada por ela no período em que cursou o magistério: “Tinha uma escola que era experimental e tinha uma escola infantil experimental do estado; foi a que mais impressionou pela estrutura, pelo trabalho belíssimo que faziam.” Continuando: “Uma referência. O pessoal que trabalhava, os professores, eu vou dizer uma coisa, ali mereciam mérito do governo porque a gente reconhecia.” Com o fechamento da fábrica, o Jardim Infantil foi extinto e atualmente em seu prédio funciona o Colégio Santa Rita.

5 EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA EM ALAGOAS NAS USINAS DE CANA-DE-AÇÚCAR

Muito se comenta a respeito da presença canavieira na constituição do estado de Alagoas, e o açúcar é uma das suas marcas históricas. De acordo com Diegues Júnior (2006, p. 26), “o açúcar se irmanou à própria história regional, nela se integrando de tal forma que não é possível isolar uma da outra; complementam-se a história política a social e a história do açúcar”.

O complexo canavieiro é considerado “um dos pilares da história alagoana por sua participação na formação do território, desde o período colonial, e por sua contínua influência nos destinos da sociedade e do Estado” (CARVALHO, 2016, p. 48). Essa estrutura de propriedade da terra marcou para sempre o modelo econômico e social de Alagoas, pois formou uma sociedade hierarquizada, de castas escravista e senhorial, com traços feudais, que ainda se perpetua (CARVALHO, 2016; DIÉGUES JÚNIOR, 1949).

O percurso do setor açucareiro inicia com os engenhos banguês, seguido dos engenhos centrais e, posteriormente, das usinas. A respeito dos engenhos banguês Carvalho (2016) comenta:

Um complexo sistema apoiava essa produção e englobava a derrubada de matas, plantio de cana, criação de animais, fornecimento de alimentos para a população envolvida, aquisição de escravos, contratação de mão de obra especializada para os engenhos, desenvolvimento de um sistema de transportes, etc. (CARVALHO, 2016, p. 53).

De acordo com Carvalho (2016), no período colonial, o número de banguês e a área plantada com cana-de-açúcar cresciam extensivamente. Os primeiros engenhos dos quais se tem conhecimento em Alagoas surgiram em 1590 e eram: Buenos Aires, Escurial, Morro, de Baixo, do Meio e Maranhão. Com o passar dos anos, houve significativa expansão, de maneira que havia 14 engenhos em 1630; 16 engenhos entre 1590 e 1637, 40 engenhos em 1700, 180 em 1800 e quase 1.000 em 1890. Esses banguês funcionavam predominantemente por meio do trabalho escravo.

Ressalto que entre esses escravos estavam homens, mulheres e crianças. Essa constatação pode ser vista em inventários, testamentos, cartas de alforria e documentos oficiais do passado (DIÉGUES JÚNIOR, 2006). Mattoso (1991) distingue duas idades de infância para os escravos: de 0 aos 7 anos para 8 anos, são crianças novas, geralmente sem desempenho de atividades de tipo econômico; e dos 7 para os 8 anos até os 12 anos de idade, os jovens escravos deixam de ser crianças para entrar no mundo dos adultos, na qualidade de aprendiz. Somente

após a aprovação da Lei do Ventre Livre (1871), os filhos de mulheres escravas nascidos no Brasil foram declarados livres. Na prática, essas crianças deveriam permanecer em poder dos senhores da sua mãe, que eram obrigados a criá-las até os 8 anos de idade. Após isso, poderiam ser entregues ao governo, com direito a uma indenização, ou os senhores poderiam utilizar seus serviços até completarem 21 anos. Embora o foco desta tese não seja a criança escrava, por tratar da educação da infância, é relevante citar esse fato invisibilizado durante tantos anos.

De volta ao objeto de estudo, no século XIX, o setor açucareiro nordestino enfrentaria inúmeros desafios, pois, na primeira metade do século, com o aumento da concorrência externa, a maioria dos banguês não conseguiu produzir com qualidade, e isso ficou evidente nos baixos níveis de rendimento industrial e agrícola. Na segunda metade do século XIX, a crise se instalou de tal maneira que o Estado precisou intervir no sentido de modernizar a produção e viabilizar a exportação. Desse modo, em 1875, os vários banguês foram transformados em unidades industriais avançadas chamadas de engenhos centrais que superariam a produção (CARVALHO, 2016).

Essa medida separava as atividades agrícolas das atividades fabris e favorecia a implantação de outras tecnologias. A ideia era aumentar a produtividade nos dois setores baixando o custo de produção do açúcar e tornando-o mais competitivo no mercado internacional. Essa tentativa de instalação dos engenhos centrais trouxe dois bons resultados: a incorporação de maquinarias inovadoras e a energia elétrica, vinda com as modernas usinas.

Percebe-se que a usina é resultado do avanço capitalista no campo e ocorre no mesmo período da transição da escravidão para o trabalho livre e da tentativa de instalação dos engenhos centrais. Desse modo, a dificuldade em conseguir matéria-prima seria sanada, pois cada dono de usina poderia plantar a própria cana-de-açúcar e comprar de seus fornecedores outros elementos essenciais para sua produção.

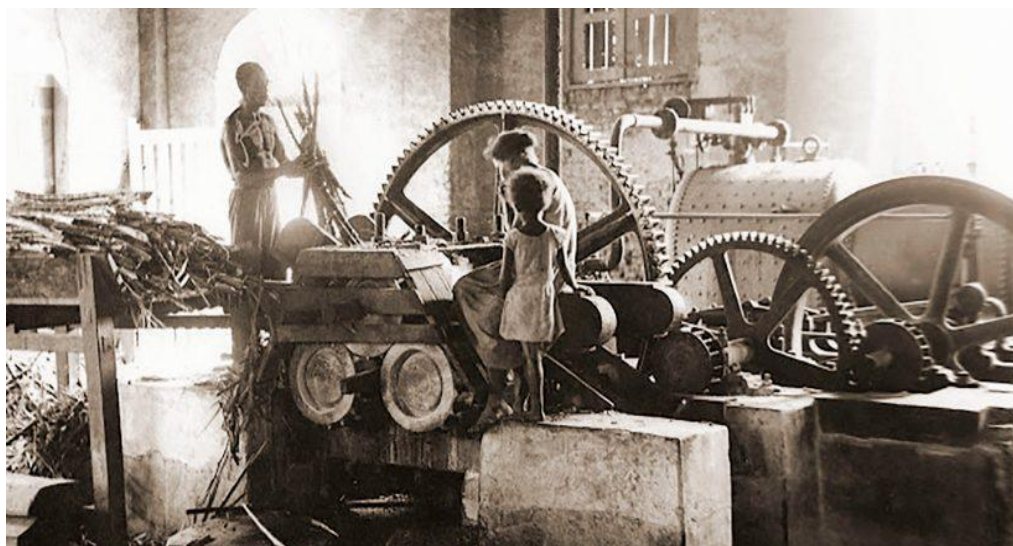
Na última década do século XIX, a agroindústria canavieira entra na moderna era fabril. A usina substitui o projeto de engenho central e superou a produção dos banguês a partir da safra de 1922-1923. Com o nome de Brasileiro, em 1892, é inaugurada a primeira usina de Alagoas. Seguem-lhe Central Leão, Serra Grande e Cansação Sinimbu, em 1894. Em 1902, havia seis unidades industriais: Apolinário, Brasileiro, Leão, Serra Grande, Sinimbu e Uruba. (CARVALHO, 2016, p. 57).

Somente em 1922, após três décadas de resistência, o velho engenho banguê cedeu lugar à moderna usina industrial. Esse acontecimento é reconhecido por Tenório (2013) como “uma grande ruptura com o passado” e por Carvalho (2016) como uma “revolução”, que corresponde

a duas outras mudanças. A primeira foi a substituição do trabalho escravo pelo assalariado, fato que representou um passo adiante em vários aspectos e estabeleceu uma nova relação entre empresa e empregado (CARVALHO, 2016; TENÓRIO; LESSA, 2013). A segunda, mudança foi a diferenciação entre usineiros e plantadores de cana. Nesse formato, os banguzeiros com capacidade de investimento se transformaram em usineiros industriais e proprietários de terras, e os menos capitalizados permaneceram como fornecedores de matéria-prima.

A presença de crianças nesses espaços com homens e mulheres era algo comum. Na Imagem 22, por exemplo, dois adultos alimentam uma moenda ou moinho¹³ do Engenho Conceição em São Miguel dos Campos, sob o olhar atento de uma criança. Essas moendas ou moinhos faziam parte do conjunto de peças dos engenhos de banguês.

Imagem 22 – Engenho Conceição, São Miguel dos Campos, em 1932



Fonte: Ticianeli (2018a).

Segundo Tenório e Lessa (2013, p. 114), as primeiras grandes usinas alagoanas e as fábricas têxteis “foram instrumentos da constituição de relações capitalistas na sua forma mais típica: trabalho assalariado, maquinaria e desenvolvimento tecnológico contínuo”.

Desse modo, a indústria canavieira se expandiu em várias cidades alagoanas: Jequiá da Praia, Rio Largo, São José da Laje, Atalaia, Cajueiro, Coruripe, Matriz de Camaragibe, São Miguel dos Campos, São Luiz do Quitunde, Boca da Mata, Maceió, Marechal Deodoro, Teotônio Vilela, Campo Alegre, Penedo, Coruripe, União dos Palmares, Colônia de Leopoldina

¹³ De acordo com o dicionário Aurélio Buarque Ferreira (1999, p. 1.354), moenda é sinônimo de moinho assim definido: “engenho composto de duas mós sobrepostas e giratórias, movidas pelo vento, por queda-d’água, animais ou motor, destinado a moer cereais.”

e Igreja Nova. O Quadro 9 apresenta 22 usinas de cana-de-açúcar localizadas em Alagoas e fundadas no fim do século XIX.

Quadro 9 – Usinas de cana-de-açúcar localizadas em Alagoas antes de 1988

Usina	Fundação	Local
Usina Sinimbu	1893	Jequiá da Praia
Usina Central Leão	1894	Rio Largo
Usina Serra Grande	1894	São José da Laje
Usina Uruba	1906	Atalaia
Usina Ouricuri	1920	Atalaia
Usina Capricho	1920	Cajueiro
Usina Coruripe	1925	Coruripe
Usina Camaragibe	1943	Matriz de Camaragibe
Usina Santa Clotilde	1952	Rio Largo
Usina Roçadinho	1952	São Miguel dos Campos
Usina Santo Antônio	1957	São Luiz do Quitunde
Usina Triunfo	1959	Boca da Mata
Usina Cachoeira do Meirim	1959	Maceió
Usina Caeté	1959	São Miguel dos Campos
Usina Sumaúma	1970	Marechal Deodoro
Usina Seresta	1973	Teotônio Vilela
Usina Porto Rico	1973	Campo Alegre
Usina Paisa	1978	Penedo
Usina Guaxuma	-	Coruripe
Usina Laginha	-	União dos Palmares
Usina Taquara	-	Colônia de Leopoldina
Unidade Marituba	1982	Igreja Nova

Fonte: Elaboração da autora.

Para efeito desta pesquisa, 10 usinas, das 22 listadas no Quadro 9, foram analisadas, como locais que ofertavam a educação para a infância antes de 1988. São elas: Central Leão, Camaragibe, Santa Clotilde, Roçadinho, Sinimbu, Seresta, Serra Grande, Ouricuri, Caeté e Porto Rico. Essas usinas estavam localizadas em oito municípios distintos: Rio Largo, Matriz de Camaragibe, São Miguel dos Campos, Jequiá da Praia, Teotônio Vilela, São José da Laje, Atalaia e Campo Alegre. As instituições de educação da criança, vinculadas a esses lugares, foram criadas entre as décadas de 1970 e 1980.

O Quadro 10 apresenta as instituições de educação infantil vinculadas a essas usinas de cana-de-açúcar de acordo com a cronologia de sua fundação.

Quadro 10 – Usinas de cana-de-açúcar localizadas em Alagoas que ofertavam educação da criança pequena antes de 1988

Usina	Fundação da usina	Local	Instituição da educação da criança	Fundação da instituição da educação da criança
Usina Central Leão	1894	Rio Largo	Creche Balão Mágico Creche Borboleta Azul Creche Menino Petrócio Creche Sítio do Pica-Pau Amarelo	Década de 1970
Usina Camaragibe	1943	Matriz de Camaragibe	Escola Nossa Senhora das Graças	Década de 1970
Usina Santa Clotilde	1952	Rio Largo	Creche Santa Clotilde Creche ABC Creche Santa Luzia Creche Criança Feliz	Década de 1970
Usina Roçadinho	1952	São Miguel dos Campos	Creche Mendo Sampaio Creche Mendo Sampaio I	Década de 1970
Usina Sinimbu	1893	Jequiá da Praia	Educandário Odete Vilar Coutinho	1981
Usina Seresta	1973	Teotônio Vilela	Creche Yeda Gomes de Barros	1981
Usina Ouricuri	1920	Atalaia	Creche Virgem de Fátima	Década de 1980
Usina Serra Grande	1894	São José da Laje	Creche Ideal Creche Apolinário	1984
Usina Caeté	1959	São Miguel dos Campos	Escola Conceição Lyra	Década de 1980
Usina Porto Rico	1973	Campo Alegre	Escola Jayme Lustosa de Altavila	Década de 1980

Fonte: Elaboração da autora.

Em seguida, serão apresentados os resultados da pesquisa em relação à educação da infância em cada uma dessas usinas.

5.1 A educação da infância na Usina Central Leão

A Usina Utinga Leão, fundada em 1894 no município de Rio Largo, é uma das mais antigas usinas de açúcar de Alagoas. A usina possuía uma rede de 30 escolas espalhadas por suas 30 fazendas, todas dirigidas por um mesmo diretor em diferentes municípios: Satuba, Messias e Murici. Todas as 30 escolas recebiam crianças dos 7 anos até 14 anos e eram destinadas a filhos e filhas do operariado da usina. Entre essas 30 escolas, estava a Escola Reunidos de Utinga, que é a mais antiga e ficava no centro da Usina Utinga Leão.

A educação da infância na Usina Central Leão caracteriza-se pela oferta de pré-escolas nas fazendas da usina e quatro creches: Creche Balão Mágico (Fazenda Esperança), Creche Borboleta Azul (Fazenda Primavera), Menino Petrúcio (Fazenda Urucu) e Sítio do Pica-Pau Amarelo (Fazenda Rua Nova).

O acesso a essas informações e o conhecimento a respeito do atendimento à infância nessa usina foi possível graças aos relatos da professora Marlene Honorato da Silva, 72 anos, solteira, natural de Rio Largo, formada em Magistério e Pedagogia. Não foram encontrados documentos referentes a essas instituições no acervo na usina.

Um fato interessante a respeito da Escola Reunidos de Utinga é que, segundo a professora Marlene, ela “começou a existir na usina desde 1927, mas nessa época não estudavam ainda os filhos dos operários. A população dizia que era pequena e só estudava homem”. Somente em 1942, a escola passou a receber mulheres.

A professora Marlene estudou na própria Utinga até a 3.^a série e lá trabalhou durante cinquenta e três anos como professora e vice-diretora. Ela começou como professora em 1963, com 16 anos. “Então eu fui trabalhar muito nova em uma fazenda. Eu ensinava da pré-escola, que chamavam na época, que era já a cartilha, até a 4.^a série, tudo em uma só sala.” É possível notar que a cartilha, também mencionada nas entrevistas realizadas com professoras que atuaram em instituições de educação infantil vinculadas a fábricas, também se faz presente nas usinas.

“Às vezes, com 8 anos e 9 anos de idade, eles repetiam a cartilha”, relata a professora Marlene.

É interessante observar a forma como a entrevistada usa o termo cartilha, não como os antigos cadernos que traziam método de alfabetização, mas como uma etapa da educação que requer êxito dos alunos para passar para a próxima etapa. Possivelmente, refere-se às classes de alfabetização.

Além da cartilha, a entrevistada se refere uma turma intermediária “que não era nem primeiro nem cartilha, se o aluno estava bem desenvolvido, então ia para o intermediário. Ele não estava pronto para a primeira série. Aí ele não ia repetir a cartilha, ia para o intermediário”. E continua: “Era tão tradicional que ele tinha de sair da cartilha com uma boa bagagem. Aprendia a soletrar, aprendia a contar, tirar conta. E ave-maria!”

A prática da cartilha na pré-escola da usina requer um aprofundamento que não cabe nesta pesquisa, mas pode ser um indicativo para futuras pesquisas. A cartilha, embora presente na Usina Utinga Leão na década de 1960, segundo a entrevistada, remete aos estudos de Fúlvio

Rosemberg (1999) a respeito da política de expansão da educação infantil no Brasil nos anos 1980 e o processo de exclusão de crianças negras e pobres resultante dessa expansão.

Isto é, analisando a expansão da educação infantil no Brasil – que pode ser entendida como abertura do processo do acesso sistema educacional para crianças com idade inferior a sete anos – deparei-me com dois processos discriminatórios simultâneos: e expressivo número de crianças retidas no pré-escolar ao invés de frequentarem o ensino fundamental em que deveria estar por direito (número que é mais expressivo para crianças negras, residindo no nordeste); aumento significativo do número de professoras leigas (sem qualificação educacional compatível) arcando com a expansão das matrículas no pré-escolar. (ROSEMBERG, 1999, p. 9).

Segundo a professora Marlene, a pré-escola começou a ser ofertada em fazendas da usina nos anos 1960, enquanto as creches passaram a existir nos anos 1970. “Nos anos 70 através do Clube da Mulher do Campo, foram criadas as creches para atender os filhos das mães que trabalhavam no campo com a idade de dois a seis anos.” O Clube da Mulher do Campo citado aqui e nas demais entrevistas referentes à educação da infância nas usinas, remete ao Clube de Mães, mencionado por Leite Filho (2008), que surgiu no Brasil por volta de 1952 por meio da LBA. Desse modo, é possível que o Clube da Mulher do Campo tenha sido um desdobramento do Clube de Mães, uma vez que a LBA precisava de uma entidade intermediária para ser receptora da verba recebida, que não poderia ser a usina nem a Prefeitura, e sim uma organização da sociedade civil.

A implantação das creches realizou-se nas fazendas onde havia mais mulheres trabalhando. “Eram várias fazendas. Mas só foram contempladas com quatro creches. Foram colocadas naquelas fazendas onde as mulheres trabalhavam mais no grupo.” Naquele período, a creche ficava responsável pelo atendimento de crianças de 2 a 6 anos. No caso das crianças menores matriculadas na creche, não havia divisão de grupos por faixa etária, “era tudo pequenininha, de só uma idade, porque quando orientavam era tudo junto”.

Conforme a professora Marlene, as escolas eram de total responsabilidade da usina, que arcava com todas as despesas. “Na época, a usina mantinha todas as escolas: pagava aos funcionários, a merenda, tudo, até a compra de livro, tudo, porque 1,5% dos impostos dela o governo federal mandava para a própria usina manter isso, essa parte social.” A parte social referida pela entrevistada eram as escolas e os hospitais oferecidos pela usina a todos os funcionários. O que cabia ao município “era a publicação de que ia haver escola, autorizar aquela escola para funcionar e recolher, reconhecer e fiscalizar”. Cabia à usina o pagamento aos funcionários, o custeio da merenda e todas as despesas da escola.

A entrevistada recorda que a usina que empregasse o número mínimo de 100 funcionários tinha por obrigação manter a escola para as crianças dos operários e operárias. Na folha de pagamento, seria descontado 1,5% para manter a saúde e a educação. Essa transferência de recursos do governo federal para as usinas cessou quando as escolas foram municipalizadas, fato que se relaciona com a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso.

No caso das creches, o governo federal por meio da LBA arcava com uma parte:

Eles mandavam esse dinheiro diretamente para o clube e lá do clube tinha a presidente do clube, tinha o povo todo. E ali era feito o cheque, dividiam o dinheiro. Na usina, tinha quatro creches então o dinheiro era dividido para cada uma. (Profa. Marlene).

Tratava-se de cheques nominais, “então aquele dinheiro era para as despesas daquela creche. Às vezes dava para comprar o alimento dele, que não nos deixava faltar”. A usina, por sua vez, arcava com o pagamento dos profissionais e outras despesas. As usineiras se reuniam semanalmente no Clube da Mulher do Campo que ficava no Hospital dos Usineiros, para providenciarem o que estava faltando. “O dinheiro que vinha do governo federal era para alimentação, esses complementos. Quem fazia isso era as usineiras, porque eram elas que estavam à frente do clube, cuidando, vendo. Toda semana tinha reunião delas.”. As famílias não arcavam com nenhuma despesa, nem com o fardamento.

Então a criança vinha para a creche. Tinha umas que passavam o dia inteiro, outras só passavam uma parte do dia, um período do dia, mas a LBA dava. A verba vinha do governo federal, e essa menina, que eu estou dizendo a você, ia às reuniões, trazia dinheiro e a gente fazia a feira para o mês inteiro. Tinha de administrar para que não faltasse nada. (Profa. Marlene).

A menina citada era uma das mães responsáveis pelo cuidado das crianças. “Quando começou, era uma das mães que tivesse mais filhos que tomava conta dessas crianças.” Dona Térèze, proprietária da usina, era a responsável pela articulação com a LBA.

Era ela que estava à frente com outras usineiras de outras usinas na questão desse projeto. As reuniões eram lá no Hospital do Usineiro, era lá que toda semana as usineiras se reuniam e levavam as responsáveis pela creche, que no caso, era essa senhora de quem falei.

O relato mostra claramente a presença da LBA nas creches de usina, como pode ser observado neste relato e em outros que vêm a seguir. A entrevistada menciona a existência de

recreadoras como responsáveis pelas crianças num momento posterior. “[...] as recreadoras da creche também faziam cursos.” Sem se lembrar da data, menciona o fim do vínculo com a LBA.

Depois, no fim da creche, quando o dinheiro não vinha mais para LBA, vinha para o município, e o município repassava esse dinheiro, então, começou aquele problemazinho! O dinheiro chegava, e a moça ia lá: chegou dinheiro ou não chegou? E aquela coisa toda e a necessidade de alimento que a criança na creche estava, essa coisa toda. (Profa. Marlene).

Segundo a professora, a ênfase pedagógica era na recreação, “elas brincavam, a professora ia cuidar da formação daquela criança, da educação que a mãe não tinha tempo porque estava trabalhando”. Caso sentisse sono, a criança poderia descansar nos colchonetes. A respeito dos materiais didáticos:

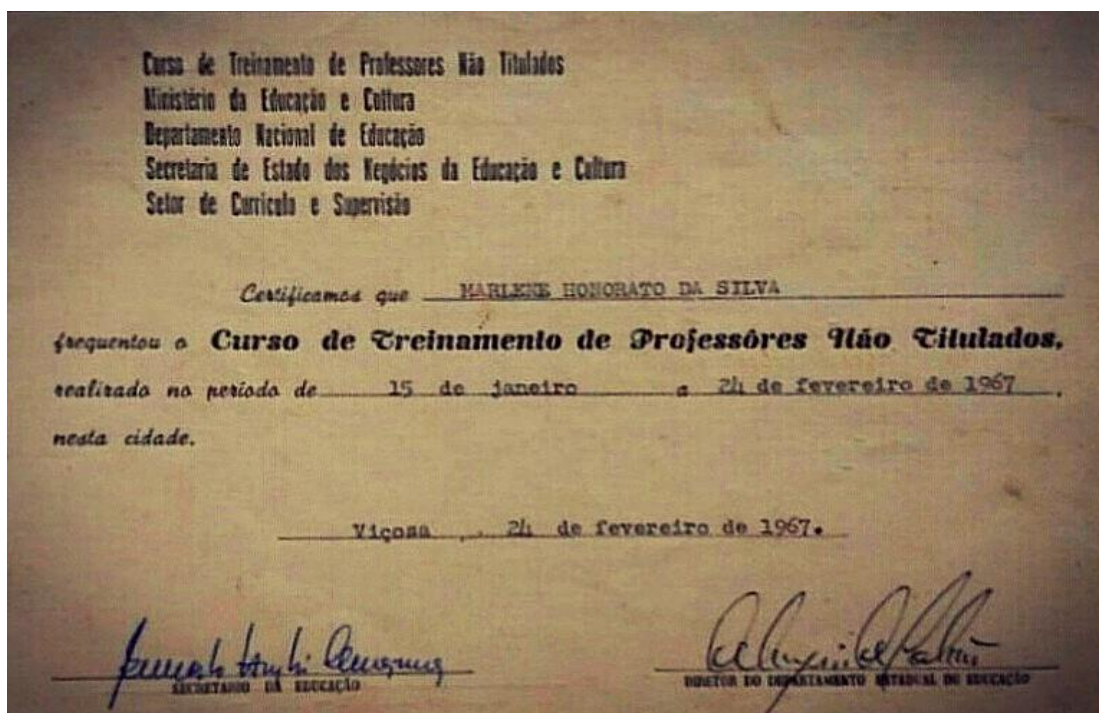
[...] era semente de feijão, do milho, palito de picolé, a gente fazia para trabalhar os números, o flanelógrafo,¹⁴ onde a gente confeccionava os bichinhos, os pintinhos, os passarinhos e tudo, e colocava no flanelógrafo. Com a ajuda do flanelógrafo, botava a listinha atrás porque aquela listinha ia ficar ligada à flanela para ensinar a criança a contar, a ler.

As professoras ingressavam muito jovens na instituição, como no caso da professora Marlene, e sem a exigência de uma formação específica, nesse caso recebiam a nomenclatura interessante: “Naquela época chamava ‘professoras não tituladas’ porque não tinham título, não eram formadas.” A usina ofertava formação para essas moças nos meses de férias por meio de um convênio com o Estado (Secretaria de Educação). Essa formação se fazia duas vezes ao ano, nos meses de férias, janeiro (com duração de 1 mês e 15 dias) e junho (com duração de 1 mês). “[...] Ia para Viçosa; tinha férias que ia para Penedo, ou para Porto Calvo. Outras vezes ia para União. Nas formações, aprendiam-se vários ‘assuntos’ e como transmitir a metodologia de cada matéria.”

Entre essas formações, estava o Treinamento em Técnicas Pedagógicas, conforme certificados (Imagem 23 e 24). Esse treinamento foi ofertado pela Prefeitura de Rio Largo e realizou-se nos dias 15, 16 e 17 de fevereiro de 1978.

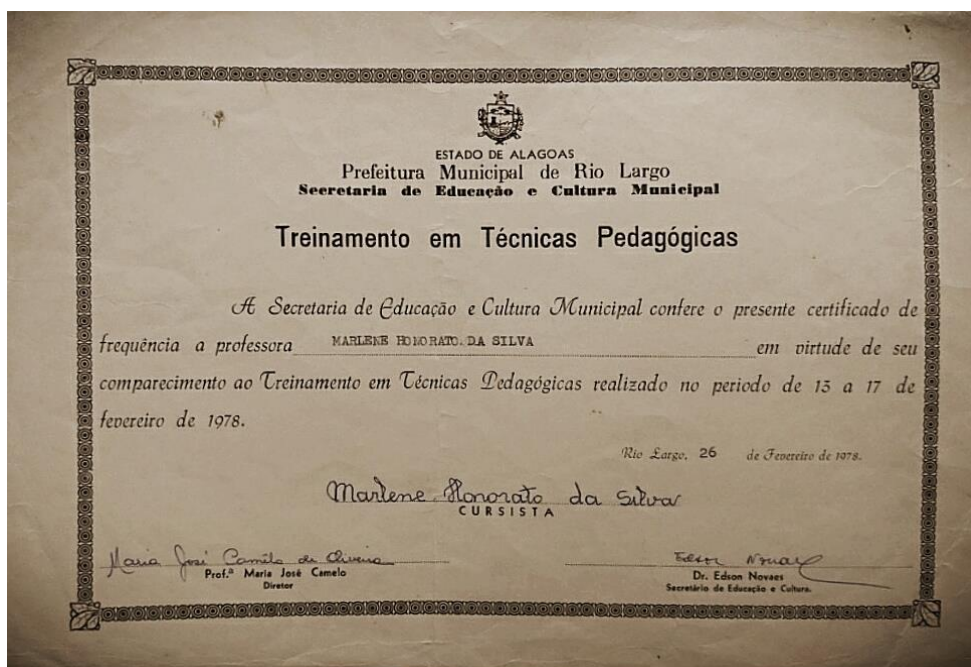
¹⁴ “Quadro revestido de flanela ou de feltro de cor lisa,” usado “como recurso didático, e sobre o qual se fazem aderir objetos ou figuras, fixadas ou removidas segundo as necessidades do ensino.” (FERREIRA, A. B., 1999, p. 913).

Imagem 23 – Certificado de curso de treinamento, 1967



Fonte: Acervo pessoal da professora Marlene Honorato da Silva.

Imagem 24 – Certificado de curso de treinamento, 1978



Fonte: Acervo pessoal da professora Marlene Honorato da Silva.

Além das formações, as professoras participavam de momentos de planejamento aos sábados: “Os professores durante seu período de trabalho se reuniam na usina para receber orientações, formações, todos os sábados. Aí vinham professores de todas as fazendas da usina.

Eram na faixa de umas 26 fazendas da usina.” (Profa. Marlene). Todas essas professoras eram orientadas e, também avaliadas. “Muitas das vezes você trabalhava um ano ali e era observado em todos os sentidos. Se você não desempenhasse seu papel, no outro ano, você também não ia mais trabalhar.”

O contrato era simples, avaliava-se a vocação para ser professora.

No caso, as professoras não tituladas iam fazer um estágio no hospital dos primeiros socorros porque iam pra fazenda e lá iam trabalhar com os cortadores de cana que se acidentavam. [...] Elas faziam curativos, aplicavam uma injeção, essas coisas...tudo isso se aprendia na usina para depois seguir para a fazenda.

Por várias vezes, a professora Marlene ressaltou a organização da usina, inclusive para o pagamento aos operários feito semanalmente.

Segundo a entrevistada, nos três primeiros anos de funcionamento da creche, as mães prestavam serviço voluntário por meio de uma escala semanal: “Elas escalavam as mães por equipe. Então, hoje ou na semana vão tantas mães.” Elas não chegavam a participar das formações, mas as professoras que participavam buscavam orientá-las. “As próprias mães que não trabalhavam é que iam ajudar lá na creche. Ajudar a cozinhar, ajudar na limpeza, ajudar na hora do almoço da criança. Depois, elas começaram a trabalhar, então a usina foi pagar à recreadora.” Além das professoras, havia recreadora, cozinheira e o vigia da usina, que também trabalhava na creche. No caso das mães voluntárias, elas eram acompanhadas por uma professora e uma recreadora.

A criança que frequentava a creche pela manhã chegava às 8h e saía às 11h30. Recebia café da manhã, lanche, almoço e banho. Aquela que frequentava o turno da tarde, chegava às 12h e aguardava seus familiares até estes largarem do serviço, por voltas das 18h ou 18h30. Essa criança recebia o almoço, lanche e mais um lanche antes de ir embora. “Ainda tinha o lanche da noite, porque muitas mães chegavam tarde do serviço, e a criança ficava lá até a mãe ir buscar.”

A professora diz que as crianças que frequentavam as creches e pré-escolas da usina usavam uma farda composta por camisa branca e short azul, apesar de não haver rigor quanto à obrigatoriedade dessa vestimenta. Ela também recorda que era comum a realização de atividades ao ar livre, conforme consta nos registros a seguir (Imagem 25 e 26), onde, segundo ela, as crianças estão vendo plantas medicinais encontradas na fazenda em continuidade a uma sequência de atividades realizadas no “Mês do Folclore”.

Imagem 25 – Atividades nos espaços da Usina Utinga Leão, década de 1980^a



Fonte: Acervo pessoal da professora Marlene Honorato da Silva, 1985.

Imagem 26 – Atividades nos espaços da Usina Utinga Leão, década de 1980^b



Fonte: Acervo pessoal da professora Marlene Honorato da Silva, 1985.

As condições de infraestrutura eram consideradas adequadas para a época. As salas eram amplas, havia brinquedos e o mobiliário era adequado ao tamanho das crianças, tanto as cadeiras quanto as mesinhas. “A dona Teresa, que era a usineira, mandava fabricar essas cadeirinhas lá mesmo na serraria da Utinga.” A sala “tinha banheiro, e era um espaço grande onde a criança podia ficar, brincar, dormir, tudo dentro dela”.

A relação com as famílias “era muito amigável, assim, de respeito, tudo isso”. Os eventos da época incluíam reuniões, Dia das Crianças, Dia das Mães, Dia dos Pais, desfiles,

quadrilhas no São João e Natal (ANEXO H). A entrevistada relembra um acontecimento bastante comovente para ela:

Noutro dia um aluno meu disse assim, com essa história de *Face*, ‘eita, meu Deus do céu’, e entrou no *Face* me procurando e tudo. E hoje ele já é um homem. Fui professora da 4.^a série do menino e quando esse homem deu conta de mim... Eu não o vi pessoalmente, vi ele chorar no telefone lembrando de uma coisa que eu fiz e ele lembrava o que foi que eu fiz. Eu não lembrava. Foram muitas crianças que passaram. Ele lembrando até um dia que chegou muito triste na escola, e eu era como uma mãe. Eu percebia tudo na sala. Ele tinha chegado e ficou lá, cabisbaixo, triste; eu fui até ele e perguntei, o que foi Ivan? O que é que aconteceu? O que é que você tem? Ele respondeu: ‘Eu disse a D. Marlene que não tinha tomado o café, estava com fome, sete horas da manhã. E, assim, mandou comprar um pão na padaria, foi para a cozinha, mandou fazer um copo de leite e eu comi esse pão com esse leite, eu renovei a minha vida. Porque a senhora reconheceu que alguma coisa estava acontecendo comigo e era a fome, porque eu não tinha comido.’ Eu chorei.

À pergunta a respeito dos desafios profissionais enfrentados na época, a professora responde a questão salarial e a confecção de material. No caso da questão salarial, ela se sente privilegiada uma vez que a usina pagava um salário maior que o Estado e em dia. “Pagava em dia. A gente recebia por semana, depois passou a receber por quinzena e depois passou a receber por mês.” Quanto à confecção de material, ela relata: “A gente fazia, mas tinha dificuldade, mas a gente fazia porque era orientado. Nós fazíamos aqueles cursos de aperfeiçoamento nas férias, e lá a gente aprendia tudo.”

Com o tempo, essas instituições, que na maioria não mais existem, foram assumidas pelos municípios onde estão localizadas. Com o declínio das usinas, parte das fazendas foi perdida ou arrendada. “Elas perderam essas fazendas, muitas fazendas foram arrendadas. Tem fazenda que o município tomou conta da escola. Tomou conta assim, não mora ninguém mais naquela fazenda, hoje é plantação de cana.”

A Escola Reunidos de Utinga foi municipalizada em 1996 e atualmente é chamada de Escola Municipal de Ensino Fundamental Marieta Leão. É homenagem a uma das usineiras. No caso das creches, apenas a Primavera existe e foi assumida pelo município de Satuba.

5.2 A educação da infância na Usina Camaragibe

A Usina Camaragibe foi fundada em 1943, no município de Matriz do Camaragibe. Para conhecer a história da infância nessa usina, entrevistei uma antiga funcionária da usina, que atuou como professora e como secretária escolar. Trata-se da professora Cleide Costa de Souza,

60 anos, casada e natural de Viçosa, Alagoas, com formação em Magistério e em Pedagogia. Não encontrei documentos referentes a essa instituição.

Por meio dessa conversa descobri que a usina ofertou atendimento às crianças naquela época por meio da Escola Nossa Senhora das Graças, destinada ao ensino pré-primário e primário. Não se sabe ao certo quando foi fundada, mas é possível que tenha sido na década de 1980. A professora Cleide relata que, ao chegar à cidade, a escola já existia: “Quando eu cheguei aqui em Matriz, em 1982, ela já existia. Então, eu fui convidada pela diretora Zeca Toledo, que ainda é viva e está bem velhinha.”

Segundo a entrevistada, a iniciativa em ofertar e manter a escola, de início, foi da usina. A escola era destinada às crianças filhas de seus funcionários e funcionárias, condição essa para o ingresso das crianças. Era uma referência na cidade. As crianças começavam a frequentar a instituição a partir dos 5 anos em uma turma de alfabetização. Além da alfabetização, eram ofertadas turmas de 1.^a à 4.^a séries. “Havia uma espécie de triagem.”

As crianças entravam com 5 anos e faziam 6 anos no mês de março. Era na alfabetização, mas eram divididos, todos com 6 anos. Era feita uma triagem com essas crianças. Uns entravam e já sabiam pegar no lápis, fazer alguma coisinha; outros não sabiam nada. Para a turminha que não sabia nada, ela dava o nome de alfabetização e a turminha avançada era 1.^a série. (Profa. Cleide).

Quanto à jornada na instituição, as crianças eram atendidas em tempo parcial: “Eram quatro turmas pela manhã e quatro turmas à tarde. Da alfabetização à 4.^a série, depois elas iam para a cidade para fazer a 5.^a série.” Essas professoras, com carga horária de 40 horas semanais, atuavam nessas quatro turmas, sendo apenas uma dessas turmas de educação infantil, a alfabetização.

A Escola Nossa Senhora das Graças era a instituição central e além dela havia outros espaços destinados à educação das crianças, que se reportavam a ela: “Tinha outras escolas que a gente ia alfabetizar nessas fazendas vizinhas que atendiam as usinas. A documentação era levada para a Escola Nossa Senhora das Graças, que era tida como o centro.” Eram três fazendas ao todo pertencentes à usina: “Tinham três fazendas. Cada fazenda tinha uma escola. Não era uma escola propriamente, era uma casinha com umas banquinhas, só para alfabetizar, mesmo.”

Quando iniciei, era na Usina Camaragibe, era a Escola Nossa Senhora das Graças. Depois a Prefeitura fez um prédio e doou à usina, pois a Escola Nossa Senhora das Graças funcionava em uma residência. Funcionava nos dois horários, eram quatro salinhas de manhã e quatro salinhas à tarde. Depois, a Prefeitura construiu o Grupo Escolar e doou à usina, mas só fez doar o prédio,

mudou o nome para Escola de 1.º Grau Doutor José Lins de Gusmão Lima, que era um dos usineiros lá. (Profa. Cleide).

A equipe da Escola era composta por quatro professoras, uma diretora, uma merendeira, duas funcionárias de serviços gerais e um vigia. Não havia assistente social na época. Era a diretora quem “fazia, também, essa parte do trabalho social. Não tinha coordenadora. Tinha eu que trabalhava, dava esse suporte. Também tinha as escolas nas fazendas, e eu saía para as escolas, levava material”. A usina arcava com todas as despesas e financiava todos os serviços e, segundo a professora Cleide, não existia vinculação com a LBA.

O salário era pago pela Usina, era carteira assinada e tinha todos os direitos, férias, décimo. Pagava-se na época um salário mínimo, todo mês, para trabalhar 40 horas. Na época, a gente só tinha férias uma vez por ano. Nas férias de junho, antigamente era um mês, a gente ficava prestando serviço na usina. Eles não deixavam a gente ficar recebendo de graça. Só podia ausentar-se em janeiro. (Profa. Cleide).

O planejamento realizava-se em dois momentos: semestral e trimestral: “A diretora, no início das aulas, [...] comprava umas coleções para a escola, e a gente passava dois ou três dias planejamento, fazendo as coisas direitinho.” Eram estes momentos na escola:

A gente fazia isso a cada seis meses antes do período de recesso das crianças, e às vezes, a cada três meses, ela parava a escola um dia. Agora assim, a usina trabalhava muito, com festas, com datas comemorativas, festa das crianças, quadrilhas. (Profa. Cleide).

Dona Cleide não lembra de momentos de formação. À pergunta a respeito da abordagem educacional da época e se havia algum estudioso em quem a equipe se inspirava, a professora Cleide responde: “Não! A ideia era atender essas crianças e alfabetizar, saber ler e escrever. Não se inspirava em nenhum teórico.”

Na Imagem 27, notam-se as crianças e a equipe da escola reunidas em comemoração ao Dia das Crianças. De acordo com a professora Cleide, nessas ocasiões, a diretora da escola contratava um fotógrafo que trabalhava da cidade. Na fotografia, as crianças vestidas de vermelho, porque faziam parte do coral que se apresentava durante as festividades.

Imagem 27 – Escola Nossa Senhora das Graças



Fonte: Acervo da Escola Nossa Senhora das Graças.

As crianças matriculadas no turno da manhã, permaneciam na instituição das 7h às 11h, enquanto as crianças do turno da tarde frequentavam a escola das 13h às 17h. A rotina de trabalho com as crianças da alfabetização era da seguinte forma:

Chegavam de manhã e tinham aquele ritual. Faziam fila, cantava o Hino Nacional, iam para a sala. As professoras com aquelas mesinhas pequenininhas, mobiliário adaptado. Faziam círculos e as professoras iam trabalhar com eles, pegar na mão, escrever com eles; tinha cartilha, tabuada. Faziam as letrinhas e a professora pegava aquele monte de caderno e ia trabalhar as letrinhas com eles: ‘Esse é o A, o B, o C.’. Era assim, o método era esse. (Profa. Cleide).

A Escola contava com livros didáticos e atividades mimeografadas, “os quadros negros já vieram quando a prefeitura assumiu”. Havia rigidez em relação ao horário de chegada e saída das crianças e atraso de 15 minutos implicava a proibição do ingresso da criança na instituição: “A escola tinha disciplina, se chegasse às 7h15 não entrava.”

A professora Cleide considera que havia uma boa relação entre as professoras, as crianças e as famílias. Nas reuniões com as famílias, a cada semestre, havia significativa participação:

As mães participavam. Na época da usina, havia reuniões, os usineiros às vezes iam. A diretora sempre convidava as mães para o fim de ano. Cada semestre ela fazia reunião de pais e metes, para todos os professores se encontrarem com os pais, para falar das dificuldades que estavam sentindo, pedir ajuda para olhar o dever de casa; os pais iam e, às vezes, os usineiros até iam.

No caso dos eventos, comemorava-se o Dia das Mães, as festas juninas, Natal, e havia desfile. Na medida do possível, as famílias prestigiavam esses momentos: “Pois é, nem sempre iam, porque os coitados estavam todos trabalhando; mas quadrilha, Natal, Dia das Crianças, eles iam. Era muita festa que a usina fazia, comprava brindes.” (Profa. Cleide).

A infraestrutura era adaptada às crianças e havia quatro salas, cozinha, banheiro: “Tinha sala de merenda, a sala da cozinha, só não tinha refeitório, tinha banheiro, secretaria e quatro salas de aula nesse prédio doado pela Prefeitura. Ele não existe mais.”

Em 1987, com a doação de um prédio da Prefeitura de Matriz do Camaragibe para a usina, a Escola Nossa Senhora das Graças recebeu o nome de Grupo Escolar. Nos anos 1990, o Grupo Escolar passou a ser chamado de Escola de 1.º Grau Doutor José Lopes de Gusmão Lira em homenagem a um dos usineiros, e continuou ofertando a alfabetização.

Quando a Prefeitura assumiu essa escola, a usina era a responsável, o usineiro não quis mais se responsabilizar, a Prefeitura passou a assumir os funcionários. A usina demitiu todos, pagou os direitos que tinham na época. Eu já não trabalhava lá, já tinha saído. A escola ainda existia quando eu saí de lá. Entrou a gestão do prefeito Cícero Cavalcante, pois o usineiro passou a escola para o município assumir. Demitiu os funcionários, e a Prefeitura assumiu tudo. A usina entregou tudo. (Profa. Cleide).

A Escola de 1.º Grau Doutor José Lopes de Gusmão Lira, anteriormente conhecida como Nossa Senhora das Graças, atualmente está sob a responsabilidade do município de Matriz do Camaragibe: “Depois a Prefeitura tirou a escola, e os usineiros demoliram. A Prefeitura construiu outra escola na cidade e colocou o mesmo nome.”

5.3 A educação da infância na Usina Santa Clotilde

De acordo com Ticianeli (2018b), a Usina Santa Clotilde foi fundada por Alfredo Elias da Rosa Oiticica em 24 de dezembro de 1949, onde antes existia o Engenho Riachão, na cidade de Rio Largo. O nome da indústria é uma homenagem à sua esposa, Clotilde Lins da Rosa Oiticica. A primeira moagem foi feita no dia 2 de janeiro de 1952.

O conhecimento da história da educação da infância na Usina Santa Clotilde, localizada no município de Rio Largo, foi possível graças aos relatos de Ivonete Caldas da Silva, que atuou como professora, de 1969 a 1972, e como diretora geral nas Escolas da Usina, a partir de 1976. Infelizmente, não localizei os documentos. A professora relata que pouco restou depois da enchente de 2010 em Rio Largo.

Segundo Fragoso Júnior *et al.* (2010, p. 5) “as cheias naturais das bacias dos Rios Paraíba e Mundaú, historicamente, têm causado danos com certa regularidade no Estado de Alagoas”. O autor menciona que em 100 anos, “7 grandes cheias assolaram a região (1914, 1941, 1969, 1988, 1989, 2000, 2010)” e destaca:

A segunda quinzena do mês de junho de 2010 foi marcada no nordeste brasileiro por um evento hidrológico marcante: o noticiário registrou uma grande tragédia provocada pelas cheias nas bacias dos rios Mundaú e Paraíba, nos estados de Alagoas e Pernambuco. Rapidamente uma grande quantidade de informações invadiu os meios de comunicação, apresentando um cenário típico de guerra: cidades inteiras devastadas pela enxurrada que, com grande violência, invadiu as casas ribeirinhas arrastando tudo o que havia pela frente (FRAGOSO JÚNIOR *et al.*, 2010, p. 2).

Ao todo, de acordo com as reportagens, foram atingidos duramente por essa enchente 19 municípios de Alagoas, e cerca de 27 mil pessoas ficaram desabrigadas e perderam tudo o que tinham quando as casas foram arrastadas pela força das águas.

Antes dessa tragédia, a usina possuía cinco fazendas e em cada uma dessas fazendas havia uma escola (Quadro 11): “Era a Alfredo, a Cirandinha, a Custódio que era Santa Luzia, tinha a da Usina Pau Amarelo, a de Canoas, que era Adelaide Oiticica. Então eram cinco escolas. Cinco fazendas que eram tidas como escolas.” (Profa. Cleide).

A organização era da seguinte forma:

Quadro 11 – Escolas da Usina Santa Clotilde fundadas antes de 1988

Fazenda	Escola	Creche
Fazenda Pau Amarelo	Grupo Escolar e Escola Santa Clotilde	Creche Santa Clotilde
Fazenda Riachão	-	Creche ABC
Fazenda Custódio	Escola Santa Luzia	Creche Santa Luzia
Fazenda da Creche	Escola Cirandinha	-
Fazenda Cone	Escola Frei Alfredo de Oiticica	Creche Criança Feliz

Fonte: Elaboração da autora.

A professora Ivonete relata que era lotada na Escola Alfredo Oiticica da Fazenda Cone, mas acompanhava todas as demais escolas e creches: “do Grupo Escolar da Fazenda Pau Amarelo (Santa Clotilde), Fazenda Custódio (Escola Santa Luzia), Fazenda da Creche (Escola Cirandinha), Fazenda Cone e a Frei de Oiticica, Fazenda Riachão.”

Essas escolas eram destinadas às crianças de funcionários e funcionárias da usina, mas era comum a concessão para crianças da comunidade em razão da vasta procura: “Os filhos de

operários. Só filhos de operários. Só que sempre vinha alguém perguntando, procurando. Pertinho, por exemplo, só aqui nesta fazenda, vinham me procurar, pedindo, implorando. Eu deixava. Havia muita procura.”

A faixa etária das crianças atendidas era de 3 a 6 anos: “De 3 a 6 anos. Menos do que isso, não. Só de 3 a 6 anos.” O critério para frequentarem essas instituições era ser filhos de trabalhadores da usina: “Não tinha nenhuma seleção. Desde que as crianças fossem filhas dos operários. Não tinha nenhuma seleção.”

A iniciativa para atender as crianças nessa faixa etária partiu da usina. Segundo a professora Ivonete: “Desde que surgiu este clube da mulher do campo, a gente aceitou.” Todavia, de acordo com ela, a usina só passou a ofertar turmas de educação infantil a partir da década de 1970: “Exatamente, não me lembro. Eu sei que eu entrei em 1969, acho que 6 a 8 anos depois.”

Na época em que comecei, não tinha educação infantil. No tempo, só era de 1.^a série. Depois foi que entrou e a gente já falava de creche, porque era um convênio do clube com a mulher do campo, as fazendeiras. Então, ali a gente pegava crianças de 3 a 6 anos.

As cinco escolas eram mantidas pela usina em parceria com o Clube da Mulher do Campo: “Só o clube das mulheres do campo e os usineiros. As famílias compravam o uniforme, o material escolar.”

O Clube da Mulher do Campo também foi mencionado por outras professoras. No caso da Usina Santa Clotilde, estavam envolvidas: “Todas as fazendeiras, as usineiras no caso. Tinha a direção, a presidente, a tesoureira. Eu mesma fazia a compra de todas as fazendas, a compra da merenda. Só não davam a nota fiscal.” A prestação de contas era levada a sério por ela: “Eles mandavam o dinheiro para eu pagar as compras feitas; por sinal, compravam muitas frutas e muitas verduras, aí servia o café da manhã e um almocinho. Entravam às 7h e saíam às 11h, 11h30, por aí.” (Profa. Ivonete).

De acordo com a professora, a única escola que não ofertava turmas para crianças até 6 anos em parceria com o Clube da Mulher do Campo era a Santa Luzia: “Ela atendia, só não atendia pelo Clube da Mulher do Campo. Todos podiam ser matriculados, mas não por esse clube, mas ela recebia crianças nessa faixa etária.”

Das cinco escolas da Usina, apenas uma atendia as crianças em tempo integral: “Só tinha uma creche, a Cirandinha, e era o dia todo.” A rotina era bem parecida com as demais escolas da usina: “Elas brincavam, tinha recreação depois da merenda, a primeira merenda era às 9

horas. Eram 4 refeições. As crianças que ficavam oito horas na instituição faziam quatro refeições, e a criança que ficava só meio período, só duas refeições.” À pergunta sobre a razão por que somente essa escola prestava esse tipo de atendimento, Dona Ivonete respondeu: “Não sei. Talvez foi porque seja mais carente. A população era mais carente.” A idade mínima das crianças para o ingresso era a mesma nas cinco escolas: “Só a partir de 3 anos, e só essa fazia o atendimento nos dois horários, [...] era muito pequenininha, acho que não tinha nem alunos, que podia ser outra turma.”

Basicamente, a diferença dessa instituição para as demais era o atendimento, que era em tempo integral e a organização das crianças, distribuídas em uma mesma turma: “A de tempo integral era só uma turma e as crianças eram misturadas. E das outras, cada uma tinha só uma turma de manhã e uma turma à tarde. De manhã, eram as crianças de 3 e 4 anos, e à tarde, as de 5 e 6 anos.”

As outras quatro escolas ofereciam atendimento às crianças em tempo parcial e eram organizadas em duas turmas: uma pela manhã, que recebia crianças de 3 e 4 anos e outra à tarde, para crianças de 5 e 6 anos: “De manhã eram as crianças de 3 e 4, e à tarde as de 5 e 6. Mas tudo era chamado de creche.” Cada turma recebia em média 30 crianças, acompanhadas apenas por uma professora. Não havia homens trabalhando com as crianças naquela época.

Sobre a proposta da educação infantil na usina, a professora Ivonete recorda:

Os pais achavam que era só brincar e, no caso, comer, alimentar-se, porque a gente dava algumas limitações. Então, a gente brigava para a criança entrar. Às vezes, chegava criança de dois aninhos, um ano, dois anos e eu dizia que não podia aceitar aquela criança porque era muito pequenininha, e elas até brigavam, xingavam; elas brigavam justamente por causa da alimentação. [...] Muitas frutas, muitas verduras [...] elas comiam muito bem. Às vezes traziam até os irmãozinhos e a gente tinha de fazer, dava para eles. Quando sobrava, a gente dava para eles.

Sobre essa procura por alimentação, a professora Ivonete relata que as famílias levavam suas crianças que não estavam matriculadas na escola até mesmo em dias letivos em que não havia festividade, possivelmente pela necessidade.

A mãe vinha, me chamava, e dizia: ‘me dê um cafezinho pra ele porque ele veio sem comer.’ Aí eu chegava lá na sala, fingia e dizia, olhe, eu vou tirar aqui uns dois ou três alunos porque sobrou merenda; vem você, vem cá você.

Todas as cinco instituições mencionadas foram desativadas, uma delas após a enchente de 2010, e as outras quatro, um pouco antes: “Os donos da usina disseram que estava muito

defasado o número de alunos, porque teve transporte aqui para Rio Largo, aí os alunos queriam ir para lá passear.” A alegação da Prefeitura foi que as crianças preferiram estudar na cidade, e não mais nas fazendas.

A primeira foi Santa Luzia, depois foi a Cone, terceira Cirandinha, em seguida, a Santa Clotilde, e depois foi a Oiticica por causa da enchente. Ficou somente a de lá de Oiticica, que ficou segurando, mas depois ficaram cobrando para desativar, disseram que tinha até quatro meses para desativar. Então não fui mais lá, disseram que foi desativado tudo para a plantação.

Conforme a professora Ivonete, havia preocupação com a abordagem educacional da instituição, que contava com a parceria da Prefeitura de Rio Largo: “A gente sempre seguia a orientação da Prefeitura. Mesmo quando era pela usina, eu tinha muita amizade, sempre pedia que alguém chamasse para a gente levar os professores para lá. Quando tinha reunião pedagógica, a gente sempre seguia.”

A escola tinha uma sala para as crianças, cozinha, banheiros e um parquinho. Os brinquedos eram doados: “A gente nem precisava comprar, porque tinha muita doação; uma das meninas, filha de um usineiro, tinha uma escolinha lá na Ponta Verde, a Pingo de Gente, e ela trazia muitas coisas, muitos brinquedos.”

Havia “mesa adaptada com quatro cadeirinhas e tinha um parquezinho da minha escola de Oiticica, aqueles parquezinhos simples, escorrega, balanço, essas coisas”. Essas crianças não ficavam confinadas na sala, segundo a professora Ivonete: “Saíam, iam para a fazenda, a gente fazia passeio no campo. Elas adoravam.”

A respeito dos materiais utilizados no dia a dia, a professora Ivonete relata: “Naquela época, usava-se muita pintura em tela, e tudo era dado pela Usina, não era comprado. Tinha muitas historinhas, músicas, dramatizações e muita pintura.”

A rotina da criança na Escola foi descrita da seguinte forma:

Primeiro, eles chegavam, e a gente tinha de fazer uma oração, depois formava a filinha e ia lavar as mãozinhas para poder ir fazer a primeira refeição. Depois da primeira refeição, iam escovar os dentes e voltavam para fazer a tarefa; faziam a tarefinha e depois iam brincar. A tarefinha era sempre de pintura, contava-se historinha, a professora ia dramatizar, essas coisinhas assim. Depois chegava a hora da segunda merenda, eles voltavam para lavar as mãozinhas e iam lanchar. Depois voltavam para escovar os dentinhos. Nisso, a gente já ia soltando, porque as mães já estavam esperando.

A professora Ivonete julga que a relação com as crianças era muito boa. No entanto, destaca a pequena participação das famílias e a incompreensão por parte das famílias quanto à proposta da educação infantil como dificuldades mencionadas pela professora Ivonete.

A relação era melhor com as crianças do que com as famílias. As crianças conseguiam responder ao que era organizado para fazer, as famílias eram ausentes, e o pior é que elas mesmo entendiam, depois comentavam, e mesmo assim, continuavam ausentes. Eu fiz uma reunião, e depois da reunião de pais e mestres, nós fomos no dia seguinte às salas agradecer: Diga a mamãe que obrigada por ela ter vindo aqui... Diga a ela que a tia está agradecendo. Elas ficaram felizes. Teve uma vez que um baixou a cabeça, e a gente já sabia que a mãe dele não tinha vindo, a gente já conhecia todos. Você vai dizer à tia o porquê de você estar assim. 'Porque a minha mãe não veio.' Então ela estava ocupada, eu disse. 'Ela disse que num estava vadia, não.' Depois eu a chamei e conversei particularmente com ela. Ela pediu desculpas, mas primeiro disse que não disse, que ele era mentiroso, mentia muito. Depois pediu desculpas. A criança gosta, a criança é sincera. A família não reconhece o valor, mas quando era festa, não faltava a nenhuma, porque todas ganhavam presente, a gente fazia questão de dar presente para todas elas.

A professora lembra: "Eu sentia dificuldade na educação infantil, era a família que não dava assistência. A gente fazia uma reunião até para combinar uma festa e eles não vinham, não participavam, só participavam quando era festa, mesmo." Quanto à proposta da instituição, ela relata:

Outra coisa, a dificuldade que eu sentia. Uma vez uma mãe reclamou porque a criança saía de casa bem arrumadinha e voltava desarrumada. Educação infantil é isso, é brincar – 'olha tenha cuidado nela e coloque ela arrumadinha que ela chega toda descabelada.' Aí, eu tinha que segurar a barra. (Profa. Ivonete).

O comentário dessa mãe evidencia a crença de que a educação infantil deve priorizar uma concepção de escolarização, que em muito se aproxima do que é proposto no Ensino Fundamental. Esse comentário, tão pertinente aos dias atuais, pode ser entendido como uma forma de resistência ao lúdico ou como um desconhecimento por parte das famílias.

A equipe que atuava na Creche Santa Clotilde era composta por professoras, diretora, coordenadora, serviços gerais e vigia: "Era só uma coordenadora, de início, e diretora, depois, quando passou para a Prefeitura, era uma para cada escola." Quando a Prefeitura assumiu, cada escola passou a ter 1 diretor e 1 coordenador pedagógico, pois antes um mesmo profissional precisava se revezar entre todas as creches e escolas da usina.

Entre os eventos organizados pela escola, estavam a Páscoa, as festas juninas e o Natal:

A gente fazia um quadrilhazinha sempre com eles para movimentar, e o Natal. Tinha desfile físico no dia 7 de setembro e, então, na emancipação política de Rio Largo, que tinha o desfile, a gente era convidado, aí eles vinham.

Os momentos de formação e de planejamento da equipe se realizavam a cada dois meses:

Era de 2 em 2 meses, era uma tarde, eram todas as professoras de educação infantil. Primeiro, a gente ia pegar os dados, para pegar experiência melhor, orientações melhores com a Prefeitura. Depois a gente se juntava tudinho para questionar, discutir. Cada uma dizia como entendeu, como não concordou com aquilo.

Todas as cinco instituições foram entregues ao município nos anos 1990 durante a gestão do prefeito Rafael Torres, mas Dona Ivonete não se lembra porque isso aconteceu: “Não sei por que, eu sei que o usineiro da escola de cá, levou o prefeito lá e fez uma reunião com o prefeito e os funcionários da escola.” Ela relata o temor que isso causou na época: “Primeiro a gente soube, a gente ficou, como se diz, de antena ligada, porque disseram que a Usina Utinga Leão tinha feito isso, e pouco tempo depois, municipalizou a escola.” Os funcionários, antes pagos pela usina, passaram a receber via Prefeitura: “A princípio, todos os funcionários eram pagos pela própria usina. Depois foi entregue à Prefeitura.”

Marcaram uma reunião com todos os professores, e eu saí convidando o pessoal, e marcaram um dia lá. O prefeito, lembro como se fosse hoje, era Rafael Torres, ele já faleceu, mas não me lembro da data. Aí o usineiro, lá com o documento, disse lá que o prefeito ia assumir, ficou de assumir. Só não sei por que ele estava entregando a escola ao município.

Aos poucos, as Escolas da Usina Santa Clotilde foram desativadas: “Ela foi desativada na época da enchente em 2010. Foi quando Dona Clotilde, a diretora geral, faleceu também. Aí foram desativando as fazendas. Ativando para a plantação de cana.”

5.4 A educação da infância na Usina Roçadinho

De acordo com o Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no estado de Alagoas (Sindaçúcar), a Usina Roçadinho é uma das mais antigas do Nordeste (ALAGOAS, 2018). Foi fundada por Mendo de Sá Barreto Sampaio em 1891 em Catende, Pernambuco, mas a

necessidade de ampliação da lavoura e modernização do cultivo fez com que se deslocasse para a cidade de São Miguel dos Campos, em Alagoas, onde se estabeleceu nas propriedades da Fábrica de Tecidos Sebastião Ferreira depois da venda da fábrica.

Não localizei documentos referentes a essa usina. Para conhecer um pouco da história do atendimento de crianças até 6 anos, antes de 1988 na instituição, entrevistei duas professoras que atuaram nas creches da usina: Maria das Dores Santos Oliveira, 58 anos, solteira, formada em Pedagogia e Coordenação e Gestão, e Margarida Santos Gomes, casada, formada em Magistério, ambas irmãs e nascidas em São Miguel dos Campos.

De acordo com as entrevistadas, a Usina Roçadinho possuía duas creches: Creche Mendo Sampaio, fundada em 1970 na Usina Roçadinho e Creche Mendo Sampaio I, fundada em 1985 na Fazenda Adubeira. Margarida foi professora na primeira instituição e Maria das Dores na segunda. Assim como nas demais usinas que compõem esta tese, na Usina Roçadinho, havia uma creche considerada central, por se localizar onde a usina funcionava, geralmente na cidade, e outras creches espalhadas nas demais fazendas pertencentes à Usina Roçadinho.

O nome Mendo Sampaio foi uma homenagem ao dono da usina: “A família é Mendo Sampaio.” (Profa. Margarida ou Profa. Maria das Dores?). Essas creches eram destinadas às crianças filhas de trabalhadores e trabalhadoras da usina:

Era para as famílias dos moradores da usina e da fazenda que trabalhavam no campo e morassem na usina. Não importava que fosse rico ou pobre, porque tinham crianças que os pais podiam pagar, mas não tinham babá e ficava na creche. Não precisava trabalhar na usina, bastava morar na usina ou na fazenda. (Profa. Margarida ou Profa. Maria das Dores?).

As entrevistadas acreditam que a iniciativa em ofertar essas creches partiu da usineira, esposa de um dos Mendo, e as creches eram uma continuidade do trabalho que já vinha sendo realizado anteriormente pela Usina Roçadinho em Pernambuco. A professora Maria das Dores recorda:

Diziam que era um sonho, que ela tinha de fazer isso. Porque eles eram de Pernambuco. Já tinham tido outra usina Roçadinho em Pernambuco. Aí foi fechada, e eles já tinham a creche lá em Pernambuco, e quando vieram para cá, ela queria dar continuidade.

A professora Margarida continua: “Ela não morava na usina. Tinha a Casa-Grande, mas eles moravam em Maceió. Quando ia para a usina, ela sempre ia visitar a creche para saber como estava e ficava acompanhando, mesmo a distância.”

As creches recebiam crianças de 0 a 6 anos, atendidas em tempo integral, e o trabalho era organizado por turmas: “Tinha o berçário para os bebezinhos, que hoje é o maternal 1, os casulos, já são os do maternal 2, e, depois, os de 5 a 6 anos iam para a escolinha, que era a alfabetização, antes de entrar no primário.” (Profa. Margarida). Não havia seleção para que essas crianças ingressassem nas creches:

A necessidade era tanta, que até a gente mesmo ia atrás. Quando a gente via uma situação alarmante, a gente ia lá, levava para a pessoa que era responsável, a coordenadora-geral da creche, e falava. A gente sempre dava um jeito para aquela criança. Tinha algumas mães que ainda tinham receio, vergonha de chegar lá na creche e dizer o que queria, tinha aquela visão... porque as crianças, às vezes, não tinham o que comer, achando que se fosse pedir, podiam dizer que ela passava dificuldades.

Essa procura nas fazendas era feita porque, segundo as professoras, havia grande necessidade nos arredores das fazendas. A professora Maria das Dores recorda: “Lá era grande, tinha muita casa, e muitas vezes a gente saía em outro horário, olhando as casas para ver se achava alguma criança que precisava entrar na creche.”

Como essa prática de busca era comum, quem morava na região também ajudava na identificação de crianças que precisavam frequentar as creches:

Às vezes, outras mães nos diziam, ‘olhe, ali tem uma casa’, porque de moagem em moagem, alguns iam embora, e chegavam os novatos. Muitos permaneciam de uma moagem para outra, mas outros não. Às vezes, a gente não conhecia todos os moradores, e tinha de ir procurar, e encontrava as crianças naquela situação. Então, a coordenadora, acompanhada por nós, dizia: Dô, leva ele lá para a creche, e eles já ficavam. E não tinha critério de ir só uma criança da família, se tivesse cinco filhos, iam os cinco. (Profa. Maria das Dores).

Havia grande rotatividade da população e, conseqüentemente, das crianças que frequentavam as creches. Segundo as professoras, eles se mudavam muito “por causa da moagem, de seis em seis meses, a usina colocava para fora, e como eles precisavam trabalhar, porque se ficasse lá iam morrer de fome, juntavam a família e iam embora”.

Havia muita rotatividade. Até em relação à escola, mesmo, depois que eu saí da creche, comecei a trabalhar na escola da fazenda, e aconteceu isso, quando chegava o fim da moagem, as crianças iam embora. No início da moagem, enchia a turma. Era como a EJA, inicia com a turma belíssima e quando acaba o ano, chega dá desgosto. (Profa. Margarida).

O número de crianças por turma era enorme: “Eram muitos. Não gosto nem de falar numa coisa dessas, porque era uma exploração. Eu tinha cerca de 40 alunos numa turma só.” (Profa. Margarida). Tanto o berçário quanto o Casulo sofriam com essa situação:

Eram muitas crianças. Como a creche não tinha espaço para acomodar todas essas crianças, empurravam para a escola. Tanto a creche quanto a escola eram abarrotadas de meninos. Porque a necessidade era muita, os pais vinham trabalhar, de fora, vinham para a usina com aquele monte de filhos. Aí, era na moagem, e tinha que dar assistência à família. A criança não pode ficar fora da sala de aula. Então, chegou um momento que a gente teve de se dividir. Aí, contrataram outra pessoa, a Mariana, e eu ficava das 7h às 11h30 e Mariana pegava das 11h30 às 15h30, tudo com a alfabetização.

As creches pertenciam à Usina Roçadinho e recebiam verba da LBA. A professora Margarida recorda: “Vinha essa verba e eu tinha de comprar as coisas para suprir as necessidades da creche. A assistente social comentava: “O dinheiro chegou, vamos fazer as compras.” Ela continua:

Tinham convênio, por meio da LBA. Eles recebiam uma verba, mensal ou anualmente, não recordo, a coordenadora comentava sobre essa questão. Na minha escola, quem acompanhava era uma assistente social. Porque na época que se iniciou essa creche, quase todas as outras funcionárias que trabalhavam lá eram analfabetas, entraram por necessidade de trabalho. Aí, algumas foram para a limpeza, outras para a cozinha. Só quem tinha o Magistério era eu, e a coordenadora tinha uma formação. Tudo que acontecia lá, ela sempre conversava comigo. Quando ela saía, eu ficava resolvendo algumas questões. (Profa. Margarida).

A assistente social que acompanhava as creches, de início, ficava alocada no escritório da usina e depois no posto de saúde.

Ela ficava no escritório da usina. Teve uma época que ela ficou no posto. Só que essa LBA ficou até um certo tempo; depois ela teve um afastamento, e não houve mais ligação com essa coisa de governo, era mais essa coisa de política mesmo. (Profa. Margarida).

A parceria com a LBA também favorecia acompanhamento médico e odontológico para os trabalhadores e as trabalhadoras da Usina Roçadinho e as famílias: “Uma vez por mês essas crianças iam ao posto para o dentista que tinha, e para o médico, a mãe pegava a ficha na creche e levava; tinha o encaminhamento que elas pegavam, lá no posto tinha tudo.”

Apesar da presença da LBA na Usina Roçadinho, diferentemente das outras usinas que compõem esta tese, de acordo com as entrevistadas, a instituição não ofertava cursos profissionalizantes para a comunidade.

Segundo as entrevistadas, no início havia o berçário, que atendia os bebezinhos, e o Casulo, com crianças maiores. “Depois veio a escolinha. Ficando, assim: o berçário, o casulo e a escolinha.” A sequência dessas turmas era: berçário, casulo e escolinha. As duas primeiras turmas eram ofertadas em tempo integral e acompanhadas por recreadoras, enquanto a escolinha era ofertada em tempo parcial e ficava sob a responsabilidade de uma professora. Em 1985, a escolinha foi implantada: “Tinha uma sala para o berçário, uma sala para o casulo e foi implantada uma sala para a escolinha nas duas creches.” (Profa. Maria das Dores). Segundo a professora Margarida, “a escolinha era uma sala de aula para que eles saíssem daquela rotina e para serem alfabetizados”.

Um fato curioso é que, apesar da Creche Mendo Sampaio ser mais antiga (fundada em 1970), a “escolinha” foi implantada primeiro na Creche Mendo Sampaio I, localizada na Fazenda Adubeira: “Quando viram que deu certo a escolinha na creche dela, implantaram na minha.” (Profa. Maria das Dores).

Para ser professora das creches a candidata era submetida a uma seleção, mas a indicação prevalecia: “Na época de lá da usina, eles fizeram uma seleção. Tinha muita indicação, porque vocês sabem que em tudo tem de haver indicação. Assim, você era muito minha amiga, você tinha conhecimento, coloque ela.” (Profa. Maria das Dores). Outra particularidade da Usina Roçadinho é que as professoras precisavam ter cursado o Magistério e as recreadoras, não. Segundo a professora Maria das Dores: “Quem tinha formação em Magistério eles contratavam para serem alfabetizadoras, e quem não tinha ficava no berçário e no casulo.”

As entrevistadas relatam que as condições de infraestrutura das creches eram desafiadoras em razão da escassez de recursos, e, por essa razão, algumas situações precisavam ser improvisadas. A Creche Mendo Sampaio, por exemplo, possuía salas onde as crianças eram atendidas, um quarto para as crianças dormirem, uma sala para almoçarem: “Tinha a sala para eles almoçar, o salão, tinha um monte de cômodos lá. Tinha o quarto separado das outras salas para eles dormir.” (Profa. Maria das Dores). Por ser maior, contava com 10 berços para o berçário e mesinhas para o casulo e a escolinha:

Na época, chegaram com umas camas que foram feitas na própria usina. Só que o espaço não dava, tinha de juntar todas as camas, e botava menino para lá, menino para cá, a fim de caber. Depois, tiveram a ideia de tirar as camas e deixar só os colchões, porque todos os dias amontoava os colchões. Tinha um armário grande, que foi feito na usina também, e esse armário era assim, dividia para cada criança, tinha a toalha, a saboneteira, a pastinha da criança, e a roupinha que fosse dela, fosse deixando lá, e a gente guardava. (Profa. Maria das Dores).

A Creche Mendo Sampaio I, por sua vez, era menor e não tinha espaço suficiente para as crianças matriculadas. A professora Margarida recorda: “Como era na fazenda, eles aproveitavam as casas que tinham, e era uma casa muito pequena lá, sem espaço. Por isso, não dava para acomodar muitas crianças. A necessidade era maior.” O berçário tinha 5 berços, no casulo, havia mesinhas e na escolinha ficavam as carteiras.

Não tinha espaço para acomodar essas crianças, não tinha nem dez carteiras para sentar. Eles tinham de sentar tudo juntinho. Aí, como eu já tinha experiência porque fazia no estágio, eu ia para o chão. Então, vamos contar história, vamos conversar, tudo ali no chão, porque se fosse para ficar na cadeira, eles iam ficar brigando, porque queriam sentar e estava apertado. (Profa. Margarida).

Por ser um espaço improvisado, na Creche Mendo Sampaio I, não havia um espaço específico para as refeições. A professora Margarida explica: “Era uma casa assim, vamos dizer que aqui fosse a sala, onde tinha umas mesinhas para eles almoçar e, também, onde eles faziam as tarefas.”

As salas destinadas ao atendimento de crianças ficavam em espaços improvisados ou arrançados, os materiais utilizados eram quadro e giz. Segundo as professoras, não havia brinquedos e a equipe se encarregava de arrecadar: “Teve uma festa lá, Dia das Crianças, e a usina doou uns brinquedos, mas era para as crianças levar para casa. Os brinquedos que apareciam lá era a gente mesmo que arrecadava e levava.” (Profa. Maria das Dores).

Esses relatos evidenciam o processo de expansão da educação infantil, que ocorreu por meio da “criação de novas vagas para as crianças de 0 a 6 anos, ‘a baixo custo’, nas creches Casulo” (KUHLMANN JR., 2000, p. 10). Sobre isso, Rosemberg (2002) menciona um cenário muito comum na época:

Educadores(as) ou professores(as) leigos(as), isto é, não profissionais, justificando salários reduzidos; espaços improvisados, mesmo quando especificamente construídos para a EI; improvisação, também, de material pedagógico, ou sua escassez, como brinquedos, livros, papéis e tinta (ROSEMBERG, 2002, p. 35).

Apesar dessa constatação, segundo as entrevistadas, as creches se preocupavam em garantir as brincadeiras nas vivências com as crianças e o trabalho realizado com as crianças nas duas instituições era similar. Segundo a professora Maria das Dores, “os desenhos, as brincadeiras lúdicas, a gente nem sabia desse nome lúdico, então dava um lanche e era hora de brincar”. A professora Margarida completa: “Havia um sítio ao lado, com mangueira, sombra, e a gente brincava na hora do recreio com bola, com corda, de roda. Eles ficavam à vontade lá.”

A gente dava banho, porque às vezes eles chegavam sujos, as mães não tinham esse cuidado com a higiene. Enquanto dava banho, as meninas da cozinha já estavam preparando o café. A gente ia cuidar e dar o café. Depois, ia ter a recreação, com brincadeira, e chegava a hora do almoço, outro banho, almoçavam, e tinha um soninho. (Profa. Maria das Dores).

Por outro lado, o horário de funcionamento de ambas era diferenciado. A Creche Mendo Sampaio, por estar situada na cidade, funcionava das 7 horas às 17 horas. Nesse tempo, as crianças tinham direito a dois lanches, um pela manhã e outro à tarde, e almoço.

Já a Creche Mendo Sampaio I, por estar situada em uma fazenda distante da cidade, funcionava das 7h30 às 15h30, podendo estender seu horário até as 16 horas: “A usina liberava um transporte para quem morava lá, outras moravam na cidade, e liberavam os meninos às 15h30. Dali a gente já ia embora, para não ficar a noite lá, porque não tinha transporte” (Profa. Margarida).

As entrevistadas não se lembram de momentos de planejamento entre a equipe da creche, mas recordam que havia treinamentos viabilizados pela LBA em articulação com a Prefeitura. “A LBA prometia uns treinamentos. Ela cobrava da empresa os treinamentos para os funcionários, porque eles, também, tinham esses treinamentos lá.” (Profa. Margarida). Esses treinamentos ou formações realizavam-se em Arapiraca e Maceió, e a usina se responsabilizava pelo transporte das professoras.

Era um centro de treinamento lá em Arapiraca. A gente passava uma semana. Eles fizeram muitas coisas, mostrando a gente como trabalha, muitas brincadeiras, muita dinâmica, que naquela época ninguém sabia o que era isso, e depois disso, fui para Maceió, para o Cepa, no centro de formação. Passava uma semana, a gente ia todos os dias. Disponibilizavam o carro para Maceió, aí a gente ia, participava e voltava no fim da tarde. Outra vez foi para o Colégio Batista e foi uma semana, também, lá. Foram esses treinamentos de que participamos. (Profa. Margarida).

Um fato que chama a atenção é que, naquela época, somente as professoras que possuíam Magistério participavam dos treinamentos oferecidos. Por outro lado, as recreadoras não tinham essa oportunidade.

Além das professoras e recreadoras, a equipe das creches contava com outros profissionais. Na década de 1980, a Creche Mendo Sampaio tinha duas recreadoras, uma cozinheira, uma pessoa na limpeza, uma ajudante de cozinha, uma coordenadora “que era a responsável, mas não era coordenadora pedagógica. Era coordenadora da creche, só de documentação, mas para coordenar o pedagógico, não”.

A Creche Mendo Sampaio I, quando iniciou as atividades, contava com uma professora e duas recreadoras, “mas as bichinhas faziam tudo e ganhavam o mesmo salário. A diferença era só a carga horária, porque eu trabalhava 20 horas e elas 40 horas, mas faziam a mesma coisa”, recorda a professora Margarida. Com o tempo, além dessas profissionais, a creche recebeu uma cozinheira, uma auxiliar de cozinha, “que também, fazia a limpeza e lavava roupa. Como a creche era pequena, todo mundo ajudava todo mundo”.

As entrevistadas relatam que a relação com as famílias era muito boa e as famílias eram presentes. Segundo a professora Maria das Dores: “Elas tinham a gente até como família, devido à carência delas, e a gente cuidava dos filhos delas.” As reuniões entre a equipe e as famílias eram feitas no mesmo período das festividades: “Antes elas queriam fazer, mas pra que os pais pudessem entender, porque às vezes a gente pedia para ajudar a comprar as lembrancinhas, aí tinha de fazer aquela reunião lá para conversar com eles.” (Profa. Maria das Dores).

Os eventos organizados pelas duas creches incluíam a Semana da Criança, as festas juninas e o Natal, e havia adesão por parte das famílias. A professora Margarida recorda: “Como era uma fazenda, eles praticamente não viam quase nada, porque não tinha festa de nada lá, a não ser a festa que fosse organizada na escola.” E continua: “Eu lembro que eu fiz um pastoril em um fim de ano, a gente fazia quadrilha, e eles gostavam, e os pais também gostavam. Eles ficavam felizes.”

Na década de 1990, as professoras relatam que foram surpreendidas com a notícia de que as creches iriam ser fechadas. Esse fato repercutiu em toda a cidade e gerou grande comoção e tristeza, uma vez que a usina dava oportunidade de emprego para muitos moradores. A professora Margarida recorda:

Eu entrei na creche na ocasião de sua abertura e saí com o fechamento da creche. Eu estava lá dentro na inauguração da creche, e de repente, do dia para a noite, disseram que a creche ia fechar porque a usina não estava mais com condição de manter os funcionários. Você chegar e ver tudo aquilo que você construiu em 12 anos e dentro de 1 dia chegar um caminhão e tirar tudo que estava dentro da creche, e você ficar olhando sem poder fazer nada... Eu não saí naquele momento, mas minhas colegas saíram todas naquele dia. Elas desceram diretamente para o escritório para ver a questão. A gente não sabia mesmo, estava o comentário, como o povo diz, de peão: ‘Doutó, olhe, a usina tá falindo?’ Isso foi em 1995, mas não diziam que ia fechar, só diziam que a usina estava atrasando pagamento, que estava com problema de pagamento.

A Creche Mendo Sampaio I foi fechada em 1996, quando a Usina Roçadinho decretou falência. Alguns depois, em meados de 2000, a Creche Mendo Sampaio também foi fechada. “Tudo que pertencia à Usina foi destruído, derrubaram tudo porque não existe mais morador, a Usina entrou em falência”, finaliza a professora Margarida.

5.5 A educação da infância na Usina Sinimbu

A Usina Sinimbu foi fundada em 1893 no município de Jequiá da Praia. Para conhecer a história da educação da infância nessa instituição, contamos com relatos de alguém que atuou durante sessenta anos na Usina, inicialmente como professora, depois como diretora. Trata-se da professora Luiza Soares da Silva, 86 anos, casada e formada em Magistério. Seu esposo, o Senhor Luiz, que também foi funcionário da usina, fez questão de acompanhar nossa entrevista.

Segundo a professora Luiza, de início, a Usina Sinimbu dispunha somente da Escola Benedito Coutinho, que ofertava os anos iniciais do ensino fundamental: “Em cada fazenda da usina, implantei uma escola. Então havia sete escolas vinculadas a essa usina. A sede era Benedito Coutinho. As demais eram anexo.” Anos depois, em 1981, fundou-se o Educandário Odete Vilar Coutinho localizado na Usina Cansação do Sinimbu, próximo à Escola Benedito Coutinho. Ela menciona que “a única [escola] que atendia as crianças menores de 6 anos era o educandário, as demais ofertavam o ensino fundamental.” Os nomes foram uma homenagem aos dois proprietários da usina, Benedito Pilar Coutinho e Odete Pilar Coutinho, sua cunhada (esposa do irmão dele).

A iniciativa de ofertar esse educandário partiu da própria professora na época em que já era diretora, pois até então existiam apenas instituições que ofertavam o ensino fundamental. Ela relata: “Justamente por isso, porque eu queria dar às crianças. Eu acho que é uma fase encantadora realmente.” Havia grande preocupação com as crianças pequenas: “Elas ficavam fora da escola, quando já havia em São Miguel algumas escolas recebendo menino, e eu naquela

ansiedade de implantar lá na usina, só que o usineiro não me dava.” A professora Luíza era considerada uma mulher “persistente e atrevida”.

De início, a ideia gerou impacto, pois não era algo comum na região e o próprio proprietário da usina resistiu, alegando que só começou a frequentar a escola aos 7 anos: “Seu Antônio, o senhor não foi porque na sua época não existia, aí o senhor ia só depois dos 7 anos, mas hoje é diferente.” (Profa. Luiza). Por isso, houve certa resistência por parte dele, mas logo se convenceu: “Quando ela insiste com uma coisa ou ela faz ou diz que não faz.” E passou a apoiá-la em seu feito: “Quando ele viu até quem me ajudou, foi a nora dele.” A princípio, as crianças foram recebidas “no prédio do Benedito. Depois que consegui a casa, o local, foi que aumentaram”. E continua: “Ele foi para a inauguração e tudo. Apoiou, e uma filha dele ainda estudou lá. Uma neta também.” De acordo com a entrevistada, antes da existência do educandário, as crianças ficavam em casa com a mãe (que não trabalhava fora de casa) e/ou com os irmãos mais velhos

O Educandário era destinado a filhos e filhas de operários que residiam nas fazendas. Então, todas as crianças eram contempladas desde que os moradores procurassem essas instituições. As crianças começavam a frequentá-lo a partir dos 5 anos. Três anos depois, a oferta foi ampliada para crianças a partir de 4 anos e só depois, a partir dos 3 anos.

Sua vinculação com a usina durou até 1984, depois disso, passou a ser responsabilidade do município onde a usina estava. Segundo a entrevistada, o educandário não chegou a receber verba da LBA. Tudo era financiado pela usina, de maneira que as famílias não precisavam contribuir financeiramente, uma vez que a usina arcava com todas as despesas.

Segundo a professora Luiza, na fotografia a seguir estão crianças, professoras, familiares e a coordenadora do Educandário Odete Vilar Coutinho. Todas as crianças estão usando farda (Imagem 28).

Imagem 28 – Educandário Odete Vilar Coutinho



Fonte: acervo pessoal da professora Luiza Sares da Silva.

Sobre a rotina de trabalho, ela recorda que as crianças brincavam e interagiam umas com as outras. “Daí elas começaram porque, por meio das brincadeiras, iam aprendendo.” E continua: “Em primeiro lugar, a criança tem de primeiro se adaptar à escola e ao convívio com os coleguinhas.” As crianças eram divididas em turmas de acordo com a faixa etária, “eram turmas divididas entre crianças de 4, de 5 e de 6 anos”. Eram cinco turmas: uma de 4 anos, duas de 5 anos e duas de 6 anos. No início, a oferta era somente pela manhã. Depois o número de crianças foi aumentando e a oferta passou a ser nos dois horários: “Sempre gostava de trabalhar as faixas etárias separadas. Pela manhã, botava 4 e 5 anos, e à tarde, botava 6 anos.” As crianças frequentavam a instituição em tempo parcial, pela manhã (das 8h às 11h) e à tarde (das 13h às 17h) e recebiam lanche nos respectivos turnos.

Todas as professoras tinham cursado o magistério, não havia professoras “leigas”, “eu nunca admiti”, afirma a entrevistada. Para ser professora da usina, geralmente era preciso uma indicação seguida de um teste: “Eu sempre aproveitei aquelas que tinham sido minhas alunas. Todas foram sempre assim. Ainda tem delas que estão lá.” Aos sábados, a equipe dedicava-se ao planejamento de suas ações, “não havia aulas aos sábados. Sábado era encontro dos professores, todos os sábados tinha encontro dos professores”. Segundo a professora Luiza, o momento também era destinado ao relato e às discussões sobre as dificuldades encontradas.

O educandário contava com os seguintes profissionais: cinco professoras, a diretora, uma merendeira, um vigia, duas serviçais. Não havia coordenadora pedagógica. A professora Luíza era diretora de todas as escolas, e não tinha uma vice. Essa função surgiu bem depois, com a ampliação das vagas, pois era difícil acompanhar o educandário e a escola ao mesmo

tempo: “Não podia dar assistência a manhã toda. Tem dias que eu ia uma manhã, tem dias que eu ia à tarde. Tinha uma professora que trabalhava comigo na escola, ela morava em frente ao educandário, e o gerente mandou que ela ficasse lá.” Até então, só havia professoras mulheres, tanto no educandário quanto nas demais escolas. Os professores começaram a surgir depois que as outras quatro turmas do ensino fundamental foram implantadas.

A professora Luiza considera que havia uma boa relação entre as professoras, as crianças e as famílias. Havia uma parceria e “sempre que precisavam, eles iam, as mães sempre iam, frequentavam. Qualquer coisa, qualquer atividade que precisasse delas, elas iam”. As famílias eram bastante participativas em tudo que envolvesse as crianças. No caso dos eventos, comemorava-se o Dia das Mães, o Dia do Professor, e as famílias iam prestigiar, o evento era aberto à comunidade.

Sobre as condições de infraestrutura, o primeiro prédio construído foi o Benedito Coutinho, depois foram os anexos (ficaram seis escolas ao todo), e o atendimento às crianças pequenas só era feito no educandário. A princípio, “o educandário funcionava só com duas turminhas lá no Benedito Coutinho”. Nas salas “não tinha quadro negro. As salas eram pequenas, essas em que eu comecei. Não eram muito adequadas” (Profa. Luiza). Segundo ela, as salas eram ventiladas e as crianças podiam “circular e mesmo fora da escola. O pátio era muito grande”.

Os brinquedos do educandário foram adquiridos por meio de doação realizada pelo senhor Nivaldo Jatobá. Até então, o pátio não contava com materiais estruturados. A professora relata: “Nós conseguimos com ele, mas não que eu solicitasse a ele. Ele conversando comigo e tudo, aí eu disse a ele o que faltava na escola” Segundo ela, partiu dele a pergunta: “Como vai o educandário?”, e ela respondeu: “Senhor Nivaldo, vou bem graças a Deus. Até aqui não me arrependi, só que nós estamos iniciando e não temos brinquedos para os meninos.” Ela confessou que ficou surpresa e feliz ao deparar com uma equipe que foi instalar os brinquedos solicitados: “Quando eu menos esperei, passou mais ou menos um mês e pouco, chegou um caminhão da Roteiro” e continuou “o senhor Nivaldo mandou para a senhora”, e “eu disse: Nossa Senhora!”

A Usina Sinimbu ainda existe e desenvolve programas voltados para qualificação profissional e projetos de preservação ambiental. O Educandário Odete Vilar Coutinho atualmente está sob a responsabilidade do município de Jequiá da Praia e se chama Creche Escola Odete Vilar Coutinho.

5.6 A educação da infância na Usina Seresta

A Usina Seresta (2012) foi fundada em 1973, no município de Teotônio Vilela por Geraldo Gomes de Barros e Teotônio Brandão Vilela. A Usina passou a se dedicar ao atendimento de crianças até 6 anos na década de 1980, por meio da Creche Casulo Dona Yeda Gomes de Barros, localizada na mesma cidade e fundada em 1981.

Para saber como ocorreu esse atendimento à infância, recorri a Marilza da Silva Almeida, 65 anos, viúva, formada em Magistério e natural de Maceió. Segundo a entrevistada, a instituição era destinada às crianças, de 3 a 6 anos de idade, filhas de funcionários e funcionárias da Usina Seresta. Embora esse fosse o critério para o ingresso dessas crianças, em alguns casos, abria-se exceção para a comunidade: “Naquela época, muitas mulheres trabalhavam no campo. A escola era destinada aos filhos dos funcionários e, também, para quem precisasse, pessoas que moravam por aqui e trabalhavam.”

A seguir, apresentamos algumas fotografias das crianças da Creche Yeda Gomes de Barros (ANEXO I e J). De acordo com a entrevistada, o nome da creche é uma homenagem à mulher que fundou e presidiu por muitos anos o Clube da Mulher do Campo em Alagoas e era esposa de um dos proprietários da Usina Seresta, Geraldo Gomes de Barros.

Segundo a professora Marilza, esses registros ficavam sob a responsabilidade de um fotógrafo contratado pela diretora e pago de acordo com a quantidade de fotos tiradas.

Na Imagem 29 encontram-se as crianças da creche, todas fardadas, e a equipe composta pela coordenadora, pelas recreadoras e cozinheiras e pelas responsáveis pela limpeza. A professora relata que era comum fazerem registro das turmas no fim de cada ano, independentemente das comemorações: “Não foi nenhuma comemoração. Sempre no fim do ano letivo eu gostava de tirar fotos com minha turma, já que minha turma era alfabetização e no ano seguinte as crianças não ficariam mais comigo.”

A respeito da implantação da creche, a professora Marilza recorda: “Primeiro foi fundado o Clube da Mulher do Campo. Por meio desse clube, Dona Yêda procurou fazer parcerias para criar a creche e, com isso, foi possível implantar mais turmas.”

Eu não lembro bem, mas parece que a verba era da LBA, e o CMC colaborava com móveis, alguns utensílios. Foi o CMC que fundou, também, uma sala de costura, recebeu máquinas. Essas salas eram para dar cursos para as mulheres dos funcionários que quisessem aprender a costurar, aprender a bordar. Tudo isso o CMC fazia.

Imagem 29 – Creche Yeda Gomes de Barros



Fonte: Acervo pessoal da professora Marilza da Silva Almeida.

Segundo relatos, a creche foi implantada em parceria da Usina Seresta, a LBA e a Prefeitura de Junqueiro na gestão do então prefeito João José. Isso ocorreu porque naquele tempo Teotônio Vilela ainda não era uma cidade, mas um município de Junqueiro e se chamava Feira Nova. Em homenagem à família de Teotônio Vilela, ao ser emancipada como cidade, recebeu esse nome.

A Usina Seresta cedeu o terreno e alguns funcionários, e a Prefeitura de Junqueiro arcou com a construção do prédio e com outros funcionários. “Os funcionários, na maioria, eram pagos pelo prefeito João José. Foi uma parceria que ele fez com Dona Yêda, para que desse oportunidade e ajudasse as pessoas que precisassem.” Desse modo, as famílias ficavam isentas de qualquer responsabilidade financeira.

Essa parceria trouxe muitos benefícios, pois, além do aspecto educacional, as crianças e as famílias eram assistidas na saúde e na formação. A professora Marilza recorda que havia um posto médico “que contava com médicos, assistentes sociais e dentistas, e cursos profissionalizantes de costura para a mulher dos funcionários”. Ela também enfatiza o comprometimento da usineira na época:

A preocupação dela com aquelas crianças. Mesmo no período de férias, ela não deixava as crianças sem alimentação. Ela continuava dando cesta básica para as crianças não ficarem em casa sem comer. Ela se dedicava demais àquelas crianças. A preocupação não era apenas com as crianças, mas também com as mães. As mulheres sempre procuravam trazer algum curso para as

mães [...] que servisse como fonte de renda para elas. Era curso de corte e costura, bordado, várias coisas elas traziam.

A equipe da Creche Yeda Gomes de Barros, conforme mencionado, era composta por profissionais vinculados à usina e à Prefeitura (Imagem 30). Assim como nas demais instituições que compõem esta tese, contava com uma equipe formada predominantemente por mulheres. Eram duas coordenadoras, uma diretora (a própria usineira), quatro recreadoras, um vigia, uma pessoa da limpeza, duas merendeiras. “Da usina, só tinha eu como professora e outra pessoa da limpeza, que lavava as roupas, e o vigia. As outras professoras e as merendeiras eram pela Prefeitura de Junqueiro.” (Profa. Marilza).

Imagem 30 – Turma da Creche Yeda Gomes de Barros



Fonte: Acervo pessoal da professora Marilza da Silva Almeida.

Quando o número de turmas aumentou, passando de 3 para 4 turmas, esse quadro foi ampliado: “Depois a quantidade aumentou quando passou a ter 4 salas. Eram 4 recreadoras e colocaram mais uma; ficaram 5 na sala e na cozinha aumentou para 3 pessoas. Continuou com 1 vigia e 1 pessoa da limpeza.” (Profa. Marilza).

O ingresso de recreadora na creche recreadora demandava uma seleção, que, na época, era bastante concorrida. “Fazia uma prova de seleção, e a concorrência era grande.” A carga horária de trabalho dessas professoras “era de 40 horas, das 8 horas às 17 horas”.

Na década de 1980, a creche ofertava três turmas: “Quando iniciei em 1986, tinham 3 turmas, depois passou a ter 4 turmas.” A professora Marilza explica que a Usina Seresta possuía a Fazenda Madeira, que, em um determinado momento, foi fechada. Com esse fechamento, os moradores e as moradoras da fazenda, que trabalhavam na usina, foram transferidos para a cidade a fim de morar nas casas da usina localizadas na vila operária em Teotônio Vilela.

Dividiram as turmas, antes ficavam crianças de 3 anos em uma sala e de 4 anos em outra, as de 5 e 6 anos ficavam numa sala só. Depois dividiram por faixa etária, uma sala de 3, outra de 4, de 5 e de 6 anos.

De acordo com a professora, até 1986, havia 3 turmas: maternal 1 (3 anos), maternal 2 (4 anos), jardim infantil e alfabetização (5 e 6 anos). A partir de 1986, com a chegada de moradores da Fazenda Madeira, passaram a existir 4 turmas: maternal 1, maternal 2, jardim 1 e alfabetização. O atendimento a essas crianças era em tempo integral: “As crianças ficavam o dia todo. Todas elas de 3 a 6 anos, no horário das 7h às 17h semanalmente.” A respeito da rotina de trabalho, a professora relata:

A chegada das crianças era até 7h30min, depois, como primeira atividade, na sala, fazia-se uma oração; trocavam de roupa, brincavam, cantavam. Às 8h servia o café. Depois do café, tinham atividades até às 9h30. Depois, tinha a recreação feita no espaço aberto, no pátio, com as recreadoras fazendo brincadeiras. Quando era 10h30, a gente trazia elas para a sala, descansava um pouco e iam para o banho às 11 horas. Assim que terminasse, por volta de 11h30, 12h, tinha o almoço. Depois do almoço, numa filinha, eram levadas para escovar os dentes. Tinha uns colchões para eles dormirem. Umas dormiam, outras não. Com aqueles que não dormiam, a gente fazia algumas atividades.

A professora Marilza relata que, como as salas da creche tinham um “cantinho da leitura”, esse espaço era utilizado no momento do sono pelas crianças que não dormiam ou que acordavam antes das demais: “Então, a gente brincava, contava histórias, mas sem fazer barulho para não acordar os outros. Às 13h30, a gente acordava os outros para iniciar novas atividades ou atividades lúdicas.”

As crianças que frequentavam a Creche Yeda Gomes de Barros não ficavam confinadas nas salas, pois eram comuns atividades nos espaços externos: “Passeios na própria cidade, como, também, conhecer outras creches. A usina dava transporte para que a gente fizesse esse

tipo de atividade com as crianças, e todas as turmas participavam.” Nesses momentos os irmãos ou irmãs com mais idade e a mãe das crianças eram convidados para ajudar, dar suporte.

Segundo a entrevistada, a instituição contava com uma variedade de materiais: “Tinha muita coisa, Dona Yêda não deixava faltar nada. Tinha brinquedo de montar, lápis, caderno, todo o material necessário a gente tinha.” Quanto às questões de infraestrutura, segundo ela, a Creche Yeda Gomes de Barros “era bem estruturada. Tinham as salas, a cozinha, o banheiro das crianças, dos adultos, a lavanderia. A estrutura era ótima”.

A professora Marilza relata que a Creche Yeda Gomes de Barros se inspirava nos estudos montessorianos: “Era montessoriano. Dona Yêda fazia questão que eu participasse de treinamento, de formação.” Ela recorda que havia grande preocupação com “um planejamento para dar uma aula para ensinar, para alfabetizar o aluno, porque com 6 anos ele tinha de ser alfabetizado”.

O planejamento da equipe era feito quinzenalmente: “O planejamento era de 15 em 15 dias. Nesses dias, os alunos largavam às 12h, e no horário da tarde, a gente fazia o planejamento.” Esse momento era conduzido pela coordenação: “Nós, professoras, sentávamos com a coordenadora e discutíamos o que iríamos fazer nos próximos 15 dias.”

As formações eram realizadas tanto em Teotônio Vilela quanto em outros municípios, e havia incentivo para que as professoras participassem de eventos; ao participarem, essas pessoas tinham a responsabilidade de compartilhar o que haviam aprendido com a equipe:

A gente participava das formações tanto aqui na Prefeitura de Teotônio Vilela, quanto fora. Não iam todas as professoras. Sempre quem participava dos eventos, das formações era eu e, quando voltava, a gente se reunia e eu ia apresentar o que eu vi e aprendi lá para a equipe, porque não podia fechar a creche. (Profa. Marilza).

No que se refere à relação com as famílias, a professora Marilza menciona que havia diálogo, tanto no dia a dia como nas reuniões, feitas mensalmente:

Uma vez por mês, tinha reunião com os pais e naquela reunião, era pedido que as mães que pudessem passassem o dia na creche. Fazia uma escala de uma mãe por dia, para acompanhar o serviço prestado às crianças. As que trabalhavam na usina, tinham autorização para isso, e mesmo as que não trabalhavam na usina, faziam isso também. As mães sempre participavam desses momentos.

Os eventos realizados na creche incluíam o carnaval, festas juninas, Dia das Crianças e Natal:

No Natal, elas ganhavam presentes. No Dia das Crianças, a gente fazia festinha para elas. São João, carnaval, também, a gente fantasiava todos eles, era bem divertido.” E continua. “a gente as levava à praça, onde tinham os enfeites de Natal.

Na Imagem 31, por exemplo, a professora explica que as crianças estão fantasiadas, também a professora, para comemorar o carnaval.

Imagem 31 – Dia festivo na Creche Yeda Gomes de Barros



Fonte: Acervo pessoal da professora Marilza da Silva Almeida.

Nos anos 2000, a Creche Yeda Gomes de Barros passou a ser responsabilidade da Prefeitura de Teotônio Vilela. Por uma exigência legal, que determina que somente pessoas que já faleceram podem ser homenageadas na nomeação de órgãos públicos (BRASIL, 1977), a instituição teve seu nome alterado para Centro Municipal de Educação Infantil Maria Helena Alvim Orestes em homenagem à mãe de Dona Yeda.

5.7 A educação da infância na Usina Serra Grande

A Usina Serra Grande, fundada em 1894 e localizada no município de São José da Laje, teve a iniciativa de ofertar escolas e creches a partir da década de 1970. O conhecimento da história da educação da infância nessa instituição foi possível graças a relatos de pessoas que

viveram essa história, como uma assistente social e duas professoras que atuam nas creches da usina: assistente social Conceição Santos Barreto, que também atuou com professora da usina, e as professoras Cícera Gomes de Lima e Eunice Cordeiro da Silva.

Na década de 1970, havia apenas duas escolas, mas esse quadro foi ampliado aos poucos: “Quando inaugurou era uma ou duas, e foi crescendo, chegou a um total de 12 escolas.” (Profa. Cícera). Atualmente, apenas quatro estão funcionando. Segundo as entrevistadas, em razão da crescente migração de moradores para as cidades: “Eles resolveram migrar para as cidades, e foram deixando as casas, indo para as cidades, e diminuiu o número de funcionários dentro das fazendas. Com isso, diminuiu o número de alunos, e as escolas tiveram de ser fechadas.” (Profa. Conceição).

Essas escolas e as creches sempre foram destinadas a filhos de trabalhadores e trabalhadoras da usina:

Em todas essas fazendas, os trabalhadores são fixos, e quem mora na fazenda é trabalhador fixo, porque há dois tipos de trabalhador aqui, o safrista – que vem, faz a safra durante 6 meses e vai embora, e retorna quando a usina começa novamente – e o fixo, que mora na fazenda. Então essas escolas são para os filhos dos trabalhadores que moram nas fazendas. (Profa. Conceição Santos Barreto).

Os trabalhadores safristas residem em diversas cidades: “Branquinha, União, Quipapá, Murici, Lage, Ibateguara, Canhotinho... Então, as crianças dessas pessoas estudam nessas cidades.” (Profa. Eunice). Enquanto as crianças filhas de trabalhadores fixos frequentam as escolas da usina.

Essas escolas recebem crianças a partir de 4 anos, mas essa faixa etária só passou a ser atendida pelas escolas da usina após a obrigatoriedade legal: “Isso foi de acordo com a lei, porque antes as crianças começavam a estudar com 7 anos.” (Profa. Cícera). O que se sabe é que a primeira creche da Usina Serra Grande foi fundada em 1984:

A creche foi a partir de 1984, 17 de maio de 1984. A primeira creche a ser fundada. As crianças a partir de 3 meses a 7 anos. Porque, antigamente, tinha muitas mulheres que trabalhavam no campo e não tinham onde deixar as crianças, então por isso houve a fundação da creche. Então elas deixavam na creche de manhã, a partir das 7h da manhã, e só pegavam as 4h da tarde... 4 ou 5, dependendo da hora que elas largassem. (Profa. Profa. Conceição).

Essa creche, a Creche Ideal, foi fundada “apenas em uma das fazendas, chamada Ideal, Sítio Ideal, depois foi para as outras, na década de 1980 também, que atendia um total de 120

crianças” (Profa. Eunice?). No total, eram três creches: Creche Ideal, Creche Apolinário e Creche Transval: “A Creche Ideal sempre foi 120 alunos por ter uma estrutura maior, comportar. As outras duas tinham 30. Da mesma forma, berçário, maternal 1 e maternal 2.” (Profa. Eunice?). As professoras relatam como foi o começo:

No começo, foi difícil, porque os meninos nunca tinham ido para uma instituição, aí se juntava, todo mundo junto, uns até que brincavam, mas os outros... Depois de três dias, já foram ficando mais calmos, tinha muitos brinquedos que eles não tinham em casa, aí foram se acostumando. (Profa. Cícera).

As famílias, por sua vez, aceitaram a ideia: “As mães acharam muito bom, porque elas trabalhavam no campo e realmente não tinha quem deixar em casa. Às vezes ficava um menino de 12 anos, de 10, tomando conta de outro de 3.” (Profa. Cícera).

O atendimento a essas crianças era em tempo integral, das 7 horas até as 17 horas. Todas as crianças filhas de trabalhadores da Usina Serra Grande desfrutavam e ainda desfrutam esse direito: “Contanto que estivesse nessa faixa etária, a partir dos 3 meses, e a mãe trabalhasse no campo.” (Profa. Conceição).

A responsabilidade, nos anos 1980, ficava a critério da Usina Serra Grande, da LBA via Clube da Mulher do Campo e da Prefeitura de São José da Laje. A usina cedia os espaços, a estrutura física, a manutenção, a segurança e os cuidados médicos; a Prefeitura se encarregava de ceder funcionários, a LBA arcava com a renda *per capita* e com a alimentação. Desde essa época, a usina conta com “um pronto atendimento. Ele é bem antigo, já existia na época da creche” (Profa. Conceição)

Em 84, ele não era um pronto atendimento, ele era um hospital mesmo, e funcionava tipo, todo tipo... eram feitas cirurgias, era aberto ao trabalhador independente, era feito parto, diversos atendimentos, internamentos, 24h ele funcionava, então era um grupo de pessoas assim, grande de enfermeiras, médicos, assistente social, dentista. (Profa. Conceição).

Esse hospital fornecia suporte à creche por meio do acompanhamento e do atendimento às crianças. Algumas dessas crianças chegavam a ser acompanhadas mais de uma vez por semana: “Dependendo das crianças pequenininhas de Deus, era duas vezes na semana, porque eles precisavam de mais cuidados.” (Profa. Cícera). Esses profissionais se dirigiam à creche, mas também atendiam as famílias e quem estivesse vinculado à usina.

Um fato interessante é que essas creches da Usina Serra Grande contavam com recreadoras e professoras. A recreadora ficava responsável pelas crianças menores e a

professora pelas crianças maiores: “De 3 meses até 2 anos e 11 meses com a recreadora, a partir de 3 anos, ficava com a professora até os 7 na época.” Além disso, havia distinção entre os papéis: “Eu cuidava dos pequeninhos, aí as atividades deles era só brincadeira. Lá com a professora, ela passava as tarefinhas em outra sala.” (Profa. Eunice).

Ambas, recreadora e professora, necessitavam do Magistério. Para compor o quadro de professores e recreadores das creches era necessário se qualificar:

Teria que ter o curso, teria que ser habilitada, e, geralmente as pessoas que trabalham no campo não tem essas formalidades, de formação, mas os filhos às vezes, estudaram já e trabalharam, mas sempre foram as mesmas pessoas [...] até agora, ainda existem duas pessoas; uma até não está aqui agora, foi para a médica, infelizmente não pôde comparecer, que é da mesma época, antes dela, dois anos. Esta é do Ideal, e essa da outra creche, após a fundação do Ideal. Eu fui a segunda recreadora que entrou na Creche Ideal na década de 1980. (Profa. Conceição).

Além da formação inicial dessas professoras, havia preocupação com a formação continuada e o planejamento por parte da equipe no sentido de haver compreensão quanto ao papel dessas creches: “Naquela época, quando foi fundada, achavam que era só para colocar a criança para comer e dormir, mas não era. Tinha de ter recreação, e para ter recreação, tinha de haver uma programação de atividades.” A assistente social fala a respeito de “normas para os maiores, atividades lúdicas, e o auxílio vinha da escola. Reuniam-se uma vez no mês, faziam toda a programação mensal para poder aplicar na creche” (Profa. Conceição).

Embora as professoras fossem contratadas pela Prefeitura, a usina sempre se preocupou com a formação da equipe: “Se precisasse ir para a Prefeitura, ia também. Por exemplo, tem um curso de reciclagem para professores, e elas iam para participar desse curso, atualização, aprimoramento. A oferta era pela Prefeitura.” (Profa. Conceição). Para garantir a participação de todas, havia um remanejamento entre as recreadoras e professoras: “Era dividido. Crianças de 3 meses até tal idade, uma recreadora para tomar conta; a outra parte maior seria acompanhada por uma professora que fazia essa reciclagem, que tinha esse curso, que tinha outra formação.”

Em relação à rotina das crianças, o trabalho era desenvolvido da seguinte forma:

Quando elas chegavam de manhã, como era sítio, elas já vinham sujas de casa, e a gente dava um banho, vestia o fardamento da creche e guardava a roupinha deles. Escovava seus dentes, e ia para o café, porque eram os maiores. Você sabe café de interior como é, bem reforçado, bem tradicional. Para os menores, de berço, era a mamadeira. Seguia-se a recreação. Lá pelas 10 horas, tinha o lanche, que era uma fruta que a usina trazia dos sítios – banana, laranja, um suco

com biscoito. Brincava, descansavam um pouco e, ao meio-dia, o almoço; e a hora do descanso, todos dormiam nos quartos. Profa. Conceição

Os materiais utilizados com as crianças eram variados: “Aproveitava muita coisa, porque eles já tinham muita inteligência. Nós pegávamos as latas de refrigerante, um negócio assim de biscoito, para ver o desenvolvimento deles, e fazíamos algo.” (Profa. Eunice?).

Na creche, as crianças eram distribuídas por turmas que consideravam sua idade. Eram duas turmas ao todo identificadas como maternal 1 e maternal 2. “Chamava assim... era maternal 1 e maternal 2. O maternal 1 era de 3 meses até 2 anos e 11 meses, e o maternal 2 era de 3 anos até 7.” (Profa. Cícera).

Algumas atividades eram estruturadas: “Era mimeografadas. A gente trabalhava com a natureza, quando a vegetação estava verde, e fazia as atividades quando destruíam e queimavam. A gente dava a aula para eles, mostrava a diferença do que estava destruído e do que não estava.” (Profa. Cícera).

Segundo as entrevistadas, as crianças não ficavam confinadas às salas de atividades, uma vez que havia preocupação em explorar os espaços das fazendas. A professora Cícera recorda:

Tinha o parquinho lá, e a gente levava para tomar banho de rio, mesmo os que não eram acostumados, mas todos juntos iam. O campinho para jogar bola ... eram as atividades externas. Pegava aqueles pneus e coloríamos para fazer gangorra, para fazer balanço, essas coisas.

A Creche Ideal e a Creche Apolinário contavam, em sua estrutura física, com duas salas – uma para o maternal 1 e uma para o maternal 2 –, sala de professores, secretaria, banheiro adaptado para as crianças e parquinho.

O planejamento era feito uma vez por mês, e toda a equipe participava: “Era a recreadora, a professora, o diretor da escola, a assistente social, cozinheira e serviçal.” Nesse momento, a creche suspendia o atendimento às crianças: “Eles iam para à Prefeitura, à Secretaria de Educação onde se fazia o planejamento. Era para toda a equipe, e como tirava o recreador e o professor, o serviçal e a cozinheira, não tinha como tomar conta das crianças.” (Profa. Conceição). Caso alguma dessas professoras e recreadoras quisessem participar de algum evento ou formação fora da usina, recebiam liberação para isso.

As creches contavam com três turmas de crianças: berçário, maternal I e maternal II. Segundo a professora Eunice: “Era, assim: de berço, tinha 15, tinha o berçário nos quartos. As outras crianças, nas mesinhas, eram mais de duas salas, porque tinha o berçário e as salas das

crianças pra recrear.” No berçário, ficavam as crianças até 1 ano: “Elas iam se desenvolvendo, nós colocávamos o colchão no chão e botava elas, e quando começavam a engatinhar, íamos ensinando-as a fazer as coisas.” No maternal I, aquelas crianças “que já andavam, 1 aninho, 2 aninhos”. Essas duas turmas eram acompanhadas por uma recreadora, e no maternal II, que ficava sob a responsabilidade de uma professora, havia crianças a partir de 3 anos. “Às vezes, não vinham todos, tinha dia de ficar com todos os 15 no berçário, e 10 maiorzinhos. No maternal II, eram muitos, eram 45.” Para os encaminhamentos diários, era necessária a colaboração da equipe:

Quando a gente ia dar banho, tinha ajuda do serviçal, da cozinheira, porque uma ia dando banho, a outra enxugando e vestindo; e a outra dando a mamadeira. Era uma sala perto da outra. A outra professora, ficava com os maiores de 3 a 7 anos. (Profa. Cícera).

A relação entre a equipe que compõe as creches e as famílias é descrita como positiva, e as datas comemorativas que fazem parte das creches eram:

Dia das Crianças, Natal, Dia das Mães, Dia dos Pais, São João e tinha quadrilha. No fim do ano, quando tinha festa, que era a tradicional festa de fim de ano, que a usina fazia, trazia parque de diversão. Então eles tinham um dia para vir ao parque de diversão, e as mães podiam vir com os filhos. Eles tinham duas horas de diversão no parque, tanto as crianças das creches como as das escolas em outros dias; era dividido, dias para as creches e dias para as escolas. Eles comentavam o ano todinho. Todos os brinquedos, até hoje, no Natal e no Dia das Crianças, a usina fornece, de lembrancinha para cada criança. No parque não tem mais festa. No Dia das Mães, a gente faz um bolo, compra uma lembrancinha para as mães. Elas vão, fazem brincadeiras e participam até hoje. Não faltam. (Profa. Conceição).

As reuniões com as famílias eram após o expediente. A professora Conceição recorda: “Geralmente no final do expediente, porque a tarefa da mãe no trabalho já estava terminada, e a assistente social ia.” A assistente social é mencionada porque nas creches não há diretoras, e sim assistentes sociais. Somente as escolas da Usina Serra Grande têm diretor ou diretora.

Das três creches fundadas, apenas uma continua funcionando:

Agora nós só temos uma creche. Em muitas fazendas, já não existem moradores, porque eles migraram para a cidade e deixaram as casas, e outros não vieram ocupar. Então, hoje só existe a cana-de- açúcar, e é assim, se fechar a escola, fecha a creche. (Profa. Conceição).

Infelizmente, em razão das enchentes em 2010, já mencionadas, a instituição não possui registros daquela época. A professora Conceição relata:

Nós tínhamos tudo, mas houve a cheia de 2010, e perdemos praticamente todos os nossos arquivos. Aqui no pronto-socorro, ela chegou a 1,70 m mais ou menos de água, então foi só lama. Ninguém via aquela ponte ali onde você passou, era só água, água, água. Isso foi no encerramento junino, 18 de junho, da escola, e a gente vinha para o encerramento, eu e a diretora, e não conseguimos passar. Chegamos até aquela igreja evangélica ali, e não víamos mais o pronto-socorro; era só água, era um mar, ninguém via a ponte. Tanto é que aquelas duas pontes são novas, porque as velhas foram levadas. Naquela época, foram atingidas 159 famílias; ruas onde existiam 22 casas, ficaram com 8 casas. Agora o bom, graças a Deus, foi que às 13 horas, hora em todo mundo vinha para o trabalho, deu tempo para todo mundo correr. Nossa jornada de trabalho era das 7h às 11h, e das 13h às 17h.

De acordo com Fragoso Júnior *et al.* (2010, p. 8), na época “foram notificadas 26 mortes e 22 desaparecidos, e ainda 7.669 casas danificadas e 9.732 casas destruídas. Várias cidades tiveram bairros inteiros varridos”. As cidades mais atingidas foram Branquinha, Santana do Mundaú, União dos Palmares e Quebrangulo. Em Branquinha, por exemplo, “aproximadamente 80% das casas foram destruídas”. O autor reforça que “a catástrofe foi ricamente documentada pela imprensa local, regional e nacional, além de uma quantidade gigantesca de registros disponíveis na internet realizados por observadores locais” (FRAGOSO JÚNIOR *et al.*, 2010, p. 8).

Os serviços básicos destinados à população, como água, energia elétrica, transporte, educação, precisaram ser suspensos. Naquele momento, o governo federal anunciou a liberação de R\$ 1 bilhão para o início dos trabalhos de reconstrução. Entretanto, quase dez anos depois um jornal local noticiou:

Nove anos depois, muitas famílias ainda não receberam as casas do Programa da Reconstrução. Atalaia e Matriz do Camaragibe são dois desses municípios. Em Matriz, a demora para entregar as casas foi tão longa, que alguns conjuntos foram invadidos pelas vítimas da cheia antes mesmo de ficarem prontos. (NOVE..., 2019, n. p.).

A Usina Serra Grande, assim como outras usinas que compõem esta tese, também firmaram parceria com a LBA. Entretanto, diferentemente dessas usinas, na Serra Grande, a LBA não desenvolveu cursos profissionalizantes para as mães das crianças matriculadas nas creches.

5.8 A educação da infância na Usina Ouricuri

A Usina Ouricuri, fundada em 1920, no município de Atalaia, passou a ofertar o atendimento a crianças até 6 anos na década de 1970. A história da infância nessa usina se tornou conhecida por meio dos relatos de Iracema Fernandes da Silva, 69 anos, solteira, natural de Atalaia e formada em Magistério.

Segundo a professora Iracema, a Usina Ouricuri possuía a Creche Virgem de Fátima e a Escola Francisca Lira Lima, fundada antes da creche; recebeu esse nome em homenagem à mãe da usineira: “A escola veio antes. Ela funciona lá em cima, perto da igreja. Agora ela se chama Escola João Cordeiro?!” Ao longo dos anos, a escola em questão passou a ser Escola João Cordeiro.

A creche surgiu na década de 1970. “Foi quando a usina foi vendida ao Doutor João Lira, não, foi a Seu Adelmir Lira. Depois foi a usineira Dona Maria Minervina, que a gente chamava Nina, quem trouxe essa creche aí.” A respeito de seu ingresso na Creche da Usina, a professora Iracema explica:

A usineira, quando comprou essa usina, era dos Tenório, aí os Tenório venderam para o Doutor Adelmir Lira. Aí veio a Dona Maria Minervina, a quem chamava de Dona Nina. Ela, como se interessava muito pelas coisas, trouxe muitos benefícios para a escola. Ela trouxe a LBA, trouxe essa escolinha para as meninas trabalhar ali naquela creche. Então nós fomos chamadas para trabalhar como voluntárias. Começamos com essa equipe de pessoas, e ela trazia a verba que dava para a alimentação das crianças; trazia roupa, o fardamento delas, tudo direitinho. Organizou as salas com cadeirinhas, com tudo que precisava! Eu fui chamada para ser voluntária, era eu e mais cinco; dessas cinco, só ficou eu.

Conforme relato, na fundação da creche, cinco pessoas foram convidadas a trabalhar de forma voluntária e ficaram em fase de observação, mas apenas uma foi contratada: “Depois que a LBA fechou, eu fui contratada. Então, fizeram nosso cadastramento na usina, para passarmos a receber o salário.” (Profa. Iracema). Após esse período de observação, ela passou a ser funcionária da Creche Virgem de Fátima: “Fui contratada pela usina, porque era a usina que pagava a todos os professores da escola.”

A professora Iracema faz questão de lembrar a contribuição da usineira, Dona Minervina: “A usineira trouxe muita coisa para aqui, com a assistente social Ana Virgínia. Dona Minervina já morreu, mas Ana Virgínia, a assistente social da escola, trazia muita coisa para a gente fazer.” Entre essas “coisas” estão cursos para a comunidade: “Trouxe curso de corte e

costura, de bordado, de crochê. De um lado, funcionava a escolinha, do outro lado, eram essas coisas de artesanato. Dona Nina trouxe isso aí, tudo isso foi ela.”

E ainda tinha as roupas, ela trazia os tecidos, as mulheres costuravam as roupas, elas faziam uma feira no clube para vender barato ao pessoal; roupas de homem, de mulher, vendiam mais barato; pano de crochê, jogo de fogão elas faziam com aquele ‘coisadinho’ de crochê. Tudo isso foi dona Nina quem fez. (Profa. Iracema).

Além desses cursos, essa parceria rendeu a implantação de turmas de 5.^a à 8.^a série, pois, até então, a Escola da Usina só atendia a turmas até a 4.^a série: “Antes só ensinava da 1.^a à 4.^a série na escola. Depois Dona Nina se organizou com a diretora Dalva de Castro, da escola daí, e elas fizeram o Ginásio da 5.^a à 8.^a série. Até hoje tem aí.”

Havia também um posto médico voltado para a comunidade, que contava com diferentes profissionais, como médicos, dentistas (fotografia no Anexo K).

No posto médico... vinha médico de Maceió, de Atalaia. Sim, e eles também se consultavam, os meninos da creche, tinha o dia deles, era para o dentista e para o médico. Era bem organizada. Nós levávamos ao dentista, quando aqueles estavam com os dentinhos ruins. A dentista extraía os dentinhos deles. Para o médico também. A médica era filha da usineira, era Doutora Lígia e a Doutora Fátima. Era um bocado de doutora que tinha aí. Quando elas vieram para cá, trouxeram um monte de coisas, trouxe até aquele negócio de Clube da Mulher do Campo, que era para as mulheres fazer exame, pré-natal. Ganhavam até roupinha, o enxovalzinho de nenê, para as carentes. (Profa. Iracema).

A Creche Virgem de Fátima era destinada às crianças filhas dos funcionários da usina e atendia cerca de 30 crianças em uma mesma turma: “Era de 4 a 6 anos. Quando completava 7 anos, já ia para a escola estudar.” Segundo a professora Iracema, a iniciativa partiu da usina:

Foi Dona Nina. Ela se sensibilizou para fazer por essas crianças. Era muito boa a escolinha. Ela gostava muito de ajudar as pessoas. Era uma usineira, mas uma pessoa que conversava com você, era dessas pessoas que não se orgulhavam com nada, muito simples, gostava muito da gente, tratava a gente muito bem. Ela morava ali naquela Fazenda São Luís.

Todas as despesas da Creche Virgem de Fátima eram arcadas pela usina em articulação com a LBA, de maneira que as famílias ficavam isentas de qualquer pagamento: “Até as roupinhas deles, o fardamento, era por conta dela, shortinho azul e camisetinha branca, do jeito que está aí na foto.” A creche funcionava em uma casa da usina: “Era uma casa, era desse jeito,

mas ela renovou, reformou. Aí do lado, era a salinha de aula, tinha banheirinho, tinha tudo, e do outro lado, era a sala de corte e costura.” (Profa. Iracema).

O curso de corte e costura do qual ela fala, assim como outros cursos, eram oferecidos pela usina em parceria com a LBA. Esses cursos profissionalizantes eram destinados: “As mães e às pessoas que queriam. Havia as máquinas de costura, um monte de coisas. Crochê, bordado, artesanato, era a assistente social Virgínia quem trazia, era ela quem tirava essas fotos.” Visto que não havia fotógrafo no povoado, era a assistente social a responsável por esses registros, e nesses momentos ela contava com a ajuda de algumas amigas

As crianças eram atendidas na creche das 7 horas às 11 horas. A professora Iracema recorda: “Eu era a professora e tinha a merendeira. Era desenho, pintura, um trabalhinho; era isso que a gente fazia.”

A Creche Virgem de Fátima era composta por uma equipe: uma professora, uma ajudante, também chamada de auxiliar, uma merendeira, uma pessoa que trabalhava na limpeza, uma coordenadora e a diretora, que era a usineira: “Era eu, e tinha a coordenadora, a senhora lá que ajudava também, mas a professora mesmo era eu, e a outra era ajudante, auxiliar, mas era uma senhora mesmo. Tinha a merendeira, a usineira, que era a diretora.” (Profa. Iracema). Também havia uma assistente social que ia à creche a cada quinze dias.

De acordo com a professora Iracema, na fotografia a seguir, estão todas as crianças da escola, ela, a serviçal, a merendeira e a assistente social (Imagem 32). Como se pode notar, as crianças usavam uma farda composta por camisa branca, com a identificação da instituição, e short azul. O registro foi feito para constar na documentação da escola que ficava sob a responsabilidade da assistente social.

Imagem 32 – Creche Virgem de Fátima, década de 1970 e 1980



Fonte: Acervo pessoal de Iracema Fernandes da Silva,

O mobiliário incluía mesinhas de madeira: “Pegavam quatro crianças, tinham umas mesinhas de madeira, era pequenininha. Agora está tudo chique, era uma mesinha quadrada, toda pintadinha de azul, era quatro criancinhas nas mesinhas.”

Era assim, tinha uma sala aqui, uma sala grande assim, aqui a entrada da sala, tinha as cadeirinhas tudinho, aqui tinha um birozinho, aí tinha uma coisinha com o filtro de beber água, lá dentro tinha uma salinha com os banheiros, os sanitários e a pia de lavar as mãos. Tinha só isso, e o fogão, pois cozinhava-se lá, e os armários de guardar os trabalhos deles. Só uma sala, e lá se acomodava tudo, mas era grande, viu, era grande. (Profa. Iracema).

Segundo ela, as crianças não ficavam confinadas na parte interna da creche:

Do lado de fora, era um espaço bem grande, como aqui no meu terreiro, tinha as árvores, tinha as coisas todas para eles brincar. Na hora do recreio, levavam eles para fora, para eles brincar, correr, uns 20 minutos, por aí. Quando entravam, deitavam no chão, sentavam para descansar. (Profa. Iracema).

A rotina das crianças na creche era da seguinte forma: “Faziam roda de conversa, cantava musiquinha, contava história, eram as brincadeiras, faziam as brincadeirinhas, depois iam lavar as mãozinhas, escovar os dentes e lanchar às 10 horas; depois iam fazer outras atividades, e saíam às 11 horas.” A respeito do trabalho desenvolvido com as crianças:

Tinha aqueles brinquedinhos para encaixar, e tinha aquelas letrinhas, os números, um bocado de coisa que elas traziam para a gente brincar com elas. Quando saíam de lá, já sabiam escrever seu nome, já sabiam fazer as vogais. A gente trabalhava com as letrinhas para elas aprenderem a escrever seu nome. (Profa. Iracema).

Os materiais utilizados eram: “Massa de modelar, lápis de cor, giz cera; essas coisas assim a gente usava.” Havia atividades de desenho, pintura e colagem. O mimeógrafo também se fazia presente:

Eu passava o desenho, e as meninas passavam para elas pintar. Trabalhava com colagem. Aqueles pedacinhos de papel cortado para formar as letrinhas do alfabeto, as vogais. Fazia um muralzinho na parede e colocava os trabalhinhos delas expostos. Isso era exigência de Dona Nina, para quando chegar, ela ver os trabalhos delas. Cada criança tinha sua pasta de trabalhos. Ali guardavam todos os desenhos dela, tudo que ela fez, e quando chegava ao fim do ano, levava para casa. (Profa. Iracema).

Ela considera boa a relação com as crianças e com as famílias: “Era boa. Todo mundo gostava de mim. A gente fazia festa para elas. Ainda hoje, elas me chamam Tia Iracema, porque estudaram comigo, chama Tia Iracema.”

Por falar em festa, os eventos organizados na Creche Virgem de Fátima eram voltados para as datas comemorativas, como o Dia do Índio, Dia das Mães, festas juninas, que contavam com a quadrilha e a noiva, e o Natal, momentos em que as crianças ganhavam presentes.

As datas festivas sempre eram comemoradas. No Dia do Índio, a gente fazia aqueles chapeuzinhos de penas de galinha, que a gente trazia de casa. Pintava a carinha deles de índio, botava o chapeuzinho na cabeça, e iam todos para casa fantasiados de índio. Na Páscoa também, a gente fazia os desenhos, o ovinho da Páscoa, o coelhinho para eles pintar, fazia aquele chapeuzinho com as orelhinhas dos coelhos. Eu passava a noite fazendo coisas. Depois vinha maio e o Dia das Mães. (Profa. Iracema).

As festas realizadas para as crianças da creche contavam com a participação das famílias e da comunidade: “Era Dona Nina quem trazia aquele bolo enorme; mandava fazer nas padarias, aqueles bolões, aí levava para os meninos comer lá. Cada um tinha seu pratinho, sua colher, seu caneco e sua toalhinha.” (ANEXOS L, M, N). Apresentamos alguns registros da “Festa da Criança” na Creche Virgem de Fátima. Na Imagem 33, as crianças estão brincando em duplas com bolas na testa, tentando equilibrá-las, sem deixar cair. Há palhaços e balões de ar, que eram bastante usados na década de 1980. O mobiliário – mesinhas e cadeiras pequenas –, como se pode ver, era adequado para crianças.

Imagem 33 – Festa da Criança na Creche Virgem de Fátima (a)



Fonte: Acervo pessoal de Iracema Fernandes da Silva.

Na Imagem 34, as crianças estão brincando de “dança da cadeira”. Assim como na foto anterior, há cartazes, que, segundo a professora Iracema “eram a ornamentação da sala, uma pequena animação para não ficar em branco, por exemplo, o alfabeto ilustrado e as vogais”. Algumas dessas produções foram elaboradas pelas professoras e outras pelas crianças.

Imagem 34 – Festa da criança na Creche Virgem de Fátima (b)



Fonte: Acervo pessoal de Iracema Fernandes da Silva.

Algumas comemorações realizavam-se na própria creche e outras eram organizadas no Clube da Usina. Segundo Dona Iracema, a participação das famílias era expressiva: “Todos participavam, todas as mães. A festa era no clube e a gente fazia bolo, tinha doce, refrigerante, tinha tudo para eles e para as pessoas adultas que vinham à festa.”

A equipe também recebia atenção por parte da usineira, Dona Nina: “Quando era Dia do Professor, essas coisas assim, sempre ela levava a gente para ir lá para a festa, dava presente a cada uma de nós.”

Sobre os desafios enfrentados na época, a professora Iracema relata a superlotação na turma:

Eram as turmas superlotadas, 45 e 50 alunos em uma sala de aula. Quando chegava ao fim do ano, nem todos os alunos passavam, porque, como é que uma professora vai alfabetizar 50 alunos em uma sala de aula? Até hoje ainda as salas de aulas são superlotadas.

A Creche Virgem de Fátima foi extinta no fim dos anos 1980, para ser mais específica em 1988, quando a Usina Ouricuri foi vendida. Segundo a entrevistada:

Depois que ela faliu, pronto, a gente ficou trabalhando de graça porque não tinha quem pagasse... Faliu. A diretora disse: ‘Vamos fazer assim, vamos terminar o ano trabalhando de graça.’ Foi na época que Chico Vigário estava concluindo o mandato dele, e ia entrar Aluísio Lopes. Aluísio Lopes assumiu, veio uma moça da Prefeitura, viu a gente trabalhando de graça, e falou na Prefeitura. Eles vieram e chamaram a gente para continuar trabalhando recebendo a metade de um salário. Quem aceitasse ficava, quem não quisesse saía. Nós ficamos assim mesmo por causa do salário, é melhor do que nada, e ficamos todos lá na escola. Só a diretora foi embora, só ficaram as professoras. Depois Aluísio Lopes fez o concurso para professor. Nós estudamos, fizemos o concurso e passamos. Ficamos concursadas. (Profa. Iracema).

Ela contou que nesse período ficou quase um ano sem receber o salário: “Porque a gente foi terminar até o fim do ano.” Em 1988, o então prefeito de Atalaia, Chico Vigário, responsabilizou-se pelo salário da equipe da creche: “Foi ele quem pagou a metade do salário, e ficou pagando até... Depois Aluísio Lopes entrou para ser o prefeito, e a gente fez o concurso e passou. Ainda eu tenho a portaria.” Aluísio Lopes sucedeu o prefeito anterior nos anos 1992.

A casa onde a creche funcionava passou a ser da irmã da professora Iracema por um tempo e, atualmente, pertence a outros proprietários. Após a entrevista, ela se dispôs a apresentar o povoado de Ouricuri e conseguiu registrar a casa onde a Creche Virgem de Fátima funcionou (Imagem 35).

Imagem 35 – Casa onde funcionava a Creche Virgem de Fátima, 2019



Fonte: Fotografia da autora.

5.9 A educação da infância na Usina Caeté

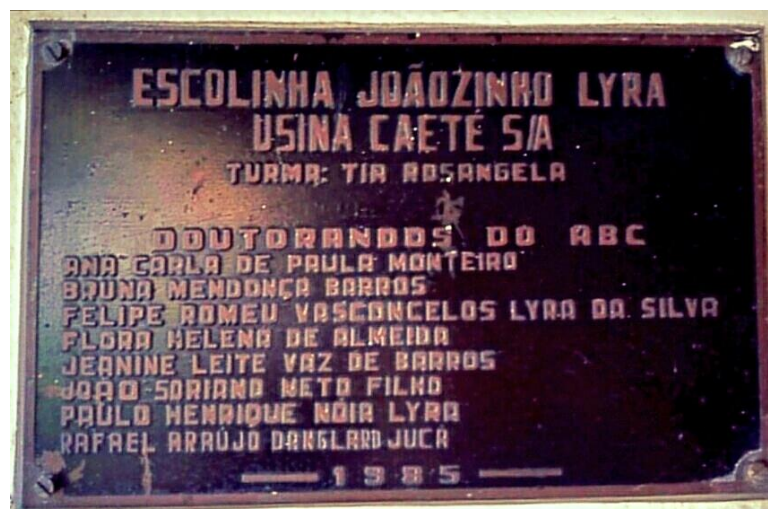
A Usina Caeté pertence ao Grupo Carlos Lyra. Segundo consta na página eletrônica da empresa, o Grupo Carlos Lyra, sua história iniciou-se em 1951, quando o empresário Carlos Benigno Pereira de Lyra Neto assumiu a Algodoeira Lajense. A empresa, com sede no município de São José da Lage, atuava na compra, processamento e comercialização de algodão, milho, mamona e café. A Usina Caeté, por sua vez, foi fundada em 1959.

O resgate da história da instituição foi possível graças a uma professora de 56 anos, casada, formada em Magistério, Pedagogia e com duas especializações. Trata-se de Maria Betânia Costa Leite, professora e diretora da instituição. A entrevista realizou-se na própria Usina Caeté. As instalações da usina, repletas de área verde, são encantadoras, e a escola, por seu lado, não é diferente. A professora fez questão de disponibilizar materiais como o jornal da usina, informativos e alguns dados da empresa. Após a entrevista, transitamos pelos espaços a fim de conhecer todos os cômodos da instituição, como o parque, casas para crianças, sala de costura, laboratório de informática, biblioteca, placas antigas.

A Escola Conceição Lyra foi fundada na década de 1960, no município de São Miguel dos Campos, na Fazenda São João. O nome da instituição é uma homenagem à mãe do Senhor Carlos Lyra. Inicialmente, era chamada de Maria da Conceição Lyra, em 1986 passou a se chamar Escolas Reunidas D. Maria da Conceição; e a partir de 1998, passou a ser Escola Conceição Lyra. Somente na década de 1980, a Usina Caeté passou a atender crianças menores de 6 anos em turmas que formavam o pré-escolar.

De acordo com a professora entrevistada, a placa onde consta o nome Escolinha Joãozinho Lyra (Imagem 36) trata-se de uma homenagem a um primo de uma diretora da empresa que havia falecido naquela época em um acidente automobilístico. Apesar de naquele ano não haver registros de oferta da pré-escola na instituição, na placa consta Doutorandos do ABC, onde são identificadas as crianças pertencentes à referida turma e o nome da professora “Tia Rosangela”. Somente em 1986, a pré-escola foi formalizada na instituição, que levava o nome de Escolas Reunidas D. Maria da Conceição Diniz Lyra, como consta na Imagem 37.

Imagem 36 – Placa da primeira pré-escola da Escola Conceição Lyra, 1985



Fonte: Fotografia da autora.

Imagem 37 – Placa da Escolas Reunidas D. Maria da Conceição Diniz Lira, 1986



Fonte: Fotografia da autora.

Desde o início, o pré-escolar destina-se exclusivamente ao filho ou filha do colaborador (desde o filho do trabalhador rural ao filho do empresário). De maneira que é extensivo a qualquer colaborador ou colaboradora da usina o direito de matricular suas crianças. Até 1988, as crianças poderiam frequentar a instituição a partir dos 4 e 6 anos e “depois de um tempo, também crianças com menos de 4 anos. Aí pegamos na faixa etária de 3 anos”, relata a professora Maria Betânia. Ela acredita que, em 1981, a escola já recebia crianças de 4 anos. A iniciativa de ofertar essas instituições partiu do próprio dono [da usina?], que já tinha “aquela visão de empreendedor”. O pré-escolar era ofertado em tempo parcial. Em 1985, houve uma tentativa para que as mães considerassem a possibilidade de as crianças ficarem no horário integral, mas elas questionavam quanto esses filhos iam ganhar com isso, pois não haveria quem

pudesse pegar a criança e argumentaram que seria mais cômodo permanecerem apenas em um horário.

Ao chegarem à escola, as crianças recebiam a primeira alimentação. “Inicialmente, era uma turma só pela manhã; mas depois as pessoas foram acreditando em nosso trabalho.” No início, houve certo estranhamento por parte das famílias, mas, aos poucos, o trabalho foi reconhecido de maneira que “o número de alunos que nós chegamos a ter era, em média, de 5 a 6 crianças por família”. As crianças “chegavam e tomavam o café, geralmente com uma brincadeira, e nessa época a gente já introduzia alguns materiais pedagógicos de sala de aula, os brinquedos, e iam fazer aquelas tarefinhas mimeografadas, brincadeiras” (Profa. Maria Betânia).

Na atualidade, a escola tenta preservar esse costume: “se você chegar no horário do intervalo, você vai ver nossos professores do 9.º ano brincando de queimado, pulando corda”. O lanche era elaborado com o que era produzido nas fazendas: “Era um leite achocolatado, biscoito, alguma coisa assim, cuscuz. Até hoje, nossa merenda, depois pode ver o refeitório, tem sopa, cuscuz, macarronada, sanduíche, leite que vem das fazendas, biscoito, bolo.” (Profa. Maria Betânia).

Caso alguém tivesse interesse em trabalhar como professor ou professora na escola, precisava passar por uma seleção: “Era um teste de português, matemática; contava a experiência que ali não tinha, e aquelas que se saíssem melhor eram avaliadas.” A exigência da formação mínima para atuação na educação veio bem depois, por meio do magistério. A equipe era composta por assistente social, professoras, diretora, merendeira e vigilante. As professoras eram contratadas em tempo integral. Os únicos professores com contrato diferenciado (carga horária menor) eram os que atuavam com disciplinas nos anos finais do ensino fundamental.

Outro aspecto interessante é a preocupação da usina com seus funcionários. A professora entrevistada, por exemplo, mora na própria fazenda, “na Vila dos Engenheiros, então tudo isso é salário direto, é água, energia, o aluguel, mas a empresa tinha de trabalhar com o colaborador de forma que ele também pudesse conscientizar e economizar a energia” (Profa. Maria Betânia).

A relação com as famílias sempre foi estreita: “A gente vai criando esse vínculo, essa coisa, e até hoje a gente é assim.” Com as crianças, não era diferente: “Recebemos convite para formatura, para casamento, para ser madrinha.” Mesmo depois de saírem da instituição, eles retornam para fazer visitas ou participar dos eventos: “Esta semana, quinta e sexta-feira, tem a Feira de Ciências, então muitos ex-alunos retornam. Eles sempre retornam. Às vezes, são jogos

internos, é um evento nosso, e perguntam: ‘Tia Betânia, dá para ir?’ Eu digo: vá.” A professora assume que eles e elas deixam saudade.

Atenta às questões sociais, o número de filhos por família chamou a atenção da equipe: “Nas nossas reuniões, aí perguntávamos aos pais ‘tem quantos filhos?’ uma vinha e dizia, ‘mais um. Ah, D. Berta é porque Deus quer’.” Desse modo, foram pensadas estratégias para haver diálogo a respeito do planejamento familiar. Ela recorda um fato interessante: “Teve a passagem até de um pedreiro evangélico. Na reunião, fomos apresentar o preservativo, aí ele se levantou e disse: ‘D. Betânia, isso não é para falar de safadeza’.” Esse fato reforçou a necessidade de se conversar sobre o assunto. Entretanto, essa responsabilidade passou a ser partilhada com outros profissionais, como médicos, por exemplo, que passaram a orientar sobre o uso do anticoncepcional, do preservativo, da vacinação. etc.

Havia preocupação de que todas as instituições espalhadas nas fazendas aderissem a um modelo específico. O planejamento e a formação se faziam com base nas dificuldades vividas. Durante o planejamento, havia a elaboração dos planos de aula e momentos de autoavaliação. As formações possibilitavam a discussão de diferentes propostas. Iniciaram apenas com a participação da equipe da usina, e com o tempo passaram a envolver profissionais de fora (docentes de Maceió, de Arapiraca e Recife), convidados para realizar as formações. Todas as professoras se envolviam. A cada bimestre, todas as escolas da fazenda se deslocavam para a central, Escola Conceição Lyra. Algo que chamava a atenção na época era a presença de um homem professor.

Entre os eventos organizados, estão o São João, Dia das Crianças (em que havia palhaço), Semana do Folclore, Dia dos Pais, Dia dos Avós, Natal (que contava com o Papai Noel). No São João, por exemplo, era feito um cronograma, uma escala que contemplava uma escola por dia, “levando milho, era o milho cozido, levavam o som quando não tinha energia, mas a vivência acontecia, entendeu? Tudo partia daqui”. Era um momento de envolvimento por parte de todos e todas.

Era comum a escola ser convidada pela Prefeitura a participar nos desfiles, então a proposta era lançada às famílias e todos se engajavam: “Era muito gostoso.” Segundo Maria Betânia, os desfiles “pareciam escola de samba”, com direito a “carros alegóricos” que eram vistos e acompanhados pela comunidade na cidade. As famílias faziam questão de prestigiar:

Era interessante, a presença deles sempre foi uma coisa assim, até hoje, muito marcante. Nessa época em que nós participávamos mais nesses desfiles, ouvimos um comentário assim. ‘o desfile é para os alunos ou para os pais?’ A presença sempre foi muito marcante.

A escola sempre investiu no resgate e na valorização das brincadeiras. Isso ficou claro durante a visita:

Eu digo muito assim, hoje consegue até o 5.º ano, a gente não tem um aluno com celular em sala de aula. Exceto no ginásio, se você chegar no horário do intervalo você não vê, nós temos área de pingue-pongue, duas mesas, jogo de xadrez, jogos de mesa.

E continua: “Tem um ou outro, tem um grupinho que ainda está ali... É, mas você vê que a grande maioria ainda está pulando corda!”

No começo, as reuniões com as famílias eram realizadas à noite, “porque era aquele horário que a gente entendia que o pai, o marido não estava mais trabalhando, estaria em casa. A gente realizou casamento...” A escola buscava se adequar à realidade das famílias. Com o tempo, conseguiram realizar esses momentos durante o dia. As reuniões entre a equipe eram durante a semana a cada bimestre: “Tinha umas paradas a cada bimestre, era um momento pedagógico que nós chamamos até hoje.”

À pergunta sobre fatos marcantes, a professora responde: “Eu acho muito essa coisa assim de Caeté, essa relação que a escola tem com a empresa, entendeu? Muito forte!” Alguns funcionários antigos permanecem na escola, e isso também se aplica às crianças: “A nossa bibliotecária foi nossa aluna, chegou aqui aos 4 anos de idade.” Ela ingressou na escola na década de 1980, concluiu a educação básica em uma escola particular em São Miguel dos Campos, cursou Biblioteconomia na Ufal e foi contratada pela usina. “Ela hoje já tem um filho que está com 12 anos, terminou conosco. Foi das primeiras turmas de ginásio. Eu tenho professores que foram nossas alunas, assistente social.” A professora Maria Betânia relata que por onde passa, seja em Alagoas, seja em São Paulo, encontra ex-alunos.

Nós fizemos um resgate da nossa história, acho que tem uns 3 ou 4 anos. Vai sair um DVD muito legal de ex-aluno dizendo os depoimentos e quando eles são demitidos, que eles se afastam da empresa, aí vem o choque, porque o filho permanece conosco até ao fim do ano e acaba o ano letivo. mesmo o funcionário sendo demitido, a criança fica até o fim.

A professora se emociona: “O bom para nós é saber quanto nós contribuimos para melhorar. É muito gratificante!” E continua: “Eu sempre digo assim: o resultado deste nosso trabalho ocorre em função do que nós temos e os dirigentes dando todo o apoio.” Ela reforça que a usina sempre forneceu meios para a realização dos trabalhos. Até mesmo as roupas e o fardamento são confeccionados na escola.

Quando participamos em São Paulo de um curta em parceria, montamos baseados numa obra... O tema foi livre, retratando a prostituição, pedofilia, fizemos um vídeo aqui, um curta e fomos classificados por três anos em São Paulo, levando para os meninos o melhor curta. Foi lindo!

Na época, a LBA mantinha um convênio com o Clube da Mulher do Campo: “Nós recebíamos uma verba da LBA, mas quem passava para a gente, para a empresa, para a escola era o Clube da Mulher do Campo e quem estava sempre participando dessas reuniões era nossa assistente social.”

Essa verba era destinada para a alimentação e aquisição de materiais pedagógicos. O custeio da instituição ficava a critério da própria usina e da LBA via Clube da Mulher do Campo. “Mas isso não vigorou por muito tempo. Ficou 4 anos, ele foi extinto, mas toda a estrutura, o pessoal, os funcionários, tudo era mantido pela usina.”

Cerca de 15 mil alunos participaram do processo educacional da referida instituição e, atualmente, encontram-se matriculados 468 estudantes. Nos dias atuais, a unidade de ensino, que não tem fins lucrativos, oferece a educação infantil e o ensino fundamental (da creche ao 9.º ano) a uma clientela formada, na grande maioria, por filhos dos colaboradores da empresa, atendendo também as crianças e adolescentes da comunidade. Oferece aos alunos alguns benefícios mediante programas de Merenda Escolar, Banco de Livros, Feira de Livros/Exposição Literária Alagoana, Transporte Escolar, Laboratório de Informática e Projetos Ambientais. Por adotar uma política de responsabilidade social, a Usina Caeté é certificada pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ) como “Empresa Amiga da Criança”.¹⁵

Atualmente, o grupo é composto por quatro indústrias (produtoras de açúcar, etanol e bioeletricidade) e está presente em Alagoas e São Paulo. Além do setor sucroenergético, atua nos segmentos têxtil, pecuária, táxi-aéreo e radiodifusão. De acordo com o informativo do Grupo Carlos Lyra, cerca de 5.179 alunos foram alfabetizados e 572 estudantes encontram-se matriculados atualmente. A escola permanece mantida pela Usina Caeté, não tem fins lucrativos e oferece educação infantil e ensino fundamental. Sua clientela é formada por filhos e filhas de empregados da empresa, atendendo também pessoas da comunidade, como filhos e filhas de fornecedores e prestadores de serviços.

¹⁵ A ABRINQ tem como foco principal a representação dos fabricantes de brinquedos. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, que tem como objetivo mobilizar a sociedade para questões relacionadas com a defesa dos direitos e o exercício da cidadania de crianças e adolescentes, tanto por meio de ações, programas e projetos, como por meio do estímulo ao fortalecimento de políticas públicas de garantia à infância e adolescência.

5.10 A educação da infância na Usina Porto Rico

Fundada em 1973 por Olival Tenório, a Usina Porto Rico situa-se na Fazenda São José no município de Campo Alegre. Segundo o Grupo Olival Tenório, seu fundador nasceu em 1922 no município de Atalaia, formou-se em Química Industrial pela Universidade Federal de Pernambuco e iniciou sua carreira profissional como químico na Usina Uruba em Atalaia. Em 1958, em sociedade com seu sogro, adquiriu o Engenho Ilhota (atual Usina Triunfo) no município de Boca da Mata, e em 1971, a Usina Porto Rico, localizada inicialmente no município de Colônia Leopoldina, em seguida, transferida para Campo Alegre. Depois dessa aquisição, a sociedade findou-se, e Olival Tenório ficou com a Usina Porto Rico e reativou a unidade de Colônia Leopoldina, denominada posteriormente Destilaria Autônoma Porto Alegre.

O resgate da história dessa instituição foi possível graças a uma professora que ingressou no espaço no início da década de 1980. A professora Rosemere da Silva Vieira tem 53 anos, é casada, natural de Maceió. Coursou Pedagogia na Ufal e duas especializações, Psicopedagogia pela Castelo Branco e Mídias da Educação na Ufal. Ela relata que iniciou a docência aos 16 anos e essa experiência foi importante para conseguir ingressar como professora na Usina Porto Rico:

Na realidade, eu entrei em Boca da Mata menor de idade, com uns 16 anos, por muita insistência, não me lembro as inúmeras vezes que eu fui à casa do prefeito. Antigamente era assim, você ia à casa do prefeito. Era para pedir para trabalhar. e ele dizia ‘vá, fale com Neusa’, que era a secretária da época. ‘Vá lá’. Eu ia lá, e ela dizia: ‘Minha filha, você é uma menina, não tem condições de dar uma turma a você’. Eu respondia: ‘Mas eu quero!’ e eu ia lá no prefeito, que dizia: ‘Vá, diga a Neusa que eu estou mandando’. Eu voltava lá e Dona Neusa dizia: ‘De jeito nenhum, porque tem pessoas mais velhas que você que precisam de um emprego’; e eu voltava até que venci pelo cansaço. Eu entrei. Fui trabalhar na zona rural de Boca da Mata com educação infantil. Na época, eu me lembro que era um programa que até nas férias nós trabalhávamos. A gente não tinha o acompanhamento da equipe da escola, mas tinha uma salinha onde eu dava aula e tinha uma parede. Era meia parede. Eu lembro que tinha dias que eu fazia o leite dos meninos, fazia o suco, fazia uma sopinha enquanto os meninos estavam em atividade. Então, como era um espaço só, para manter os meninos lá, eu tinha que fazer tudo ao mesmo tempo. Mas foi um período muito bom, muito gratificante, inclusive foi a porta de entrada para a Usina Porto Rico, porque na usina não era fácil entrar. A Usina Porto Rico naquela época pagava um salário mínimo quando os professores ganhavam um salário de miséria. Eu trabalhei. Quando eu casei, vim para Porto Rico. Eu estava com seis meses de atraso de salário, para você ter uma ideia. O que eles me pagaram no fim não deu nem para pagar combustível que se gasta pra ir lá, mas de alguma forma, valeu, porque quando eu saí de Boca da Mata, eu levei boas

referências do meu trabalho, mesmo sendo muito jovem, eu fiz um trabalho que ficou reconhecido. (Professora Rosemere).

Segundo a entrevistada, a Escola Jayme Lustosa de Altavila foi inaugurada em 1974, sendo doada à Usina Porto Rico pelo então prefeito de Campo Alegre, José Virgínio da Silva. Seu nome foi homenagem ao secretário de Educação de Alagoas na época. Posteriormente, houve a construção de um prédio, com recursos do Departamento do Ensino Fundamental/Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) em convênio com o MEC, sob o gerenciamento da Usina Porto Rico, oferecendo a pré-escola (1.º, 2.º período e 3.º período) e o ensino primário (1.ª à 4.ª série).

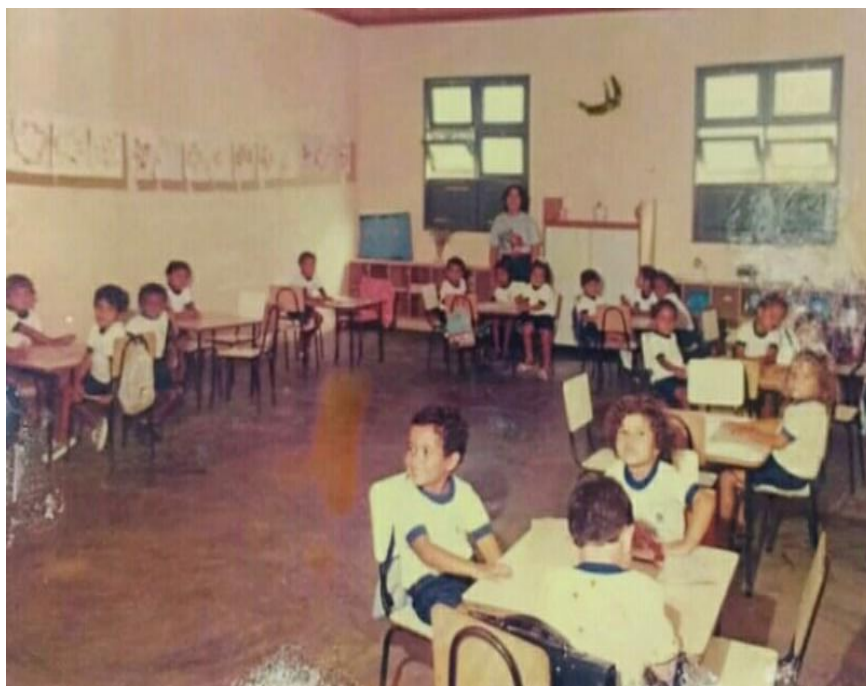
Porto Rico era uma referência quanto à educação. Segundo a professora, a Escola Jayme Lustosa de Altavila era uma das únicas que garantiam a pré-escola (nomenclatura utilizada na época para a educação infantil). A usina foi uma espécie de pioneira em ofertar o atendimento a essa faixa etária. A disputa era grande no município que tivesse pré-escola “porque eram raríssimas turmas, pouquíssimas vagas então havia uma disputa muito grande e poucos tinham acesso. Só tinha mesmo quando entrava no ensino fundamental”.

A pessoa responsável pela escola era uma usineira, “Dona Isabel Tenório, que era a mãe de Olival Tenório, ela sempre teve um carinho muito grande pela escola, era a pessoa dos filhos do usineiro aquela referência que tomava conta da escola” (Professora Rosemere).

A Escola Jayme Lustosa de Altavila era destinada aos filhos dos trabalhadores da usina que também eram moradores da região. Não havia seleção para que ingressassem, sendo o vínculo de seus pais, o único critério. As crianças ingressavam na escola a partir dos 4 anos, bastava completar a idade e recorrer à instituição para que a vaga fosse ocupada. Na instituição, a pré-escola compreendia o 1.º, o 2.º e o 3.º período em que eram matriculadas crianças de 4, 5 e 6 anos. “Essa turminha do 3.º período era aquela que estaria para se preparar para a primeira série, então já saíam alfabetizados.” (Professora Rosemere). As professoras, também chamadas de “tias”, ficavam responsáveis por turmas compostas por 25 a 30 crianças.

Na Imagem 38, encontra-se uma turma do 2.º período. É possível notar que as crianças estão fardadas, com camisa branca e short azul. A sala dispõe de mobiliário adaptado, tanto para o armazenamento de materiais quanto para o acolhimento das crianças, que estão distribuídas em mesinhas para quatro lugares. Outro aspecto que chama a atenção são os cartazes organizados nas paredes. Segundo a entrevistada, tratava-se de trabalhos realizados pelas crianças que, posteriormente, ficavam expostos nas respectivas salas.

Imagem 38 – Sala de atividades da Escola Jayme Lustosa de Altavila em 1985



Fonte: Acervo pessoal da professora Rosemere da Silva Vieira.

A usina dispunha de uma “república” para acolher algumas dessas professoras, que residiam em outras cidades e, em razão disso, durante a semana ficavam instaladas na república. Havia apenas mulheres no quadro docente, e além das professoras, havia um vigilante, uma assistente social, uma diretora e uma coordenadora pedagógica (ANEXO O).

Na década de 1980, período em que professores e professoras da rede pública recebiam um salário muito abaixo do esperado e ainda contavam com meses de atraso, a Usina Porto Rico realizava o pagamento em dia e respeitava o valor estipulado de um salário mínimo. Desse modo, tratava-se de uma instituição bastante disputada profissionalmente.

Para ingressar, havia uma seleção que compreendia duas etapas. A primeira era a escrita de uma carta destinada à usineira responsável, expondo o pedido de emprego, em que eram observados aspectos textuais como concordância, caligrafia e ortografia. A segunda etapa era didática, a “aula” era acompanhada pela direção e coordenação da instituição, em que poderiam surgir perguntas como: “e se o aluno fizesse isso?”

Segundo a professora Rosemere, uma das memórias da época é a caligrafia: “As minhas letras eram separadinhas, soltas e quando chegou lá, a gente, primeiro olhava a caligrafia, a gente tinha de traçar o quadro como se fosse a folha do caderno.” Quando a professora não tinha essa habilidade, precisava fazer caligrafia: “A educação infantil tinha foco exatamente nisso: coordenação motora. Então, a gente traçava como se fosse a folha do caderno, como se soubesse até onde ele iria, quantas linhas eu tinha de pular.” A letra “de imprensa” também era

trabalhada, mas o foco era a letra cursiva. A coordenadora acompanhava esse processo de maneira que as professoras precisavam mostrar suas produções caligráficas. A depender do desempenho, eram “receitadas” um número menor ou maior de páginas a serem escritas.

A professora relata que, na época, a usina não tinha uma concepção de educação infantil definida, voltava-se para a alfabetização das crianças e o ensino de valores. As “tarefinhas” (atividades direcionadas) e o uso de mimeógrafo eram comuns. A educação se fazia no sentido de “preparar os meninos para a vida, ensinar a abotoar a camisa, a dar laço no sapato, a se comportar, boas maneiras e a coordenação motora, que era o cortar, o pintar, o desenhar”. No quadro, eram traçadas atividades para que as crianças fizessem, também, desenhos durante a contação de histórias. “A gente usava da criatividade.”

As crianças chegavam à escola, sentavam-se e conversavam com a professora responsável pela turma. Eram momentos destinados a conversa, músicas e atividades. “Tinha uma música que eles amavam, eu lembro assim: de manhã, bem cedinho, o galo cantou, o que fez o Rodolfo, papai abraçou. Seu dentinho escovou, seu lanche, seu cafezinho...” As músicas também contribuíam na realização das atividades: “a gente ia puxando o nome deles e dizendo alguma atividade que eles deveriam fazer: seu sapato calçou, seu banho tomou.” As atividades escritas eram realizadas pelas crianças (mesmo as mais novas) no caderno de desenho e no livro.

Um evento anual que fazia parte do planejamento da escola era o desfile de 7 de setembro. Nas fotos a seguir, as crianças menores estão fantasiadas e as maiores estão usando o fardamento (Imagem 39 e 40). Segundo a professora Rosimere, esses registros ficavam por conta “das professoras e dos alunos habilidosos das séries mais elevadas por meio de máquinas particulares. Sempre apareciam fotógrafos, mas contratava quem queria ou máquinas particulares”.

Imagem 39 – Desfile cívico da Escola Jayme Lustosa de Altavila em 7 de setembro 1985



Fonte: Acervo pessoal da professora Rosemere da Silva Vieira.

Imagem 40 – Desfile cívico da Escola Jayme Lustosa de Altavila em 7 de setembro de 1985



Fonte: Acervo pessoal da professora Rosemere da Silva Vieira.

Havia preocupação com o planejamento do trabalho desenvolvido, mas não havia uma formação específica na escola, e sim momentos de discussão e de orientação. Nesse momento, além do acompanhamento da caligrafia, eram sugeridas atividades a serem realizadas com as crianças de acordo com cada faixa etária. Por meio da continuidade dos estudos (graduação e pós), a professora relata que ela e toda a equipe foi mudando a concepção:

Foi concomitante o trabalho que eu estava formando, depois fui fazer estudos adicionais, mas já vínhamos discutindo essas questões de Piaget, Wallon, Vygotsky e começamos, de certa forma, a aplicar aquilo que vai aprendendo, já vê o aluno com outros olhos, a fase do desenvolvimento da criança você já tem um olhar e uma compreensão maior. (Profa. Rosimere).

Caso alguma professora quisesse participar de uma formação, embora a usina não arcasse com as despesas, ela liberava a profissional sem nenhum prejuízo. “A Dona Isabel, que era a usineira, tinha essa visão de melhoria. A minha diretora também, Dona Eva, já não está mais, mas ainda é viva.” Havia uma preocupação de ambas e, para isso, as crianças eram reorganizadas, de maneira que as crianças não deixavam de ser atendidas e as professoras poderiam ausentar-se.

Era status você ser professora da usina. A usina não dava carro, dinheiro para irmos à formação, mas ela sempre deixava uma porta aberta se você quisesse seguir, então você tem certa liberação para ir, então aproveitava muito. Nossa diretora era uma pessoa também estudiosa e nós entrávamos nesse barco, a sempre íamos juntas, pegava carona. O pessoal de Arapiraca está passando, então, vamos lá. Sempre fizemos muitos cursos.

Com receio de perder o emprego, as famílias conversavam com as crianças para que se comportassem, “Todas as crianças eram filhas dos trabalhadores da usina. Quando tinha alguns problemas, se surgisse, o pai era chamado. Saía da empresa para vir atender o chamado na usina.” A rigidez também contemplava a equipe da escola. Havia grande preocupação em respeitar os horários de trabalho, marcados por apitos que indicavam o momento de chegada e de saída. As professoras, por seu lado, ficavam temerosas com a possibilidade de perder o emprego, porque, caso não rendessem, seriam demitidas.

Outro evento que se realizava anualmente na instituição era a “Feria de Ciências”. Na Imagem 41, a filha da professora Rosimeire apresenta o tema pelo qual sua turma ficou responsável: desidratação infantil. Segundo a entrevistada, os cartazes foram confeccionados para que as crianças pudessem se apresentar no evento.

Também havia cobrança em relação ao controle da natalidade, de maneira que eram orientadas a programar sua gravidez. “O emprego de vocês está em risco! Aí, pronto! Foi ‘o fim da picada’ Parece que foi totalmente o contrário, porque engravidaram três ou quatro nesse ano.” Havia uma preocupação em serem substituídas, “nós corríamos esse risco porque quando se saísse de licença, havia uma outra. Se a outra fosse melhor, já corria o risco de, quando você voltar, não ter mais”. Além disso, a professora Rosimere disse que, a cada mudança de prefeito,

o quadro de profissionais da cidade sofria alterações e descontinuidade, o que não se aplicava à usina.

Imagem 41 – Feira de Ciências da Escola Jayme Lustosa de Altavila



Fonte: Acervo pessoal da professora Rosemere da Silva Vieira.

Sobre os eventos, destacavam-se a festinha das crianças, a missa e a catequese que se realizavam na própria escola, o desfile cívico, a festa das mães, o pastoril (que não era do infantil, mas as crianças assistiam), o São João e o Natal. A relação entre a escola e as famílias era marcada por parceria e proximidade, e era fortalecida durante a organização das festinhas da escola. “Tanto entre nós como entre as famílias que lá moravam também, a gente tinha essa relação de comadre.” Alguns desses vínculos permanecem até hoje: “Eu tenho um grupo que a gente sempre se encontra todo ano, é esse grupo que morou na república e trabalhou na usina.”

A usina arcava com toda a responsabilidade orçamentária. “Eu só lembro que havia algum abatimento em algum tipo de imposto por conta da manutenção do espaço da questão da educação. Eu não lembro não de instituição nenhuma mantendo.” Na década de 1980, a escola funcionava nos três turnos e as crianças eram atendidas em tempo parcial. Cada turno recebia a “merenda” e a usina arcava com todas as despesas, ficando as famílias isentas de qualquer tipo de mensalidade ou contribuição.

A respeito das condições de infraestrutura e dos recursos, apesar de dispor de poucos recursos, a escola era considerada boa. Segundo a professora, “se você for olhar pelo que tem hoje, a usina tinha muito pouco. Mas se você olhasse lá em relação às outras unidades, você iria ver que a escola tinha uma condição melhor de trabalho”. De acordo com ela, os armários grandes, que vão até o teto, existem até hoje na escola. As salas destinadas às crianças eram espaçosas, dispunham de material adequado à faixa etária, tais como mesinhas e cadeirinhas, muitas delas confeccionadas na própria empresa. A escola certamente marcou a vida da professora, que foi homenageada pela Prefeitura de Campo Alegre em 2018: “Eu chorava tanto lá no discurso no dia da homenagem! Eu passei pela inocência da educação infantil, pela ousadia da juventude e pela experiência dos adultos.”

Um fato que chamou nossa atenção e causou certo estranhamento foi um dos critérios de tempo de serviço destinado à aposentadoria docente, pois no caso do município de Campo Alegre, são necessários pelo menos vinte anos de serviço público, e sendo a usina uma instituição privada, infelizmente esse tempo acaba sendo desconsiderado.

Peguei 18 anos de Campo Alegre com esses 2 anos de Boca da Mata e mais 5 da usina, porque são 25 ao todo, mas 20 anos têm de ser públicos. Aí foi o que me garantiu para já estar aposentada agora, porque tenho colegas que não conseguiram ainda, mesmo com todo esse tempo. Quase 30 anos, mas assim, como não completou 20 anos de serviço público, não consegui se aposentar. Então isso, de certa forma, foi uma experiência de minha vida que trouxe ganhos, eu acho que comecei muito cedo, mas pra mim foi, assim, maravilhoso. Quando você faz o resgate, vai ver quanto você ganhou de experiência, de vida, de sentido para sua vida, porque se vê muito lá na frente. Então, quando eu cheguei à usina, eu casei e aí meu sogro, que tinha conhecimento com a diretora, foi pedir esse emprego, e quando ela disse ‘estamos fazendo uma seleção, traga ela aqui’, eu passei na seleção. Na época, fui eu e outra pessoa que ficou, e eu comecei o trabalho na usina justamente com a Educação Infantil.

Em 1998, a Escola Jayme Lustosa de Altavila foi municipalizada, passando a ser responsabilidade da Prefeitura de Campo Alegre, sendo identificada como Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Jayme Lustosa de Altavila, acrescentando ao seu ensino a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A partir de 2002, passou a ser chamada de Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Olival Tenório Costa Neto em homenagem a Olival Tenório Costa Neto, estudante de agronomia assassinado aos 26 anos.

De acordo com o Grupo Olival Tenório (USINA PORTO RICO, 2020), suas empresas firmaram parcerias com o Sistema “S” Senar/Sesi-Senai, para a promoção de cursos e

treinamentos com seus colaboradores rurais e urbanos, assim como convênios com diversas instituições de ensino, oferecendo oportunidades de estágios pré-curriculares. Por meio do Projeto Enxergando o Futuro, o grupo também se volta para a alfabetização de seus funcionários. Em 2006, a Destilaria Porto Alegre foi certificada pela Fundação Abrinq como empresa amiga da criança, atendendo a compromissos com a infância e a adolescência, prevenindo e erradicando o trabalho infantil, garantindo saúde e educação aos filhos de funcionários.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciei este trabalho, o objetivo foi conhecer as primeiras instituições voltadas para o atendimento da criança de 0 a 6 anos em Alagoas. Durante meu percurso, inúmeras mudanças aconteceram, de maneira que a pesquisa pode ser descrita em duas etapas distintas: primeira e segunda aproximação ao campo de pesquisa.

A primeira aproximação ao campo de pesquisa compreendeu um levantamento geral de informações, no sentido de identificar lugares que ofertavam a educação de crianças de 0 a 6 anos em Alagoas antes da Constituição federal de 1988, com base na memória das pessoas. Nessa primeira aproximação a diversidade de lugares, modos e tipologias chamou a atenção. Essa etapa se baseou fundamentalmente na história oral e gerou o agrupamento de sete lugares: usinas de cana-de-açúcar; fábricas e indústrias; hospitais; instituições religiosas; universidade; escolas-parque; grupos escolares.

A segunda etapa da pesquisa ocorreu de forma mais seletiva. Desse modo, foram deixados de lado os hospitais, as instituições religiosas, a universidade, as escolas-parque, os grupos escolares; e fiz a opção por dois lugares: usinas de cana-de-açúcar e fábricas. Esse aprofundamento considerou a realidade de quatro fábricas têxteis e dez usinas.

Embora o foco da tese seja a educação de crianças de 0 a 6 anos no estado de Alagoas, ela não abrange todos os municípios alagoanos, apenas aqueles onde os lugares pesquisados se situavam, quais sejam: Atalaia, Campo Alegre, Delmiro Gouveia, Jequiá da Praia, Maceió (incluindo os distritos de Fernão Velho e Saúde), Matriz do Camaragibe, Pilar, Rio Largo, São José da Laje, São Miguel dos Campos e Teotônio Vilela.

Os dados coletados, que deram origem às duas últimas seções desta tese, onde são analisadas 14 instituições (quatro fábricas e dez usinas), evidenciam que, embora as usinas e as fábricas tenham surgido na segunda metade do século XIX, sendo as mais antigas a Companhia União Mercantil (fundada em 1857, em Fernão Velho) e a Usina Sinimbu (fundada em 1893, em Jequiá da Praia), o aparecimento de instituições vinculadas a fábricas têxteis e usinas de cana-de-açúcar em Alagoas foi em duas épocas diferentes.

As fábricas têxteis foram fundadas entre meados do século XIX e XX, acompanhando o desenvolvimento das vilas operárias, um movimento que se verifica na Europa e no Brasil. Nesse sentido as instituições voltadas à educação da infância devem ser compreendidas em um contexto maior de benfeitorias que constituem as vilas operárias.

Ao todo, identifiquei 13 fábricas que ofereciam educação em Alagoas. As quatro fábricas que compõem a pesquisa passaram a oferecer esse atendimento a partir da década de

1930 e 1940; Duas delas estavam localizadas em Maceió (Companhia União Mercantil e Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas), uma em Rio Largo (Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos) e outra em Delmiro Gouveia (Fábrica da Pedra), sendo pioneira a Fábrica Progresso, que posteriormente formou a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos.

Um fato interessante a respeito das fábricas mais antigas, a Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas e a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, é que as duas possuíam creche e jardim de infância. A creche da primeira Companhia foi fundada na década de 1930 e não se tem um período de criação definido da creche da segunda Companhia, embora as informações adquiridas por meio da entrevista e de relatos do filho de um dos proprietários remetem à década de 1970. Nos dois casos, as creches estavam voltadas para o atendimento de bebês, filhos de operários, e na Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, a creche pertencia ao Departamento de Saúde da fábrica.

Nas duas creches, as crianças ficavam sob os cuidados de mulheres. Na Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, segundo o documentário *Cia. Alagoana de Fiação e Tecidos*, dirigido por William Gericke e os relatos da entrevistada, as responsáveis eram enfermeiras “diplomadas” e cerca de 100 bebês poderiam frequentar esse espaço, nos primeiros anos de vida. Já na Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas, segundo as entrevistadas, a permanência dos bebês era ainda mais breve, pois ficavam na creche apenas até 1 ano de idade. As responsáveis eram mulheres jovens, entre 14 e 15 anos, em fase escolar. Quanto à disposição dos espaços e à organização, um fato comum nas duas creches, segundo as entrevistadas, é que as crianças ficavam em berços pareados, que ocupavam uma mesma sala e usavam fraldas e aventais brancos, produzidos pelas próprias fábricas.

As quatro fábricas ofertaram jardins de infância. Os mais antigos são o jardim de infância da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos de Rio Largo e o Jardim Infantil Maria Auxiliadora da Fábrica Carmem, em Maceió, ambos fundados na década de 1940. Em seguida, vem o da Fábrica da Pedra da Companhia Agro Fabril Mercantil em Delmiro Gouveia, provavelmente criado na década de 1960; por último, com data de fundação indefinida, o jardim de infância pertencente à Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas.

A faixa etária das crianças atendidas nesses jardins de infância variava conforme a finalidade dessas instituições. Todavia, a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos de Alagoas, apresenta uma peculiaridade nesse quesito, pois agrupava crianças de 3 a 6 anos na mesma sala, enquanto nas demais fábricas havia separação de turmas por faixa etária, provavelmente seguindo a divisão etária proposta no *Almanaque de Ensino* de 1938. Na Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas, a educação das crianças era ofertada em uma turma de jardim de

infância anexa ao Grupo Escolar Cônego Machado, construído pela fábrica em um terreno cedido para a Prefeitura de Maceió, que disponibilizava funcionários vinculados à rede municipal. Por outro lado, o jardim de infância da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos era de total responsabilidade dessa fábrica.

O Jardim Infantil Maria Auxiliadora da Fábrica Carmem, por sua vez, era uma instituição voltada somente para o ensino pré-primário. Crianças de 4 e 6 anos eram agrupadas em salas separadas por idade denominadas, de acordo com a entrevistada, 1.º e 2.º período pela manhã e classe de alfabetização à tarde. No caso da Fábrica da Pedra da Companhia Agro Fabril Mercantil, as crianças de 4 a 6 anos eram agrupadas em duas turmas por turno, manhã e tarde. Não há informação se eram separadas por idade. É possível que o jardim de infância tenha sido criado antes da escola que tomou o nome de Natércia Serpa de Menezes, que contemplava turmas de ensino pré-primário e primário.

Os jardins de infância ofertados pelas quatro fábricas evidenciam uma tentativa de experimentação de rotinas de trabalho, em que se destaca uma aproximação com a concepção de Montessori, presente nas propostas pedagógicas que prevaleceram no país naquela época como atividades mimeografadas, datas comemorativas, brincadeiras, práticas de alfabetização (com cartilhas, por exemplo) e trabalhos com materiais estruturados e não estruturados, tais como sucatas para brinquedos. Outro aspecto que chama a atenção é a variação na nomenclatura utilizada para as responsáveis pelas crianças, tais como jardineira, cuidadora, recreadora, professora (sem formação).

As usinas de cana-de-açúcar foram fundadas entre o fim do século XIX e o início do século XX e beiram o período em que as instituições de educação infantil no Brasil se expandem (KUHLMANN JR., 2000). As instituições responsáveis pela educação da infância nessas usinas começaram a surgir somente na década de 1960.

Até meados da década de 1970, as instituições de educação infantil viveram um lento processo de expansão, parte ligada aos sistemas de educação, atendendo crianças de 4 a 6 anos, e parte vinculada aos órgãos de saúde e de assistência, com um contato indireto com a área educacional. A legislação trabalhista, que desde 1932 previa creches nos estabelecimentos em que trabalhassem 30 ou mais mulheres, foi como letra morta. (KUHLMANN JR., 2000, p. 8).

No decorrer desta pesquisa, foram localizadas 22 usinas em Alagoas, e 10 ofertando educação para a infância em nove municípios: Atalaia, Campo Alegre, Jequiá da Praia, Matriz do Camaragibe, Rio Largo, São José da Laje, São Miguel dos Campos e Teotônio Vilela. A

Usina Utinga Leão foi a pioneira, entre as 10 que compõem esta tese, na oferta de pré-escola, na década de 1960, e creche na década de 1970.

Todas essas instituições eram destinadas a crianças filhas de funcionários e funcionárias das usinas, que, na maioria das vezes, eram moradores da região, e as famílias não precisavam arcar com nenhuma despesa. Não havia seleção para que essas crianças ingressassem nessas instituições. O critério para o ingresso dessas crianças era serem filhas do operariado, mas em alguns casos, como a Creche Yeda Gomes de Barros da Usina Seresta em Teotônio Vilela, era possível abrir exceção para crianças das classes menos favorecidas economicamente.

Todas as professoras entrevistadas relataram que a iniciativa em ofertar e manter essas instituições partiu dos proprietários das usinas. Um aspecto que merece destaque é a menção à Legião Brasileira de Assistência (LBA) e ao Clube da Mulher do Campo associadas a sete das usinas pesquisadas. A exceção ficou para as usinas Sinimbu, Camaragibe e Porto Rico. O Clube da Mulher do Campo é mencionado nas Usinas Central Leão, Santa Clotilde, Seresta, Serra Grande, Ouricuri e Caeté. De acordo com Kuhlmann Jr. (2000, p. 10) no texto do Projeto Casulo, publicado pela LBA em 1977, “pretendia-se, como no início do século, que o programa viesse a desenvolver atividades paralelas de orientação familiar”. Esse aspecto constatou-se nas usinas, onde a parceria com a LBA deu oportunidade para acompanhamento médico e odontológico (via posto de saúde ou hospital) a trabalhadores, trabalhadoras e familiares, como foi o caso das Usinas Central Leão, Roçadinho e Serra Grande. Além disso, havia cursos profissionalizantes, sendo citados especificamente, cursos de corte e costura nas Usinas Seresta e Ouricuri. As Usinas Serra Grande e Roçadinho parecem ser as únicas acompanhadas pela LBA que não ofertaram cursos profissionalizantes (KUHLMANN JR., 2000).

Ainda sobre esse aspecto, é possível que o Clube da Mulher do Campo, mencionado pelas professoras entrevistadas, tenha sido um desdobramento do Clube de Mães. Essa hipótese se justifica pelo fato de que a LBA precisava de uma entidade receptora da verba recebida que pertencesse à sociedade civil. Desse modo, a usina e a Prefeitura não se enquadravam nesse requisito. Esses dados apontam caminhos para novas pesquisas.

Assim como no caso das fábricas, as instituições vinculadas às usinas possuíam variações em sua oferta. Algumas delas ofertavam creches e outras somente turmas de alfabetização. A Usina Central Leão foi a única que ofertou turmas de alfabetização nas escolas espalhadas por suas fazendas e quatro creches ao todo. Outras cinco usinas também ofertavam mais de uma creche, mas não se sabe se também possuíam escolas com turmas de alfabetização ou de jardim de infância. As Usinas Serra Grande e Roçadinho, por exemplo, possuíam duas creches cada; e a Santa Clotilde possuía quatro creches. Nas demais usinas, identificou-se

apenas uma creche por usina, como foi o caso das Usinas Ouricuri e Seresta. Com exceção da Santa Clotilde, onde apenas uma de suas creches recebia as crianças em tempo integral, nas demais creches das usinas, as crianças permaneciam em tempo integral.

Quatro dessas usinas ofertavam turmas de educação para a criança em escolas responsáveis pelo ensino primário. Isso se verificou com a Sinimbu, com o Educandário Odete Vilar Coutinho; a Camaragibe, com a Escola Nossa Senhora das Graças; a Caeté, com Escola Conceição Lyra; e a Porto Rico, com a Escola Jayme Lustosa de Altavila. No Educandário Odete Vilar Coutinho, as crianças de 4 a 6 anos eram distribuídas de acordo com sua faixa etária. A Escola Nossa Senhora das Graças, possuía apenas uma turma de alfabetização, e as crianças começavam a frequentar a instituição a partir dos 5 anos. Na Escola Jayme Lustosa de Altavila, as crianças ingressavam na escola a partir dos 4 anos, em turmas do 1.º, o 2.º e o 3.º período. Na Usina Caeté, a Escola Conceição Lyra inicialmente passou a receber crianças de 4 a 6 anos em uma turma denominada como “Pré-Escolar”, depois de um tempo, a partir dos 3 anos. Em todas elas, a jornada das crianças era parcial.

Nessas instituições as crianças ficavam sob os cuidados de mulheres, que, na maioria das vezes, ingressavam muito jovens e nem sempre exigiam uma formação específica. Na Usina Central Leão, essas professoras recebiam o nome de “não-tituladas”. Na Usina Roçadinho, profissionais com formação em Magistério eram contratadas para atuar nas turmas de alfabetização, e aquelas sem a formação ficavam responsáveis pelas turmas menores, denominadas “berçário” e “casulo”. Na Usina Serra Grande, as creches contavam com recreadoras responsáveis pelas crianças menores, e professoras responsáveis pelas crianças maiores.

Em todos os casos, parece que havia uma preocupação por parte das instituições com a formação inicial e continuada dessas professoras. Por isso, era comum haver parcerias com a rede estadual ou com a Prefeitura das cidades onde essas usinas estavam localizadas. Apesar dessas iniciativas, é comum nas falas contidas nas entrevistas a ideia de docência como vocação. Ao mesmo tempo, embora a valorização salarial pudesse ser maior e as condições de trabalho pudessem ser melhores, as entrevistadas reforçam a gratidão pela oportunidade de terem feito parte do corpo de funcionários das usinas. Esse ponto de vista pode ser resultado das oportunidades escassas de trabalho naquela época e em razão da precarização do trabalho docente não apenas no estado de Alagoas, mas em todo o Brasil.

Aparentemente, as creches estavam voltadas para um trabalho mais lúdico, e as escolas e o educandário estavam focados mais na alfabetização. Algumas rotinas de trabalho e materiais mencionados incluem atividades escritas, de desenho, pintura e colagem, massa de modelar,

lápiz de cor. Esses aspectos foram citados, por exemplo na Creche Virgem de Fátima, da Usina Ouricuri, e nas creches da Usina Santa Clotilde. Assim como a leitura e a contação de histórias foi mencionada pelas entrevistadas que atuaram na Creche Yeda Gomes de Barros, da Usina Seresta, e na Escola Jayme Lustosa de Altavila da Usina Porto Rico. Por outro lado, segundo a entrevistada, a Escola Nossa Senhora das Graças da Usina Camaragibe preocupava-se prioritariamente em alfabetizar as crianças, que deveriam findar seus estudos na instituição sabendo ler e escrever.

As condições de infraestrutura e os materiais referentes utilizados nessas creches e demais instituições eram bem variadas. As creches das Usinas Usina Central Leão e Seresta, por exemplo, eram consideradas pelas entrevistadas adequadas para a época, por possuírem salas amplas, mobiliário adaptado para as crianças, brinquedos e diferentes materiais. Apesar de dispor de menos recursos, se comparada com essas usinas, a Escola Jayme Lustosa de Altavila da Usina Porto Rico é descrita da mesma forma pela professora entrevistada. O mesmo se aplica ao Educandário Odete Vilar Coutinho da Usina Sinimbu e a Escola Conceição Lira da Usina Caeté. Ao mesmo tempo, mesmo buscando realizar um trabalho interessante com as crianças, havia casos em que a escassez de materiais se fazia presente nessas instituições, assim como a improvisação dos espaços. Esse aspecto está de acordo com a descrição feita por Rosemberg (2002) a respeito de condições precárias de trabalho na educação infantil.

A pesquisa aponta também que, entre as décadas de 1980 e 1990, essas instituições vinculadas às usinas de cana-de-açúcar sofreram mudanças no campo administrativo. Algumas delas foram assumidas pela Prefeitura das cidades onde estão localizadas, como ocorreu com as instituições vinculadas às Usinas Central Leão, Santa Clotilde, Sinimbu, Camaragibe, Porto Rico e Seresta, que passaram a ser responsabilidade da Prefeitura de Rio Largo, Jequiá da Praia, Matriz do Camaragibe, Campo Alegre e Teotônio Vilela. Outras foram extintas, com o fechamento das usinas, como foi o caso das creches das Usinas Ouricuri e Roçadinho. Há ainda instituições que permanecem funcionando até os dias atuais, e continuam sob responsabilidade das usinas, como as creches da Usina Serra Grande e a escola da Usina Caeté.

Outro aspecto que não pode ser esquecido é que a política de expansão de massa da educação infantil, que ocorreu no Brasil nos anos 1970 e 1980, reforçou a implantação de turmas de alfabetização e a prática de retenção de crianças com idade acima de 7 anos no ensino “pré-primário”, uma vez que eram impedidas de frequentar o ensino fundamental. De acordo com os estudos de Rosemberg (1999), houve incidência maior entre as crianças negras residentes no Nordeste e contribuiu com o aumento de professoras leigas que atuaram nessas turmas.

Ao retomarmos as perguntas iniciais que nortearam a pesquisa, é possível perceber que a educação infantil nem sempre foi uma política municipal regulamentada, e sua forma de organização variou de acordo com a época. Isso em consequência dos diferentes vínculos da educação infantil até 1989, como foi o caso dos cinco ministérios responsáveis pela educação da criança pequena no Brasil: do Interior, da Educação, da Justiça, da Saúde e do Trabalho. (CAMPOS; ROSEMBERG; FERREIRA, 1993).

O termo creche nem sempre se referiu ao atendimento da criança de 0 a 3 anos, assim como a pré-escola não necessariamente estava relacionada com a faixa etária de 4 e 5 anos, conforme mencionado por Kuhlmann Jr. (2000). O jardim de infância, por exemplo, refere-se tanto a uma instituição com suas características, quanto a turmas concernentes a uma etapa da educação da infância em instituições anexas aos grupos escolares, responsáveis pelo ensino primário.

Aos poucos, a nomenclatura deixa de considerar a escola maternal como se fosse aquela dos pobres, em oposição ao jardim-de-infância, passando a defini-la como a instituição que atenderia a faixa etária dos 2 aos 4 anos, enquanto o jardim seria para as de 5 a 6 anos. Mais tarde, essa especialização etária irá se incorporar aos nomes das turmas em instituições com crianças de 0 a 6 anos (berçário, maternal, jardim, pré). (KUHLMANN JR., 2000 p. 9).

Seja como for, as informações apresentadas referentes às instituições vinculadas às fábricas de tecido e usinas de cana-de-açúcar carecem de uma pesquisa documental mais aprofundada, o que não foi possível por não terem sido encontradas nos arquivos consultados. Contudo, a presente pesquisa abre o campo e lança pistas para inúmeras novas possibilidades de investigação da história da educação da infância no estado de Alagoas, aprofundando aspectos que não foram aqui contemplados.

Por exemplo, foram localizadas 13 fábricas de tecido e somente em quatro delas foram identificadas instituições voltadas para o atendimento da criança, mas é possível que tenham existido outras instituições nas demais fábricas. Das instituições encontradas, ainda é indefinida a época de fundação do Jardim Infantil Maria Auxiliadora da Fábrica Carmen, pois data mais antiga (década de 1940) vem de um comentário em um blog de alguém que se identifica como ex-aluno, mas não se sabe ao certo. Também não há uma data de criação definida da creche e do jardim de infância vinculados à Companhia Fiação e Tecidos Norte de Alagoas. Na Fábrica da Pedra da Companhia Agro Fabril Mercantil, é possível que o jardim de infância tenha sido criado antes da escola que tomou o nome de Natércia Serpa de Menezes e contemplava turmas de ensino pré-primário e primário, mas não foi possível confirmar isso.

Sobre as usinas, foram localizadas 22 e somente em 10 delas foram identificadas instituições voltadas para o atendimento da criança, mas é possível que outras usinas também ofertassem creches, pré-escolas e turmas de alfabetização. A Usina Santo Antônio em São Luís do Quitunde e a Usina Triunfo em Boca da Mata são algumas com indicações dessas instituições, mas não foram localizadas pessoas que pudessem contribuir com a história oral. Das instituições encontradas, não foram localizadas imagens das creches pertencentes às usinas Serra Grande e Santa Clotilde, visto que elas foram afetadas pela enchente de 2010 e pouco restou da documentação desses espaços. Também não foram localizadas imagens das creches da Usina Roçadinho e da turma da Pré-Escola' da Usina Caeté.

De toda forma, fica evidente que todas as 14 instituições que compõem a pesquisa se voltaram para a educação de crianças de 0 a 6 anos por meio creches, jardins de infância, pré-escola e turmas de alfabetização muito antes da educação infantil ser uma política municipal regulamentada.

É digno de nota ainda que a riqueza obtida por meio do material coletado só foi possível mediante a história oral. Desse modo, as palavras Joutard (2000) merecem destaque:

A força da história oral, todos sabemos, é dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos ou, retomando a bela expressão de um pioneiro da história oral, Nuno Revelli, os 'derrotados'. Que ela continue a fazê-lo amplamente, mostrando que cada indivíduo é ator da história. (JOUTARD, 2000, p. 33).

A estratégia metodológica, pautada na história oral, que compreendeu a divulgação da pesquisa, a realização das entrevistas com figuras históricas que atuaram nas instituições em questão e o levantamento técnico e documental dessas instituições, foi capaz de captar a memória das pessoas. Embora a história oral possua limites que precisam ser completados por meio de documentos, foi graças a ela que as pessoas envolvidas na pesquisa tiveram voz e deram origem a esta tese.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Almanaque do ensino**: estado de Alagoas ano 1938. Maceió: Off, Graph. da Casa Ramalho, 1937. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/356280/per356280_1937_00001.pdf. Acesso em: 14 abr. 2019.

ALAGOAS. Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas. **Usina Roçadinho**: parceria e respeito pelo funcionário. 2018. Disponível em: <http://www.sindicucar-al.com.br/usina/usina-rocadinho/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de. **O ensino de primeiras letras de Alagoas oitocentista**: vestígios sobre noções de infância nos discursos e práticas escolares. Orientadora: Maria das Graças de Loiola Madeira. 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

BIDA, Gislene Lössnitz. **O primeiro jardim de infância no Brasil**: Emília Erichsen. Orientadora: Maria Isabel Moura Nascimento. 2006. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Paraná, 2006. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/1260/1/Gislene%20.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BORGES, Juliana Diniz Gutierrez. **As práticas de atendimento à infância no município do Rio Grande**: um recuo ao passado para problematizar o presente. Orientadora: Maria Renata Alonso Mota. 2015. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, rio Grande, 2015.

BRANDÃO, Francisco Moreno. M. O lar e a escola. **Revista de Ensino**, Maceió, ano 1, n.1, p. 5-11, jan.-fev. 1927.

BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 10 de novembro de 1937. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 10 nov. 1937.

BRASIL. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 19 set. 1946.

BRASIL. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil dos Estados Unidos do Brasil de 24 de janeiro de 1967. **Diário Oficial da União**: Poder Executivo, Brasília, DF, 24 jan. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 9 ago. 1943.

BRASIL. Lei n.º 4.440, de 27 de outubro de 1964. Institui o salário-educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 9.761, 29 out. 1964.

BRASIL. Lei n.º 6.454 de 24 de outubro de 1977. Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, p.14377, 25 out. 1977.

BRASIL. Resolução CEB n.º 1 de 7 de abril de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, p. 18, 13 abr. 1999.

CABRAL, André. Companhia de fiação e tecidos norte de Alagoas. **História de Alagoas**, 5 jan. 2019. Disponível em: <http://andrecabralhistoria.blogspot.com/2019/01/companhia-de-fiacao-e-tecidos-norte-de.html>. Acesso em: 26 abr. 2020.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia; FERREIRA, Isabel M. **Creches e pré-escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez, Fundação Carlos Chagas, 1993.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação histórica de Alagoas**. 4 ed. Maceió: Edufal, 2016.

CARVALHO, Roberta Costa de. **Educação da infância na capital da Paraíba**: o jardim de infância na década de 30. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, 2003.

COSTA, João Craveiro. A escola rural: alma de Alagoas. **Revista de Ensino**, Maceió, n. 3, p. 1-3, 1927.

COSTA, João Craveiro. **Instrução pública e instituições culturais de Alagoas & outros ensaios**. (1931). Maceió: Edufal, 2011.

CRUZ, Paulo da. Geografia delmirensense ou como era o centro comercial da “macondo sertaneja” nos anos 60. **Amigos de Delmiro Gouveia**, 27 jan. 2020. Disponível em: <http://amigosdedelmirogouveia.blogspot.com/>. Acesso em: 19 abr. 2020.

CUNHA, Humberto Pereira da. **De escola de saúde a parque infantil**: Santos 1931-1952. Orientador: Moysés Kuhlmann Júnior. 2018. 119 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade Católica de Santos, Santos, 2018.

DE PIERI, Marlise de Medeiros Nunes. **A educação infantil em Tubarão/SC**: um estudo histórico da emergência das instituições coordenadas por congregações religiosas 1908-1969. Orientadora: Leonete Luzia Schmidt. 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2014.

DESSOTTI, Isabel Cristina Caetano. **A educação operária no final do século XIX e início do XX em Sorocaba sob o olhar da imprensa**: o escrito e o silenciado. Orientador: José Luis Sanfelice. 2017. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2017.

DIÉGUES JUNIOR, Manoel Balthazar Pereira. **Decreto n. 401**, de 23 de novembro de 1906-AL. Dá novo regulamento à instrução pública. Maceió, 1906. Disponível em : <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122474>. Acesso em: 26 set. 2019.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3. ed. Maceió: Edufal, 2006. (Coleção Nordestina).

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. **Educação & Sociedade**, ano XX, n. 69, p. 60-91, dez. 1999.

FERREIRA, Aline da Silva. **O professor da educação infantil e a formação continuada**: desafios e possibilidades. 2012. Monografia (Especialização em Docência na Educação Infantil) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998.

FONSECA, Lara Cariny Celestino. **Jardim de infância em Goiás 1928-1937**: educação e processo civilizador. Dissertação. 2014. 110 f. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2014.

FRAGOSO JÚNIOR, Carlos Ruberto *et al.* **Reflexões sobre a cheia de junho de 2010 nas bacias do rio Mundaú e Paraíba**. 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267756884_Social_and_environmental_vulnerability_flooding_and_repercussions_on_public_health_in_underdeveloped_regions_The_case_of_the_state_of_Alagoas_Brazil. Acesso em: 27 maio 2020.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História social da infância no Brasil**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2003.

FUNDAÇÃO EDUCANDÁRIO CEL. QUITO JUNQUEIRA. **Origem e história**: uma fundação em favor da infância. [2020]. Disponível em: <http://www.educandariorp.com.br/origem.php>. Acesso em: 21 jan. 2020.

GERICKE, William. **Cia. Alagoana de Fiação e Tecidos**. Meridional Filmes, [década de 1940?]. vídeo (10 min30), son., p&b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BmWHrlsb5M4&t=42s>. Acesso em: 16 abr. 2020.

HADDAD, Lenira. A trajetória da educação infantil em quatro ciclos. *In*: XAVIER, Maria Elizabete S. P. (org.). **Questões de educação escolar**. Campinas: Alínea, 2007. p. 119-136.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo escolar**: notas estatísticas. Brasília: MEC jan. 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf. Acesso em: 17 set. 2019.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. *In*: ALBERTI, Verena et al. **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro. Fiocruz, FGV, 2000. p. 31- 45.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo: Loyola, 1988.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN JR., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 5-18, 2000.

KUHLMANN JR., Moysés. A educação infantil no século XX. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2009. v. 2. p. 182-

KUHLMANN JR., Moysés; LEONARDI, Paula. História da educação no quadro das relações sociais. **História da Educação** online, Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 207-227, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/heduc/v21n51/2236-3459-heduc-21-51-00207.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.

LEAL, Rita de Cássia Dias. **O primeiro jardim de infância de Sergipe**: contribuição ao estudo da educação infantil 1932-1942. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Unicamp, 1990. (Coleção Repertórios).

LEITE FILHO, Aristeo Gonçalves. **Políticas para a educação da infância no Brasil nos anos 1950/1960**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação-Semed. **Proposta pedagógica de educação infantil**: criança, sujeito de direito. Maceió, 1996.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação-Semed. **Orientações curriculares para a educação infantil da rede municipal de Maceió**. Maceió: Edufal, 2015.

MANTAGUTE, Elisângela Iargas Iuzviak. **Educar a infância**: estudo sobre as primeiras creches públicas da rede municipal de educação de Curitiba 1977-1986. 2009. 136 f. Orientadora: Gisele de Souza. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/20261/R%20-%20D%20-%20ELISANGELA%20IARGAS%20IUZVIAK%20MANTAGUTE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 set. 2019.

MARTINS, Iane Campos. **Os escritos educacionais de João Craveiro Costa e a escola nova em Alagoas nas décadas de 1920 e 1930**: interrelação entre ideias e práticas. Orientadora: Elione Maria Nogueira Diógenes. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. O filho da escrava. *In*: DEL PRIORE, Mary. (org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 76-98.

MIKI, Pérsida da Silva Ribeiro. **Aspecto da educação infantil no estado do Amazonas**: o curso infantil Froebel no Instituto Benjamin Constant e outros jardins de infância 1897-1933. Orientador: Moysés Kuhlmann Júnior. 2014. 400 f. Tese (Doutorado de Educação) – Universidade de São Francisco, Itatiba, São Paulo, 2014.

MONÇÃO, Maria Aparecida Guedes. O compartilhamento da educação das crianças pequenas nas instituições de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 157, jul.-set. 2015.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral: caminhos e descaminhos. **Revista Brasileira de História**, v. 25-26, p. 55-67, 1993.

MONTESSORI, Maria Tecla Artemesia. **A pedagogia científica**: a descoberta da criança. Tradução de Aury Azélio Brunetti. São Paulo: Flamboyant, 1965.

MORAES, Evaristo de. **Criminalidade da infância e da adolescência**. Rio de Janeiro: J. Ribeiro dos Santos, 1916.

MOREIRA, Marcos (org.). **Japiassu**: o maestro dos teares. Rio de Janeiro: Publit, 2018. (Série Mestres Musicais de Alagoas, v. 1).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NOVE anos depois, vítimas da enchente de 2010 em Alagoas ainda esperam por casas. **AL TV**, 18 jun. 2019. Não paginado. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/06/18/nove-anos-depois-vitimas-da-enchente-de-2010-ainda-esperam-por-casas.ghtml>. Acesso em: 17 abr. 2019.

OLIVEIRA, Suad Aparecida Ribeiro de. **O primeiro parque infantil de Sorocaba**: o contexto histórico e as circunstâncias específicas de sua criação e instalação. 2010. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba, São Paulo, 2010.

PAIVA FILHO, Arnaldo Pinto Guedes de. **Rio Largo**: cidade operária. Maceió: Senai, 2013.

PRANDI, Maria Beatriz Ribeiro. **A construção da imagem dos parques infantis de Ribeirão Preto das décadas de 1950 e 1960**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

ROCHA, Jesiael. **Conheça as ruínas da fábrica de tecidos de Saúde**. 2019. Vídeo (3min41), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ktygYXf_VBc. Acesso em: 16 abr. 2020.

RÖHRS, Hermann. **Maria Montessori**. Tradução de Danilo di Manno de Almeida e Maria Leila Alves. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 107, jul. 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 25-63, mar. 2002.

ROSEMBERG, Fúlvia. Sísifo e a educação infantil brasileira. **Pro-Posições**, v. 14, n. 1 (40), p. 177-194, jan./abr. 2003.

ROSEMBERG, Fúlvia; CAMPOS, Maria Malta. **Creches e pré-escolas no Hemisfério Norte**. São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 1994.

SALOMÃO, Gabriel M. Método Montessori. [2013]. **Lar Montessori**. Disponível em: <https://larmontessori.com/o-metodo/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SANTANA, Moacir Medeiros de. O desconhecimento de fatos históricos marcantes. **História de Alagoas**, 2020. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/os-primeiros-movimentos-grevistas-em-alagoas.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SANTOS, Carla Manuella de Oliveira. **Representações sociais sobre o trabalho dos professores de educação infantil de professoras que atuam com crianças até três anos em instituições da rede municipal de educação de Maceió/AL**. Orientadora: Lenira Andrade. 2011. 270f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 28-35, ago. 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art5_22e.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

SCAVONE, Darcí Terezinha de Luca. **Marcas da história da creche na cidade de São Paulo: as lutas no cotidiano 1976-1984**. Orientador: Moysés Kuhlmann Júnior. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, São Paulo, 2011. SCHWARZSTEIN, Dora. História oral, memória e histórias traumáticas. **História Oral**, n. 4, p. 73-83, 2001.

SILVA, Elza. Maria da. **A educação infantil em Alagoas: (re)contruindo suas raízes**. Maceió: Edufal, 2009.

SILVA, Maira Ignacio da. **O jardim da infância da Escola Americana, São Paulo: continuidades e rupturas em sua trajetória histórica 1870-1942.** 2014. 167 p. ra Ignacio da Silva. -- Itatiba, 2014. 167 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco, Itatiba, São Paulo, 2014.

SOUZA, Gizele de. Primeiras iniciativas de jardins-de-infância públicos no Paraná nos anos 10 e 20 do novecentos. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 3., 2004, Curitiba. A educação escolar em perspectiva histórica. **Anais [...]**. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2004. v 1, p. 1-12.

TAVARES, Johelder Xavier. **Escola no parque: processos de institucionalização da educação infantil na cidade de Vitória (ES) no século XX.** 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. **O ciclo do algodão e as vilas operárias.** Maceió: Sebrae, 2013.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TICIANELI, Edberto. Gustavo Paiva, o comendador dos operários de Rio Largo. **História de Alagoas**, 29 jul. 2015. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/gustavo-paiva-o-comendador-dos-operarios-de-rio-largo.html>. Acesso em: 19 mar. 2020.

TICIANELI, Edberto. Fernão Velho dos pescadores e da fábrica de tecidos, **História de Alagoas**, 3 nov. 2016a. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/fernao-velho-dos-pescadores-e-da-fabrica-de-tecidos.html>. Acesso em: 19 mar. 2020.

TICIANELI, Edberto. Delmiro Gouveia, a antiga Vila da Pedra. **História de Alagoas**, 14 jul. 2016b. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/delmiro-gouveia-a-antiga-vila-da-pedra.html>. Acesso em: 19 mar. 2020.

TICIANELI, Edberto. Motivos do açúcar no folclore. **História de Alagoas**, 9 ago. 2018a. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/motivos-do-acucar-no-folclore.html>. Acesso em: 19 mar. 2020.

TICIANELI, Edberto. Famílias na política alagoana do século XX – (9) Oiticica. **História de Alagoas**, 6 jul. 2018b. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/familias-na-politica-alagoana-do-seculo-xx-9-oitica.html>. Acesso em: 19 mar. 2020

TOBIN, Joseph J.; WU, David Y. H; DAVIDSON, Dana H. **Educação infantil em três culturas.** São Paulo: Phorte, 2008.

USINA PORTO RICO. **Treinamento eSocial.** [2020]. Disponível em: <http://www.grupoolivaltenorio.com.br/>. Acesso em: 27 maio 2020.

USINA SERESTA. **Teotônio Vilela**: terra dos menestréis das Alagoas, 7 jul. 2012. Disponível em: <http://terradosmenestredasalagoas.blogspot.com/2012/07/usina-seresta.html>. Acesso em: 19 mar. 2020.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. **Ideologia e prática pedagógica escolar**. 1985. 288 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão (org.). **Caminhos da educação em Alagoas**: da colônia aos tempos atuais. Maceió: Edições Catavento, 2001.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão (Ed.). **Escritos sobre a educação alagoana**: compêndios, periódicos, manuscritos e práticas educativas, século XIX, XX e XXI. Maceió: Edufal, 2011.

VERGARA, Julieno Lopes. **Primeiro jardim de infância de São João Del-Rei**: “Bárbara Heliadora”. Orientadora: Ruth Bernardes Sant’Ana. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, Minas Gerais, 2010.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. Mal necessário: creches no departamento nacional da criança 1940-1970. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 67, nov. 1988.

VILELA, Humberto. **A primeira casa escolar de Maceió**. Maceió: Edufal, 1980.

VINAGRE, Elizabeth da Silva Galastri. **Instituições para a educação da infância em Jundiá 1880-1984**. Orientador: Moysés Kuhlmann Júnior. 2009. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, São Paulo, 2009.

VINUTO, Juliana. Amostragem em Bola de Neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, n. 44, p. 201-218, ago./dez. 2014.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de entrevista

Identificação

- Nome:
- Idade:
- Naturalidade:
- Estado civil:

Formação

- Ensino Médio (Magistério ou outra modalidade) - instituição e período
- Graduação - instituição e período
- Pós-graduação - instituição e período
- Quais as memórias deste momento? Guardou algum material?

Exercício profissional

- Tempo de atuação no magistério:
- Quando e por que começou a trabalhar na educação infantil?
- Com qual turma/faixa etária atuou?
- Que problemas os professores/profissionais da EI encontravam (infraestrutura, salário...)?
- Qual a concepção de educação infantil na época?

Instituição Específica

- Instituição:
- Onde se localizava? Quando surgiu? Ainda existe?
- Para quem era destinada? Qual a faixa etária das crianças atendidas? Quais os critérios de seleção?
- Quem teve a iniciativa de ofertar tal instituição? Qual a finalidade?
- Qual a vinculação da instituição? Recebia alguma verba?
- O atendimento acontecia em tempo parcial e/ou integral?
- Quem financiava? Como era mantida? As famílias contribuía com as despesas?

- Como eram as rotinas de trabalho? O que as crianças faziam? Quais os materiais utilizados?
- Qual a abordagem/orientação educacional? Havia algum modelo ou inspiração?
- Havia planejamento e formação? Como aconteciam?
- Quem eram os trabalhadores? Quem era responsável pelas crianças (formação, sexo...)?
- Como era a relação com as crianças? E com as famílias?
- Quais os eventos criados/organizados?
- Quais as condições de infraestrutura (mobiliário, brinquedos, espaços para as crianças/adultos)?
- Guardou/tem acesso a algum material que trata dessa história (PPP, Regimento...)?
- Conhece alguém que possa auxiliar no levantamento dessas informações?

Fonte: Elaboração da autora.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa ***HISTÓRIAS E MEMÓRIAS: A EDUCAÇÃO INFANTIL NO ESTADO DE ALAGOAS ANTES DA CONSTITUIÇÃO DE 1988***, da pesquisadora Aline da Silva Ferreira. A seguir, as informações do projeto de pesquisa com relação a sua participação neste projeto:

1. Que o estudo se destina a **resgatar a história das instituições de Educação Infantil em Alagoas;**
2. Que a importância deste estudo é **oferecer um mapeamento que localize no tempo e o espaço os principais tipos de atendimento à criança pequena no período anterior à Constituição Federal de 1988**
3. Que os resultados que se desejam alcançar são os seguintes:
 - Localizar documentos que registram instituições de Educação Infantil no Estado de Alagoas
 - Desvelar informações sobre a existência de instituições de educação infantil com base na memória das pessoas;
 - Constituir uma base de dados com registro de todas as instituições localizadas neste rastreamento
4. A coleta de dados começará a partir de outubro de 2018 e terminará em maio de 2019.
5. O estudo será feito da seguinte maneira: 1. Visita ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL, Arquidiocese de Maceió e de outros municípios, Biblioteca Pública Estadual de Alagoas “Graciliano Ramos”, Biblioteca Nacional (com acervo digital), Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria de Assistência Social do Estado e Casa do Penedo, no intuito de localizar documentos que registram a existência de Instituições de Educação Infantil no Estado de Alagoas, tais como jornais, revistas, documentos legais e normativos (a partir do primeiro semestre de 2018); 3. Entrevistas com professores(as) e demais profissionais que atuaram diretamente em: creches em usinas de cana de açúcar, hospitais e fábricas; escolas pré-primárias; escolas parques; creche de universidade; 4. Rastreamento das primeiras instituições de educação infantil; 5. Constituição de uma base de dados com registros das primeiras instituições do Estado identificadas durante o rastreamento (a partir do segundo semestre de 2018).
6. A sua participação será nas entrevistas.
7. Os incômodos e possíveis riscos à sua saúde física e/ou mental podem envolver aspectos emocionais inesperados que o(a) afetem durante a entrevista, tais como: dificuldade na compreensão de algumas perguntas, na recordação de fatos passados e na concentração (visto que esta etapa pode ser demorada), emoção ao lembrar acontecimentos, timidez durante a gravação e/ou filmagem da entrevista, quebra de sigilo e confidencialidade. Como medidas para minimizar tais aspectos, a linguagem utilizada será adequada e estará de acordo com sua realidade e ao seu vocabulário usual. Responderemos a todas as questões

que eventualmente surjam e preservaremos sua voluntariedade, livre de coerção, persuasão ou constrangimentos. Além disso, a divulgação das informações acontecerá somente entre as pesquisadoras após a sua autorização.

8. Você poderá contar com a seguinte assistência: todas as informações necessárias quanto aos procedimentos da pesquisa e uso de áudio e imagem, sendo responsável por ela a pesquisadora.
9. Os benefícios esperados com a sua participação no projeto de pesquisa, mesmo que não diretamente são: a visibilidade e a valorização da história da educação infantil em Alagoas, uma vez que o resgate realizado por meio da pesquisa proporcionará ao Estado o início de uma sistematização de informações que fazem parte de sua história;
10. Sua participação será acompanhada do seguinte modo: entrevistas, com base nas suas memórias, por ter atuado diretamente nas primeiras instituições de educação infantil. Essas memórias poderão tornar evidentes a identificação dessas primeiras instituições, considerando sua origem, formas de organização e de funcionamento e possíveis mudanças ao longo dos anos.
11. Você será informado(a) do resultado final do projeto e sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.
12. A qualquer momento, você poderá recusar a continuar participando do estudo e, também, que poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.
13. As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto para a equipe de pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto após a sua autorização.
14. O estudo não acarretará nenhuma despesa para você.
15. Você será indenizado(a) por qualquer dano que venha a sofrer com a sua participação na pesquisa (nexo causal).
16. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por todos e a divulgação das informações entre os estudiosos do assunto só ocorrerá “após sua autorização”.

Eu, tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço d(os,as) responsável(is) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Instituição: Universidade Federal de Alagoas/Centro de Educação
 Nome: Aline da Silva Ferreira
 Endereço: Av. Lourival Melo, s/n, Cidade Universitária –
 Bloco: /Nº: /Complemento:
 Bairro: /CEP/Cidade: Tabuleiro dos Martins, Maceió, AL, CEP 57072-900
 Telefones p/contato: (82)99918-3245

Instituição: Universidade Federal de Alagoas/Centro de Educação
 Nome: Lenira Haddad
 Endereço: Av. Lourival Melo, s/n, Cidade Universitária –
 Bloco: /Nº: /Complemento:
 Bairro: /CEP/Cidade: Tabuleiro dos Martins, Maceió, AL, CEP 57072-900
 Telefones p/contato: (82)981388909
 Instituição: Universidade Federal de Alagoas/Centro de Educação

Contato de urgência: Sr(a).
 Nome: Aline da Silva Ferreira
 Endereço: Av. Lourival Melo, s/n, Cidade Universitária –
 Bloco: /Nº: /Complemento:
 Bairro: /CEP/Cidade: Tabuleiro dos Martins, Maceió, AL, CEP 57072-900
 Telefones p/contato: (82)99918-3245

ATENÇÃO: *O Comitê de Ética da UFAL analisou e aprovou este projeto de pesquisa. Para obter mais informações a respeito deste projeto de pesquisa, informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:*

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas
 Prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC), Térreo, Campus A. C. Simões, Cidade Universitária
 Telefone: 3214-1041 – Horário de Atendimento: das 8:00 as 12:00hs.
 E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

Maceió, de de .

	Aline da Silva Ferreira
Assinatura ou impressão datiloscópica d(o,a) voluntári(o,a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas	Nome e Assinatura do Pesquisador pelo estudo (Rubricar as demais páginas)

**ANEXO A – CAPA DO BOLETIM MENSAL DO JARDIM INFANTIL ISMAR DE
GÓES MONTEIRO**

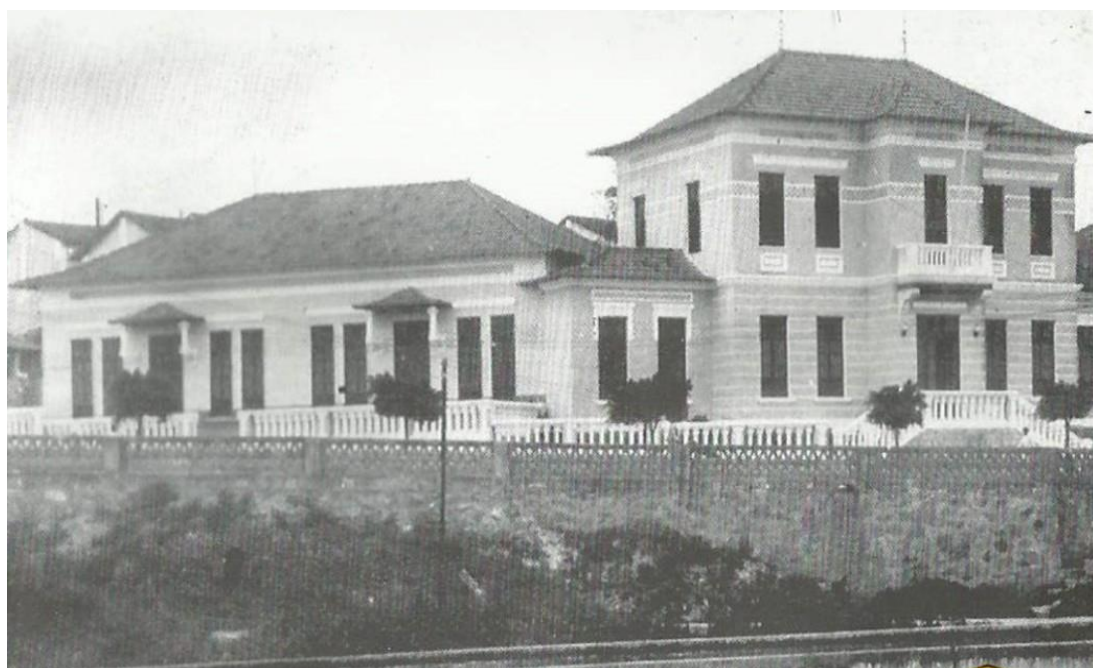
No.	Estante ou Divisão No.
NOME:	Jardim Infantil "Ismar de Góes Monteiro"
Endereço:	Av. Pedro Monteiro
Assunto:	Compendio
De	Principiado em:
A	Terminado em:
19	Bel. A. de Aproveitamento
19	

Fonte: Arquivo Público de Alagoas

ANEXO C – FÁBRICA CACHOEIRA, 1888

Fonte: Museu Histórico de Rio Largo

**ANEXO D – DEPARTAMENTO DE SAÚDE DA COMPANHIA ALAGOANA DE
FIAÇÃO E TECIDOS**



Fonte: Museu Histórico de Rio Largo.

**ANEXO E – COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS NORTE DE ALAGOAS. DESFILE
DO GRUPO ESCOLAR CÔNEGO MACHADO**



Fonte: Sandra Pinheiro de Farias Silva.

ANEXO F – CASAS DAS COMPANHIA UNIÃO MERCANTIL



Fonte: Evocando Fernão Velho.

ANEXO G – RECREIO OPERÁRIO DA COMPANHIA UNIÃO MERCANTIL

Fonte: Evocando Fernão Velho.

ANEXO H – FESTIVIDADE EM UMA CRECHE DA USINA UTINGA LEÃO – DÉCADA DE 1980



Fonte: Acervo pessoal da professora Marlene Honorato da Silva.

ANEXO I – PASTORIL DA CRECHE YEDA GOMES DE BARROS

Fonte: Acervo pessoal da professora Marilza da Silva Almeida.

ANEXO J – FESTA JUNINA DA CRECHE YEDA GOMES DE BARROS

Fonte: Acervo pessoal da professora Marilza da Silva Almeida.

ANEXO K – POSTO DE SAÚDE DA CRECHE VIRGEM DE FÁTIMA, 2019

Fonte: Acervo pessoal de Iracema Fernandes da Silva.

ANEXO L – FESTA JUNINA DA CRECHE VIRGEM DE FÁTIMA, DÉCADA DE 1980



Fonte: Acervo pessoal de Iracema Fernandes da Silva.

**ANEXO M – FESTA DAS MÃES DA CRECHE VIRGEM DE FÁTIMA, DÉCADA DE
1980a**



Fonte: Acervo pessoal de Iracema Fernandes da Silva.

ANEXO N – FESTA DAS MÃES DA CRECHE VIRGEM DE FÁTIMA, DÉCADA DE 1980b



Fonte: Acervo pessoal de Iracema Fernandes da Silva.

**ANEXO O – PROFESSORAS DA ESCOLA JAYME LUSTOSA DE ALTAVILA,
DÉCADA DE 1980**



Fonte: Acervo pessoal da professora Rosemere da Silva Vieira.